



REVISTA PARAENSE DE CONTABILIDADE
ISSN 2526-950X

VOLUME 7, NÚMERO 1
JANEIRO-DEZEMBRO/2022

SOURE - MARAJÓ

Catálogo na fonte

R454

Revista Paraense de Contabilidade / Conselho Regional de
Contabilidade do Pará – v.7, n.1, (2022) – Belém: CRCPA, 2022.
v.: 24 cm

Anual

ISSN: 2526-950X

Modo de acesso: <https://crcpa.org.br/revistaparaense>

1. Ciências Contábeis. 2. Contabilidade. 3. Conselho Regional de
Contabilidade do Pará.

CDU - 657

É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia, desde que seja informada a fonte.

Editoria

Editor Técnico: Ian Blois Pinheiro
Editor Científico: Marcia Athayde Moreira

Editores

Conselho Regional de Contabilidade do Pará

Endereço para permuta e correspondência

Revista Paraense de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Pará
Rua Avertano Rocha, 392, Campina
CEP: 66.023-120 – Belém, Pa.
Telefone: +55 (91) 3202-4150
E-mail: rpc@crcpa.org.br
Home Page: <https://crcpa.org.br/revistaparaense/index.php/crcpa>

DOI: 10.36562/rpa.v7i1

Revista Paraense de Contabilidade – CRCPA, Belém – Pa., v.7, n1. jan./dez. 2022.

Objetivos da Revista

Contribuir para melhorar a qualidade da divulgação da produção científica em contabilidade no Brasil, ampliando as oportunidades de divulgação de resultados de pesquisas que retratem a realidade brasileira, com ênfase na realidade amazônica.

Os artigos publicados na Revista Paraense de Contabilidade devem ser inéditos e passam por um processo que se inicia com a submissão, seguida da avaliação cega por pares e aprovação pelo Conselho Editorial. O conteúdo e a qualidade dos artigos são de responsabilidade dos seus autores e não necessariamente expressam o ponto de vista do Conselho Editorial da Revista.

Conselho Editorial Científico Editora Científica

Prof. Dra. Marcia Athayde Moreira, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Editores de Seção

Prof. Dra. Raimunda M. da Luz Silva, Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.

Prof. Dra. Katya Regina Matos Batista, Instituto Federal do Pará, IFPA, Brasil.
Prof. Dr. Anderson Roberto Pires e Silva, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Editores Honorários

Prof. Dra. Ticiane Lima dos Santos, Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.
Prof. MsC. Antônio Carlos Sales Ferreira Jr., Tribunal de Contas do Estado do Pará, Brasil.
Prof. MsC. Rafael Laredo Mendonça, Tribunal de Contas do Estado do Pará, Brasil.
Prof. MsC. Leonel S. M. R. Mendes, Sócio da GRC Gestão, Consultoria e Auditoria.
Prof. MsC. Aílton Castro Pinheiro, Instituto Federal do Pará, IFPA, Brasil.
Prof. MsC. Aílton Ramos Correia Jr., Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.
Prof. MsC. Miraci M. do Carmo, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA, Brasil.

Editor Técnico

Prof. MsC. Ian Blois Pinheiro, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Pará.

Secretário da Revista

Prof. MsC. Tadeu Junior de Castro Gonçalves

Belém – PA, 20 de abril de 2023.

Paz e bem a todos os leitores da Revista Paraense de Contabilidade – RPC! É com muita satisfação que lançamos mais uma edição, repleta de assuntos interessantes e instigantes, enviados por autores de todo o Brasil.

O primeiro artigo desta Edição, de autoria de **Ernane Rocha da Luz, Josaias Santana dos Santos, João Eudes de Souza Calado e Jéssica Ramos Gomes** objetivou analisar a evidenciação do ativo ambiental dos estados brasileiros a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e do art. 94 da Lei 4.320/64, que estabelece a obrigatoriedade do registro analítico de todos os bens permanentes. Os autores avaliaram os índices de transparência através do método de Biderman e Puttomatti e constataram que o estado de Tocantins apresentou o melhor índice de transparência na evidenciação dos ativos ambientais, mas que em todos os estados analisados há volatilidade nas informações e uma deficiência na evidenciação dos ativos ambientais, com a maioria dos estados tendo os ativos do imobilizado como os itens mais demonstrados e a depreciação segregada por item sendo pouco evidenciada.

O segundo artigo desta Edição, dos autores **Francisco Batista Sobrinho Neto, Annandy Raquel Pereira da Silva, Geison Calyo Varela de Melo e Kallianna Karina Medeiros de Azevedo Navarro** aborda a importância das micro e pequenas empresas no Brasil e objetivou analisar a percepção de micro e pequenos empresários do Rio Grande do Norte quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial. A pesquisa descritiva, quantitativa e por meio de um levantamento foi realizada com 20 empresários. Os resultados mostram que metade das empresas fazem uso da análise da relação do custo/volume/lucro e ponto de equilíbrio, a grande maioria utiliza da contabilidade e/ou contador.

O terceiro artigo desta Edição, de autoria de **Samuel de Oliveira Durso e Luana Karoline Soares Santos Sousa** aborda as especificidades da atuação docente na área de Contabilidade e tem como objetivo levantar os saberes docentes considerados importantes para a atuação dos professores na área. Os autores realizaram uma revisão sistemática da literatura. Os resultados indicam que os primeiros estudos sobre a temática datam de 2002 e já apontavam para a baixa formação didático-pedagógica dos docentes atuantes em cursos de Ciências Contábeis.

O quarto artigo desta Edição, dos autores **Tito Lívio de Souza Moura, Alexsandro Gonçalves da Silva Prado e Maria Auxiliadora de Oliveira Moraes** aborda a importância da governança corporativa para mitigar conflitos de agência nas empresas e aumentar o seu valor de mercado. O estudo objetivou analisar o impacto da inserção no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 na rentabilidade das empresas do setor de construção civil. Para isso, foram observados os índices de rentabilidade, como retorno do ativo (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno sobre o investimento (ROI). Os resultados indicam que após a adesão, as empresas apresentam maiores índices de retorno.

O quinto artigo desta Edição, de autoria de **Diego Lima da Silva e Rodolfo Rocha dos Santos** analisou a influência dos vieses cognitivos na tomada de decisão de alunos de graduação em ciências contábeis, administração e economia de instituições de ensino superior públicas e privadas. A amostra utilizada foi composta por 140 respondentes que responderam a dois questionários que verificaram a ocorrência dos vieses cognitivos do efeito certeza e reflexo, efeito framing, custos afundados e contabilidade mental. Os resultados mostraram que a maioria dos indivíduos apresentou aversão ao risco nas situações que envolvem ganho e propensão ao risco nas situações de perdas.

O sexto artigo desta Edição, dos autores **Antônio Renato Bezerra Noronha, Josué Moraes Pereira Junior e Diana Cruz Rodrigues** analisa as contribuições e limites do crédito como ferramenta na política monetária do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) para o fortalecimento e

desenvolvimento das micro e pequenas empresas. A pesquisa é qualitativa e descritiva, utilizando um questionário semiestruturado. Os resultados sugerem que a política pública PRONAMPE é capaz de garantir a perpetuidade e desenvolvimento das empresas que obtêm acesso ao crédito, graças aos benefícios e burocracias relacionados ao crédito disponibilizado pela política monetária pesquisada.

O sétimo artigo desta Edição, de **Maria Elza da Silveira Barros Galliza de Lima** e **Beatriz da Silva Pereira** analisa a evolução do nível de atendimento às normas contábeis nos 184 municípios de Pernambuco a partir de três levantamentos bienais elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, utilizando o índice denominado ICCPE. Os resultados mostram uma crescente melhoria nas notas de convergência nos três levantamentos, com redução de 71% para os municípios enquadrados nos níveis Crítico ou Insuficiente e crescimento de mais de 22% dos municípios enquadrados no nível aceitável.

O oitavo artigo desta Edição, de autoria de **Alexsandro Toaldo, Octavio Ribeiro de Mendonça Neto, José Carlos Tiomatsu Oyadomari** e **Marcos Reinaldo Severino Peters** investigou as mudanças ocorridas nos pronunciamentos do US-GAAP relacionados a combinações de negócios e imposto de renda diferido ao longo do tempo. O estudo de caso foi conduzido por meio da observação direta da equipe de controladoria local envolvida no processo de combinação de negócios. Os resultados nos casos de (a) combinação de negócios e (b) imposto de renda diferido, conclui-se, respectivamente: (a) para US-GAAP é utilizado o método de aquisição contábil e (b) demonstra que tanto SFAS 109 quanto ASC 740, continua a orientar, de forma genérica e inadequada, o procedimento de reconhecimento contábil relativo ao imposto de renda diferido em caso específico de combinação de negócios.

O nono artigo desta Edição, de **Isabela de Araújo Bernardo dos Santos, Chiara Raiol Paula** e **Anailson Marcio Gomes** analisou a qualidade da informação contábil durante a pandemia da COVID-19, com foco no nível de hierarquia da mensuração a valor justo, das empresas do setor aéreo entre 2019 e 2020. Os resultados indicaram que, surpreendentemente, não houve aumento da mensuração a valor justo no nível 3 da hierarquia durante a pandemia da COVID-19.

O décimo e último artigo desta Edição, dos autores **Alan de Jesus Marinho Carvalho, Dinaldo do Nascimento Araújo, Tiago Magela Miranda de Araújo** e **Wesley de Souza Crisóstomo** aborda a importância da gestão de estoques para empresas comerciais varejistas, e busca responder se um indicador de rotatividade de estoque pode ajudar a melhorar a gestão de estoque de um supermercado varejista. A pesquisa foi baseada em ferramentas utilizadas pela administração de materiais, como a classificação ABC, ciclo PDCA e a metodologia 5S. Após dois meses de implementação das sugestões da pesquisa e com base no indicador de rotatividade, foi possível obter uma nova curva ABC e melhorias na gestão do estoque, como a planilha de cronograma de pedidos, organização e limpeza.

Dessa forma, desejamos mais uma vez excelente leitura a todos. E que Deus esteja sempre conosco.

Atenciosamente,


Prof. Dra. Márcia Athayde
Universidade Federal do Pará
Editora-chefe da Revista Paraense de Contabilidade

Evidenciação dos Ativos Ambientais no Setor Público: Um Estudo nos Demonstrativos Contábeis dos Estados Brasileiros

Ernane Rocha da Luz

Graduado em Ciências Contábeis

Faculdade de Petrolina - Facape


ORCID : 0009-0009-1998-4656

E-mail: ernanerochadaluz@gmail.com

Josaias Santana dos Santos

Doutorando em Ciências Contábeis

Universidade de Brasília-UnB


ORCID : 0000-0001-8008-0036

E-mail: josaias.santana@facape.br

João Eudes de Souza Calado

Doutorando em Ciências Contábeis

Universidade de Brasília-UnB


ORCID : 0000-0002-5435-1178

E-mail: eudes.calado@gmail.com

Jéssica Ramos Gomes

Mestra em Ciências Contábeis

Fucape Business School-FUCAPE

ORCID : 0000-0001-8410-9537

E-mail: jessicargomess@gmail.com

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar a evidenciação do ativo ambiental dos estados brasileiros a partir da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, dos mecanismos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e como prevê o art. 94 da Lei 4.320/64 de que a contabilidade tem por obrigação registrar, de forma analítica, todos os bens de caráter permanente, colaborando com a transparência pública sobre a gestão ambiental. Trata-se de um estudo descritivo, abordagem quantitativa e que se utiliza da pesquisa bibliográfica e da análise de dados para avaliação dos índices de transparência através do método de Biderman e Puttomatti (2011). Os resultados apontaram o estado de Tocantins como o que apresentou o melhor índice de transparência na evidenciação dos ativos ambientais, tanto nos Balanços Patrimoniais, quanto nas Notas Explicativas nos três anos analisados (2018, 2019 e 2020). Contudo, observa-se que em todos os estados analisados há volatilidade nas informações. Ademais, há uma aparente deficiência nas evidenciações, por exemplo, a maioria dos estados tiveram os ativos ambientais do imobilizado como os itens mais demonstrados, e somente a Bahia, especificamente no ano de 2018, apresentou a depreciação segregada por item nas notas explicativas, não contribuindo nos demais anos para a avaliação individual dos itens. Sugere-se para estudos futuros, avaliar o impacto dessa baixa disponibilidade das informações, também nos demais entes públicos e em cenários de mudanças na gestão política.

Palavras-chave: Contabilidade do Setor Público. Evidenciação. Ativos Ambientais.

ABSTRACT

The purpose of the study was to analyze the disclosure of the environmental asset of the Brazilian states from the Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector and Accounting Manual Applied to the Public Sector and as provided for in art. 94 of Law 4.320/64 that accounting has the requirement to register, in an analytical way, all permanent assets, contributing to public transparency on environmental management. Descriptive study, quantitative approach, bibliographical survey and data analysis were also carried out to evaluate the transparency indexes through the method of Biderman and Puttomatti (2011). The results pointed to the state of Tocantins as the one with the best transparency index in the disclosure of environmental assets, both in the Balance Sheets and in the Explanatory Notes in the three years analyzed (2018, 2019 and 2020). However, it is observed that in all states analyzed there is volatility in information. In addition, there is an apparent deficiency in the disclosures, for example, most states had the environmental assets of fixed assets as the most demonstrated items, and only Bahia, specifically in 2018, presented the depreciation per item in the explanatory notes, not contributing in the other years. It is suggested for future studies to evaluate the impact of this low availability of information, also to analyze the other entities and scenarios of changes in political management.

Keywords: Public Sector Accounting. Disclosure. Environmental Assets.

1. INTRODUÇÃO

O meio ambiente sempre foi um assunto amplamente discutido na sociedade. A preservação é um fator crucial para a sobrevivência de toda a vida. Contudo, o ser humano, mesmo com os alertas dados pela própria natureza (derretimento das geleiras, aumento no nível do mar, secas, tempestades, dentre outros elementos naturais), ocasionados pelo aquecimento global, continua a degradá-lo o que se justifica, em parte, pela necessidade para a sobrevivência e, em outra, por interesse próprio, pois a utilização dos recursos naturais de forma exploratória, sem a preocupação com os problemas ocasionados por essa atitude, acarreta problemas no meio social e ambiental em curto e longo prazo (CIDREIRA NETO e RODRIGUES, 2017).

As mudanças ambientais decorrentes do aquecimento global acenderam um alerta nos governantes. Para Schenini e Nascimento (2002) a degradação dos recursos naturais, mediante a poluição do solo e ar, envenenamento dos recursos hídricos e da diminuição da qualidade de vida, têm levado os gestores públicos a buscarem novas soluções para essas questões. Um bom exemplo disso foi o acordo em 2015 entre 195 países, que aconteceu na 21ª Conferência das Partes (COP21), em Paris, ficando conhecido como “Acordo de Paris”, o qual foi estabelecido entre os membros das Nações Unidas, com o objetivo de fortalecer a resposta das nações contra as mudanças climáticas (BRASIL, 2015).

O “Acordo de Paris” manifestou que os países desenvolvidos participantes investissem 100 bilhões de dólares por ano nos países emergentes, a fim de auxiliá-los no combate às mudanças climáticas que vêm acontecendo e na preservação do meio ambiente. O Brasil assinou o acordo estabelecido em Paris, assumindo o compromisso de preservação dos recursos naturais e combate ao aquecimento global. O território brasileiro é um berço de riquezas naturais e antes do acordo, as questões ambientais já eram discutidas, principalmente na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu as responsabilidades dos entes federativos em proteger o meio ambiente e combater a poluição, preservar a fauna e a flora, registrar, acompanhar e

fiscalizar as explorações de recursos hídricos e ambientais (BRASIL, 1988). No mesmo sentido, o § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os entes federativos devem disponibilizar as informações contábeis, fiscais e orçamentárias, com periodicidade, que deverão ser divulgadas em meio eletrônico e com amplo acesso.

Assim, a Contabilidade Ambiental voltada para o setor público, com base nas NBCASP, registra e evidencia (ativos, passivos, receitas e despesas), oriundos da administração pública sobre os recursos provenientes do meio ambiente, a fim de assegurar o cumprimento das leis pertinentes e a geração de informações para os administradores públicos, investidores, a população e outras nações, sinalizando a real intenção do ente com a causa ambiental.

Reforçando essa importância, Cruz, Marques e Ferreira (2009) defendem que a demanda de informações, de caráter socioambiental da contabilidade do setor público e privado por parte da sociedade, tem despertado maior interesse pelos indicadores dos recursos ambientais de todo o planeta.

Diante disso, o presente artigo tem como finalidade responder à seguinte indagação: **Como os estados brasileiros evidenciam o seu ativo ambiental no Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas?** Assim, o objetivo do presente estudo é analisar a evidenciação do ativo ambiental dos estados brasileiros a partir da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP).

Ademais, esta pesquisa se justifica devido à verificação das informações prestadas pelos Estados e Distrito Federal em relação às Leis pertinentes à transparência pública, como é exposta a evidenciação do patrimônio ambiental pelo ente e se está seguindo as normas contábeis aplicadas ao setor público. A sua relevância se dá pela exposição das informações prestadas pelos Estados e Distrito Federal no que diz respeito à transparência nos gastos públicos relacionados ao meio ambiente, em um período em que a causa ambiental é notícia presente no Brasil, além de confirmar se os princípios da contabilidade pública estão sendo seguidos.

O artigo está segmentado em cinco seções. Inicia-se com a introdução, na seção 2, faz-se um levantamento sobre a contabilidade pública e ambiental, de um modo geral. A seção 3 aborda os aspectos metodológicos da pesquisa. A seção 4 apresenta a análises e os resultados obtidos. Por fim, na seção 5 são apontadas as considerações finais e as limitações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade do Setor Público e a Convergência às Normas Internacionais

O CFC deu início ao processo de convergência em 2004 e pela Portaria 37 criou um grupo de estudos, que tinha como objetivo propor as NBCASP alinhadas às IPSAS. A partir disso, foram estabelecidas as Orientações Estratégicas para a Contabilidade Pública no Brasil, a chamada Nova Contabilidade Aplicada ao Setor público, com enfoque no processo de convergência (NASCIMENTO, et. al., 2015).

As IPSASs visam a harmonização das normas internacionais de contabilidade pública, com o propósito de melhorar as informações geradas pelo setor público. Como disposto por Diniz, Silva, Santos e Martins (2015), as normas buscam produzir melhorias nas informações de caráter contábil, ficando, assim, as informações geradas com maior facilidade de entendimento, acarretando mudanças na gestão e no modo de gerir o patrimônio público, bem como na forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação.

Rosa et al. (2019) argumentam que desde 2008 a contabilidade pública no Brasil tenta se reafirmar como ciência, demonstrando que o seu principal objeto de estudo é o patrimônio público. O CFC, com esse objetivo, estabeleceu três diretrizes no seu documento “Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil”, sendo elas:

Diretriz 1 - Promover o Desenvolvimento Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil; Diretriz 2 - Estimular a Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (IPSAS); Diretriz 3 - Fortalecer institucionalmente a Contabilidade aplicada ao Setor Público (CFC, 2008, p. 8-14).

Deste modo o CFC (2008) trata do papel da contabilidade como ciência social aplicada no auxílio da governança e estudo dos principais sistemas organizacionais públicos, sendo eles: planejamento, orçamento, administração financeira, pessoal, patrimonial, contabilidade e controle interno, com o intuito de oferecer aos usuários das informações o diagnóstico dos resultados contábeis/econômicos/financeiros da gestão pública, além de estudar os reflexos decorrentes das decisões no patrimônio.

2.2 Evidenciação dos Ativos Ambientais no Setor Público

Nas últimas décadas a contabilidade tem se adaptado às novas necessidades, dentre elas, as informações sobre o meio ambiente e seus recursos (SILVA, 2003). Assim, informações contábeis relativas ao meio ambiente são constantemente demandadas pela sociedade, pois as mudanças que vêm ocorrendo, acarretam gastos e ganhos tanto do setor privado como público.

Em razão disso, Brandão et. al., (2020) destacaram que desde 1970 os gestores começaram a entender melhor os impactos ambientais e, a partir de então se inicia um processo de análise para amenizar os impactos causados pelas empresas. Kraemer (2002) reforça essa afirmação, pois quando as organizações começam a dar mais atenção as questões ambientais, promoveu-se o surgimento da contabilidade ambiental.

Cruz, Marques e Ferreira (2009), defendem que ao considerar que a finalidade da atuação do Estado é promover o bem comum, e como o meio ambiente é um recurso tutelado pela Estado, caracteriza-se, então, que a gestão e a defesa dos recursos ambientais são de responsabilidade do Estado. Em acordo a essa posição, Kronbauer et. al., (2010) dissertam que a contabilidade ambiental auxilia no processo de prestação de contas, gerando e fornecendo informações confiáveis para o público externo.

A Portaria nº 42/1999 introduziu a função “Gestão Ambiental” na classificação dos gastos públicos, dividindo-a em: preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas, recursos hídricos e meteorologia. Dessa maneira, a evidenciação dos fatos ambientais, pela contabilidade, proporciona a verificação que deve ser realizada sobre o meio ambiente (SOUZA; PFITSCHER, 2013).

Segundo Santos et. al., (2001), são considerados ativos ambientais os bens e direitos em forma de capital circulante ou capital fixo provenientes da atividade de gerenciamento ambiental. Consoante com esse ponto de vista, Faroni et. al, (2010) argumentam que o ativo ambiental é um recurso controlado, proveniente de um evento passado e que são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos de forma direta ou indireta para a entidade. Eles comentam, também, que tais aspectos surgem pelos

vários eventos, dentre eles o aumento da capacidade, segurança ou eficiência de outros ativos da entidade, juntamente pela prevenção de possíveis contaminações ambientais resultantes da operação e para a conservação do meio ambiente.

Conforme prevê o art. 94 da Lei 4.320/64, a contabilidade tem por obrigação registrar, de forma analítica, todos os bens de caráter permanente, indicando os agentes responsáveis pela sua administração e guarda, demonstrando os elementos necessários para a sua correta caracterização (BRASIL, 1964). Por outro lado, o reconhecimento se dá pela sua incorporação às demonstrações. Diante disso, se requer o seu enquadramento e a sua definição, envolvendo “a descrição do item, a atribuição do seu valor e a sua inclusão nos demonstrativos contábeis, que no caso de um ente público, é dado nos seus diversos sistemas” (CRUZ; MARQUES; FERREIRA, 2009, p. 15). Os autores apontam um exemplo, ao não considerar a Baía de Guanabara como registro no patrimônio, o Estado do Rio de Janeiro, que detém o seu controle, na qual é resultante de eventos passados e com potencial de benefícios econômicos futuros e se preservada e explorada economicamente, geraria recursos ilimitados para o ente.

Segundo o MCASP (2018), os bens no patrimônio cultural devem respeitar os procedimentos de reconhecimento do ativo imobilizado. Contudo, para fazer parte do ativo, o reconhecimento se dá ao satisfazer a definição de ativo e ser mensurável, observando-se as características qualitativas. Levando em consideração as restrições sobre a informação contábil, desse modo, a sua evidenciação se dá pela demonstração das políticas contábeis adotadas. Com esse intuito, a evidenciação do ativo ambiental na presente pesquisa analisará as informações disponibilizadas no BP referente aos ativos dos Estados e Distrito Federal e a evidenciação apresentada nas Notas Explicativas.

3. METODOLOGIA

Quanto a metodologia, trata-se de pesquisa descritiva, pois como aponta Prodanov e Freitas (2013, p. 52), ocorrem “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Em outras palavras, verifica-se como está sendo feita a evidenciação dos dados a partir das informações disponíveis. Em relação à abordagem do problema, a pesquisa se identifica como quantitativa, pois “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69).

No que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e análise documental. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 182) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”. As autoras apontam, ainda, que a finalidade é prover o contato direto com tudo que foi exposto sobre determinado assunto.

Adicionalmente, foi realizado levantamento de informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos dos Estados e do Distrito Federal, referente ao período de 2018 a 2020, no qual é verificado se há evidenciação dos ativos ambientais no Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas. Foram escolhidas essas duas demonstrações, pois elas agregam as informações necessárias para essa pesquisa, sendo no BP a conta específica do ativo ambiental e a NE as informações relacionadas a ele.

A partir do levantamento será atribuída uma pontuação ao ente que evidenciar o ativo ambiental no seu balanço patrimonial e nas notas explicativas, porém, caso não seja cumprida nenhuma das assertivas anteriores, não será atribuída pontuação ao ente. Ao final do processo de levantamento e aplicação das notas, será demonstrado se os entes evidenciaram os seus ativos ambientais, além de ser verificado se as informações estão disponíveis de maneira simples e com fácil acesso, apontando qual ente divulga os seus ativos ambientais.

3.1 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por consulta no sítio eletrônico de cada ente, verificando a disponibilidade dos arquivos referente ao BP e as NE de cada ano. Contudo, em alguns casos, esses aspectos estavam compondo um único arquivo chamado “Balanço Geral”, que foi fracionado nos arquivos específicos. Todavia, vale ressaltar que o Balanço Patrimonial apresenta apenas as informações sintéticas e, em razão disso, foi utilizado o balancete do último período de cada ano analisado, pois apresenta, de forma analítica, todas as contas que compõem o BP, verificando, assim, a evidenciação dos itens com base no MCASP (2018) e na metodologia de Biderman e Puttomatti (2011).

A metodologia de Biderman e Puttomatti (2011) é a mais utilizada nos trabalhos para verificação de transparência estadual. Diante disso, com o objetivo de verificar o índice de evidenciação do ativo ambiental, com base no MCASP, fez-se necessária a sua adaptação para este trabalho, com base em dois parâmetros para ser realizada a investigação e, posteriormente, os dados coletados foram traduzidos em um *ranking* de nível de transparência por ano.

Quadro 1

Parâmetro, grupos e contas

Parâmetro	Grupos	Contas Sintéticas de acordo com MCASP
1º - Evidenciação do Ativo Ambiental no Balanço Patrimonial (70 Pontos)	Ativo Circulante (40 Pontos)	Caixa e Equivalentes de Caixa
		Créditos a Curto Prazo
		Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo
		Estoques
		Ativo Não Circulante Mantido para Venda
		VPD Pagas Antecipadamente
	Ativo Não Circulante (30 Pontos)	Realizável a Longo Prazo
		Investimentos
		Imobilizado
		Intangível
Parâmetro	Grupos	Contas Sintéticas de acordo com MCASP
2º - Evidenciação do Ativo Ambiental nas Notas Explicativas (30 Pontos)	Notas Explicativas (30 Pontos)	Evidenciação do ativo e informações relativas ao ativo evidenciado

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

No Quadro 1, observa-se os dois parâmetros da pesquisa, o qual é verificado no 1º a evidenciação do ativo ambiental nos dois grupos do BP (AC e ANC) e as suas respectivas pontuações. De acordo com o MCASP, o AC contém seis contas sintéticas e o ANC quatro contas sintéticas. No 2º parâmetro, são analisadas as informações que constam nas NE sobre os ativos evidenciados no parâmetro anterior e a sua respectiva pontuação.

O cálculo do índice de transparência, nessa pesquisa, é construído a partir dos dois parâmetros, sendo:

$$\begin{aligned} & \text{Evidenciação do Ativo Ambiental no BP} = 70 \text{ pontos (70\% do total)} \\ & \text{Evidenciação do Ativo Ambiental na NE} = 30 \text{ pontos (30\% do total)} \\ \text{Então, a pontuação máxima do parâmetro 1 + pontuação máxima do parâmetro} \\ \text{2} = & \quad \quad \quad 100 \text{ pontos (100\%).} \end{aligned}$$

A verificação das informações nos sítios eletrônicos dos estados ocorreu entre os dias 01 de setembro de 2021 até 15 de outubro de 2021. Com base nos dados das coletas, após visita em cada site, foram verificados os dois parâmetros estabelecidos a partir das suas variáveis.

Para melhor entendimento, será realizada uma demonstração do cálculo: no parâmetro 1º, o grupo do Ativo Circulante tem uma pontuação total de 40 pontos, como tem 6 contas nesse grupo, temos $40 / 6 = 6,67$, ou seja, cada conta do grupo terá uma pontuação de 6,67 pontos, assim também será feito com o grupo do Ativo Não Circulante. O parâmetro 2º, terá como base as contas do parâmetro 1º, com $30 / 10 = 3$, assim, se cada conta do parâmetro 1º for abordada nas Notas Explicativas, teremos um total de 3 pontos por conta. No final, serão somadas apenas as contas que foram evidenciadas em cada Estado nos anos de 2018, 2019 e 2020 e, posteriormente, a sua pontuação máxima.

A análise da evidenciação estadual foi desenvolvida com base na metodologia de Biderman e Puttomatti (2011). Desse modo, os parâmetros apresentam variação de 0% a 100%, recebendo maior grau de evidenciação aquele Estado que mais se aproximar do percentual de 100%, atendendo o MCASP, ou seja, a partir da pontuação total atingida pelo ente, obtém-se o percentual do índice.

No geral, para levantamento e agrupamentos dos índices da pesquisa, foram utilizados quadros a partir das planilhas do *Microsoft Excel* 365 contendo as pontuações de cada parâmetro por ano, analisando-as de acordo com as informações disponíveis nos sítios eletrônicos dos Estados.

4. DADOS E ANÁLISES

Os resultados da presente pesquisa foram expostos conforme os parâmetros dos Quadros 2 e 3, pois devido à quantidade de informações, os quadros foram divididos em duas partes, sendo a primeira dos estados da região Norte e Nordeste (ambos que apresentam a maior quantidade de entes somados) e a segunda com os do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, entretanto a análise é feita em conjunto.

A partir da metodologia explicada anteriormente, os quadros de pontuação apresentam: a estrutura com os parâmetros estabelecidos, a pontuação máxima de cada variável e a obtida pelo ente. E os quadros de índice de transparência: o percentual de cada ente com base nos dados apresentados pelo quadro de pontuação.

Os resultados obtidos em 2018 são os apresentados nos quadros 2 e 3.

Quadro 2

Pontuação dos Estados do Norte e Nordeste em 2018

Parâmetro BP e NE	Valor Total	A L	B A	C E	M A	P B	P E	P I	R N	S E	A C	A M	A P	P A	RO	R R	T O
AC - Caixa e Equivalentes	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Créditos CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Invest. e Aplic. CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Estoques	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - ANC Mant. p/ Venda	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - VPD Antecipadas	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Realizável a LP	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Investimentos	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Imobilizado	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,5	0	7,5	0	7,5	0	7,5
ANC - Intangível	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,5
NE - Evidenciação do Ativo e informações	30	0	15	0	0	3	0	0	0	9	0	0	0	0	3	3	6
Pontuação Total	100	0	15	0	0	3	0	0	0	9	7,5	0	7,5	0	10,5	3	21

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Quadro 3

Pontuação dos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2018

Parâmetro BP e NE	Valor Total	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	SC	DF	GO	MT	MS
AC - Caixa e Equivalentes	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Créditos CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Invest. e Aplic. CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Estoques	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - ANC Mant. p/ Venda	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - VPD Antecipadas	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Realizável a LP	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Investimentos	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Imobilizado	7,5	7,5	0	7,5	0	0	0	0	7,5	0	0	7,5
ANC - Intangível	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NE - Evidenciação do Ativo e informações	30	9	0	0	6	3	0	6	0	0	3	0
Pontuação Total	100	16,5	0	7,5	6	3	0	6	7,5	0	3	7,5

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

A partir da análise dos Quadros 2 e 3, no ano de 2018, o estado que mais se destacou perante os demais foi o do Tocantins, com uma pontuação de 21 pontos.

Contudo, quando comparado com o montante possível (100 pontos), verifica-se pouca diversificação na evidenciação do ativo, sendo que só foram evidenciados no BP os ativos ambientais relacionados à conta do imobilizado e intangível, nos quais constavam, respectivamente, a evidenciação de glebas de terras e concessão de direito de uso de água. Já na NE foram informados dados relativos aos investimentos não mencionados no BP sobre a companhia responsável pela mineração no estado.

Dentro da análise, verificou-se que, entre os entes que evidenciaram os seus ativos ambientais no BP em 2018, houve semelhança no que tange à conta do imobilizado, pois esse item se mostrou mais predominante, nos estados do Acre, Amapá, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Roraima e no Distrito Federal, os quais evidenciaram somente os seus bens ambientais do imobilizado, tais como: açudes/barragens, glebas de terra, parques, reservas e equipamentos de proteção e vigilância ambiental.

O Espírito Santo destacou nas NEs os créditos recebidos perante o instituto estadual do meio ambiente e recursos hídricos e seus ativos não circulantes mantidos para venda do mesmo instituto, entretanto, não explanou sobre esses itens. Também vale destacar que, além de evidenciar os equipamentos de proteção ambiental e as glebas (sendo as últimas destacadas respectivamente no BP e na NE), foi o único que apresentou as suas florestas no BP.

A Bahia é o caso mais peculiar, pois apresentou 0 ponto no BP e 15 pontos nas NE, ou seja, todas as evidenciações encontradas constavam apenas nas notas explicativas, agregando informações de crédito de recursos destinados para o meio ambiente, estoques de itens para pesquisas ambientais, direito sobre recursos minerais, dentre outros aspectos. Um possível motivo disso é a falta de disponibilização de um balancete para a análise do BP.

Sergipe e Rondônia foram os únicos que disponibilizaram nas NEs os caixas e equivalentes de caixas (saldos bancários referentes a recursos destinados para o meio ambiente), além de evidenciar seus estoques (materiais disponíveis para a secretaria do meio ambiente e dos recursos hídricos) e os mesmos imobilizados citados anteriormente, e intangível (direito sobre recursos minerais).

São Paulo e Paraná demonstraram os seus investimentos em empresas de exploração de recursos ambientais. Todavia, apenas o primeiro apresentou os seus parques e reservas ambientais no imobilizado, informações essas disponíveis nas NEs. Da mesma forma, Mato Grosso ressaltou no intangível os direitos sobre recursos naturais.

Vale ressaltar, ainda, que todos os Estados afirmaram nas suas notas explicativas que, no ano de 2018, elaboraram as suas demonstrações de acordo com o MCAPS, o STN e as NBC TSP. Ademais, para melhor interpretação dos resultados, foi feito um agrupamento nos Quadros 4 e 5, para demonstrar os índices de transparência no ano de 2018.

Quadro 4

Índice de Transparência nos Estados do Norte e Nordeste analisados em 2018

ESTADOS	Valor Total	A	BA	C	M	PB	P	P	R	SE	AC	A	AP	P	RO	RR	TO
Parâmetro		L		E	A		E	I	N		M		A				
Evidenciação Ativo Ambiental no BP	70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,5	0	7,5	0	7,5	0	15
Evidenciação Ativo Ambiental nas NEs	30	0	15	0	0	3	0	0	0	9	0	0	0	0	3	3	6

Pontuação Total	100	0	15	0	0	3	0	0	0	9	7,5	0	7,5	0	10,5	3	21
Índice de Transparência	100%	-	15%	-	-	3%	-	-	-	9%	8%	-	8%	-	11%	3%	21%
Ranking		-	3º	-	-	8º	-	-	-	5º	6º	-	6º	-	4º	8º	1º

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Quadro 5

Índice de Transparência nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste analisados em 2018

ESTADOS	Valor Total	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	SC	DF	GO	MT	MS
Evidenciação Ativo Ambiental no BP	70	7,5	0	7,5	0	0	0	0	7,5	0	0	7,5
Evidenciação Ativo Ambiental nas NEs	30	9	0	0	6	3	0	6	0	0	3	0
Pontuação Total	100	16,5	0	7,5	6	3	0	6	7,5	0	3	7,5
Índice de Transparência	100%	17%	-	8%	6%	3%	-	6%	8%	-	3%	8%
Ranking		2º	-	6º	7º	8º	-	7º	6º	-	8º	6º

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Nos Quadros 4 e 5, foram apresentados os índices de transparência dos Estados que mais evidenciaram os seus ativos ambientais. Desse modo, quanto mais próximo de 100%, maior a disponibilidade de informações sobre a gestão ambiental e os mecanismos do MCASP.

A partir da metodologia aplicada nesse estudo, o Estado do Tocantins obteve o melhor índice, representado pelo percentual de 21%, pois o ente evidenciou tanto no seu BP como na NE seus ativos relacionados as contas do imobilizado e intangível. Na sequência, o Espírito Santo com índice de 17%, justificado pela evidenciação do imobilizado no BP e na NE, constando na última, as contas de clientes e os ativos não circulantes mantidos para venda. Ademais, a Bahia ocupou o 3º lugar, com um índice de 15%, por ter mencionado na NE os créditos, estoques, investimentos, imobilizados e intangíveis.

Nos quadros 6 e 7 a seguir, serão apresentadas as pontuações dos estados do Norte e Nordeste, e dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente do ano de 2019:

Quadro 6

Pontuação dos Estados do Norte e Nordeste em 2019

Parâmetro BP e NE	Valor Total	A L	B A	C E	M A	P B	P E	PI	R N	S E	A C	A M	A P	P A	RO	R R	T O
AC - Caixa e Equivalentes	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Créditos CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Invest. e Aplic. CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Estoques	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - ANC Mant. p/ Venda	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - VPD Antecipadas	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Realizável a LP	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC Investimentos	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ANC - Imobilizado	7,5	0	0	0	7,5	0	0	7,5	0	0	7,5	0	7,5	0	7,5	0	7,5
ANC - Intangível	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,5
NE - Evidenciação do Ativo e informações	30	0	12	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	6	3	6
Pontuação Total	100	0	12	0	7,5	3	0	7,5	0	3	7,5	0	7,5	0	13,5	3	21

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Quadro 7

Pontuação dos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2019

Parâmetro e NE	BP	Valor Total	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	SC	DF	GO	MT	MS
AC - Caixa e Equivalentes		6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Créditos CP		6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Invest. e Aplic. CP		6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Estoques		6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - ANC Mant. p/ Venda		6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - VPD Antecipadas		6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Realizável a LP		7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Investimentos		7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Imobilizado		7,5	7,5	0	7,5	0	0	0	0	7,5	0	0	7,5
ANC - Intangível		7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NE - Evidenciação do Ativo e informações		30	0	0	0	6	3	0	3	0	0	3	0
Pontuação Total		100	7,5	0	7,5	6	3	0	3	7,5	0	3	7,5

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Ao verificar os Quadros 6 e 7, percebe-se que o estado do Tocantins apresentou a mesma pontuação do ano anterior. Isso se deu por não ter evidenciado nenhum novo ativo. Os estados da Bahia, Espírito Santo, Sergipe e Santa Catarina diminuíram a sua pontuação, pois deixaram de evidenciar alguns itens. A Bahia deixou de evidenciar os créditos da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral e estoques de itens de pesquisa, entretanto, evidenciou-se de novo em 2019, o investimento feito no Consórcio estadual de desenvolvimento sustentável do Nordeste.

O Espírito Santo não divulgou as suas Notas Explicativas referentes ao ano de 2019, por isso, não teve como comprovar a sua evidenciação do ano anterior. Sergipe não deixou de forma analítica, como no ano anterior, o saldo na conta de caixa e equivalentes de caixa, bem como o estado de Santa Catarina o seu imobilizado.

Em contrapartida, os estados do Piauí, Paraná e Maranhão começaram a evidenciar seus ativos ambientais relacionados ao imobilizados, como: equipamentos de proteção e vigilância ambiental, glebas de terras, represas e açudes, parques, reservas e bens do patrimônio ambiental. Todavia, o Paraná deixou de evidenciar os seus investimentos, sem descrever o motivo nas NEs. Do mesmo modo, Rondônia aumentou a sua evidenciação ao acrescentar um crédito proveniente do fundo especial para a proteção ambiental.

Os demais estados mantiveram os ativos do ano anterior. Com essas mudanças, o índice de transparência do ativo ambiental em 2019 ficou da seguinte forma, conforme quadros 8 e 9:

Quadro 8

Índice de Transparência nos Estados do Norte e Nordeste em 2019

ESTADOS	Valor Total	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
Parâmetro																	
Evidenciação Ativo Ambiental no BP	70	0	0	0	7,5	0	0	7,5	0	0	7,5	0	7,5	0	7,5	0	15
Evidenciação Ativo Ambiental nas NEs	30	0	12	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	6	3	6
Pontuação Total	100	0	12	0	7,5	3	0	7,5	0	3	7,5	0	7,5	0	13,5	3	21
Índice de Transparência	100%	-	12%	-	8%	3%	-	8%	-	3%	8%	-	8%	-	14%	3%	21%

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Quadro 9

Índice de Transparência nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2019

ESTADOS	Valor Total	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	SC	DF	GO	MT	MS
Parâmetro												
Evidenciação Ativo Ambiental no BP	70	7,5	0	7,5	0	0	0	0	7,5	0	0	7,5
Evidenciação Ativo Ambiental nas NEs	30	0	0	0	6	3	0	3	0	0	3	0
Pontuação Total	100	7,5	0	7,5	6	3	0	3	7,5	0	3	7,5
Índice de Transparência	100%	8%	-	8%	6%	3%	-	3%	8%	-	3%	8%
Ranking		4º	-	4º	5º	6º	-	6º	4º	-	6º	4º

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Utilizado o mesmo critério do ano anterior, os Quadros 8 e 9 demonstram o índice do ano de 2019. Nota-se que Tocantins continua sendo o estado com a maior porcentagem, ocasionado pelos ativos mencionados no ano anterior. Entretanto, o Estado de Rondônia aparece na sequência com porcentagem de 14% devido à conta de créditos adicionadas nas NEs, conforme mencionado anteriormente. Em seguida, aparece o estado da Bahia com 12%, mesmo com a redução comparada a 2018.

O Espírito Santo teve uma queda por não ter divulgado as NEs. Nesse ano, um maior número de entes iniciaram a evidenciação, ao menos um ativo no BP ou nas NEs, mas, com pouca diversificação, considerando que as informações do imobilizado predominam.

Quadro 10

Pontuação dos Estados do Norte e Nordeste em 2020

Parâmetro BP e NE	Valor Total	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
AC - Caixa e Equivalentes	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Créditos CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Invest. e Aplic. CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Estoques	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - ANC Mant. p/ Venda	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

AC - VPD Antecipadas	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Realizável a LP	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Investimentos	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Imobilizado	7,5	0	0	0	7,5	0	0	0	0	0	7,5	0	7,5	0	0	0	7,5
ANC - Intangível	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,5	0	0	0	7,5
NE - Evidenciação do Ativo e informações	30	0	9	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	6	3	3
Pontuação Total	100	0	9	0	7,5	3	0	0,0	0	3	7,5	0	15	0	6	3	18

Fonte: Adaptação do autor com base na metodologia de Biderman e Puttomati (2011)

Quadro 11

Pontuação dos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2020

Parâmetro BP e NE	Valor Total	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	SC	DF	GO	MT	MS
AC - Caixa e Equivalentes	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Créditos CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Invest. e Aplic. CP	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - Estoques	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - ANC Mant. p/ Venda	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC - VPD Antecipadas	6,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Realizável a LP	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Investimentos	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANC - Imobilizado	7,5	7,5	0	7,5	0	0	0	0	7,5	0	0	7,5
ANC - Intangível	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NE - Evidenciação do Ativo e informações	30	0	0	0	6	3	0	0	0	0	3	0
Pontuação Total	100	7,5	0	7,5	6	3	0	0	7,5	0	3	7,5

Fonte: Adaptação do autor com base na metodologia de Biderman e Puttomati (2011)

No ano de 2020, o Tocantins diminuiu a sua pontuação em comparação aos anos de 2018 e 2019. Isso ocorreu devido a não evidenciação do seu intangível (concessão de direito de uso de água) nas NEs, o motivo não é esclarecido. A Bahia deixou de evidenciar os seus créditos destinados à causa ambiental. Piauí e Rondônia não disponibilizaram os seus balancetes de 2020 e o estado do Espírito Santo e Santa Catarina não mencionaram os seus ativos ambientais nas NEs. Já o Amapá começou a registrar os seus intangíveis de direito sobre recursos minerais no balancete. Até 2020, os estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul não evidenciaram, em momento algum, os seus ativos ambientais.

Quadro 12

Índice de Transparência nos Estados do Norte e Nordeste em 2020

ESTADOS	Valor Total	A L	B A	C E	M A	P B	P E	PI	R N	SE	A C	A M	AP	P A	R O	R R	TO
Evidenciação Ativo Ambiental no BP	70	0	0	0	7,5	0	0	0	0	0	7,5	0	15	0	0	0	15

Evidenciação Ativo Ambiental nas NEs	30	0	9	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	6	3	3
Pontuação Total	100	0	9	0	7,5	3	0	0	0	3	7,5	0	15	0	6	3	18
Índice de Transparência	100%	-	9%	-	8%	3%	-	0%	-	3%	8%	-	15%	-	6%	3%	18%
Ranking		-	3º	-	4º	6º	-	-	-	6º	4º	-	2º	-	5º	6º	1º

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

Ao verificar a partir do índice de transparência, percebe-se que o estado do Tocantins continua com o melhor índice, mesmo com a redução em comparação aos anos anteriores. Em seguida, aparece o estado do Amapá (15%), que obteve aumento em comparação ao ano anterior. Na sequência, consta o estado da Bahia mesmo com queda no seu índice. Cabe aqui destacar que nos anos de 2019 e 2020, a Bahia deixou de segregar a sua depreciação, ou seja, não foi possível distinguir quais eram os valores referentes aos seus ativos ambientais evidenciados.

Diferente dos anos de 2018 e 2019, no ano de 2020 teve início a pandemia mundial da Covid-19, que resultou em quarentena para toda a população. Nesse período, os colaboradores dos órgãos públicos estavam trabalhando via *home office*, entretanto, como os entes não estavam preparados para esse tipo de trabalho, isso pode ter corroborado para a quedas nos registros dos dados referentes ao ano de 2020.

Quadro 13

Índice de Transparência nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2020

ESTADOS	Valor Total	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	SC	DF	GO	MT	MS
Evidenciação Ativo Ambiental no BP	70	7,5	0	7,5	0	0	0	0	7,5	0	0	7,5
Evidenciação Ativo Ambiental nas NEs	30	0	0	0	6	3	0	0	0	0	3	0
Pontuação Total	100	7,5	0	7,5	6	3	0	0	7,5	0	3	7,5
Índice de Transparência	100%	8%	-	8%	6%	3%	-	-	8%	-	3%	8%
Ranking		4º	-	4º	5º	6º	-	-	4º	-	6º	4º

Fonte: Dados da pesquisa (2021) adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti (2011)

A maioria dos estados mantiveram os seus índices nos três anos analisados, isto porque não foi divulgado nenhuma informação, como se observou nos dados dos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, houve a falta de constância na divulgação, tendo como exemplo os seguintes estados: Bahia, Espírito Santo, Piauí, Paraná, Rondônia, Sergipe e Santa Catarina, sem expressar o motivo dessa situação, o que demonstra a falta de melhores mecanismos e investimentos na evidenciação desses bens e direitos, que colaboram para o melhor controle da preservação ambiental e dos gastos públicos.

Com base na metodologia aplicada, percebe-se que o Estado do Tocantins apresenta o melhor nível de transparência nos três anos analisados, pois apresentou as suas evidenciações do ativo ambiental tanto no Balanço Patrimonial, como nas Notas Explicativas, seguindo em 2018 por Espírito Santo, 2019 por Rondônia e 2020 por Amapá. Isso demonstra a volatilidade dessa informação, pois conforme discutido

anteriormente, não fica claro o que aconteceu com o ativo de um ano para o outro, já que não é informado, além de mostrar deficiências nas evidenciações. Um exemplo disso é que a maioria dos estados tiveram os ativos ambientais do imobilizado como item mais evidenciado. Contudo, somente a Bahia, especificamente no ano de 2018, demonstrou a depreciação segregada por item nas notas explicativas e, nos demais anos, apresentou somente o montante do grupo, não colaborando na análise individual dos itens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingir o objetivo do presente estudo, analisou-se a evidenciação do ativo ambiental dos estados brasileiros a partir da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) e segundo os resultados obtidos, alguns estados do território brasileiro não estão seguindo de forma total as normas, pois mesmo afirmando nas suas notas explicativas que estão de acordo com MCASP, o STN e as NBC TSP, alguns deles não disponibilizaram os seus balancetes e notas explicativas e, ao mesmo tempo, nove deles não estão evidenciando os seus ativos ambientais, enquanto os demais ficam oscilando na evidenciação, ou seja, um item evidenciado num ano, no outro já não é mais, sem dar uma explicação sobre o ocorrido nas notas explicativas.

O estado do Tocantins apresentou o melhor índice de transparência nos três anos analisados (2018 = 21%, 2019 = 21% e 2020 = 18%), disponibilizando o seu Balanço Patrimonial junto do Balancete para análise e as Notas Explicativas. Os demais estados apresentaram um índice (exceto os que não pontuaram) em 2018 entre 3% e 17%, em 2019 entre 3% e 14% e 2020 entre 3% e 15%. Essa variação ocorreu, principalmente, por uns não disponibilizarem o balancete.

O mesmo caso é para os estados que não pontuaram em nenhum parâmetro, pois as informações disponíveis eram de forma sintética e resumida, não seguindo dessa forma os mecanismos da Lei 12.527/11 (Lei de acesso à informação). Contudo, mesmo os que evidenciaram, estão longe do ideal, pois as demonstrações não tinham de forma prática e rápida uma opção no *site* para clicar e ser direcionado. A maioria só evidenciou os ativos ambientais do imobilizado e intangível, não expressando, de fato, todos os recursos, mantimentos e investimentos em curto e longo prazo para a sua gestão ambiental. Isso pode se dar pela falta de sistemas para esse controle.

Sendo assim, infere-se a baixa evidenciação do ativo ambiental na administração pública, pois considerando a riqueza e a diversidade ambiental do território brasileiro, a pesquisa salientou que na pontuação máxima obtida entre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, apenas um se destacou, apresentando um percentual de 21% no seu índice de transparência, percentual esse muito baixo, se considerado o percentual máximo de 100%.

Como limitação da pesquisa observou-se que os sítios eletrônicos dos Estados não indicavam com facilidade o local adequado para ser encontrado os dados necessários para essa pesquisa, tendo que recorrer à plataforma de pesquisa *Google* para encontrar o conteúdo e o seu “caminho” até o local correto no *site*. Ao localizá-lo, foi possível obter informações necessárias para a análise do Balanço Patrimonial/Balancete e Notas Explicativas, quando disponíveis.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar as causas da escassa ou inexistente evidenciação, que seja analisado o impacto dessa baixa disponibilidade das informações referentes aos ativos ambientais nos estados brasileiros. Também, analisar a evidenciação do ativo ambiental nos municípios brasileiros, especialmente

nos grandes municípios e capitais. E por último, avaliar se existe alguma relação na evidenciação dessas informações com as mudanças de gestão política nas esferas públicas.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, C; PUTTOMATTI, G. **Metodologia do Índice de Transparência**. 2011. Disponível em: <<http://controladagestaopublica.blogspot.com/2012/06/conheca-o-indice-de-parencia.html>>. Acesso em 10/08/2021.

BRANDÃO, A. S; OLIVEIRA, R. R; ALMEIDA, V. F; GUIDI, A. C. Importância da Contabilidade Ambiental nas Organizações. **RAUnP** - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar, v. 12, n. 1, p. 47-60, 2020.

BRASIL. **Lei no 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília. 1964.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação. 2005.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Acordo de Paris**. Brasília – DF, 2015. Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris> > Acesso em 03/09/2020 as 00:13.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Secretária do Tesouro Nacional**. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. ed. 8, pag. 1-469, 2018.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. ed. São Paulo: Atlas, p. 1-458, 2018.

CIDREIRA NETO, I. R. G; RODRIGUES, G. G. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. **Revista Movimento Sociais e Dinâmicos Espaciais**. Recife, v. 6, n. 2, p. 142 – 156, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil**. Brasília: CFC, pag. 1-15, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **GA NBC TSP**. 2020. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/area-publica/o-ga-nbctsp/>>, Acesso em 05 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, pag. 1-56, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Contabilidade Pública: A nova Contabilidade Pública Municipal**. Brasília: CNM, pag. 1-60, 2012.

CRUZ, C. F; MARQUES, A. L; FERREIRA, A. C. S. Informações ambientais na contabilidade pública: reconhecimento de sua importância para a sustentabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 2, p. 7-23, 2009. DOI: [10.21446/SCG_UFRJ.V4I2.13176](https://doi.org/10.21446/SCG_UFRJ.V4I2.13176)

DINIZ, J. A; SILVA, S. F. S; SANTOS, L. C; MARTINS, V. G. Vantagens da Implantação das Ipsas na Contabilidade Pública Brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 9, n. 3, pag. 275-294, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v9i3.1226>

FARONI, W; SILVEIRA, S. F. R; MAGALHÃES, E. A; MAGALHÃES, E. M. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte-MG. **Revista Árvore**, v. 34, n. 6, p. 1119-1128, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Secretária de Estado da Fazenda. **Balanco Geral. Rio Branco**: Sefaz, 2021. Disponível em: < http://sefaz.acre.gov.br/2021/?page_id=673 >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Secretária de Estado da Fazenda. **Balanco Geral. Maceió**: Sefaz, 2021. Disponível em: < <http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/40-financas/gestao-financeira-orcamentaria/131-balanco-geral-do-estado> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Balanco Geral** (Prestação de Contas). Site oficial do governo do Amazonas. Disponível em: < <http://www.transparencia.am.gov.br/balanco-geral/> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Orçamento/Balanco Geral**. Site oficial do governo do Amapá. Disponível em: < <http://www.transparencia.ap.gov.br/consultaestatica/4/123/orcamento/balanco-geral> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Prestação de Contas**. Site oficial do governo da Bahia. Disponível em: < <http://www.transparencia.ba.gov.br/PrestacaoConta> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Balanco Geral do Estado**. Site oficial do governo do Ceará. Disponível em: < https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/balanco-geral-do-estado?__=# >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL. **Secretária de Economia**. Prestação de Contas anual do governo. Brasília: Secretária de Economia. 2021. Disponível em: < <https://www.economia.df.gov.br/prestacao-de-contas-anual-do-governador/> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTOS. **Prestação de Contas**. Site oficial do governo do Espírito Santos. Disponível em: < <https://transparencia.es.gov.br/Comum/PrestacaoContas> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO GOIÁS. **Secretária de Economia. Balanco Geral**. Goiânia: SCGI. 2021. Disponível em: < <https://scgi.economia.go.gov.br/scgi/#/> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Tesouro e Contadoria**. Site oficial do governo do Maranhão. Disponível em: < <https://seplan.ma.gov.br/> >. Acesso em setembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Secretária de Estado da Fazenda**. Demonstrações Contábeis. Belo Horizonte: Sefaz, 2021. Disponível em: < http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/relatorio_contabil/ >. Acesso em setembro de 2021.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria. NPA 11** - Balanço e Ecologia. 1996.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental: o passaporte para a competitividade. **CRCSC & Você**, v. 1, n.1, p. 25-40, 2002.

KRONBAUER, C. A; SOUZA, M. A; RÁSIA, K. A; JACQUES, F. V. S. Auditoria e evidência ambiental: um histórico da legislação das normas brasileiras, americanas e européias. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 30-49, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. ed. 5, São Paulo: Atlas, pag. 1-310, 2003.

NASCIMENTO, J. O.; SANTOS, S. M. S; ZITTEI, M. V. M; ARNOSTI, J. C. M. A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 6, 2015, Florianópolis – SC. **Anais** [...]. Florianópolis, pag. 1-14, 2015.

PORTAL DA AUDITORIA. **Ativo Ambiental**. Disponível em: < http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/contabilidade-ambiental_ativoambiental.htm>. Acesso em 09/09/2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, p. 1-277, 2013.

ROSA, W. C. L; FRAGA, J. J.; ROSA, M. P; LEPSCH, M. A. S. Convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade: Um Estudo de Caso na Universidade Federal Fluminense. **Pensar Contábil**, v. 21, n. 74, p. 41-61, 2019.

SANTOS, A. O. S; SILVA, F. B; SOUZA, S; SOUSA, M. F. R. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. vol. 12, n. 27, São Paulo, 2001.

Doi: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772001000300007>

SCHENINI, P. C; NASCIMENTO, D. T. Gestão pública sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v.4, n.08, Jul./Dez. 2002.


SILVA, B. A. **Contabilidade e meio ambiente**: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SOUZA, P; PFITSCHER, E. D. Gestão e Sustentabilidade Ambiental: Estudo em um Órgão Público do Estado de Santa Catarina. In: VI Encontro de Estudos Em Estratégia. **Anais**. Bento Gonçalves, RS, 2013.

Percepção de Micro e Pequenos Empresários sobre Instrumentos da Contabilidade Gerencial

Francisco Batista Sobrinho Neto


Faculdade do Complexo Educacional Santo André
Rua Dr. Luiz Carlos, 3439, Novo Horizonte, Assu, RN, 59650-000

ORCID : 0009-0000-5121-0444

E-mail: franciscobsneto@outlook.com

Annandy Raquel Pereira da Silva


Faculdade do Complexo Educacional Santo André
Rua Dr. Luiz Carlos, 3439, Novo Horizonte, Assu, RN, 59650-000

ORCID : 0000-0003-4636-2835

E-mail: annandyraquel@hotmail.com

Geison Calyo Varela de Melo


Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2431, Benfica, Fortaleza, CE, 60020-180

ORCID : 0000-0002-8520-4605

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Kallianna Karina Medeiros de Azevedo Navarro

Faculdade do Complexo Educacional Santo André
Rua Dr. Luiz Carlos, 3439, Novo Horizonte, Assu, RN, 59650-000

ORCID : 0009-0005-3167-7449

E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com

RESUMO

O crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil é um fato crescente nos últimos anos e assim, destaca-se sua importância para a sociedade como um todo. Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral analisar a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial, e para atendê-lo, realizou-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e por meio de um levantamento, com 20 empresários do Rio Grande do Norte. Os resultados apontam que essas empresas, em maioria, estão localizadas nos municípios de Fernando Pedroza, Angicos e Natal, atuam a mais de 10 anos no mercado, são classificadas como Microempresa (ME), possuem até 5 funcionários, os sócios possuem instrução de ensino médio completo e realizam seus registros contábeis em escritórios de contabilidade. Além disso, metade das empresas fazem uso da análise da relação do custo/volume/lucro e ponto de equilíbrio, a grande maioria das empresas afirmou utilizar da contabilidade e/ou contador, bem como destacaram não receberam oferta de instrumentos gerenciais.

Palavras-Chave: Contabilidade Gerencial. Instrumentos Gerenciais. Micro e Pequenos Empresários.

ABSTRACT

The growth of micro and small companies in Brazil has been growing in recent years and, therefore, its importance for society as a whole is highlighted. In this way, the study has the general objective of analyzing the perception of micro and small entrepreneurs in the RN regarding the instruments of management accounting, and to

meet it, a descriptive, quantitative research was carried out and through a survey, with 20 businessmen from Rio Grande do Norte. The results indicate that these companies, for the most part, are located in the municipalities of Fernando Pedroza, Angicos and Natal, have been in the market for more than 10 years, are classified as Microenterprise (ME), have up to 5 employees, the partners have teaching instruction complete medium and carry out their accounting records in accounting offices. In addition, half of the companies make use of the analysis of the cost/volume/profit and break-even point, the vast majority of companies claimed to use accounting and/or an accountant, as well as highlighting that they did not receive any offer of management instruments.

Keywords: Management Accounting. Management Instruments. Micro and Small Entrepreneurs.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), cerca de 99% das empresas existentes no Brasil são caracterizadas como Micro e Pequenas Empresas (PME's), sendo as principais geradoras de empregos e renda. O ano de 2021 alcançou um marco histórico quanto à abertura de pequenos negócios, quando mais de 3,9 milhões de pequenas empresas foram formalizadas (SEBRAE, 2022). Com isso, denota-se a importância dessas empresas para a economia nacional.

Não obstante a importância dessas empresas, conforme o Sebrae, o número de mortalidade delas em seus anos iniciais é alto, sendo a falta de gestão e planejamento uma das principais causadoras da descontinuidade. Diversos são os fatores que interferem na continuidade dessas empresas, exigindo dos empresários habilidades e competências para otimização do desempenho, o que parte de uma tomada de decisão bem fundamentada. Neste sentido, emerge-se a necessidade de informações consistentes que possibilite ao gestor escolher entre as alternativas aquela que se apresente mais oportuna (SANTOS *et al.*, 2009).

Neste contexto, destaca-se a contabilidade gerencial, que se trata de uma das principais fontes de dados e informações, auxiliando no processo de tomada de decisão das organizações (COSTA; LUCENA, 2021). O seu papel no desenvolvimento das empresas vai além da fixação de preços de venda, perfazendo o traçado de estratégias que fazem emergir diferenciais competitivos e um melhor desempenho, contribuindo para a perenidade das mesmas no mercado (COSTA; LUCENA, 2021).

Devido à expansão da competitividade por mercados, as PME's necessitam constantemente de várias mudanças organizacionais, o que as faz utilizar ferramentas e informações contábeis para maximizar a eficiência na tomada de decisão (CALLADO; MELLO, 2018). A contabilidade gerencial dispõe de importantes ferramentas capazes de fornecer informações assertivas a administração, auxiliando assim em uma tomada de decisão rápida e eficaz, ao fornecer informações precisas e cruciais para o bom funcionamento da empresa (CREPALDI, 2011).

A contabilidade gerencial é um conjunto de procedimentos e técnicas que promovem o bom funcionamento das empresas, pois com a otimização da informação os gestores têm uma maior rapidez e eficiência na tomada de decisão. As micro e pequenas empresas para terem um bom retorno econômico reconhecem a contabilidade gerencial como um de seus principais propulsores (VAZ; ESPEJO, 2015), uma vez que se trata de um instrumento que fornece um maior arcabouço de informações úteis a tomada de decisões dos gestores, contribuindo para o crescimento organizacional (COSTA *et al.*, 2020).

Embora os gestores de pequenas empresas compreendam a importância de ferramentas gerenciais consideradas relevantes para o sucesso do negócio, ainda se percebe que eles renunciam a sua adoção, seja por desconhecimento, falta de recursos, atitudes dos proprietários ou por enxergarem desvantagem na relação custo-benefício (VOGEL; WOOD JUNIOR, 2012).

Ante o exposto, o questionamento que norteou o presente estudo foi: qual a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial? Para responder este questionamento, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivos específicos: a) conhecer o perfil da empresa investigada; b) conhecer o perfil do sócio da empresa e c) identificar os instrumentos gerenciais utilizados pela empresa.

Dessa forma, Pelissari (2007) afirma que, em um mundo globalizado e com maior grau de competitividade, as empresas encontram-se lutando pela sua sobrevivência, buscando ferramentas e estratégia para se adequar às exigências do mercado e que ainda, essa situação promovida pela globalização, vem aumentando a competitividade de tal maneira que as empresas que não se adaptam entram em processo de falência, esse evento torna a controladoria imprescindível, pois ela é o elo principal de ligação entre os diversos setores da empresa e somente ela pode fornecer dados com precisão, que facilita uma tomada de decisão rápida e ao mesmo tempo assertiva.

Assim, considera-se que o desenvolvimento do estudo justifica-se considerando a atual conjuntura do mercado, em que a contabilidade apresenta-se em destaque no fornecimento de informações relevantes para a tomada de decisão e em paralelo com a contabilidade gerencial, faz-se necessário incrementar a discussão acerca dessa temática e ainda apresentar um suporte para o mercado, por meio do incremento das instrumentos gerenciais nas micro e pequenas empresas, que tanto vem crescendo nos últimos anos, contribuindo para os gestores no sentido do gerenciamento dos seus negócios, aprimoramento desses instrumentos e no processo de tomada de decisão.

O artigo trata-se de uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, com procedimentos por meio de uma pesquisa de campo, sendo o levantamento de dados feito por meio da aplicação de um questionário a micro e pequenos empresários do RN. Os dados obtidos foram tratados de maneira quantitativa, por meio da estatística descritiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, são discutidos aspectos referentes às micro e pequenas empresas, bem como à Contabilidade Gerencial e seus instrumentos e por fim são mencionados estudos anteriores correlatos à temática.

2.1 Micro e Pequenas Empresas

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), as microempresas são aquelas que se enquadram com um faturamento máximo anual de R\$ 360.000 mil e podem empregar até nove funcionários caso seja comércio, no setor de serviços indústria ou construção civil ela pode empregar até 19 pessoas. Já as pequenas empresas se enquadram com o faturamento e número de funcionários maior, tendo assim seu faturamento entre 360 mil e 4,8 milhões ao ano,

e com o número de funcionários de 10 a 49 caso seja comércio sendo serviço, indústria ou construção civil, o número de funcionários aumenta para ficando entre 20 a 99 pessoas (SEBRAE, 2018).

O Brasil é considerado o país que possui o maior número de empreendedores do mundo, entretanto, essa realidade é revelada quando se percebe que muitos estão empreendendo por necessidade e não por oportunidade e esse cenário vem sendo propício, cada vez mais, para o surgimento de novas empresas, em que muitos indivíduos empreendem para suprir a necessidade ocasionada pela falta de emprego (GEM, 2015). Legalmente, aqui no país, as micro e pequenas empresas são beneficiadas por terem um tratamento diferenciado e favorecido, onde um desses tratamentos consiste no recolhimento unificado dos impostos e contribuições devidos a União, Estados e Municípios, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar 123/2006.

Com base no implemento da legislação no país, as micro e pequenas empresas possuem papel de destaque na economia, sendo responsáveis pela geração de empregos para uma grande parte da população, bem como por 98% do número de empresas formais e contribuem com o Produto Interno Bruto (PIB) (SEBRAE, 2014). Entretanto, percebe-se que uma grande maioria das micro e pequenas empresas não conhecem ou não utilizam de ferramentas capazes de auxiliar na gestão e no processo de tomada de decisão, como por exemplo, um simples registro contábil que gere informação para o gestor, e em contrapartida, acabam comprometendo atividades operacionais básicas da empresa, em que a administração arca com as consequências de uma gestão que deveria levar em conta a utilização de ferramentas ou instrumentos oriundos da contabilidade e suas ramificações, como a contabilidade gerencial (RIEDI *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o SEBRAE (2014) aponta algumas desenvolvimentos de sucesso relevantes para os micro e pequenos empreendedores, guiados por três características comuns, que são (i) habilidades gerenciais; (ii) capacidade empreendedora; e (iii) logística operacional, destacando que os fatores relacionados as habilidades gerenciais são primordiais para o processo de gestão, as quais representam a preparação do empresário para direcionar o mercado a qual opera a capacidade para administrar bem o seu negócio e enfatizando que os gerenciais devem ser vistos com bons olhos para todos os empreendimentos.

2.2 Contabilidade Gerencial

Para fins de definição, a contabilidade gerencial pode ser entendida como um conjunto de técnicas e procedimentos contábeis, que combinados, fornece informações relevantes para o processo decisório nas empresas (CREPALDI, 2011). Dessa forma, a informação fornecida pela contabilidade gerencial é especialmente voltada para os usuários internos das empresas, auxiliando em suas decisões e ainda, contribuem para o processo de planejamento, avaliação e controle, proporcionando aos gestores um maior suporte na concretização dos objetivos das organizações (FREZATTI; AGUIAR; GUERREIRO, 2007).

De acordo com Atkinson *et al.* (2011) as diversas mudanças e contratempos ocorridos no dia a dia das organizações, proporcionaram o crescimento das necessidades informacionais para que atendessem as demandas dos gestores no que tange ao planejamento, controle e tomada de decisão. Dessa forma, a contabilidade gerencial emerge como sendo parte de um processo de identificação, mensuração e análise de informações sobre os fatos econômicos e de propor a transformação de

dados em informação concisa, operacional e financeira para empregados e administradores das empresas.

Nesse contexto, percebe-se que essas mudanças ocorridas no cenário mercadológico são provenientes de mudanças a nível global e que reflete em todos os empreendimentos, bem como na própria contabilidade gerencial, que passou por estágios em seu desenvolvimento ao longo dos anos, conforme destacado no Quadro 1.

Quadro 1
Estágios da Contabilidade Gerencial

Estágios	Período	Descrição
Estágio 1	Antes de 1950	O foco foi a determinação de custos e controle financeiro, por meio do uso de orçamento e contabilidade de custos e tecnologias.
Estágio 2	1965	O foco mudou para o fornecimento de informações para o planejamento e controle de gestão, por meio do uso de tecnologias como análise de decisão e contabilidade por responsabilidade.
Estágio 3	1985	A atenção estava voltada para a redução dos resíduos em recursos utilizados nos processos de negócio, a partir da utilização de análise de processos e tecnologias de gestão de custos.
Estágio 4	1995	A atenção se deslocou para a geração ou criação de valor com uso efetivo dos recursos, por meio de tecnologias que analisam os drivers de valor do cliente, valor para o acionista e inovação organizacional.

Fonte: Santos *et al.* (2018).

Conforme observado no Quadro 1, percebe-se que os estágios da contabilidade gerencial podem ser analisados em forma separada, mas que apresentaram uma evolução significativa quando comparado de um estágio para outro e em cada estágio, constata-se uma adaptação para condições que passaram a ser enfrentadas pelas empresas, com modificações nos métodos de uso dos recursos e tecnologias usadas no estágio anterior, e ainda, evidencia-se que os estágios combinavam conhecimentos antigos com os mais atuais, no intuito de enfrentar ambientes de mercado com mais competitividade (SANTOS *et al.*, 2018).

Para tanto, acredita-se que nesse cenário de mudanças e transformações no mercado, tem crescido o número de empresas, principalmente as micro e pequenas empresas, que não conseguem garantir sua permanência no mercado ou apresentam diversas dificuldades para sobreviverem, uma vez que fazem uso da contabilidade apenas para fins fiscais e muito menos utilizam de suas outras ramificações, como a contabilidade gerencial e esse panorama, visto nos últimos anos, tem se agravado devido os gestores não conseguirem acesso ou não saberem utilizar da informação fornecida por essas áreas, que refletem em todo o negócio (SANTOS; DOROV; BEUREN, 2016).

2.2.1 Instrumentos da Contabilidade Gerencial

Conforme destacado anteriormente, muitas micro e pequenas empresas não conseguem sobreviver no mercado e esse fato vem crescendo nos últimos anos, sendo associado a falta de uma boa administração dos negócios, reflexo da não utilização de ferramentas associadas a contabilidade gerencial, conhecidas como instrumentos gerenciais (SILVA, 2009). E desde os primórdios da contabilidade

gerencial, que a mesma tem desenvolvido instrumentos capazes de fornecer informações relevantes para as empresas, focando na eficiência e no seu desempenho (CHENHALL; LANGFIELD-SMITH, 1998).

Os instrumentos gerenciais, também denominados de artefatos, são considerados como uma série de elementos utilizados nas diversas organizações, que podem ser visualizados na forma de ferramentas, sistemas e definições que possam proporcionar entendimentos e aplicações de formas variadas (FREZATTI, 2006). Já Soutes (2006) classificam os instrumentos (artefatos) que são utilizados pela contabilidade gerencial em tradicionais ou modernos, conforme disposto no Quadro 2.

Quadro 2

Instrumentos/artefatos gerenciais

Instrumentos/ Artefatos	Tipos
Tradicionais	São considerados instrumentos/artefatos tradicionais: custeio por absorção, custeio variável, custeio padrão, preço de transferência, retorno sobre o investimento, moeda constante, valor presente, orçamento e descentralização.
Modernos	São considerados instrumentos/artefatos modernos: custeio baseado em atividades, custeio meta, <i>benchmarking</i> , <i>kaizen</i> , <i>just in time</i> , teoria das restrições, planejamento estratégico, gestão baseada em atividades, GECON, valor econômico agregado, simulação, <i>Balanced Scorecard</i> e gestão baseada em valor.

Fonte: Soutes (2006).

Vale salientar, que a exposição do Quadro 2 reflete alguns instrumentos/artefatos da contabilidade gerencial, ou seja, constam os mais conhecidos pelos profissionais da área, pela literatura especializada e pelos mais comuns a serem utilizados nas organizações, o que pode ocorrer de outros instrumentos/artefatos, não citados anteriormente, entretanto são percebidos ou aplicados pela contabilidade gerencial, o que deve-se levar em consideração, é a necessidade de cada organização e os objetivos a serem atendidos (SANTOS *et al.*, 2009).

Os instrumentos gerenciais apresentados anteriormente, direcionam para outros tipos de instrumentos utilizados pela contabilidade gerencial, que são de fácil e comum aplicabilidade em micro e pequenas empresas, tendo em vista da relevante necessidade informacional e os objetivos alcançados mediante os seus usos, conforme mencionado no Quadro 3.

Quadro 3

Outros instrumentos/artefatos gerenciais

Instrumentos/ Artefatos	Tipos
Análise das demonstrações contábeis	Por meio da análise das demonstrações contábeis é possível conseguir informações que auxiliarão na tomada de decisão organizacional, considerando que a mesma pode inferir sobre a econômico-financeira e patrimonial das empresas e assim, suprir o gestor de informações para direcionar os esforços e corrigir desvios que levem a prejudicar a continuidade da empresa.
Relação custo/volume/lucro e análise do ponto de equilíbrio	Considerando que o custo, o volume de produção e/ou de vendas e o lucro estão interrelacionados, analisar as relações entre eles faz-se necessário para avaliar o desempenho das organizações, e controlar e reduzir custos são ações gerenciais que favorecem a

	otimização do desempenho. Já o ponto de equilíbrio, permite verificar o volume que a empresa precisa produzir ou vender.
Orçamento	Por meio do orçamento, permite-se traçar as metas desejadas e definir estratégias para o alcance delas, isto é, determinar previamente o que se deseja realizar. Tal ocorre planejando e controlando a evolução, para conferir os resultados e para que se efetivem possíveis ajustes que se fizerem necessários, a fim de cumprir as metas projetadas.
Fluxo de caixa	O fluxo de caixa objetiva planejar como a empresa cumprirá com as exigências financeiras do dia a dia e para isso, é fundamental que se projete uma programação dos recebimentos e pagamentos, isto é, do fluxo contínuo que o dinheiro irá desempenhar num determinado período e os resultados que serão oriundos desse processo.

Fonte: Adaptado de Santos *et al.* (2009).

Por fim, percebe-se que os instrumentos gerenciais podem e devem ser utilizados em todos os tipos de empresas, especialmente nas micro e pequenas empresas, tanto em atividades operacionais como em gerenciais, que apresentam, em muitos casos, um modelo de negócio em desenvolvimento e necessita de auxílio no processo de tomada de decisão. Dessa maneira, a contabilidade gerencial deve contribuir com os conhecimentos necessários da área, fornecendo instrumentos gerenciais aos usuários, principalmente para aqueles que não possuem alguém que execute a função de contador gerencial, facilitando a tomada de decisão e contribuindo para o desempenho dos negócios (SANTOS *et al.*, 2018).

2.3 Estudos Anteriores

Com o intuito de analisar a evolução da temática sobre instrumentos da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas, realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos científicos relacionados ao tema nos últimos cinco anos. Dessa forma, a pesquisa foi realizada nas plataformas digitais como Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes, utilizando os descritores de consulta, como “instrumentos da contabilidade gerencial”, “instrumentos gerenciais”, “artefatos gerenciais”, lembrando que o foco desses artigos foi a análise em micro e pequenas empresas. Os resultados foram dispostos no Quadro 4.

Quadro 4

Estudos anteriores sobre instrumentos gerenciais em micro e pequenas empresas

Autor/Ano	Objetivo	Principais resultados
Santos <i>et al.</i> (2018)	Averiguar o uso dos instrumentos de contabilidade gerencial em pequenas e médias empresas e o seu fornecimento pelo escritório de contabilidade	Os resultados mostram que, dos instrumentos de contabilidade gerencial disponibilizados pela empresa de serviços contábeis, predominam as demonstrações contábeis e o planejamento tributário. Entretanto, o maior uso pelos clientes concentra-se nos controles operacionais de gestão, como controle de contas a receber, controle de contas a pagar, entre outros, mas poucos dos instrumentos de contabilidade gerencial fornecidos pelo escritório de contabilidade são efetivamente utilizados pelas empresas pesquisadas.
Santos <i>et al.</i> (2019)	Averiguar a relação do ciclo de	Os resultados mostram que a maioria das empresas se encontra no estágio de nascimento e possuem

	vida organizacional com o uso de instrumentos tradicionais e modernos de Contabilidade Gerencial	diferentes anos de constituição, não seguindo a ordem determinística preconizada na Teoria do Ciclo de Vida. Dos instrumentos tradicionais, apenas os métodos de custeio não apresentaram relação significativa com os estágios do ciclo de vida. Constatou-se relação negativa entre o estágio de nascimento e o uso de instrumentos gerenciais e relação positiva entre os estágios de crescimento, maturidade e rejuvenescimento com os instrumentos gerenciais. O uso de instrumentos gerenciais modernos é maior no estágio de rejuvenescimento. Portanto, conforme a empresa avança nos estágios do ciclo de vida, maior é o uso de instrumentos gerenciais.
Pacheco Neto <i>et al.</i> (2019)	Verificar quais são os instrumentos gerenciais utilizados pelas empresas de peças e acessórios automotivos, localizadas na cidade de Bayeux/PB, na tomada de decisão	Os resultados constataram que as empresas focam a tomada de decisão baseada na experiência do proprietário; ressalva-se, também, que grande parte das organizações não utiliza a contabilidade na tomada de decisão, pelo fato da informação contábil não refletir a real situação da empresa e/ou o gestor desconhecer sua utilidade. Os instrumentos gerenciais mais empregados na tomada de decisão são os controles operacionais, planejamento tributário e estratégico, e os menos utilizados são as demonstrações contábeis, métodos de custeio e outros instrumentos gerenciais.
Costa <i>et al.</i> (2020)	Examinar a aplicação da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas e a compreensão dos dirigentes quanto a essa aplicação	Os resultados encontrados mostram que a área empresarial apresenta uma deficiência em relação ao emprego da contabilidade gerencial para o sucesso e desenvolvimento dessas organizações, utilizando a contabilidade fiscal ou fiscal e gerencial feita pelos próprios proprietários com o percentual de 32%, em seguida com o percentual de 30% das micro e pequenas empresas que não utilizam a contabilidade gerencial, embora reconheçam a importância do uso dessa ferramenta e a importância de um contador nas tomadas de decisões.
Riedi <i>et al.</i> (2020)	Analisar a percepção dos gestores em relação a utilização da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas	Os resultados evidenciam que 65% das empresas indicam a questão financeira como elemento primordial, enquanto que 73% mencionam que a contabilidade gerencial é uma importante ferramenta de controle, e 90% conhecem seus benefícios, além disso, todos os respondentes afirmam que gostariam de utilizar mais ferramentas de contabilidade gerencial em suas empresas, enquanto que apenas 49% a utiliza para tomada de decisões.
Oliveira, Marques e Cintra (2020)	Identificar quais artefatos gerenciais são ministrados aos discentes do curso de Ciências Contábeis em IES localizadas no Sudeste do Brasil	Verificou-se que há um total de 331 ocorrências de artefatos nesses cursos e há predominância do ensino de ACG tradicionais, sendo o custeio variável o mais frequente; a disciplina contabilidade de custos é a que congrega maior quantidade de artefatos em suas ementas; e, quando comparado aos outros estados da Região Sudeste, o estado de São Paulo possui a maior ocorrência de instrumentos gerenciais em suas ementas.
Januário <i>et al.</i> (2022)	Compreender a relevância dos	Os respondentes expuseram que os instrumentos gerenciais têm alta relevância na tomada de decisão,

	instrumentos gerenciais na tomada de decisão de acordo com a percepção dos gerentes de uma empresa que atua na distribuição de gás canalizado no Estado do Rio Grande do Norte.	servindo de suporte, com outros recursos adotados em conjunto, para as decisões tomadas. Porém, os instrumentos empregados pela alta administração da empresa são ultrapassados, limitando o alcance dos benefícios que a informação contábil poderia proporcionar. evidenciando se os instrumentos gerenciais são fatores determinantes na tomada de decisão.
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Conforme análise dos artigos científicos dispostos no Quadro 4, percebe-se que existe uma tendência de crescimento nos estudos sobre instrumentos gerenciais em micro e pequenas empresas, o que demonstra uma evolução da temática e a relevância que se tem em elevar as discussões sobre em como os instrumentos gerenciais podem auxiliar a tomada de decisão dos gestores em micro e pequenas empresas, o que de fato reforça a necessidade de desenvolver outros estudos com uma amostragem diferente ou em realidades distintas.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa se classifica como descritiva, quantitativa e de levantamento. Descritiva pois busca descrever características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (BEUREN, 2004). Quanto aos procedimentos realizou-se um levantamento de dados através de questionários aplicados no mês de novembro de 2022, sendo a amostra da pesquisa micro e pequenas empresas do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Com relação à abordagem do problema, é quantitativa, por se utilizar de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (LAKATOS; MARCONI, 2008).

A população de pesquisa foi micro e pequenas empresas localizadas no Estado do Rio Grande do Norte (RN), o questionário (Apêndice A) com perguntas fechadas foi enviado eletronicamente, obtendo retorno de 20 empresas, que constituiu a amostra da pesquisa. As perguntas dos questionários foram elaboradas tendo como base o estudo de Santos *et al.* (2009), que investigaram a mesma temática no Estado de Santa Catarina (SC). As empresas foram selecionadas de forma intencional pelo porte que se enquadrassem como micro e pequenas empresas.

De acordo com Beuren *et al.* (2004) um questionário é um instrumento de coleta de dados que se constitui de uma série de perguntas ordenadas a serem respondidas pelo informante. Para Gil (2017) o objetivo do questionário é conhecer a opinião das pessoas. Por fim, os dados foram organizados em planilha eletrônica, e a partir disso utilizou-se a estatística descritiva para descrever os resultados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são demonstrados os resultados encontrados por essa pesquisa realizada com empresários do Estado do RN. Evidenciam-se a cidade onde a empresa está localizada, tempo de atuação no mercado, tipo de enquadramento fiscal, quantidade de funcionários, grau de instrução dos sócios, local de realização dos registros contábeis, instrumentos gerenciais aplicados na gestão da empresa, fonte de informações para a tomada de decisão e ofertas de instrumentos gerenciais.

Tabela 1
Localização da empresa

Cidade	Frequência	(%)
Afonso Bezerra	1	5%
Angicos	6	30%
Assú	1	5%
Campo Grande	1	5%
Fernando Pedroza	8	40%
Mossoró	1	5%
Natal	2	10%
Total	20	100%

Como observado na Tabela 1 referente a localização das empresas, a maior parte dos respondentes estão nas cidades de Fernando Pedroza (40%) e Angicos (30%), seguidas da cidade de Natal (10%) e por fim as cidades de Afonso Bezerra, Assú, Campo Grande e Mossoró, todas com 5%. A seguir, na Tabela 2, os empresários foram questionados com relação ao tempo de atividade da empresa.

Tabela 2
Tempo de atuação no mercado

Tempo de funcionamento	Frequência	(%)
Até 1 ano	2	10%
De 1 ano até 5 anos	6	30%
De 5 anos até 10 anos	3	15%
Mais de 10 anos	9	45%
Total	20	100%

Os achados revelam que a maior parte das empresas (45%) estão no mercado há mais de dez anos, corroborando os achados de Santos *et al.* (2009) que ao investigarem a mesma temática encontraram que a maioria das empresas analisadas (68,7%) estavam em atividade no mercado há mais de dez anos também. No estudo de Costa *et al.* (2020) observou-se que 42% das empresas têm até um ano de existência, 22% tem de um a dois anos, 30% de dois a cinco anos e 6% empresas já tem acima de cinco anos no mercado.

Ainda conforme a Tabela 2 observa-se que 30% das empresas estão no mercado entre um e cinco anos; 15% entre cinco e dez anos e 10% das empresas possuem menos de um ano de atuação no mercado. A partir dessas inferências é possível dizer que a maior parte das empresas analisadas já possuem estabilidade no mercado em virtude da sua atuação ultrapassar os dez anos.

Tabela 3
Tipo de enquadramento fiscal

Tipo de enquadramento	Frequência	(%)
Microempresa (ME)	13	65%
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	7	35%
Total	20	100%

Na Tabela 3 são demonstrados o tipo de enquadramento fiscal das empresas analisadas. Observa-se que 35% das empresas da pesquisa se enquadram como EPP, enquanto a maioria são ME, com representatividade de 65% da amostra. Esses achados são similares aos encontrados por Santos *et al.* (2009), que ao investigar os instrumentos da contabilidade gerencial utilizados por MEs e EPPs de Presidente Getúlio/SC, obtiveram respostas de 16 empresas, e nesse quesito de enquadramento

evidenciou-se que 12,5% das empresas era EPP e a maioria, microempresas, com 87,5% da amostra.

Com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as empresas, foi perguntado sobre a quantidade de funcionários do estabelecimento, conforme Tabela 4.

Tabela 4

Quantidade de funcionários da empresa

Quantidade de funcionários	Frequência	(%)
Até 5 funcionários	13	65%
De 5 até 10 funcionários	5	25%
De 10 até 20 funcionários	0	0%
Mais de 20 funcionários	2	10%
Total	20	100%

Com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as empresas, foi perguntado sobre a quantidade de funcionários que elas possuem. Conforme demonstrado observa-se que a maior parte das empresas analisadas possui até cinco funcionários (65%). Esse achado corrobora com o encontrado no estudo de Santos *et al.* (2009), que também na amostra pesquisada encontrou maioria de empresas que possui até 5 funcionários. Ainda com relação a esses dados, evidencia-se que 25% das empresas possui de cinco até dez funcionários; 10% possui mais de vinte funcionários e que nenhuma respondeu de dez até vinte funcionários.

Tabela 5

Grau de instrução dos sócios

Grau de instrução	Frequência	(%)
Ensino fundamental incompleto	2	10%
Ensino fundamental completo	1	5%
Ensino médio incompleto	1	5%
Ensino médio completo	9	45%
Ensino superior	7	35%
Total	20	100%

Objetivando conhecer o perfil dos sócios das empresas analisadas, perguntou-se sobre o seu grau de instrução. A Tabela 5 mostra que 45% dos empresários possuem ensino médio completo, 35% possuem curso superior, 10% dos sócios, ensino fundamental incompleto; e ensino fundamental completo e ensino médio incompleto obtiveram 5% das respostas, cada. Resultados semelhantes aos encontrados por Santos *et al.* (2009), que encontraram a porcentagem de 50% dos sócios com ensino médio completo, seguidos de 31% com curso superior.

Resultado similar também foi encontrado no estudo de Costa *et al.* (2020) onde os sócios afirmaram com relação à escolaridade, que 56% possuem o ensino médio completo e 24% já tem a graduação.

Em seguida questionou-se o local onde são realizados os registros contábeis do estabelecimento, se são realizados internamente, ou seja, se há um contador na empresa para esse fim, ou se são realizados de forma terceirizada, ou seja, por escritórios contábeis, externos ao estabelecimento, conforme Tabela 6.

Tabela 6

Local de realização dos registros contábeis

Local	Frequência	(%)
Internamente	0	0
Em escritório contábil	20	100%
Total	20	100%

Evidencia-se assim que todas as empresas, 100%, realizam seus registros contábeis de forma terceirizada, por um escritório contábil. Esse mesmo resultado foi encontrado por Santos *et al.* (2009), que encontraram que todas as empresas investigadas realizavam seus registros contábeis em local externo ao estabelecimento, ou seja, em escritórios contábeis. Já nos achados de Costa *et al.* (2020) os registros contábeis das empresas pesquisadas, 34% é feita por escritório contábil e 66% é feita internamente.

Na pesquisa realizada por Riedi *et al.* (2020), 66% das empresas preferem a contabilidade externa sendo feita por um escritório de contabilidade, os outros 34 % preferem a contabilidade interna, pois preferem um profissional que esteja sempre presente nas atividades da empresa e na solução de dúvidas de forma rápida.

A sexta indagação foi referente aos instrumentos gerenciais aplicados na gestão da empresa, evidenciados na Tabela 7.

Tabela 7
Instrumentos gerenciais

Instrumentos gerenciais	Frequência	(%)
Análise das demonstrações contábeis (vertical, horizontal, indicadores)	2	10%
Análise da relação do Custo/Volume/Lucro e Ponto de equilíbrio	10	50%
Formação do preço de venda	3	15%
Orçamento empresarial	0	0%
Fluxo de caixa	5	25%
Outro ou nenhum	0	0%
Total	20	100%

A sexta indagação foi referente aos instrumentos gerenciais aplicados na gestão das empresas, evidenciando-se que 50% das empresas afirmaram aplicar a análise da relação do custo/volume/lucro e ponto de equilíbrio, seguido do fluxo de caixa (25%), formação do preço de venda (15%) e análise das demonstrações contábeis (vertical, horizontal, indicadores) (10%).

No estudo de Santos *et al.* (2009) o instrumento gerencial mais aplicado também foi a formação do preço de venda (62,5%), seguido do fluxo de caixa (56,3%).

Tabela 8
Fonte de informações para a tomada de decisão

Fonte de informações	Frequência	(%)
Experiência pessoal	10	50%
Contabilidade	7	35%
Outras	3	15%
Total	20	100%

Na sétima questão buscou-se investigar as fontes de informações mais utilizadas para tomada de decisão por parte dos sócios. 50% relataram ser a experiência pessoal, 35% recorrem à contabilidade e 15% informaram outras. Os resultados convergem com o estudo de Santos *et al.* (2009), onde encontraram que 43,8% dos respondentes afirmaram ser a experiência pessoal a fonte de informações de suas decisões, 25% disseram ser a contabilidade e 31,2% citaram outras fontes.

Na oitava pergunta objetivou-se identificar a necessidade dos empresários em obter assessoria para as suas decisões gerenciais.

Tabela 9

Fontes de assessoria para gerenciamento da empresa

Fontes de assessoria	Frequência	(%)
Contabilidade e/ou contador	16	80%
Universidades	0	0%
Empresários	1	5%
Outras fontes	3	15%
Total	20	100%

Conforme relatado na Tabela 9, os sócios informaram que sua principal fonte de assessoria é a Contabilidade (80%), seguida de outras fontes (15%). No estudo de Santos *et al.* (2009), encontraram que 31,2 dos respondentes responderam que recorrem à Contabilidade, 12,5% às universidades, 6,3% aos empresários e 18,8% destacaram recorrer à outras fontes, como profissionais liberais e empresas de consultoria, por exemplo.

E por fim, a última pergunta era pra saber se os sócios já receberam ofertas de instrumentos gerenciais, os resultados encontrados estão evidenciados na Tabela 10.

Tabela 10

Oferta de instrumentos gerenciais

Já recebeu alguma oferta de instrumentos gerenciais?	Frequência	(%)
Sim	9	45%
Não	11	55%
Total	20	100%

E por fim, a última pergunta era pra saber se os sócios já receberam ofertas de instrumentos, onde 55% afirmaram não ter recebido e 45% relataram já ter recebido oferta de instrumentos gerenciais. No estudo de Santos *et al.* (2009), a maioria (43,8%) relataram não ter recebido oferta e 18,8% disseram ter recebido. No estudo de Riedi *et al.* (2020), das empresas questionadas, 51% relataram que a contabilidade gerencial já foi oferecida à empresa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, considera-se que o objetivo geral do estudo foi atendido, pois foi possível analisar a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial e ainda, os objetivos específicos também foram contemplados, tendo em vista que se conheceu o perfil da empresa investigada; do sócio da empresa e identificou os instrumentos gerenciais utilizados pela empresa.

Em síntese, as micro e pequenas empresas analisadas neste estudo estão localizadas, em maioria, nas cidades de Fernando Pedroza, Angicos e Natal, atuam a mais de 10 anos no mercado e outra parte estão com atuação de 1 a 5 anos, são classificadas como Microempresa (ME) e grande parte das empresas possuem até 5 funcionários. Além do mais, a maioria dos sócios possui grau de instrução de ensino médio completo e uma boa parte apresenta nível superior, bem como as empresas realizam seus registros contábeis em escritórios de contabilidade.

No que diz respeito aos instrumentos gerenciais, metade das empresas fazem uso da análise da relação do custo/volume/lucro e ponto de equilíbrio, seguido do uso do fluxo de caixa e essa mesma metade das empresas faz uso da experiência pessoal como fonte de informações para a tomada de decisão e um bom número dessas empresas fazem uso da contabilidade nesse processo. Por fim, quando se tratam das fontes de assessoria para o seu gerenciamento, a grande maioria das empresas

afirmou utilizar da contabilidade e/ou contador, bem como destacaram não receberam oferta de instrumentos financeiros.

O estudo apresenta contribuições no âmbito de contribuir com a produção científica sobre a temática, que ainda tem muito o que se discutir e pesquisar, bem como auxiliar os gestores e as micro e pequenas empresas na utilização das diversas ferramentas da contabilidade gerencial, apresentando sua relevância e em como pode ser útil no processo de tomada de decisão.

Entretanto, a pesquisa apresentou algumas limitações, sendo que se pode destacar a dificuldade de acesso às informações das empresas e ainda o número de empresas analisadas poderia ter sido maior. Dessa forma, como sugestões para estudos futuros, acredita-se que a ampliação da amostra se faz necessário e ainda realizar um estudo comparativo entre empresas do mesmo setor ou até mesmo de setores distintos e em outras regiões.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. A.; BANKER, R.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

CALLADO, A. A. C.; MELO, W. A. Ferramentas e Informações Gerenciais em Micro e Pequenas Empresas. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 10, n. 3, p. 53-65, 2018.

CHENHALL, R. H.; LANGFIELD-SMITH, K. The relationship between strategic priorities, management techniques and management accounting: an empirical investigation using a systems approach, **Accounting, Organizations and Society**, v. 23, n. 3, p. 243-264, 1998.

COSTA, I. L. S.; LUCENA, W. G. L. Princípios globais de contabilidade gerencial: a relação entre as práticas gerenciais e o desempenho de empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 23, p. 503-518, 2021.

COSTA, W. P. L. B. *et al.* Utilização da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 2, p. 49-58, 2020.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREZATTI, F. **Orçamento Empresarial: planejamento e controle gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B.; GUERREIRO, R. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 44, p. 9-22, 2007.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil. 2016. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>. Acesso em: 12 nov. de 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JANUÁRIO, A. H. A; MOURA, A. M. C; GONÇALVES, T. J. C; LIMA, D. H. S. A Relevância dos Instrumentos Gerenciais na Tomada de Decisão. **Rev. FSA**, Teresina, v.19, n. 9, art. 7, p. 129-150, set. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, T. C.; MARQUES, M. D. L.; CINTRA, Y. C. artefatos de Contabilidade gerencial: um estudo em cursos de graduação de Ciências Contábeis da região sudeste do Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. 2, p. 31-42, 2020.

PACHECO NETO, L. D.; OLIVEIRA, A. S.; SANTOS, L. M. S.; PEDROZA, J. K. B. R.; SOUZA, M. G. S. D. Instrumentos gerenciais e o processo de tomada de decisão: um estudo em empresas do setor de autopeças em Bayeux/PB. **Management Control Review**, v. 4, n. 1, p. 32–49, 2019.

PELLISSARI, A. S. **Processo de formulação de estratégias em pequenas empresas com base na cultura corporativa e competências gerenciais**. 2007. 221 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – UNIMEP, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Santa Bárbara d'Oeste, 2007.

RIEDI, R.; MARTINI, R.; BUGALHO, D. K.; BUGALHO, F. M. Contabilidade gerencial: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2020.

SANTOS, V. *et al.* Instrumentos da Contabilidade Gerencial utilizados em micro e pequenas empresas comerciais e disponibilizados por empresas de serviços contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 8, n. 24, p. 41-58, 2009.

SANTOS, V. *et al.* Características das empresas e dos gestores que influenciam o uso de controles gerenciais. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 11, n. 1, p. 3-23, 2018.

SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 153-186, 2016.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE**. 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/brasil-alcanca-recorde-de-novos-negocios-com-quase-4-milhoes-de-mpe,b7e02a013f80f710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **Perfil das Microempresas e Empresas de pequeno porte**. 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%202004%202018.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise do CAGED**. Brasília/DF, set., 2014. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/CAGED_Set_2014.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, A. C. L. **A importância da Contabilidade Gerencial nas micro e pequenas empresas.** 33 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) Faculdades Sudamérica, Cataguases, 2009.

SOUTES, D. O. **Uma investigação do uso de artefatos da Contabilidade gerencial por empresas brasileiras.** 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VAZ, P. V. C.; ESPEJO, M. M. D. S. B. Do texto ao contexto: o uso da contabilidade gerencial pelas pequenas empresas sob a perspectiva teórica de Bakhtin. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 24, p. 31-41, 2015.

VOGEL, J.; WOOD JUNIOR, T. Práticas gerenciais de pequenas empresas industriais do Estado de São Paulo: um estudo exploratório. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 1, n.2, p. 117-140, 2012.

Saberes Docentes em Contabilidade: O Que Já Conhecemos Sobre Como Atuamos?

Samuel de Oliveira Durso


Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ORCID : <https://orcid.org/0000-0003-0016-3611>

E-mail: sodurso@face.ufmg.br

Luana Karoline Soares Santos Sousa

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ORCID : <https://orcid.org/0009-0003-9905-6978>

E-mail: luanaksss@ufmg.br

RESUMO

A formação em Contabilidade apresenta diversas especificidades que tornam a atuação docente na área diferente de outros ramos do saber. Assim, o objetivo desta pesquisa consistiu em levantar os saberes docentes que a literatura brasileira mapeou como sendo importantes para a atuação dos professores da área contábil. Dessa forma, para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma revisão sistemática da literatura. A partir da criação de um protocolo de busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, foi possível selecionar 14 estudos que trataram sobre a temática de saberes docentes na área contábil. Desse total, quatro pesquisas representam teses defendidas em programas de doutorado da área de Ciências Contábeis, Educação e Engenharia de Produção. As dez pesquisas restantes representam dissertações também defendidas em programas de pós-graduação da área de Contabilidade e de Educação. Os resultados da revisão sistemática indicam que as pesquisas sobre saberes docentes da área contábil no Brasil têm início em 2002, contemporaneamente aos principais estudos sobre a temática em outras áreas do saber. Além disso, foi possível notar que os primeiros estudos realizados para a temática já sinalizavam para uma baixa formação didático-pedagógica dos docentes atuantes em cursos de Ciências Contábeis. Mesmo com um maior desenvolvimento da pós-graduação na área, as demandas para uma formação docente que vá além do saber disciplinar permanecem atuais. A partir do levantamento realizado, foi possível identificar caminhos para investigações futuras sobre os saberes docentes da área contábil.

Palavras-chave: Saber Docente. Contabilidade. Revisão Sistemática da Literatura.

ABSTRACT

Accounting training has several specificities that make teaching performance in the area different from other fields of knowledge. Thus, the objective of this research was to raise the teaching knowledge that Brazilian literature has mapped as being important for the performance of professors in the accounting area. In this sense, to achieve the proposed objective, a systematic literature review was conducted. By creating a search protocol in the Digital Library of Theses and Dissertations, it was possible to select 14 studies that dealt with the theme of teaching knowledge in the accounting area. Of this total, four research represent thesis defended in doctoral programs in Accounting, Education and Production Engineering. The remaining ten research represent dissertations defended in master programs in the field of Accounting and Education. The results of the systematic review indicate that research on teaching knowledge in the accounting area in Brazil began in 2002, currently with the main studies on the

theme of other areas of knowledge. In addition, it was possible to note that the first studies carried out for the theme already highlighted a low didactic-pedagogical training of professors working in Accounting undergraduate programs. Even with the further development of graduate studies in the area, the demands for teacher training that go beyond disciplinary knowledge remain current. With this study, it was possible to identify paths for future investigations on teaching knowledge in the Accounting area.

Keywords: Teaching Knowledge, Accounting, Systematic Literature Review.

1. INTRODUÇÃO

A docência, assim como outros ramos profissionais, demanda um conjunto de saberes específicos necessários para a atuação na área (Diniz-Pereira, 2015). Além de dominar o conteúdo que está sendo ministrado, o professor precisa entender sobre os elementos pedagógicos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, os quais são fundamentais para que os objetivos educacionais aconteçam na forma prevista (Roldão, 2015). Adicionalmente, em um contexto marcado pela presença tecnológica como o da atualidade, um terceiro saber se faz presente na atuação docente, a tecnologia (Mishra & Koehler, 2006). Sendo assim, para que a atuação docente ocorra da melhor forma possível, além de dominar o conteúdo a ser ministrado e o processo pedagógico a ser adotado, os profissionais da educação precisam compreender as tecnologias educacionais disponíveis em sua atuação. É da interligação entre esses três saberes – de conteúdo, pedagógico e tecnológico – que surge o saber ideal para a atuação dos professores, o que torna a atuação docente distinta de outras atividades laborais existentes no mercado.

No ensino superior, contudo, algumas especificidades se fazem presentes na atuação docente, o que pode impactar diretamente no desenvolvimento dos saberes necessários para a atuação dos professores (Junges & Behrens, 2016). Em diversas áreas da formação superior, é comum a existência de educadores que não atuam com exclusividade na docência. Nesses casos, a conciliação entre a atuação docente e não-docente pode tornar mais difícil o desenvolvimento de alguns saberes aplicados em sala de aula e, assim, gerar comprometimentos para o processo de ensino-aprendizagem. Este fenômeno está presente, por exemplo, na formação em Medicina, Direito e Contabilidade. Os saberes práticos-profissionais, relacionados ao conteúdo pertinentes a essas áreas de atuação, tornam necessária a presença em sala de aula de educadores também com uma bagagem profissional não-docente (Costa, 2010; Ferreira, 2015; Torres, 2006).

Aliado a isto, tem-se uma presença cada vez maior do setor privado na formação superior brasileira. Diferentemente das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, as IES privadas, normalmente, não exigem dedicação exclusiva de seus docentes, contribuindo para a formação de professores com jornadas profissionais múltiplas e não exclusivas à docência (Broch, Breschiliare & Barbosa-Rinaldi, 2020; Elias & Navarro, 2019). No âmbito da formação em Ciências Contábeis, em especial, os dados do Ministério da Educação (2021) mostram que, atualmente, existem 1.623 cursos da área em funcionamento no país, dos quais 90% são ofertados por IES privadas. É importante destacar, ainda, que do total de vagas autorizadas para os cursos de Ciências Contábeis em atividade, aproximadamente, 63% são realizadas pelos 193 cursos da modalidade à distância já autorizados no país (destes, 187 são da rede privada). Pode-se perceber, portanto, que a atuação docente em Contabilidade se dá, majoritariamente, em IES privadas e com significativa

representatividade da Educação a Distância (EAD), a qual tende a se fortalecer tendo em vista a expansão verificada nos últimos anos (Barros, 2015; SEMESP, 2019)

Tornando a docência em Ciências Contábeis ainda mais específica no Brasil, tem-se o fato de a formação de mestres e doutores ainda ser restrita no país (Catellani, 2018). Até 2007, existia apenas um programa de Doutorado na área contábil no Brasil. Atualmente, existem 13 cursos de Doutorado exclusivamente da área Contábil, número pouco expressivo quando se considera o número de programas de bacharelado nesse campo do conhecimento. Enquanto isso, áreas próximas como a Administração, Direito e Economia apresentam 48, 54 e 33 programas de Doutorado recomendados, respectivamente (CAPES, 2021). Além disso, pesquisas que analisaram especificamente a formação de mestres e doutores na área contábil identificaram uma escassez de disciplinas pautadas em estratégias didático-pedagógicas (Nganga et al. 2016; Wille, 2018). Portanto, além da Contabilidade apresentar uma deficiência na formação de professores com sólida formação, os programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes na atualidade estão pautados quase exclusivamente na formação de pesquisadores e com uma baixa preparação para a atuação em sala de aula.

Tendo em vista a contextualização realizada, a questão de pesquisa que norteou o presente estudo foi: quais os saberes necessários para a atuação docente em Contabilidade já foram identificados pela literatura nacional? Objetivou-se, portanto, levantar os saberes docentes que a literatura brasileira mapeou como sendo importantes para a atuação dos professores na área contábil. Adicionalmente, ao realizar o presente estudo, foi possível levantar as principais linhas de investigação conduzidas pelos pesquisadores que analisam a atuação docente na Contabilidade, o que tornou plausível a delimitação de lacunas ainda não preenchidas pela área, assim como metodologias pouco utilizadas e que podem ser úteis para o processo investigativo sobre os saberes docentes em Contabilidade.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade, já destacada pela literatura, de buscar uma melhor preparação para os educadores atuantes em cursos de Ciências Contábeis no país (Nganga et al., 2016). Acredita-se, portanto, que a revisão sistemática da literatura realizada pelo presente estudo gera benefícios para a prática profissional docente na medida em que são levantados saberes importantes para os educadores de Contabilidade. Já para a academia, esta investigação permite a identificação de lacunas ainda não preenchidas, sendo um orientador relevante para a realização de estudos futuros sobre a temática da docência em Contabilidade. A qualidade do ensino superior decorre de diversas variáveis e, certamente, os aspectos relacionados com a docência, apesar de não ser a única chave para o entendimento do processo educacional, é uma peça fundamental desse quebra-cabeça.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Saberes Docentes

O papel do professor na formação dos estudantes é crucial para o desenvolvimento educacional dos discentes (Alves & Borges Jr., 2018; Tardif & Raymond, 2000). Entretanto, a tarefa de ensinar é complexa e exige uma série de habilidades e conhecimentos específicos (Alves & Borges Jr., 2018; Mishra e Koehler, 2006; Diniz-Pereira, 2015); e é nesse contexto que o saber docente se insere e se torna relevante.

A literatura apresenta diversas abordagens e perspectivas sobre o saber docente, que destacam a importância do conhecimento, habilidades e atitudes dos

professores para promover o aprendizado dos estudantes (Tardif & Raymond, 2000; Tardif, 2000; Tardif, 2014, Roldão, 2007; Junges & Behrens, 2016). Nesse sentido, Grutzmann (2019) ressalta que o conceito de saberes docentes em si é controverso, visto que diferentes autores abordam o tema a partir de lentes distintas em decorrência das múltiplas perspectivas das Ciências Humanas e Sociais. Contudo, é um consenso entre autores, como Junges e Behrens (2016) e Tardif (2000), de que o professor necessita construir um conjunto de saberes e de conhecimentos específicos para desempenhar sua função como profissional da educação.

Dentre as abordagens teóricas mais relevantes a respeito do saber docente, tem-se o estudo de Shulman (1986), a partir do qual começa a ser considerada a existência de saberes específicos dos professores (Grutzmann, 2019). Tal abordagem é reiterada por Roldão (2007) ao destacar que existem dois *frameworks* principais para se entender o conhecimento dos professores. O primeiro deles se concentra em analisar os diferentes componentes que fazem parte do saber docente, desde o conhecimento sobre o currículo até o conhecimento sobre os alunos e as práticas de ensino. Essa visão encontra-se baseada no trabalho de Shulman (1986). A segunda abordagem, por sua vez, baseia-se nas ideias de Schön (1987), que enfatiza o desenvolvimento do conhecimento profissional a partir da reflexão sobre a prática de ensino. Roldão (2007) sintetiza estas abordagens teóricas ao afirmar que a primeira se concentra em definir quais conhecimentos os professores precisam ter para ensinar bem, enquanto a segunda analisa o conhecimento que professores que ensinam bem já possuem, a partir de uma perspectiva descritiva e interpretativa. Assim, a autora afirma que o saber docente é formado por informações, habilidades e valores adquiridos durante a formação docente e sua experiência prática.

Conforme evidenciado por Mishra e Koehler (2006), Shulman (1986) avançou o pensamento sobre o saber docente ao introduzir a ideia de conhecimento pedagógico do conteúdo (PCK, da sigla em inglês). A abordagem do PCK enfatiza a importância do conhecimento específico que os professores precisam ter sobre as disciplinas que lecionam, bem como a capacidade de transformar esse conhecimento em um formato acessível e significativo para os estudantes. O PCK é composto por três elementos inter-relacionados: o conhecimento do conteúdo, o conhecimento pedagógico geral e o conhecimento pedagógico do conteúdo. O conhecimento do conteúdo refere-se ao conhecimento profundo das disciplinas que os professores ensinam, incluindo conceitos, teorias e práticas. O conhecimento pedagógico geral refere-se às estratégias e habilidades que os professores utilizam para ensinar, como a gestão da sala de aula, a avaliação dos discentes e a seleção de recursos didáticos. O conhecimento pedagógico do conteúdo refere-se à capacidade de ensinar o conteúdo de forma significativa, conectando-o com o conhecimento prévio dos estudantes e suas experiências de vida (Mishra & Koehler, 2006).

Quanto à formação do saber docente, Tardif (2014) afirma que diversos saberes são provenientes das instituições de formação, formação profissional, currículos e prática cotidiana. Dessa forma, o saber docente é considerado plural, visto incluir tanto o saber experiencial, proveniente da própria prática, quanto o saber curricular e disciplinar da formação profissional. Tardif e Raymond (2000), por sua vez, apresentam que o saber docente, é temporal, sendo adquiridos por meio de processos de aprendizagem e socialização que atravessam tanto a história de vida quanto a carreira do professor. Assim, para entender o saber docente, é preciso entender como esse conhecimento evoluiu e mudou ao longo de suas vidas e carreiras, que incluem muitas formas de aprendizado e recomeços.

Sob esta perspectiva, Mishra e Koehler (2006), apresentam que o saber docente não é estático, mas sim um processo contínuo de aprendizado e adaptação às mudanças e às novas demandas da sociedade. Nesse contexto, os autores apresentam que a tecnologia mudou a natureza da sala de aula e, que embora nem todos os professores as tenham adotado por medo de mudanças, falta de tempo e suporte, elas chegaram para ficar. Riedner e Pischetola (2016), afirmam que os professores universitários enxergam as tecnologias principalmente como ferramentas de suporte e comunicação. De acordo com os autores, muitos percebem as tecnologias digitais como formas de facilitar e tornar mais eficaz o processo de ensino e aprendizagem, sendo utilizadas como um espaço de extensão da sala de aula e como uma forma de auxiliar alunos a distância e complementar o ensino presencial.

Haas e Lopes (2014) apontam que os professores reconhecem a necessidade do conhecimento e domínio da tecnologia da informação (TI), fator fundamental para a atuação docente no ensino a distância (EAD), na qual os discentes podem aprender sem estar fisicamente presentes em uma sala de aula convencional e onde a comunicação entre professores e estudantes é realizada por meio de recursos tecnológicos, como plataformas virtuais de aprendizagem, videoconferências, fóruns de discussão e materiais didáticos digitais. Contudo, Carmo e Franco (2019) argumentam a necessidade da inserção mais efetiva desses recursos não apenas na EAD, mas também no ensino presencial. Nessa perspectiva, a EAD e o ensino presencial devem compartilhar dos benefícios decorrentes da tecnologia, sendo importante entender que essas formas de ensinar não devem ser consideradas opostas, mas sim distintas, cada uma com suas próprias características, e que, ao se complementarem, podem contribuir para a melhoria do processo de ensino de forma geral.

Haas e Lopes (2014) reiteram que a evolução do ensino presencial para a EAD, a partir do uso da TI implica em desafios para o saber docente, de forma que os professores precisam adaptar suas habilidades de ensino para o ambiente virtual, utilizando tecnologias e metodologias específicas para garantir uma aprendizagem efetiva dos estudantes. Ademais, verifica-se que os desafios e perspectivas do saber docente frente às novas tecnologias são muitos e variados. Os professores precisam estar dispostos a se adaptar e a aprender a utilizar as novas ferramentas tecnológicas, a fim de melhorar sua prática pedagógica e atender às necessidades de seus discentes.

Assim como no passado, o conhecimento do conteúdo e o conhecimento da pedagogia eram considerados separados e independentes um do outro, atualmente, o conhecimento da tecnologia é frequentemente considerado separado do conhecimento da pedagogia e do conteúdo (Mishra & Koehler, 2006). Dessa forma, autores como Hughes, (2005) e Lundeborg et al. (2003) argumentam que o saber docente requer uma compreensão de como a tecnologia se relaciona com a pedagogia e o conteúdo.

Nesse sentido, Mishra & Koehler (2006) apresentam um modelo que enfatiza as conexões, interações, recursos e restrições entre conteúdo, pedagogia e tecnologia. Os autores apresentam que cada um desses componentes não deve ser avaliado isoladamente, mas em pares, a saber: o PCK já descrito anteriormente, o conhecimento tecnológico do conteúdo (TCK, da sigla em inglês), conhecimento pedagógico tecnológico (TPK, da sigla em inglês), e todos os três tomados em conjunto como conhecimento do conteúdo pedagógico tecnológico (TPCK, da sigla em inglês). Em síntese, os autores apresentam, que por exemplo, para ser um bom professor de matemática, não basta apenas conhecer bem os conceitos e

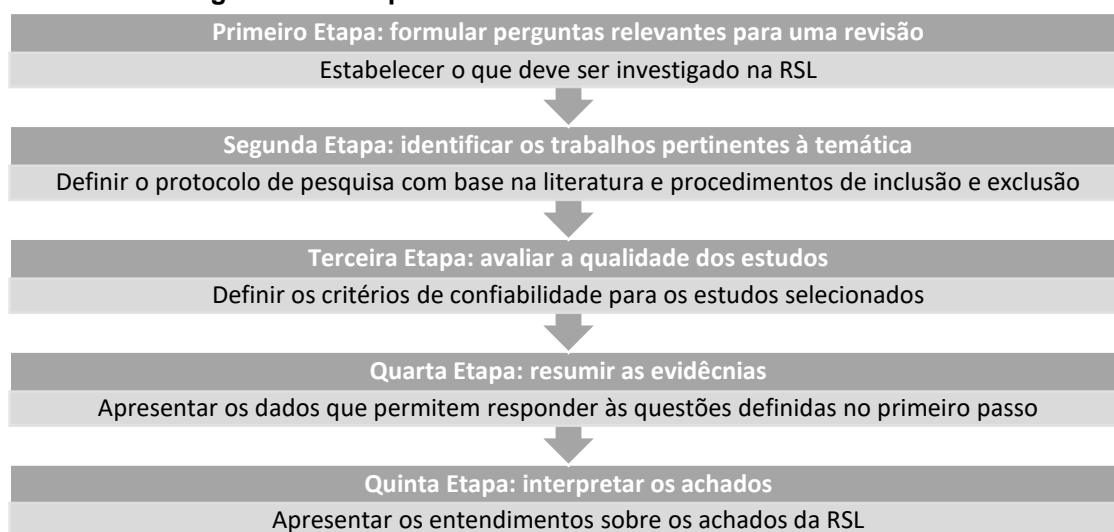
procedimentos matemáticos (PCK). Com o avanço da tecnologia, é importante ter um conhecimento específico sobre como utilizar ferramentas tecnológicas para melhorar o ensino de matemática (TCK), é preciso também saber como ensiná-los de forma eficaz (TPK), bem como entender como essas ferramentas podem ser combinadas com as estratégias pedagógicas para obter melhores resultados (TPCK).

Ademais, tem-se que por ser dinâmico, temporal e socialmente construído, o saber docente é uma combinação complexa de conhecimentos, habilidades e disposições que envolvem tanto o conteúdo que está sendo ensinado quanto o processo e recursos de ensino e aprendizagem. Com o advento da EAD, novos desafios se apresentam para os professores, que precisam adaptar seus conhecimentos pedagógicos e tecnológicos para lidar com as particularidades dessa modalidade de ensino.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos objetivos, como exploratória, quanto aos procedimentos, como bibliográfica e, quanto à abordagem do problema, como qualitativa (Martins & Theóphilo, 2009). Para atingir o objetivo de realizar um levantamento sobre os saberes docentes que a literatura brasileira mapeou como sendo importantes para a atuação dos professores na área contábil, utilizou-se a metodologia descrita por Khan et al. (2003). De acordo com os autores, a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é um método para estudar um conjunto das pesquisas acadêmicas, possibilitando a identificação de *insights*, reflexões críticas, caminhos para investigações futuras e questões de pesquisa. A revisão sistemática da literatura proposta por Khan et al. (2003) contém cinco passos necessários para a condução adequada de uma pesquisa, a saber: i) formular perguntas relevantes para uma revisão, ii) identificar os trabalhos pertinentes à temática, iii) avaliar a qualidade dos estudos, iv) resumir as evidências e v) interpretar os achados. A Figura 1 resume o passo a passo descrito anteriormente.

Figura 1: Cinco passos da Revisão Sistemática da Literatura



Fonte: Baseado em Khan et al. (2003).

Como delimitação de estudo, a presente pesquisa buscou analisar teses e dissertações que trataram sobre os saberes docentes na área contábil. A escolha desse tipo de estudo para a condução da revisão sistemática da literatura recai na

possibilidade de identificação da maturidade das pesquisas sobre a temática investigada. Dessa forma, utilizou-se a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) para a coleta das pesquisas a serem revisadas pelo presente estudo. Essa base de dados tem como objetivo integrar e disseminar em um só portal de busca as pesquisas acadêmicas realizadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* de IES públicas e privadas no país e não tem qualquer custo para as instituições participantes.

Para identificação de teses e dissertações aderentes aos objetivos da pesquisa, o protocolo de pesquisa contou com os seguintes termos “Saberes Docentes” & “Contabilidade”. Buscando realizar uma investigação abrangente, utilizou-se os termos descritos para a coleta nos seguintes campos: i) título das pesquisas; ii) palavras-chave (temas); e iii) resumo. Esse procedimento foi realizado no primeiro semestre de 2021. Após desconsiderar os casos repetidos, obteve-se um conjunto total de 35 pesquisas, das quais 5 eram teses e 30 dissertações. Para identificar as pesquisas que, de fato, eram pertinentes à temática da investigação, procedeu-se com a leitura do título, palavras-chave e resumo de todas as 35 investigações previamente selecionadas. Desse total, 11 foram descartadas por não tratarem diretamente sobre a temática de saberes docentes. Outras dez investigações foram eliminadas da amostra final porque, apesar de tratar sobre temas relacionados direta ou indiretamente aos saberes docentes, elas não tratavam sobre a área contábil. Dessa forma, a amostra final analisada pela investigação contou com um total de 14 pesquisas, sendo quatro teses e dez dissertações.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Descrição dos estudos selecionados pela pesquisa

A presente investigação buscou realizar um levantamento dos saberes docentes que a literatura brasileira mapeou como sendo importantes para a atuação dos professores na área contábil. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, pautada nas determinações de Khan et al. (2003). Nesse cenário, o Quadro 1 apresenta uma descrição dos 14 estudos presentes na seleção final dos procedimentos utilizados pela investigação. Como é possível perceber, do total de pesquisas selecionadas, quatro são teses e dez são dissertações.

É preciso destacar, ainda, que nessa listagem duas teses (Lima, 2018; Wille, 2018) e uma dissertação (Silva, 2014) não tratam diretamente sobre a temática dos saberes docentes necessários para a atuação no ensino superior em Contabilidade. A pesquisa de Lima (2018) trata sobre a temática da identidade docente. A investigação de Wille (2018) tem como foco a formação docente na pós-graduação em Contabilidade. Por fim, a pesquisa de Silva (2014) abordou os impactos da pós-modernidade para os programas de graduação em Ciências Contábeis. Essas três investigações, contudo, trazem resultados que direta ou indiretamente afetam os saberes necessários para a atuação docente em cursos de Ciências Contábeis e, dessa forma, permaneceram na análise final da revisão sistemática.

Ainda pela análise das informações do Quadro 1 é possível perceber que as pesquisas relacionadas ao saber docente na área contábil são dispersas em relação à IES em que a tese/dissertação foi desenvolvida. Ao todo, dez IES já apresentaram pesquisas sobre a temática analisada. Desse montante, três são privadas (FECAP, FURB e PUC-SP) e sete são públicas (UFSC, UEL, USP-RP, USP, UFCAR, UFBA e UNIOESTE). As IES com mais pesquisas sobre saberes docentes foram a FECAP, com três dissertações, todas orientadas pela professora doutora Vilma Geni Slomski,

a USP-RP, com duas dissertações orientadas pela professora doutora Adriana Maria Procópio de Araújo, e a USP, com duas teses orientadas pela professora doutora Sílvia Pereira de Castro Casa Nova que tangenciaram a temática. Todas as demais IES apresentaram uma pesquisa cada.

Outro dado interessante de ser percebido com a descrição das pesquisas analisadas é a origem dos programas nos quais a dissertação/tese foi elaborada. Como é possível notar, nem todas as investigações revisadas pela pesquisa foram elaboradas em programas de pós-graduação da área contábil. A tese de Laffin (2002), um marco inicial das pesquisas sobre o saber docente na área contábil, foi desenvolvida no programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC. Similarmente, a tese de Ferreira (2015) e a dissertação de Araújo (2009), apesar de tratarem sobre a atuação docente na área contábil, foram desenvolvidas em programas de Educação da UFSCAR e UEL, respectivamente. Conforme destacado pela literatura, os programas de pós-graduação em Contabilidade ainda estão em desenvolvimento no país e até 2007 existia apenas um programa com doutorado na área (Catellani, 2018). Adicionalmente, é possível notar, ainda, que o primeiro estudo sobre a temática (Laffin, 2002) surge no início do século XXI, muito próximo aos estudos desenvolvidos por Tardif (2000), um dos principais teóricos do tema.

Quadro 1

Descrição dos estudos selecionados pela pesquisa

Autor	Tipo	Orientação	IES	Programa	Fundamentação Teórica Principal	Metodologia
Laffin (2002)	Tese	Maria Ester Manegasso	UFSC	Engenharia de Produção	Visão marxista do trabalho como produto humano	Entrevistas com 28 docentes de IES públicas e privadas
Araújo (2009)	Dissertação	Neusi Aparecida Navas Berbel	UEL	Educação	Saberes docentes na perspectiva dos estudos de Tardif	Entrevistas com dois doutores em Contabilidade, dez professores e utilização de relato da experiência pessoal do autor
Santana (2009)	Dissertação	Adriana Maria Procópio de Araújo	USP-RP	Controladoria e Contabilidade	Saberes necessários à prática educativa pautados em Freire	Utiliza uma base de dados estruturada e complementa a análise com aplicação de questionários em coordenadores de 16 cursos de Contabilidade de IES federais

Lames (2011)*	Dissertação	Vilma Geni Slomski	FECAP	Ciências Contábeis	Saberes docentes na perspectiva dos estudos de Tardif	Utiliza observação e realiza entrevista com um professor de Gestão de Custos do curso de Ciências Contábeis de uma IES do Estado de São Paulo
Barp (2012)	Dissertação	Rita Buzzi Raush	FURB	Ciências Contábeis	Saberes docentes na perspectiva dos estudos de Tardif	Aplica questionário em 74 professores de IES públicas e privadas da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)
Silva (2014)**	Tese	Silvia Pereira de Castro Casa Nova	USP	Controladoria e Contabilidade	Modelos educacionais pautados na pós-modernidade	Realiza um estudo de caso a partir de análise documental, aplicação de questionários, entrevistas e grupos focais
Frauchess (2015)	Dissertação	Vilma Geni Slomski	FECAP	Ciências Contábeis	Categorização dos saberes docentes pautados na obra de Shulman e nos estudos de Tardif e na identificação de competências por Libâneo	Aplicação de questionário com 23 questões fechadas e duas questões abertas em 26 docentes atuantes em cursos de Ciências Contábeis de uma IES privada
Konrad (2015)	Dissertação	Neusa Maria Bastos Fernandes Santos	PUC-SP	Ciências Contábeis e Atuariais	Formação pedagógica crítica do docente reflexivo de Giroux	Questionário aplicado em 314 professores atuantes em IES privadas da região micro e macro metropolitana de São Paulo
Ferreira (2015)	Tese	Aline Maria de Medeiros	UFSCAR	Educação	Saberes docentes na perspectiva	Entrevistas semiestruturadas com 12

		Rodrigues Reali			dos estudos de Tardif	professores da Universidade Estadual do Paraná
Batista (2015)	Dissertação	Adriano Leal Bruni	UFBA	Ciências Contábeis	Estratégias de ensino-aprendizagem de Bordenave e Pereira e saberes docentes na perspectiva dos estudos de Tardif	Questionário aplicado em 214 concluintes de Ciências Contábeis de 22 IES que ofertam o curso no Estado da Bahia
Anastácio (2017)	Dissertação	Vilma Geni Slomski	FECAP	Ciências Contábeis	Perspectiva da atuação docente reflexiva pautada nas obras de Schön e saberes docentes na perspectiva dos estudos de Tardif	Entrevistas com três professores atuantes em IES públicas da região Sudeste
Moreno (2017)*	Dissertação	Silvana Anita Walter	UNIOESTE	Contabilidade	Arqueologia do saber de Foucault	Análise documental de 27 ementas de disciplinas de Controladoria de programas de mestrado de IES públicas e privadas e do currículo lattes dos seus docentes responsáveis e entrevistas com 15 desses professores
Lima (2018)**	Dissertação	Adriana Maria Procópio de Araújo	USP-RP	Controladoria e Contabilidade	Reflexão crítica sobre a atuação docente com base em Freire, saberes docentes na perspectiva dos estudos de Tardif e competências docentes na ótica de Perrenoud	Análise de narrativas pautada na <i>three-dimensional</i> a partir de 12 entrevistas conduzidas com seis docentes atuantes em IES públicas e privadas

Wille (2018)**	Tese	Silvia Pereira de Castro Casanova	USP	Controladora e Contabilidade	Perspectiva da atuação docente reflexiva pautada nas obras de Dewey e Schön	Entrevistas com 19 professores, 31 pós-graduandos e 18 discentes todos da área de Ciências Contábeis de uma IES pública
Notas: *A pesquisa realizada para uma área de formação em Ciências Contábeis e não para a área como um todo. **A pesquisa não trata diretamente sobre os saberes docentes, mas encontra evidências que ajudam a entender a temática.						

Ainda com base nas informações apresentadas no Quadro 1, é possível notar que o embasamento teórico das teses e dissertações analisadas pela pesquisa é realizado a partir de diversas perspectivas. Não obstante, foi possível notar uma ampla utilização dos trabalhos relacionados com os saberes docentes na perspectiva de Maurice Tardif (Tardif, 2000; Tardif; Raymond, 2000), Donald Schön (Schön, 1983; 1987) e Lee Shulman (Shulman, 1987) entre as pesquisas analisadas. Torna-se necessário destacar, contudo, que nenhuma das pesquisas identificadas pela revisão sistemática da literatura analisa os saberes docentes à luz das mudanças observadas para o mercado educacional brasileiro com o surgimento e crescimento da EAD. Para esses cursos, os saberes docentes podem ser distintos, uma vez que o fator tecnológico passa a estar ainda mais presente na atuação dos professores (Mishra & Koehler, 2006). Já em relação aos procedimentos metodológicos para coleta de dados, predomina a abordagem qualitativa realizada, sobretudo, a partir da condução de entrevistas semiestruturadas. Uma segunda coleta também comum às pesquisas sobre os saberes docentes na área Contábil foi a aplicação de questionários.

4.2 Revisão dos principais achados da literatura

A pesquisa seminal de Laffin (2002) sobre os saberes docentes na área contábil buscou compreender os fundamentos epistemológicos da organização do trabalho do professor de contabilidade. Os resultados obtidos pelo estudo salientam para a necessidade de preparar melhor os professores de cursos de Ciências Contábeis para os desafios a serem enfrentados na atuação docente. Quando da realização da investigação, a área contábil brasileira possuía uma estrutura de formação acadêmica ainda frágil, com poucos cursos de mestrado espalhados pelo país e apenas um programa de doutoramento na área (Catellani, 2018). Dos 15 participantes do estudo de Laffin (2002) atuantes em IES públicas apenas dois eram doutores. Já para os atuantes em IES privadas, nenhum dos 13 participantes tinham obtido o título de doutor quando da realização da investigação. Apesar dessa situação, o que preocupou Laffin (2002) não foi a falta de conhecimento técnico sobre contabilidade. A experiência prática obtida em outras atuações no mercado permite, em certa medida, o domínio dos saberes atrelados ao conteúdo do que deve ser ministrado. Contudo, na visão de Laffin (2002), os docentes entrevistados careciam de ferramentas relacionadas com o processo de formação humana e preparação crítica dos discentes da área.

Essa evidência está em linha com os achados de Barp (2012), que buscou identificar os saberes docentes na percepção dos professores de Ciências Contábeis da ACAFE. Como principais resultados, o autor identificou que 73% dos

docentes da amostra investigada possuíam outra atuação além da docência. Talvez por essa situação, o saber disciplinar (relacionados com o conteúdo a ser ministrado em disciplinas do curso de Contabilidade) foi aquele considerado pela amostra como o de maior domínio. Em contrapartida, os saberes pedagógicos e curriculares, relacionados com a atuação docente, em específico, foram aqueles que os participantes da pesquisa mostraram a maior preocupação, justamente pela falta de domínio. Importante destacar que, assim como Laffin (2002), a amostra da pesquisa de Barp (2012) apresentou poucos doutores atuantes em cursos de Contabilidade. Apenas 15% dos participantes eram doutores, 50% eram mestres e 15% tinham somente especialização *lato sensu*.

Interessante notar que a pesquisa de Wille (2018), a mais recente dentre aquelas analisadas pela revisão sistemática da literatura, encontra situações semelhantes à de Laffin (2002), apesar do contexto acadêmico contábil atual ser estruturalmente diferente daquele verificado no início do século XXI. A pesquisa de Wille (2018) buscou analisar como programas de formação de professores existentes na pós-graduação (em especial o programa de aperfeiçoamento de ensino e as monitorias didáticas obrigatórias) auxiliam na reflexão sobre a prática docente. Dentre os principais resultados da pesquisa que estão relacionados com os saberes docentes, a autora encontra evidências de que há percepção por parte dos pós-graduandos da área contábil de que existe um predomínio da formação do pesquisador em detrimento da formação do professor, o que fica claro pela quase inexistência de disciplinas voltadas para a formação pedagógica dos mestres e doutores em Contabilidade.

Este resultado encontra respaldo, ainda, da pesquisa de Lima (2018) que, por meio de análises de narrativas com docentes da área contábil, destaca diversas experiências negativas que os participantes do estudo apresentaram no início da carreira como docente. Apesar de muitos professores na área contábil migrarem de profissões não acadêmicas para a sala de aula, as demandas específicas relacionadas com o ser docente demandam saberes específicos que as experiências profissionais em outras áreas (por mais profundas que sejam) não preparam o indivíduo para os desafios que é ensinar. Analisando os resultados da pesquisa de Batista (2015), que buscou analisar os atributos dos professores de Contabilidade no Estado da Bahia, é possível perceber que os discentes tendem a valorizar mais os docentes que além dos conhecimentos técnicos conseguem aplicar estratégias didático-pedagógicas relevantes para o processo de ensino-aprendizagem.

Conforme ponderado pelo modelo de Mishra e Koehler (2006), o conhecimento sobre o conteúdo a ser ministrado não é o único necessário para a atuação docente. Os conhecimentos pedagógicos são essenciais e, para áreas cuja formação inicial se dá por meio de bacharelados, a pós-graduação *stricto sensu* deveria representar um espaço de preparação para os desafios da sala de aula. Nesse cenário, possíveis falhas no processo de formação, podem levar possíveis talentos a abandonarem a carreira em função de experiências negativas com a docência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo levantar os saberes docentes que a literatura brasileira apeou como sendo importantes para a atuação dos professores na área contábil. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, baseada na metodologia proposta por Klun et al. (2003). A partir da identificação de quatro teses e dez dissertações defendidas em programas de doutorado e mestrado no Brasil foi

possível alcançar algumas conclusões sobre as pesquisas relacionadas aos saberes docentes em Contabilidade.

O primeiro ponto a ser destacado é a constatação da temática sobre saberes docentes como uma linha de investigação de pesquisadores inseridos na área contábil. Os estudos investigados pela pesquisa foram elaborados em diferentes programas de pós-graduação de Contabilidade e de outros ramos do saber como Educação e Engenharia de Produção. Não obstante, é necessário destacar o predomínio de investigações desenvolvidas em programas da região Sudeste e Sul do Brasil, com destaque para o Estado de São Paulo. Essa concentração pode representar um viés para os resultados das investigações sobre os saberes docentes na área contábil, uma vez que diferentes realidades do país podem apresentar situações que influenciam a atuação docente dos professores de Ciências Contábeis. Conhecer a realidade da atuação docente da região Centro-Oeste, Norte e Nordeste também se faz necessário para se ter uma visão mais completa dos saberes necessários para a docência em Contabilidade no Brasil.

Outro ponto importante destacado pelos estudos investigados diz respeito às lacunas didático-pedagógicas que influenciam negativamente a atuação docente em Contabilidade. Nos cursos de Contabilidade é muito comum a figura do professor que divide o tempo entre as atividades laborais não acadêmicas e a atuação como docente. Indivíduos com esse perfil, que não receberam uma formação pedagógica durante o bacharelado, tendem a não ter uma formação acadêmica sólida, estruturada a partir de um mestrado e doutorado. Este fenômeno tende a ser ainda mais comum para as IES privadas. Além disso, pesquisas recentes indicam que mesmo os docentes que passam por um mestrado e doutorado na área contábil percebem deficiências nos saberes docentes relacionados às práticas didático-pedagógicas e curriculares, as quais não estão inseridas no processo formativo de grande parte dos programas de pós-graduação em Contabilidade existentes na atualidade.

A revisão sistemática da literatura permitiu identificar trajetórias possíveis para pesquisas futuras a serem desenvolvidas na área. A partir da análise dos estudos identificados pela pesquisa, uma lacuna clara que ainda precisa ser preenchida diz respeito aos saberes docentes de atuantes em cursos de Ciências Contábeis da modalidade EAD. Apesar de as temáticas abordadas pelos cursos presenciais e EAD serem os mesmos, os saberes pedagógicos e tecnológicos são completamente distintos, demandando dos professores conhecimentos específicos para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem nesses diferentes ambientes educacionais. Tendo em vista o crescimento da modalidade EAD no contexto do ensino superior brasileiro, as investigações sobre a atuação docente nesses cursos apresentam inquestionável importância para o alcance da qualidade educacional.

Além disso, as pesquisas relacionadas com os saberes docentes na área contábil apresentam, em sua maioria, uma estrutura metodológica muito próxima. As principais estratégias de coleta de dados empregadas pelos trabalhos revisados por esta pesquisa se deram por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. Nesse cenário, e tendo em vista a identificação das lacunas relacionadas à formação didático-pedagógica e curricular dos docentes de Contabilidade, pode ser interessante para a área a realização de pesquisas intervencionistas com o intuito de sanar os problemas enfrentados pelos professores, principalmente aqueles em início de carreira, e, conseqüentemente, propor melhorias para o ensino superior em Ciências Contábeis no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Alves, N. J. F., & Borges Jr. (2018). Reflexões sobre capacitação docente e educação por competências no curso de Ciências Contábeis. *Revista Paraense de Contabilidade*, 3(1), p. 6-17. <https://doi.org/10.36562/rpa.v3i1.26>
- Anastácio, J. B. (2017). *Formação e desenvolvimento profissional para uma prática pedagógica reflexiva na educação superior: casos de ensino na evidenciação de saberes do professor que atua na graduação em Ciências Contábeis*. 153 f. Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, SP. <http://tede.fecap.br:8080/jspui/handle/jspui/764>
- Araújo, D. C. (2009). *O professor de Ciências Contábeis e os saberes envolvidos na formação de futuros profissionais da área: um estudo por meio da metodologia da problematização*. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, PR. <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000153739>
- Barros, A. S. X. (2015). Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, 36(131), 361-390. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>
- Barp, A. D. (2012). *Docência universitária: percepções sobre saberes necessários à profissão docente de professores que atuam na área contábil em instituições de ensino superior pertencentes à Associação catarinense de fundações educacionais – ACAF128 f*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Santa Catarina, SC. https://bu.furb.br/docs/DS/2012/352985_1_1.PDF
- Batista, A. B. (2015). *Decifra-me ou devoro-te: um estudo sobre os atributos do professor de contabilidade no Estado da Bahia*. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, BA. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18750>
- Broch, C., Breschiliare, F. C. T., & Barbosa-Rinaldi, I. P. (2020). A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. *Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior*, 25(2), 257-274. <https://doi.org/10.1590/s1414-4077/s1414-40772020000200002>
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2021). *Cursos Avaliados e Reconhecidos*. <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoBuscaAvancada.jsf>
- Catellani, V. T. F. (2018). *O campo acadêmico em contabilidade no Brasil: um olhar dos(as) doutores(as) titulados(as) pelo programa multiinstitucional e inter-regional UnB, UFPB e UFRN*. 164 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06072018-131927/publico/CorrigidoVitor.pdf>

- Carmo, R. O. S., & Franco, A. P. (2019). Da docência presencial à docência online: aprendizagens de professores universitários na educação a distância. *Educação em Revista*, 35, e210399. <https://doi.org/10.1590/0102-4698210399>
- Costa, N. M. S. C. (2010). Formação pedagógica de professores em medicina. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18(1), 102-108. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692010000100016>
- Diniz-Pereira, J. E. (2015). Formação de professores, trabalho e saberes docentes. *Trabalho & Educação*, 24(3), 143-15. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9457/6750>
- Elias, M. A., & Navarro, V. L. (2019). Profissão docente no ensino superior provado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(1), 49-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p49-63>
- Ferreira, M. M. (2015). *Docência no ensino superior: aprendendo a ser professor de contabilidade*. 2015. 169 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7660/TeseMMF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Frauches, P. F. (2015). *Docência no ensino superior: um perfil dos saberes que fundamentam a prática pedagógica de docentes que atuam em cursos de ciências contábeis*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). 152 f. Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, SP. <http://tede.fecap.br:8080/jspui/handle/jspui/702>
- Grutzmann, T. P. (2019). Saberes Docentes: Um Estudo A Partir De Tardif E Borges: Teaching Knowledge: A Study From Tardif And Borges. *Revista Temas Em Educação*, 28(3), 2-23. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n3.46972>
- Haas, C. M., & Lopes, J. N. S. (2014). Desafios da docência em educação a distância: o que dizem os professores. *Informática na Educação: Teoria & Prática*, 17(2), 113-130. <https://doi.org/10.22456/1982-1654.47953>
- Hughes, J. (2005). The role of teacher knowledge and learning experiences in forming technology-integrated pedagogy. *Journal of Technology and Teacher Education*, 13(2), 277–302. <https://www.learntechlib.org/primary/p/26105/>
- Junges, K. S., & Behrens, M. A. (2016). Uma formação pedagógica inovadora como caminho para a construção de saberes docentes no ensino superior. *Educação em Revista*, 59, 211-229. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.42282>
- Khan, K. S., Kunz, R., Kleijnen, J., & Antes, G. (2003). Five steps to conducting a systematic review. *Journal of The Royal Society of Medicine*, 96(3), 118-121. <https://doi.org/10.1258%2Fjrs.96.3.118>
- Konrad, M. R. (2015). *Formação de professores para os cursos de graduação em Ciências Contábeis: um estudo com IES particulares*. 2015. 309 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1620>
- Laffin, M. (2002). *De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade*. (2002). 203 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, SC.
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82933>

Lames, E. R. (2011). *O perfil do conhecimento experiencial do professor de gestão de custos que atua em um curso de ciências contábeis*. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, SP.
<http://tede.fecap.br:8080/jspui/handle/tede/522>

Lima, J. P. R. (2018). *Ser professor: um estudo da identidade docente na área de ciências contábeis*. 2018. 128f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-23042018-103503/pt-br.php>

Lundeberg, M. A., Bergland, M., Klyczek, K., & Hoffman, D. (2003). Using action research to develop preservice teachers' beliefs, knowledge and confidence about technology. *Journal of Interactive Online Learning*, 1(4), 1-16.
<https://www.ncolr.org/jiol/issues/pdf/1.4.5.pdf>

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas*. Atlas.

MEC – Ministério da Educação. (2021). *Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior – Cadastro e-MEC*. <https://emec.mec.gov.br/>

Mishra, P., & Koehler, M. J. (2006). Technological pedagogical content knowledge: a framework for teacher knowledge. *Teachers College Record*, 108(6), 1017-1054.

Moreno, T. C. B. (2017). *O saber em controladoria sob a ótica de Foucault: análise do ensino da controladoria nos programas de pós-graduação em contabilidade do Brasil*. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR. <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3477>

Nganga, C. S. N., Botinha, R. A., Miranda, G. J., & Leal, E. A. (2016). Mestres e doutores em contabilidade no Brasil: uma análise dos componentes pedagógicos de sua formação inicial. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 14(1), 83-99. <https://revistas.uam.es/reice/article/view/2709/2936>

Riedner, D. D. T.; Pischetola, M. (2016). Tecnologias digitais no ensino superior: uma possibilidade de inovação das práticas? *Educação, Formação & Tecnologias*, 9(2), 37-55. <http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/526>

Roldão, M. C. (2007). Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), 94-103.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100008>

Santana, A. L. A. (2009). *O perfil do professor de Ciências Contábeis e seu reflexo no exame nacional de desempenho dos estudantes – um estudo nas Universidades Federais do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-05052010-142132/pt-br.php>

Schön, D. A. (1983). *The reflective practitioner: how professionals think in action*. Basic Books.

Schön, D. A. (1987). *Educating the reflective practitioner: toward a new design for teaching and learning in the professions*. Jossey Bass.

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. (2019). *Mapa do Ensino Superior no Brasil*. https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Semesp_Mapa_2019_Web.pdf

Shulman, L. S. (1987). Knowledge and teaching: foundations of the new reform. *Harvard Educational Review*, 57(1), 1-23. <https://doi.org/10.17763/haer.57.1.j463w79r56455411>

Silva, S. C. (2014). Desafios dos programas de graduação em Ciências Contábeis face às mudanças emergentes na pós-modernidade. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12082014-190630/pt-br.php>

Tardif, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. 16. ed. Vozes.

Tardif, M. (2000). Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, 3, 5-24.

http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05_MAUERICE_TARDIF.pdf

Tardif, M., & Raymond, D. (2000). Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. *Educação & Sociedade*, 21(73), 209-244. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000400013>

Torres, V. B. A. (2006). *Os saberes docentes do professor universitário do curso de direito expresso no discurso e na prática: limites e possibilidades*. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, PE. https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/4480/1/arquivo5350_1.pdf

Valle, L. A. C. (2020). *Um olhar sobre a integração de tecnologias digitais e os conhecimentos profissionais do professor durante a ação pedagógica*. 135 f. Dissertação (Mestrado de Ensino de Ciências e Matemática). Instituto de Física Gleb Wataghin, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, SP. http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/350986/1/Valle_LucieneAngeliCaCardoso_M.pdf

Wille, S. B. (2018). *"Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende ensinando"*: refletindo sobre ações de formação docente na pós-graduação em Contabilidade. 2018. 210 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06112018-115030/publico/OriginalSuilise.pdf>

Rentabilidade no novo mercado de governança corporativa da B3: Estudo com Empresas do Setor de Construção Civil

Tito Lívio de Souza Moura

Bacharel em Ciências Contábeis UFERSA

Endereço: Rua Francisco Mota Bairro, 572, Mossoró - RN, 59625-900

ORCID : <https://orcid.org/0009-0001-3413-8652>

E-mail: gdoptito@hotmail.com

Alexsandro Gonçalves da Silva Prado

Doutor em Economia (UFPB)

Endereço: Rua Francisco Mota Bairro, 572 - RN, 59625-900, CCSAH UFERSA

Telefone: (84) 3317-8560 (Ramal: 1346)

ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-7072-3621>

E-mail: alexsandro.prado@ufersa.edu.br

Maria Auxiliadora de Oliveira Morais

Mestra em contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Rodovia BR-405, S/n - Arizona, Pau dos Ferros - RN, 59900-000

ORCID : <https://orcid.org/0000-0001-8861-8603>

E-mail: auxiliadora.o.morais@gmail.com

RESUMO

A governança corporativa surgiu com o objetivo de mitigar conflitos de agência nas empresas e, como benefício adicional, aumentar o valor de mercado para as que a praticam em níveis elevados. Estudos realizados no Brasil e no mundo têm demonstrado que empresas que adotam boas práticas de governança têm um desempenho econômico superior em comparação com aquelas que não as adotam. O presente estudo se propõe a analisar qual o impacto na rentabilidade das empresas do setor de construção civil depois da inserção no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, a pesquisa foi realizada observando os índices de rentabilidade seguintes: retorno do ativo (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno sobre o investimento (ROI). Foi aplicado o teste de média para amostra não paramétrica de *Wilcoxon*, com o objetivo de observar se existem diferenças entre os indicadores de rentabilidade calculados antes e após a adoção das novas práticas de governança corporativa. Os resultados encontrados indicam que após a adesão, as empresas apresentam maiores índices de retorno.

Palavras-Chave: Governança Corporativa. Desempenho. Construção Civil.

ABSTRACT

Corporate governance emerged with the goal of mitigating agency conflicts in companies and, as an additional benefit, increasing market value for those that practice it at high levels. Studies conducted in Brazil and around the world have demonstrated that companies that adopt good governance practices have superior economic performance compared to those that do not adopt. The present study aims to analyze the impact on the profitability of companies in the construction sector after joining the Novo Mercado of Corporate Governance of B3. The research was carried out by observing the following profitability indicators: return on assets (ROA), return on equity (ROE), and return on investment (ROI). The Wilcoxon non-parametric mean test

was applied with the aim of observing if there are differences between the profitability indicators calculated before and after the adoption of new corporate governance practices. The results found indicate that after adherence, companies present higher return rates.

Keywords: Corporate Governance. Performance. Construction Sector.

1. INTRODUÇÃO

Em um cenário de mercados cada vez mais competitivos é notório o aumento das exigências por modelos de gestões mais transparentes, e que para fortalecer os laços de confiança com os investidores é primordial a prática de governanças corporativa pautadas na justiça e verdade (ROSSETTI; ANDRADE, 2012). A B3 enxergando essa conjuntura lançou no ano 2000 o Novo Mercado de Governança Corporativa.

Governança corporativa está relacionada ao conjunto de procedimentos que visam garantir os direitos dos acionistas da entidade, como também viabiliza as informações que permitem os investidores acompanhar as decisões da empresa. Trata-se de justiça, de estar pautada pela transparência das transações, a fim de, evitar conflitos de interesses entre a gestão e os acionistas, ou seja, é a busca da garantia que seus investidores terão retorno dos seus investimentos (ROSSETTI; ANDRADE, 2012).

O B3 instiga as empresas praticarem uma melhor Governança Corporativa, e conforme ao grau de adesão, nessas rotinas, ela classifica a empresa em três níveis diferentes, que são: nível 1, nível 2 e Novo Mercado. Entre os três, o Novo Mercado é o mais elevado grau de exigência das práticas de Governança Corporativa. Esse segmento conduz na utilização de um conjunto de regras que aumentam os direitos dos acionistas (B3, 2017).

O setor de construção civil é essencial para o desenvolvimento de um país, tendo em vista o seu grau de importância na infraestrutura, além de “promover a integração da cadeia produtiva da construção” (CBIC, 2017). Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, estima-se que 7,078 milhões de pessoas estejam ocupadas na construção civil, no mês de dezembro de 2016 (CBIC, 2016).

Com o objetivo de captar mais recursos financeiros e diminuir o grau de risco, muitas empresas estão optando por aderirem as melhores práticas de Governança Corporativa, assim ofertando mais segurança e confiabilidade de suas ações, e o algumas empresas do setor de construção civil vem acompanhando essa tendência. A adoção por níveis de Governança Corporativa mais elevada possibilita maiores benefícios para entidade e também para os acionistas, ou seja, obtendo maior acesso ao capital, diminuindo os custos de obtenção e gerando maior segurança para os investidores (SERAFIM, 2011).

A adesão das empresas no Novo Mercado é voluntária, e trazem consigo mais responsabilidades e por consequências mais custos. Para o IBGC as práticas de governança corporativa têm a finalidade de “preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum” (IBCG, 2017).

Com o objetivo de captar mais recursos financeiros e diminuir o grau de risco, muitas empresas estão optando por aderirem as melhores práticas de Governança Corporativa, assim ofertando mais a fim de obter maiores recursos financeiros e um grau de risco aceitável, algumas empresas decidem por adotar melhores práticas de

governança corporativa, oferecendo maior confiabilidade de suas ações. O ingresso dessas empresas em níveis diferenciados de governança corporativa proporciona benefícios tanto para as empresas como para os acionistas, ou seja, a empresa terá um maior acesso ao capital, minimizando os custos de sua obtenção e proporcionará maior segurança para os investidores elevando-se o grau de atratividade das ações (SERAFIM, 2011).

Uma forma de verificar se a adesão ao Novo Mercado está direcionando as empresas a tornarem-se mais eficientes, transparentes, competitivas e melhoraram seu desempenho financeiro é a análise dos índices de rentabilidade e a comparação entre os mesmos antes e depois da adesão.

Diante do exposto, segue a problemática desse estudo: Qual o impacto na rentabilidade das empresas do setor de construção civil depois da inserção no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3?

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar o impacto na rentabilidade das empresas do setor de construção civil que aderiram ao Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 no ano de 2007. A pesquisa foi realizada observando os índices de rentabilidade seguintes: retorno do ativo (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno dos investidores (ROI).

Os objetivos específicos são: identificar as empresas de construção civil que aderiram ao Novo Mercado de Governança Corporativa da B3; comparar os índices de rentabilidade antes e depois da participação ao Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&F Bovespa; e inferir sobre o impacto da adesão ao Novo Mercado de Governança Corporativa da B3.

Esse trabalho se justifica, pois trará base empírica para as empresas que estão considerando a adesão ao Novo Mercado de Governança Corporativa da B3. Além de ampliar a discussão sobre Novo Mercado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança corporativa

A governança corporativa tem sido objeto de considerável atenção nas últimas décadas, resultando em recomendações de códigos de conduta, modelos conceituais e estudos empíricos. Com base em uma revisão da literatura, este estudo define governança corporativa como a estrutura e os processos que governam as relações entre o conselho de administração, os acionistas, a alta administração e outras partes interessadas. Isso envolve os papéis do processo de administração e liderança estratégica, com o objetivo de garantir a responsabilidade e melhorar o desempenho. (Ho, 2005).

A adoção de boas práticas de governança corporativa é um padrão essencial para estabelecer um ambiente de investimento favorável, necessário para que empresas competitivas possam alcançar uma posição forte em mercados financeiros eficientes. Além disso, a boa governança corporativa é fundamental para economias com um amplo histórico de negócios e promove o sucesso do empreendedorismo (Khan, 2015).

De acordo com o IBGC (2009), a entidade responsável pela Governança Corporativa no Brasil, esse conceito refere-se a um sistema que direciona, monitora e incentiva as organizações, englobando práticas e relacionamentos entre proprietários. A Governança Corporativa é, portanto, um instrumento de gestão que aprimora as relações entre os envolvidos e o desempenho das organizações, com base em seus princípios e práticas. Em resposta a isso, os investidores começaram a exigir a

implementação de mecanismos que protejam seus interesses e restabeleçam sua confiança nas informações geradas pelas empresas.

Nascimento, Bianchi e Terra (2007) afirmam que a prática da governança corporativa baseia-se nos princípios de transparência, independência e prestação de contas, como meio de atrair novos investimentos, apresentando um fortalecimento do mercado acionário à medida que consegue reduzir os potenciais conflitos de interesses existentes entre os acionistas majoritários e os minoritários, entre os proprietários e os administradores enfatizando a separação entre propriedade e gestão, assim como, os demais agentes presentes na entidade, visando a maximização do valor da organização e um maior retorno para os acionistas e proprietários.

Alguns problemas podem ocorrer em consequência da relação entre acionistas e administradores prejudicando os resultados da governança corporativa. O primeiro e o mais comum problema referem-se a falta de empenho por parte dos gestores para tomar decisões em favor dos interesses dos acionistas. Segundo Jensen e Meckling (1976), é comum acreditar que os administradores nem sempre agirão a favor dos melhores interesses dos acionistas. Os acionistas e administradores podem ter preferências de risco diferenciadas. Os acionistas são capazes de diversificar seus investimentos e com isto minimizar seus riscos. Os administradores, por outro lado, não podem trocar de emprego tão facilmente, tornando-os mais avessos a projetos de maior risco o que pode não ir de encontro aos melhores interesses dos acionistas. Administradores também podem não cumprir com seus deveres e também manipular os resultados operacionais para obter bônus provenientes de metas alcançadas.

Almeida et al. (2010) afirma que as práticas de Governança Corporativa influenciam de forma positiva o retorno sobre os ativos da empresa, sugerindo que as empresas com melhores práticas tendem a apresentar melhores desempenhos. Vilhena e Camargos (2015) corroboram e ressaltam que ao adotarem as práticas de governança corporativa, as empresas objetivam melhorar seu desempenho econômico-financeiro e sua imagem corporativa no mercado aumentando o potencial de valorização de suas ações, através de uma maior transparência de informações no mercado, reduzindo divergências entre os proprietários e os gestores.

No Brasil, com o intuito de estimular e ao mesmo tempo, proporcionar maior interesse dos investidores nas organizações, a B3 criou em 2000 os níveis diferenciados de governança corporativa como apresenta, sendo eles, o nível 1 possuindo o menor grau, Nível 2 e Novo Mercado possuindo o maior grau. De acordo com tais níveis, é possível classificar as companhias de acordo com o número de obrigações cumpridas adicionalmente à legislação brasileira, apresentando uma possível sinalização para o mercado (ALMEIDA, SCALZER & COSTA, 2008).

Aguiar, Corrar e Batistella (2004) ressaltam que a BOVESPA lançou o novo mercado e os diferenciados níveis de governança corporativa, apresentados no quadro a seguir, com os objetivos principais de diminuir o custo de agência, ou seja, a assimetria informacional entre investidores e empresas por meio de maior transparência quanto às informações divulgadas e reduzir o custo de capital das empresas que se adequassem às novas regras. Maior transparência atrairia mais investidores, o que aumentaria o volume de transações, com expectativa de melhores preços de ações das entidades que aderissem, com consequência de maior retorno sobre o patrimônio líquido e a redução dos custos de captação a longo prazo.

Tabela 1

Regras dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa

	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado
Ações Emitidas	Existência de ações ON e PN, conforme legislação	Existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Existência somente de ações ON
Percentual mínimo de ações em circulação (<i>free float</i>)	No mínimo 25% de <i>free float</i>		
Distribuição Pública de Ações	Esforços de dispersão acionária		
Composição do conselho de administração	Mínimo de 3 membros, conforme legislação, com mandato unificado de até 2 anos.	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos,	
Obrigações do conselho de administração	Não há regra	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia	
Demonstrações Financeiras	Conforme Legislação	Traduzidas para o inglês	
Concessão de <i>tag alone</i>	80% para ações ON, conforme legislação	100% para ações ON e PN	100% para ações ON
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Facultativo	Obrigatório	

*ON e PN referem-se às ações nominais e preferenciais nominativas, respectivamente.

Fonte: Resumo do que dispõe a BM&FBOVESPA (2016)

2.2 Índices de rentabilidade

Segundo Matarazzo (2010) índices são as relações entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica, patrimonial ou financeira de uma entidade. Através desses índices financeiros é feita uma análise e interpretação para obter uma informação útil para tomada de decisão e posteriormente ser utilizada para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com outras empresas, ou consigo mesma ao longo do tempo (GITMAN, 2008). Uma forma de verificar esse desempenho econômico é através da análise dos índices rentabilidade das organizações.

Os índices de rentabilidade representam o quanto a empresa lucrou de forma bruta, antes das despesas financeiras e impostos e de forma líquida ao investir em determinado negócio. Para Reis (2009) os índices de rentabilidade mensuram e representam a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios, podendo ser próprio ou de terceiros. De acordo com Assaf Neto (2010) os indicadores do valor econômico sinalizam se as estratégias de obtenção de lucro adotadas pela empresa agregaram valor, reforçando a viabilidade econômica e a continuidade da entidade. Com os índices de rentabilidade, em especial as taxas de retorno, pode-se avaliar o desempenho global de uma empresa. Este estudo é uma forma de conhecer o retorno sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o capital próprio, ou seja, a avaliação não apenas da produtividade, mas também de desempenho e lucratividade do negócio.

Os dados para as análises são obtidos dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados das empresas, realizando uma relação básica entre eles. Ressalta-se que as notas explicativas também podem apresentar dados interessantes para a interpretação dos índices obtidos principalmente quando a entidade não divulga, de maneira segregada, as despesas das receitas financeiras. Os índices de rentabilidade utilizados neste estudo são retorno do ativo (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno dos investimentos (ROI).

2.2.1 Retorno do ativo (ROA)

Segundo Matarazzo (2003) é possível verificar o quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao seu ativo com a análise do índice de retorno do ativo, descrevendo-o como uma medida do potencial de geração de lucro por parte da empresa. Para Assaf Neto (2008), calcular o ROA representa uma taxa de retorno gerado pelas aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos. O índice encontrado indica o retorno gerado para cada R\$ 1,00 investido pela entidade.

Ross, Westerfield e Jordan (2013) afirmam que o retorno sobre o ativo é uma medida do lucro real em ativos, podendo o cálculo do índice ser definido de diversas maneiras, mas a mais comum é dividindo o lucro líquido antes da dedução de despesas não recorrentes, despesas pré-operacionais ou de reestruturação organizacional (após a dedução de juros e impostos, mas sem considerar despesas que não se repetirão em exercícios futuros) pelo ativo total, e quanto maior o resultado do índice, melhor, pois indica a eficiência da empresa na geração de lucros. Logo, o ROA pode ser calculado com equação 1:

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \quad (1)$$

2.2.2 Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)

De acordo com Ross, Westerfield e Jordan (2013) o retorno sobre o Patrimônio Líquido é uma medida de desempenho da entidade usada pelos acionistas para avaliar se seus investimentos continuam rentáveis. Por ser o ROE um indicador do retorno do capital próprio aplicado na empresa, os acionistas estão entre os maiores interessados no desempenho desse índice, pois se trata da avaliação dos próprios investimentos que os mesmos fizeram, e o interesse sempre é que seja superior a outras alternativas de aplicação de recursos, necessitando realizar frequentemente comparações desse índice com taxas de rendimento de outros tipos de investimentos como poupança, CDBs, ações de outras empresas, fundos de investimentos, dentre outros.

Matarazzo (2008) cita que o principal objetivo de calcular esse índice é o de verificar qual foi a taxa de rendimento do patrimônio líquido da empresa. O índice indica o quanto a empresa gerou de lucro para cada R\$ 1,00 de recursos próprios investidos, ou seja, é uma forma de mensurar a capacidade da entidade em agregar valor a si mesma com a utilização de capital próprio. Quanto maior o resultado desse índice, melhor, pois maior será a relação entre lucro e o capital próprio investido. A forma de cálculo é dividindo o lucro líquido pelo patrimônio líquido. Conforme fórmula 2.

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (2)$$

2.2.3 Retorno sobre o investimento (ROI)

O índice de retorno sobre os investimentos (ROI) torna possível relacionar o lucro operacional com os investimentos da empresa, e informar aos seus financiadores a taxa de retorno obtida pela empresa, tanto para capital próprio, como para capital de terceiros. Segundo Assaf Neto (2010), o ROI pode ser utilizado

alternativamente ao ROA para avaliação do retorno dos recursos aplicados pelos credores e acionistas na empresa. A rentabilidade é medida em função dos investimentos encontrados no ativo não circulante. As fontes de financiamento do Ativo podem ser pelo patrimônio líquido representado pelo capital próprio e pelos passivos representados pelo capital de terceiros. A administração adequada de seus ativos proporciona um provável maior retorno da empresa (MARION, 2007).

O índice de retorno sobre investimento é considerado por muitos analistas como a melhor medida de eficiência operacional e de fácil interpretação, pois faz uma relação entre o lucro operacional com o valor médio dos investimentos, com o objetivo de expressar o quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento. Quanto maior o ROI maior o retorno obtido (ASSAF NETO, 2010).

O índice desperta interesse dos investidores devido à sua capacidade de utilizar uma combinação de fatores de lucratividade, que incluem receitas, custos e investimentos. Com isso, é possível comparar essa taxa com os retornos de outros investimentos, tanto dentro quanto fora da empresa. Essa abordagem ampla fornece uma visão mais completa da saúde financeira de uma organização e ajuda a identificar oportunidades de investimento. Segundo Kassai et al. (2000) a expressão mais simples de retorno de investimento é a taxa apurada a partir dos dados da contabilidade. O ROI é apurado basicamente pela divisão do lucro operacional (antes do imposto de renda) pelo investimento médio (ativo total – passivo de funcionamento). O passivo de funcionamento engloba aqueles recursos que não são efetivamente investidos na empresa como salários, encargos sociais, fornecedores, dividendos, impostos, dentre outros. Para calcular o ROI, usa-se a equação 3.

$$ROI = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Investimento}} \quad (3)$$

2.3 Estudos relacionados

Existem vários estudos que já foram conduzidos para avaliar o desempenho econômico das empresas, especialmente aquelas que adotam práticas de Governança Corporativa, usando índices financeiros. A Governança Corporativa é uma ferramenta que surgiu para aumentar a transparência e a confiabilidade das informações financeiras fornecidas pelas empresas.

Em termos nacionais, é possível citar o estudo realizado por Tavares Filho (2006), que teve como objetivo analisar o impacto da adesão aos três níveis de governança corporativa da BOVESPA (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) no desempenho financeiro das empresas brasileiras, medido por indicadores como Retorno do Ativo (ROA) e Retorno do Patrimônio Líquido (ROE), bem como na valorização das empresas. A amostra do estudo foi composta por 22 empresas, e os resultados indicaram que a adesão aos níveis de governança corporativa teve um impacto positivo e significativo na rentabilidade e no valor dessas empresas. O autor destaca que a análise conjunta revelou um aumento nessas variáveis, e que a análise individual mostrou um aumento em algumas empresas e nenhuma redução nas demais.

Rocha (2009) fez uma análise da rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de empresas do setor de energia elétrica e que fazem parte do segmento de Governança Corporativa da B3. Como resultado do estudo verificou que a rentabilidade e a evolução do Patrimônio Líquido dessas empresas foram satisfatórias, ou seja,

compatíveis com as expectativas de retorno para as empresas que adotam as boas práticas de Governança.

Marques (2011) analisou o impacto da adoção de práticas de governança corporativa na rentabilidade e na avaliação de mercado de empresas brasileiras de capital aberto no período de 2007 a 2010. O autor testou o impacto da listagem das ações do segmento Novo Mercado da B3. Os resultados indicaram primeiramente que a listagem no Novo Mercado não traz ganhos automáticos para as empresas, indicaram também que quanto mais relevante a participação de ações ordinárias no capital e quanto maior o percentual de membros independentes no conselho de administração maiores são os impactos positivos para a companhia, como exemplo, uma melhor avaliação de mercado das companhias, por último o autor observou que a presença do CEO no conselho de administração traz impacto negativo para a avaliação das companhias.

Catapan, Colauto e Barros (2013) verificaram o efeito da governança corporativa sobre variáveis de desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras de capital aberto para o período de 2008, 2009 e 2010. Para mensuração do desempenho foram selecionadas como variáveis contábeis o Retorno sobre os Ativos (ROA), o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) e uma variável de mercado representada pelo Q de Tobin. Adicionalmente, como variáveis de controle, foram incluídas as variáveis alavancagem e tamanho. Os resultados indicaram que, estatisticamente, não é significativo o efeito do índice de governança corporativa sobre todas as variáveis de desempenho.

Barros, Soares e Lima (2013) realizaram uma revisão bibliográfica em pesquisas internacionais e nacionais que examinaram a associação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados, utilizando índices amplos de governança como fator explicativo para o nível de gerenciamento de resultados contábeis. Da revisão de literatura nacional, os autores observaram que, são utilizados como proxy de governança corporativa os níveis diferenciados de governança corporativa da B3 e não índices amplos de governança corporativa.

Por último e servindo de base para o trabalho proposto, Knapp e Velho (2015) investigaram se a adesão às melhores práticas de boa Governança Corporativa tem influência positiva no retorno sobre os ativos de uma entidade por meio dos índices de retorno do ativo (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno dos investimentos (ROI). Os dados utilizados para o cálculo dos índices foram retirados das demonstrações contábeis das empresas que ingressaram no segmento Novo Mercado nos anos de 2010, 2011 e 2012, disponíveis no site da B3 e das respectivas companhias. Os resultados encontrados apontam que os fatores representados pelos índices de rentabilidade para a Governança Corporativa são importantes, mas não determinantes na rentabilidade das empresas no período analisado.

Em relação a literatura internacionais pode-se destacar o trabalho de Mulyadi e Anwar (2012) estudaram a relação da governança corporativa com a divulgação da responsabilidade social corporativa. A pesquisa mostrou que a independência do conselho e a propriedade institucional não influenciam a divulgação corporativa da responsabilidade social corporativa, enquanto a lucratividade é influente e significativa em 1%.

DAI et al. (2016) examinaram a influência dos sistemas de governança corporativa na capacidade dos *insiders* de lucrar com sua vantagem de informações e as formas pelas quais os sistemas de governança corporativa influenciam essa capacidade. Descobrimos que a governança corporativa reduz significativamente a lucratividade das vendas de informações privilegiadas, mas não das compras de

informações privilegiadas. Dado que as vendas envolvem maior risco legal do que as compras, os resultados sugerem que as empresas bem governadas restringem o Insider trading informado principalmente para reduzir o risco legal.

Ararat, Black e Yurtoglu (2017) estudaram as práticas de governança corporativa de empresas públicas turcas de 2006 a 2012. Com o objetivo de apresentar evidências empíricas sobre a associação entre governança corporativa e valor de mercado e lucratividade da empresa na Turquia, e quais aspectos específicos da governança impulsionam essa associação. As descobertas desse estudo documentam uma forte associação entre governança e valor de mercado em uma amostra abrangente de empresas listadas na Turquia e descartam algumas (mas não todas) explicações não causais para essa associação.

O estudo de Purbawangsa et al. (2020) que examinou a relação entre governança corporativa e lucratividade corporativa no valor corporativo com a divulgação de responsabilidade social corporativa (RSE) como variável interveniente. A partir dos resultados os autores concluíram que a governança corporativa (CG) e a lucratividade corporativa têm um efeito significativo e positivo na divulgação de responsabilidade social corporativa (RSE). Da mesma forma, a divulgação de Responsabilidade social corporativa (RSC) e a lucratividade corporativa têm um impacto significativo e positivo no valor corporativo.

3. METODOLOGIA

Neste estudo, é proposto uma pesquisa classificada como quantitativa, principalmente pela forma de abordagem do problema, pois foram utilizados dados numéricos retirados das demonstrações contábeis das empresas pesquisadas e que, posteriormente, foram calculados índices, analisados e interpretados. Na pesquisa quantitativa, está contido o que pode ser mensurado em números (RAMOS, RAMOS, BUSNELLO, 2003). Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, pois para Cervo e Bervian (2010, p. 49) "(...) a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão, com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los". Neste estudo, foi feita análise, classificação e interpretação de dados contábeis das companhias analisadas.

O objeto de estudo desta pesquisa consiste nas empresas do segmento de construção civil inseridas no grupo do novo mercado (NM) de Governança Corporativa da B3. Todos os dados coletados para amostra foram retirados do software Economatica. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar o impacto na rentabilidade das empresas do setor de construção civil que aderiram ao Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 no ano de 2007. Os dados utilizados para o cálculo dos índices de rentabilidade foram retirados das demonstrações contábeis consolidadas de diversas empresas listadas no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa B3. Foram estudados 10 trimestres de cada uma, sendo o primeiro trimestre o último de 2006 e o último o primeiro de 2009.

Na tabela 2 a seguir é apresentada a amostra da pesquisa e o ano de adesão de cada empresa ao grupo do novo mercado de governança corporativa.

Tabela 2

Empresas de construção civil listadas no Novo Mercado (NM) utilizadas na pesquisa

Empresa	Ano de ingresso no NM
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	02/04/2007
EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A	22/06/2007
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	29/10/2007
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	23/07/2007
PDG REALTY S.A.	26/01/2007
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	31/01/2007
TECNISA S.A.	01/02/2007
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A	06/06/2007

Este estudo classifica-se como ex-posto-facto. Segundo Gil (2008), neste tipo de pesquisa o estudo é realizado após a ocorrência de variações na variável dependente no curso natural dos acontecimentos, ou seja, não se dispõe de controle sobre a variável e, portanto, não existe nenhuma possibilidade de controle ou de manipulação dos dados, porque os processos que originaram os dados já aconteceram. Como o tamanho de amostra do grupo foi inferior a 50 ($df < 50$), a análise de normalidade se baseou no teste de Shapiro-Wilk, conforme tabela 3 (p.11). Sendo o grupo de amostra com distribuição não normal, utilizou-se o teste não paramétrico de *Wilcoxon*, e o que se procura nesse tipo de pesquisa é identificar situações que se desenvolveram naturalmente, caracterizando-se como uma amostra não probabilística e intencional.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos tópicos a seguir, foram analisados os três índices de rentabilidade escolhidos para este estudo, quais sejam: retorno do ativo (ROA), retorno sobre patrimônio líquido (ROE) e retorno sobre investimentos (ROI). Na tabela a seguir é apresentada a variação de médias das empresas antes e depois da adesão ao nível de Novo Mercado de Governança corporativa. Observa-se que a pesquisa evidenciou um total de 40 observações, a primeira parte da análise da estatística descritiva apresenta que o retorno do ativo (ROA) antes da adesão ao novo mercado apresentava mínimo de -9,0 e máximo de 6,9, após a adesão o mesmo índice apresentou mínimo de -5,4 e máximo de 12,2. A mesma análise evidenciou que para o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apresentou mínimo de -134,1 e máximo de 158,5 antes da adesão ao Novo Mercado e mínimo de -13,0 e máximo de 16,2 após a adesão as novas práticas de governança corporativa. Já para o retorno sobre os investimentos (ROI) a análise evidenciou um mínimo de -8,6 e máximo de 9,6 antes da adesão ao Novo Mercado e no período após a adesão ao Novo Mercado o mínimo foi de -3,4 e o máximo de 8,2 como é apresentado na tabela 3 a seguir:

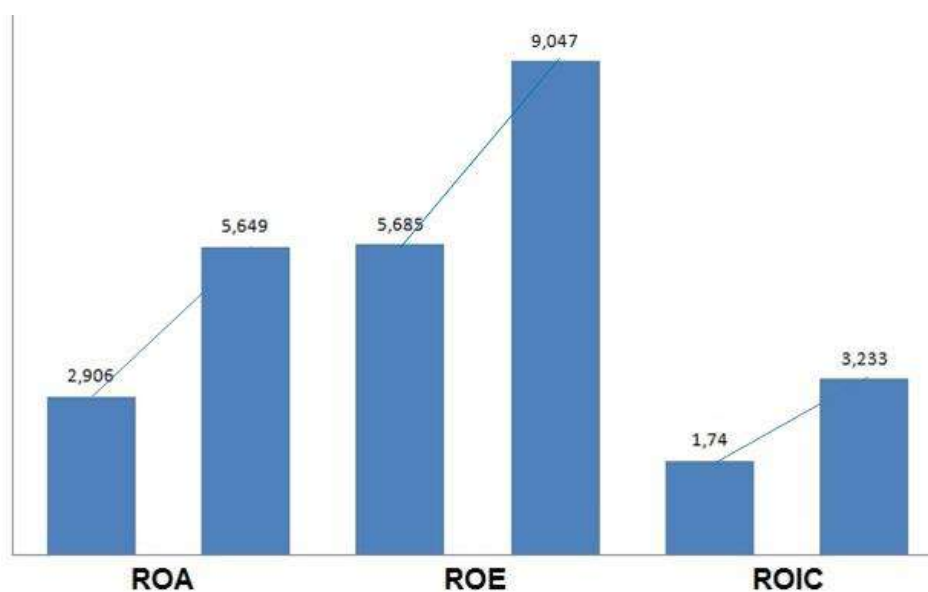
Tabela 3
Estatística Descritiva

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ROA ANTES	40	-9,0	6,9	2,906	3,3162
ROA DEPOIS	40	-5,4	12,2	5,649	4,0562
ROE ANTES	40	-134,1	158,5	5,685	33,6774
ROE DEPOIS	40	-13,0	16,2	9,047	6,9962
ROI ANTES	40	-8,6	9,6	1,740	4,2359
ROI DEPOIS	40	-3,4	8,2	3,233	2,7831
N válido (de lista)	40				

ROA = Retorno Sobre o Ativo / ROE = Retorno Sobre o Patrimônio Líquido / ROI = Retorno Sobre Investimentos

A média dos indicadores das empresas no período antes da adesão ao Novo Mercado é de 2,906 e após a adesão é de 5,649 para o retorno do ativo (ROA), já para o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) a análise aponta para uma média de 5,685 antes e 9,047 após a adesão do Novo Mercado, e no indicador retorno sobre os investimentos (ROI) a média antes da adesão é de 1,740 e após a adesão ao novo mercado salta para 3,233, conforme figura 1.

Figura 1
Evolução dos indicadores de rentabilidade



ROA = Retorno Sobre o Ativo / ROE = Retorno Sobre o Patrimônio Líquido / ROI = Retorno Sobre Investimentos

Fonte: Elaboração própria.

Os dados das médias dos três índices, conforme gráficos 1 sugere uma alteração nesses indicadores após a adesão as novas práticas de governança corporativa, tendo em vista que médias muito diferentes entre o antes e depois acusam diferenças entre os períodos estudados.

Foi realizado um teste de normalidade, e verificou-se que as variáveis estudadas em sua maioria apresentaram distribuição não normal com exceção do ROI. Por meio de teste, a amostra foi submetida ao teste de Shapiro-Wilk, que possui uma correção de significância de *Lilliefors*, o que torna seus resultados mais robustos e precisos, constatando que a maioria das variáveis ficou com significância abaixo de 5% caracterizando como uma distribuição não normal, portanto, foram caracterizados como dados não paramétricos como apresentado na tabela 4.

Tabela 4
Teste de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
ROA ANTES	,216	40	,000	,756	40	,000***
ROA DEPOIS	,166	40	,007	,912	40	,004**
ROE ANTES	,351	40	,000	,438	40	,000***
ROE DEPOIS	,219	40	,000	,777	40	,000***
ROI ANTES	,137	40	,057	,951	40	,082*
ROI DEPOIS	,111	40	,200*	,954	40	,101*

ROA = Retorno Sobre o Ativo / ROE = Retorno Sobre o Patrimônio Líquido / ROI = Retorno Sobre Investimentos. Significância dos coeficientes aos níveis de 1% (***), 5% (**) e 10% (*).

Conforme tabela 5, resultado do teste demonstrou que os dados não apresentaram distribuição normal para todas as variáveis. Desta forma, optou-se por aplicar o teste de média para amostra não paramétrico de *Wilcoxon*, com o objetivo de observar se existem diferenças entre os indicadores de rentabilidade calculados antes e após a adoção das novas práticas de governança corporativa. O teste *Wilcoxon* é uma alternativa ao teste T-Student para comparar duas médias populacionais com base em amostras emparelhadas, quando uma distribuição não é normal.

Tabela 5
Teste de Amostras Pareadas

	ROA DEPOIS - ROA ANTES	ROE DEPOIS - ROE ANTES	ROI DEPOIS - ROI ANTES
Z	-3,683 ^b	-3,280 ^b	-1,762 ^b
Significância Sig. (2 extremidades)	,000***	,001**	,078*

ROA = Retorno Sobre o Ativo / ROE = Retorno Sobre o Patrimônio Líquido / ROI = Retorno Sobre Investimentos.

Significância dos coeficientes aos níveis de 1% (***), 5% (**) e 10% (*).

Analisando a tabela 5 percebe-se que para o ROA e para o ROE as médias diferem estatisticamente ao nível de significância 1%, ou seja, a adesão das empresas ao nível Novo Mercado de Governança Corporativa impactou os índices estudados.

Vale ainda ressaltar que para o índice ROI as médias apresentaram diferença estatística ao nível de 10% de significância, indicando que o ROI foi potencialmente impactado pela adesão as novas práticas de governança corporativa no grupo do Novo Mercado. Os resultados obtidos pela estatística descritiva confirmam a expectativa desta pesquisa, apresentando que a adesão as novas práticas de governança corporativa poderão impactar nos indicadores de retorno das empresas de construção civil, ou seja, um nível maior de transparências nas informações divulgadas pelas entidades do setor de construção civil dá maior confiança aos investidores, podendo refletir diretamente no desempenho de mercado de ações e na imagem da entidade, conseqüentemente elevando os índices de retorno estudados na pesquisa.

Dessa forma, os resultados encontrados apoiam os estudos realizados por Knapp e Velho (2015), Catapan, Colauto e Barros (2013), Tavares Filho (2006), Purbawangsa et al. (2020) e Ararat, Black e Yurtoglu (2017), os quais sugerem que a participação das empresas em níveis mais elevados de governança está associada a uma melhor performance sob a perspectiva econômica (ROA, ROE, ROI, lucro, receita entre outros).

No entanto, a relação positiva entre o novo mercado e o desempenho econômico não ocorre automaticamente, outros fatores precisam ser observados. Marques (2011) pontua que quanto mais relevante a participação de ações ordinárias no capital e quanto maior o percentual de membros independentes no conselho de administração maiores são os impactos positivos para a companhia, como exemplo, uma melhor avaliação de mercado das companhias. Por fim, o autor constatou que a presença do CEO no conselho de administração acarreta um impacto negativo na avaliação das empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a necessidade de se adequar as normas internacionais e gerar uma maior transparência nas informações, melhor relacionamento entre as entidades e os usuários das informações contábil financeiras, surge o que ficou conhecido como Governança Corporativa, objetivando facilitar o acesso ao capital e assim contribuir para o desempenho da empresa. Seguindo esse objetivo, no ano de 2000 a Bovespa cria práticas de boa governança, definidos em ordem de transparência como: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2, gerando então uma necessidade de pesquisar qual o impacto na rentabilidade das empresas do setor de construção civil depois da inserção no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3.

Diante disso, o estudo propôs analisar o impacto na rentabilidade das empresas do setor de construção civil que aderiram ao Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, segundo a classificação de média do teste de *Wilcoxon*. Foram analisadas as empresas do setor de construção civil que migraram para a faixa de governança corporativa indicada como Novo Mercado da Bovespa em 2007, realizando o estudo no intervalo que vai do quarto trimestre de 2006 até o último trimestre de 2009. Os resultados encontrados indicam que após a adesão, as empresas apresentaram maiores índices no retorno sobre o ativo (ROA), no retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e no retorno sobre investimentos (ROI).

A participação das empresas em níveis mais elevado de governança da B3 pode gerar um melhor desempenho econômico por diversos motivos. Em primeiro lugar, o novo mercado de governança exige que as empresas adotem práticas de transparência e prestação de contas mais rigorosas, o que pode melhorar a

credibilidade e confiança dos investidores e do mercado em geral. Além disso, a adesão a esse nível pode atrair investidores mais sofisticados e exigentes, que buscam empresas com boas práticas de gestão e que ofereçam um ambiente mais seguro para investimentos. Por fim, a adoção de práticas de governança mais rigorosas pode aumentar a eficiência e a eficácia na gestão das empresas, reduzindo custos, aumentando a produtividade e, assim, gerando melhores resultados econômicos.

Uma limitação do estudo é a de que este fato por si só faz refletir que as taxas de retorno ou qualquer outra forma de análise de desempenho não pode ser a única forma ou fonte de informação e decisão, a pesquisa não consegue afirmar que o comportamento encontrado no setor de construção civil se repetirá para as demais empresas listadas na B3. O teste de diferença de média é um indicativo, seriam necessários testes mais robustos para analisar o impacto financeiro causa pela adesão ao Novo Mercado.

Para pesquisas futuras sugere-se a análise entre todas as empresas listadas na B3, a utilização de regressão múltiplas, e a comparação entre as empresas que participam dos níveis de governança corporativas com outras que não fazem parte de nenhum dos níveis.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. B.; CORRAR, L. J.; BATISTELLA, F. D. **Adoção de práticas de governança corporativa e o comportamento das ações na Bovespa: evidências empíricas.** Revista de Administração da USP, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 338-347, out./dez. 2004.
- ALMEIDA, J.C.G.; SCALZER, R.S.; COSTA, F.M. **Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações,** v. 2, n. 2, p. 118 – 131, 2008.
- ALMEIDA, M. A.; SANTOS, J. F.; FERREIRA, L. F. V. M.; TORRES, F. J. V. **Governança Corporativa e desempenho: um estudo das empresas brasileiras não listadas na B3.** Pernambuco, 2010
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ARARAT, M.; BLACK, B. S.; YURTOGLU, B. B. The effect of corporate governance on firm value and profitability: Time-series evidence from Turkey. **Emerging Markets Review,** v. 30, p. 113–132, 1 mar. 2017.
- BARROS, C. M. E.; SOARES, R. O.; LIMA, G. A. S. F. **A relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras.** Revista de Contabilidade e Organizações, v. 19, p. 27-39, 2013.
- CATAPAN, A.; COLAUTO, R. D.; BARROS, C. M. E. **A relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do Brasil.** Contabilidade, Gestão e Governança, v. 16, n. 2, p. 16-30, mai./ago. 2013.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DAI, L. et al. Corporate governance and the profitability of insider trading. **Journal of Corporate Finance**, v. 40, p. 235–253, 1 out. 2016.

PELLICANI, A. D. (2011). **Governança Corporativa e Restrição Financeira nas Decisões Investimento**. Dissertação de Mestrado em Ciências, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, Brasil.

HO, C. K. Corporate Governance and Corporate Competitiveness: an international analysis. **Corporate Governance: An International Review**, v. 13, n. 2, p. 211–253, 1 mar. 2005.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009). **Código das melhores práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo.

KASSAI, S.; SANTOS, A. dos; ASSAF NETO, Alexandre. **Retorno de Investimento: Abordagem Matemática e Contábil do Lucro Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KHAN, H. **A Literature Review of Corporate Governance**. International Conference on E-business. **Anais...2015**. Disponível em:

<<https://www.researchgate.net/publication/267773286>>. Acesso em: 19 mar. 2023

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. **Theory of the Firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure**. *Journal of Financial Economics*, v.3, p. 305-360, 1976.

MARION, José Carlos Marion. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanço**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MULYADI, M. S.; ANWAR, Y. Influence of corporate governance and profitability to corporate CSR disclosure. **International Journal of Arts and Commerce**, v. 1, 2012.

NASCIMENTO, Auster Moreira; BIANCHI, Márcia; TERRA, Paulo Renato Soares. **A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa: Evidências de uma survey comparativa entre empresas de capital brasileiro e norte-americano**. *ABCustos Associação Brasileira de Custos*, v. 2, n. 2, p. 82-108, 2007.

PURBAWANGSA, I. B. A. et al. Corporate governance, corporate profitability toward corporate social responsibility disclosure and corporate value (comparative study in Indonesia, China and India stock exchange in 2013-2016). **Social Responsibility Journal**, v. 16, n. 7, p. 983–999, 31 ago. 2020.

PELLICANI, Aline Damasceno. **Governança corporativa e restrição financeira nas decisões de investimento**. Dissertação 2011. (Mestrado – Programa de Pós-Graduação e Área de Concentração em Economia, Organizações, e Gestão do Conhecimento). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. **Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese**.

REIS, A. C. R. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSSETTI, J. P., ANDRADE, A. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012

ROSS, Stephen Alan; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford. **Administração Financeira**; 8 Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

SANTOS, J. O.; PEDREIRA, E. B. **Análise da relação entre o índice de governança corporativa e o preço das ações de empresas do setor de papel e celulose**. Administração em Diálogo, São Paulo, 2004.

SERAFIM, Leonardo. S. **Influência da Governança Corporativa nas ações do Setor Elétrico Brasileiro: uma análise através da Medida Ômega**. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO PUC-RIO, XIX, 2011, Rio de Janeiro. Relatório Pibic. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil**. 2002. 165f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.


TAVARES FILHO, Francisco. **Rentabilidade e valor das companhias no Brasil: uma análise comparativa das empresas que aderiram aos níveis de governança corporativa da BOVESPA**. Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

VILHENA, F. A. C.; CAMARGOS, M. A. (2015). **Governança Corporativa, Criação de Valor e Desempenho Econômico-Financeiro: Evidências do Mercado Brasileiro com Dados em Painel, 2005-2011**. Revista de Gestão - REGE, 22(1), pp. 77-96.

Vieses cognitivos e a sua influência no processo decisório de alunos de cursos de graduação na área de negócios

Diego Lima da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro


ORCID : 0009-0007-1351-2434

E-mail: diegocont.rj@gmail.com

Rodolfo Rocha dos Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Universidade Federal de Santa Catarina

ORCID : 0000-0002-1511-6546

E-mail: rodolforsantos@ufrj.br

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar qual é a influência dos vieses cognitivos na tomada de decisão dos alunos de graduação dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de IES públicas e particulares. Foram elaborados dois questionários, tipos I e II, para verificar se haveria ocorrência dos vieses cognitivos do efeito certeza e reflexo, do efeito *framing*, dos custos afundados e da contabilidade mental. A amostra utilizada teve como composição um total de 140 respondentes. Os resultados encontrados mostram que a maioria dos indivíduos com a aversão ao risco (efeito certeza) nas situações que envolvem ganho e a propensão ao risco nas situações de perdas (efeito reflexo). Concluiu-se que há uma diferença da influência da aversão à perda em relação ao gênero em conformidade com o apresentado na Teoria dos Prospectos de Kahneman e Tversky (1974). No quesito idade, apenas os que tem entre 17 e 29 anos se mostraram afetados pelos vieses, sendo avessos à perda e ao risco e foram acometidos também pela contabilidade mental e o efeito *framing*. Nas demais faixas de idade, os dados estatísticos não puderam confirmar a presença deles. Os alunos de início e meio de curso sofreram apenas os efeitos certeza e reflexo enquanto os alunos avançados só tiveram influência do efeito *framing*. O efeito *sunk cost* não foi comprovado em nenhum dos casos desta pesquisa.

Palavras-Chave: Finanças Comportamentais. Vieses cognitivos. Teoria dos prospectos. Tomada de decisão.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze the influence of cognitive biases on the decision-making process of undergraduate students in accounting, management, and economics courses in both public and private institutions. Two questionnaires, types I and II, were developed to verify the occurrence of cognitive biases such as the certainty and reflection effects, the framing effect, sunk costs, and mental accounting. The sample used in the study was composed of a total of 140 respondents. The results show that most individuals have a risk aversion (certainty effect) in situations involving gains and a risk propensity in situations involving losses (reflection effect). It was concluded that there is a difference in the influence of loss aversion according to gender, in accordance with the Prospect Theory presented by Kahneman and Tversky (1974). Regarding age, only those between 17 and 29 years old were affected by biases, being averse to loss and risk, and affected by mental accounting and framing effects. In the other age groups, statistical data could not confirm their presence.

Beginning and intermediate students only experienced the certainty and reflection effects, while advanced students were only influenced by the framing effect. The sunk cost effect was not proven in any of the cases in this research.

Keywords: Behavioral Finance. Cognitive Biases. Prospect Theory. Decision-making.

1 INTRODUÇÃO

Após a chegada do movimento tecnológico e do mundo globalizado, não há margem de dúvidas de que os processos e o fluxo de trabalho foram amplamente acelerados e facilitados. Diante desta nova perspectiva, todos os perfis profissionais também precisaram se adequar para receber as mudanças que surgiram (SILVA; COSTA; SILVA, 2017).

A respeito dos detentores da informação contábil, ao observar o passado, encontra-se a figura daquele que era encarregado de um trabalho mais estático voltado basicamente para o registro das transações financeiras. Contudo, após a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, as *International Financial Report Standards* (IFRS), junto as leis 11.638/07 e 11.941/09, houve uma mudança na forma como são elaboradas as Demonstrações Contábeis e seus usuários finais, exigindo do contador maior capacitação, qualidade de trabalho e precisão. Com isso, ele precisou se tornar mais dinâmico e incumbido de participação em toda a organização empresarial em que está inserido hoje sendo parte fundamental nas decisões gerenciais (BARRETO; MACEDO; ALVES, 2013; SILVA; COSTA; SILVA, 2017).

Até poucos anos atrás, no que diz respeito a tomada de decisões financeiras, os estudiosos da área consideravam fator determinante para essas escolhas a racionalidade humana (com concentração de 100%) e o conceito de mercados eficientes (VON NEUMANN; MORGENSTERN, 1953; COSTA, 2017).

O termo “mercado eficiente” representa o cenário em que o preço de um ativo financeiro apresenta todas as informações disponíveis do investidor. Dessa maneira, não haveria a possibilidade de ganhos extraordinários (ALDRIGHI; MILANEZ, 2005). Tendo sido conhecidas como Hipótese dos Mercados Eficientes (HME), essas pesquisas das Finanças Modernas, que utilizam como base a Teoria da Utilidade Esperada criada por Von Neumann e Morgenstern (1953), partem do pressuposto de que a racionalidade do homem é ilimitada nas tomadas de decisão e trabalha aliada ao seu objetivo de maximização dos resultados.

No entanto, os fundamentos da HME começaram a se mostrar inconsistentes por não considerarem algumas falhas presentes no processo decisório humano. Neste contexto, Shiller e Arijón (2000) demonstram que as pessoas tendem a valorizar mais a prosperidade futura do que uma instabilidade caracterizada como um otimismo excessivo e, também, costumam refazer esse movimento a cada nova oportunidade.

No fim da década de 60, Herbert Simon (1957) trouxe a afirmação de que o número de informações crescia exponencialmente sem levar em consideração se a capacidade humana suportaria tal número. Característica como: habilidades naturais, a velocidade de seus processos mentais, os valores que cultiva e o seu nível de conhecimento influenciam no processo decisório. Com isso, alguns anos mais tarde, Kahneman e Tversky (1979) foram precursores de uma teoria que viria a contrapor os conceitos e afirmações das Finanças Modernas e sua HME, a Teoria dos Prospectos. Em seus estudos, tais autores comprovaram que os indivíduos sofrem influências cognitivas (vieses) que podem induzi-los a decisões até mesmo incorretas - conclusão esta que já começara a enfraquecer o conceito de racionalidade ilimitada que até

então era apresentado. Assim, deu-se início aos estudos das Finanças Comportamentais para determinar como o cérebro humano e seus comportamentos interferem nas decisões. Posteriormente, outros autores, tais como: Thaler (1985, 1999), Heath (1995), Arkes e Blumer (1985), Ariely (2009) aprofundaram-se nesta linha de pensamento denotando e analisando diferentes tipos de vieses que nosso cérebro utiliza na tomada de decisões.

Dentro dos vieses cognitivos mapeados pela Teoria dos Prospectos, neste trabalho serão considerados os efeitos certeza e reflexo, o efeito *framing* ou enquadramento, os chamados custos afundados ou irrecuperáveis e a contabilidade mental. O estudo tem como ponto de partida de base teórica estes vieses assim como eles funcionam no ser humano e, tendo como amostra os alunos dos cursos de administração, economia e ciências contábeis de universidades públicas e privadas. Foram selecionados os principais cursos de graduação que atuam na área de negócios, pois estes são os que estão mais familiarizados com rotinas envolvendo diversas decisões econômico-financeiras. Diante disso, o presente trabalho traz a seguinte problemática: Qual é a influência dos vieses cognitivos no processo da tomada de decisão dos alunos de graduação em ciências contábeis, economia e administração? O trabalho também buscou responder, de maneira secundária, a seguinte questão: Qual a influência de gênero, idade e grau de instrução na ocorrência dos vieses cognitivos no processo decisório? Para tanto, o presente trabalho apresenta o seguinte objetivo: **analisar, através da aplicação de dois questionários espelhos, qual é a influência de vieses cognitivos na tomada de decisão dos alunos de graduação dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de universidades públicas e particulares.**

A tomada de decisão e o julgamento são ações necessárias, em basicamente, todos os ambientes profissionais. Sendo esta primeira definida como a escolha entre diversas opções disponíveis e, a segunda, sua principal aliada, já que representa a avaliação das chances de algo ocorrer com base em informações incompletas (EYSENK; KEANE, 2017). E, na evolução do setor contábil, o correto uso do julgamento é base fundamental para que os que estão inseridos na área obtenham êxito em todos os procedimentos exigidos (ORO; KLANN, 2017). E, segundo Marschner e Ceretta (2019) esses atalhos mentais podem potencializar negativamente os negócios de uma empresa. Sabendo disso, Ariely (2009) afirma que reconhecendo a limitação da racionalidade humana e identificando as falhas sistemáticas e sua recorrência (como os vieses tratados no trabalho) pode ser possível encontrar meios de eliminá-los ou minimizá-los.

Diante do exposto, a presente pesquisa se justifica pela relevância para os profissionais atuantes no mercado e os que estão ingressando no mercado, sobretudo os da área contábil, pois ter ciência dos atalhos mentais aos quais está sujeito, estará mais bem preparado para suas possíveis consequências (SANTOS; MACEDO, 2012).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão será apresentado o referencial teórico sobre as finanças comportamentais e a Teoria dos Prospectos, os vieses cognitivos e estudos relacionados.

2.1 Finanças Comportamentais

Essa área das finanças ressalta como características individuais das pessoas interferem nas decisões relacionadas a dinheiro (CANTO; TRETER; CAVALLI, 2017).

Esses estudos na área de finanças visam aperfeiçoar os conceitos até então propagados no mercado (finanças modernas e HME) determinando como os padrões comportamentais influenciam nos resultados econômicos e afirmando que, por diversos motivos, os mercados seriam ineficientes (CANTO; TRETER; CAVALLI, 2017).

Após a crise de 2008, não foi difícil notar como os economistas estavam avaliando de maneira muito simples o julgamento do homem racional frente as decisões econômicas. Os modelos até então utilizados funcionam, mas não conseguem definir de forma concreta os mercados por não medirem corretamente a complexidade das pessoas (SANTOS; BARROS, 2011). Movidos pela crença na eficiência do mercado, os agentes econômicos ignoraram a bolha financeira que se formara, pois, a teoria não considerava este potencial influência. Afinal, todas as informações necessárias estariam circulando e mercado iria se autoajustar (COSTA, 2017).

Simon (1957) foi um dos pioneiros na contestação do raciocínio perfeito defendido nas Finanças Modernas. Ele argumenta que há limitações naturais no ser humano que já o levam a não avaliar devidamente as alternativas disponíveis. Assim que encontrada uma solução satisfatória às suas aspirações, a busca por uma solução ótima é cessada.

O autor considera que, em suma, grande parte do processo decisório não é fácil de chegar a um parecer. Fatores como o ambiente onde a decisão será tomada dificultando ainda mais a escolha. Inclusive, preferências do indivíduo tal como suas crenças e seu nível de instrução podem ser significativos no julgamento (SIMON, 1997; OLIVEIRA; MONTIBELER, 2017).

A partir da constatação de Simon (1957) de que o uso da razão é limitado, em 1979, os pesquisadores israelenses Daniel Kahneman e Amos Tversky, em sua publicação a *Prospect Theory: Decision Making Under Risk*, discorrem sobre a Teoria dos Prospectos. A teoria contrapõe o então pensamento da total racionalidade humana defendida pelas Finanças Tradicionais. Os autores estudaram e comprovaram a existência de influências cognitivas que levam os indivíduos a tomarem decisões distintas, que fogem do ideal, em determinadas situações. Tais estudiosos chegaram à conclusão de que o ser humano é mais avesso ao risco em a situação de ganhos do que a de perdas, pois o sofrimento associado à perda é maior que o prazer associado a um ganho de mesmo valor. No estudo, eles abordam alguns efeitos mentais e como eles influenciam e modificam a decisão a ser tomada.

Kahneman e Tversky (1979) desenvolveram a Teoria dos Prospectos como um modelo alternativo aos utilizados nas Finanças Modernas. Nela os referidos autores comprovam que os indivíduos, em um ato natural, fazem uso de atalhos mentais ou regras de bolso (heurísticas) para tornar o processo decisório mais fácil e mais rápido. E, embora torne a execução de tarefas produtiva, podem induzir a erros sistemáticos, os chamados vieses cognitivos - atalhos utilizados pelas pessoas, até mesmo de forma inconsciente, para amenizar a influência emocional e/ou o desgaste mental sofrido no processo decisório (QUINTANILHA; MACEDO, 2014).

2.1.1 Heurísticas e vieses de decisão

Carmo (2005) define heurísticas ou vieses cognitivos, como sendo mecanismos naturais que o ser humano detém para descobrir, assimilar e, muitas das vezes, acelerar a novos aprendizados ou conhecimentos. Geralmente, está ligado ao método de tentativa e erro. Tendo em vista que as heurísticas promovem a simplificação de

decisões, estas se caracterizam como vieses de decisão quando acarretam uma escolha equivocada (QUINTANILHA; MACEDO, 2014).

Segundo Heuer (1999), os vieses cognitivos são erros causados por nossa mente enquanto buscamos simplificar informações para conduzir a estratégias. Também afirma o autor que, assim como acontece com a ilusão de ótica, mesmo conhecendo sobre ela, não torna fácil evitar sua ocorrência. O fato é que eles são recursos utilizados pelo ser humano para a análise de uma grande quantidade de dados, tornando o não uso deste recurso quase improvável (HEUER, 1999). A incerteza está presente em qualquer situação de escolha onde há mais de uma opção disponível, seja uma decisão corporativa ou da vida pessoal. Com isso, o uso desses simplificadores (heurísticas) é recorrente embora possam acarretar em escolhas erradas por conta dos vieses (SEHN, 2019).

Sendo assim, o frequente uso dessa lógica de julgamento por meio das heurísticas é capaz de criar um círculo vicioso, afinal os indivíduos vão naturalmente aceitando os resultados obtidos, pois eles já os satisfazem (SANTOS, MACEDO, 2012).

Dentro dos vieses cognitivos, o Efeito certeza e o efeito reflexo demonstram que o *homo economicus*, é averso à perda e não ao risco conforme a Teoria Moderna de Finanças. “A aversão ao risco nas escolhas que envolvem ganhos seguros é acompanhada pela procura por riscos nas escolhas que envolvem perdas seguras” (MACEDO JUNIOR, 2003, p. 53). Por conta de os agentes financeiros tenderem a fugir das perdas, ocorre de muitos ignorarem informações acerca das ações que apresentam queda e manter o foco apenas nas que apresentem lucro (OLIVEIRA; MONTIBELER, 2017). Conclui-se então que o ser humano é averso à perda e não ao risco conforme a Teoria Moderna de Finanças sugere.

Também segundo a Teoria dos Prospectos, uma informação dada como uma oportunidade concreta de ganho é preferida em detrimento dessa mesma informação apresenta como um prejuízo equivalente. Kahneman e Tversky (1983) afirmam que nossa “máquina mental” não está pronta para avaliar determinadas situações. A esse fenômeno, dado também através do conflito entre os efeitos certeza e reflexo, nomeou-se efeito *framing*. Também chamado efeito disposição ou enquadramento, ele sintetiza este conceito de que uma informação que esteja apresentada de mais de uma forma, poderia acarretar respostas diferentes (KICH *et al.*, 2018).

Outro efeito que pode ser considerado como consequência da aversão às perdas são os custos afundados (*sunk costs*) ou custos irre recuperáveis. É um viés manifestado quando se insiste em continuar uma iniciativa depois de desembolsada quantidade relevante de tempo, dinheiro e trabalho para ela acontecer (ARKES; BLUMER, 1985). Macedo Junior (2003) afirma que um dos maiores erros cometidos por um investidor é querer contornar um mal resultado investindo mais. Mas devido a influência do efeito dos custos afundados, curiosamente, o investidor aparenta estar mais direcionado a dispende de milhões para recuperar um projeto ou investimento já iniciado que dar início a um novo. Os estudiosos da área afirmam que os custos perdidos não deveriam ser levados em consideração já que não interferem nos investimentos futuros (ARKES; BLUMER, 1985; RODRIGUES MEIRELES *et al.*, 2019)

O quarto efeito aqui abordado, a Contabilidade Mental (ou mental *accounting*) é definido por Aldrighi e Milanez (2005) como um processo existente em nosso cérebro capaz de separar os acontecimentos baseando-se em características pouco sólidas e periódicas. As pessoas fazem uma separação não-física (psicológica) das vantagens e desvantagens existentes em relação a determinada escolha de modo que, quando

os benefícios são maiores que as desvantagens, tal opção é aceita em detrimento da outra (KAHNEMAN; TVERSKY, 1984). Tal como no efeito *framing*, os humanos utilizam-se das contas mentais como outra forma de enquadramento, mas neste caso, como uma tentativa de manter as situações sob controle (KAHNEMAN, 2012 p. 367). Este fenômeno pode trazer influências positivas e negativas dependendo da situação. A influência é preocupante pois afeta diretamente a saúde financeira, contribuindo, por exemplo, que uma pessoa recorra a juros mais altos, como no caso de um empréstimo, para resolver uma questão pessoal mesmo tendo recursos que já poderiam sanar o problema (ZANETTA, 2016).

2.2 Estudos anteriores

Ettore, Silva e Macedo (2017) testaram em sua pesquisa como se comportam os estudantes do curso de Ciências Contábeis quando expostos aos vieses cognitivos advindos da racionalidade limitada de Simon (1957) tal como os da Teoria dos Prospectos de Kahneman e Tversky (1974). Dentre eles estão os efeitos *framing*, certeza e reflexo. Os autores buscaram, ao mesmo tempo, avaliar as consequências do efeito *framing* e os demais; pois, segundo eles, os outros ocorrem por consequência deste viés.

Através da comparação entre as respostas de seis questionários – todos avaliando o efeito *framing* – eles constataram a ocorrência dos vieses, mesmo que de maneira sucinta, em toda a amostra em uma das questões. Também concluíram que as mulheres são mais suscetíveis ao efeito reflexo e ao efeito enquadramento corroborando com estudos anteriores. Ettore, Silva e Macedo (2017) salientam que quando há uma opção de escolha mediana o efeito *framing* – e, com isso, também os outros vieses estudados – resulta-se na anulação do viés pois esta escolha acaba tendo a maior probabilidade de aceite dentre as demais. Outros resultados confirmaram que as mulheres sofrem mais com os efeitos da Teoria dos Prospectos e que maior grau de instrução não provoca, segundo estudos estatísticos dos autores, uma diminuição na escolha enviesada.

No estudo de Kich *et al.* (2018), os indivíduos foram avaliados de acordo com seu nível de conhecimento financeiro tendo em vista a validação de que a elevação de tal característica não impedia a ocorrência dos vieses cognitivos. Ou seja, mesmo com maior capacitação uma pessoa não estaria menos suscetível aos efeitos dos atalhos mentais do que uma segunda com menor grau de instrução. A pesquisa abordou três aspectos que se destacam durante o processo decisório (e como se relacionam com os vieses): a maneira como a informação é apresentada (efeito *framing*); como ela é processada (contabilidade mental) e o medo decorrente das escolhas arriscadas (aversão à perda/efeito reflexo).

Para o experimento, os autores contaram com a aplicação de um questionário para alunos de graduação de uma universidade federal. Os estudantes foram segregados em grupos de acordo com seu nível de conhecimento financeiro e submetidos a questões replicadas de trabalhos de autores anteriores tais como Kahneman e Tversky (1997) e Thaler (1985). Em suma, foi constatado que aqueles com grau mais elevado de educação financeira sofreram menor influência dos vieses cognitivos, enquanto os menos instruídos evidenciaram forte presença da aversão à perda e da contabilidade mental.

Já para Paula *et al.* (2019) o trabalho foi pautado na busca de avaliar como se estabelecem as escolhas que envolvem riscos entre estudantes de três cursos de graduação na área de negócios: Administração, Economia e Ciências Contábeis. Para averiguar tal premissa, considera-se a probabilidade de influência dos vieses

cognitivos efeito certeza, efeito reflexo e efeito isolamento durante o processo decisório. Os autores replicaram o questionário utilizado por Kahneman e Tversky (1979) para nortear se as preferências feitas pelos respondentes viriam a contrapor os conceitos da teoria moderna tal como ocorreu neste trabalho.

Além do questionário inspirado na Teoria dos Prospectos, os alunos foram submetidos a uma pré-avaliação que identificava a qual perfil de investidor cada um deles pertenciam. Com isso, fizeram uso das variáveis gênero junto aos resultados de perfil para a aprimoração da pesquisa. Constatou-se que as mulheres sofrem maior influência do efeito certeza e são mais avessas ao risco enquanto os homens foram mais propensos ao risco nas situações de perdas (aversão à perda) em vistas de minimizar os impactos negativos.

Quanto ao efeito *sunk cost*, Rodrigo Meireles *et al.* (2019) trazem um problema de pesquisa analítico para constatar se este viés está presente no processo decisório dos estudantes dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis de uma universidade pública. Ambos futuros profissionais que demandam de pensamento crítico e julgamento, as consequências dos custos afundados podem impactar negativamente no resultado dessas premissas. Os autores fizeram uso de questionários para coleta de dados de pesquisa tendo como base para as perguntas estudos anteriores acerca do tema. Foram avaliadas situações de desembolso de capital para projetos empresariais e pessoais em que, logo após grande parte do dispêndio ter sido alocado, o cenário – até então equivalendo ao ideal estimado, sofreu uma mudança que reduzia as perspectivas (ou seja, situações típicas de efeitos afundados). Como resultado, os respondentes sofreram as consequências do viés sendo levados a continuar com os investimentos mesmo eles não tendo o benefício inicial. O que contraria a racionalidade empregada na teoria tradicional. De maneira peculiar, nos projetos de cunho pessoal os investidores apresentaram menor influência do efeito cognitivo quando comparado aos empresariais.

3 METODOLOGIA

Como ferramenta de coleta de dados utilizou-se de dois questionários – tipo “I” e tipo “II” – espelhos um do outro e fundamentados nos estudos de Barros e Felipe (2015), Silva *et al.* (2009) e os trabalhos de Kahneman e Tversky (1979) visando testar a influência dos vieses cognitivos sobre os respondentes. Ambos os questionários se encontram nos Apêndices A e B da presente pesquisa.

Foram distribuídas versões impressas dos dois modelos aos respondentes aleatoriamente. Da mesma maneira, foram disponibilizados por meio de formulário online – na ferramenta *Google Forms* – divididos em dois *links*, um para cada tipo de questionário. Visando a permanência das respostas ainda em caráter aleatório, através do site <https://allocate.monster> criou-se um único *link* que direcionava o respondente a um dos dois questionários de forma não sistemática.

A amostra utilizada teve como composição um total de 140 respondentes aos questionários sendo: 74 respostas da coleta online e 66 respostas da coleta presencial dos dados. E quanto ao total por tipo de questionário foram: 77 respondentes para o tipo I e 63 para o tipo II. O público-alvo foi formado de alunos oriundos de universidades públicas e privadas dos cursos de graduação nas áreas de administração, economia e ciências contábeis.

No que diz respeito ao questionário, cada questão simula um experimento distinto, sendo testado a cada experimento as hipóteses levantadas no trabalho sendo:

H₀: as proporções são iguais, ou seja, não há influência do viés na tomada de decisão;

H₁: as proporções são diferentes, há a influência do viés na tomada de decisão.

Os dados contraídos foram ponderados mediante a aplicação do Teste para Diferença de Proporções, o qual permite a constatação (ou não) de que as amostras são diferentes. Adotou-se o nível de confiança de 95%.

A estrutura do questionário está dividida em duas partes sendo a primeira delas a coleta de informações pessoais dos estudantes, conforme a seguir: gênero, idade, tipo de universidade (pública ou particular), curso de formação e suas atribuições profissionais na área de atuação.

A segunda parte trouxe a aplicação de quatro questões cada qual com a atribuição de dos vieses estudados para que fosse possível a análise de forma isolada de cada um sobre a amostra.

Assim como nos trabalhos anteriores de Santos e Macedo (2012) e Quintanilha e Macedo (2013) foram elaborados questionários nos tipos I e II para que fosse dividida e testada separadamente se haveria ocorrência dos vieses cognitivos do efeito certeza e reflexo, do efeito *framing*, dos custos afundados (*sunk cost*) e da contabilidade mental (*mental accounting*).

Na primeira questão, o indivíduo é colocado no papel de um gerente que está prestes a tomar importante decisão financeira. O objetivo aqui é testar a influência do efeito certeza e do efeito reflexo onde, segundo a Teoria dos Prospectos, haveria uma tendência às alternativas com ganhos certos de ocorrência (em situações positivas) e a fuga das probabilidades em que se deixaria de ganhar, ou seja, presença de aversão às perdas nas decisões. Isto acontece pois, as pessoas costumam menosprezar aquilo que é provável (mesmo quando esta opção é mais benéfica) e superestimar o que apresenta ganho certo – fenômeno chamado efeito certeza (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; ETTORE; SILVA; MACEDO, 2017). Isto é testado nos questionários tipo I enquanto, de maneira espelhada, são abordadas as mesmas questões no tipo II, embora agora em meio a prospectos negativos (envolvendo perdas) onde o confronto dos resultados resultaria na preferência pelo risco conforme trata o efeito reflexo.

O objetivo da segunda questão nos dois tipos de questionário foi a compartimentação de valores para gastos futuros na mente dos respondentes. Característica essa descrita na contabilidade mental, foi simulada através de uma situação em que há a perda de um ingresso ou a perda do dinheiro para a compra do mesmo onde há tendência deveria haver uma predisposição maior para a compra do ingresso com o dinheiro perdido pelos indivíduos fazerem uma prévia reserva mental para essa compra (THALER, 1985).

Já a terceira questão aborda a influência do efeito *framing* sobre as pessoas da amostra colocando-os como consultores financeiros para um empresário. São apresentadas duas opções de lucro para um investimento, embora na alternativa B esse ganho seja apenas provável. No questionário tipo I é omitido o trecho que mostra o percentual de perdas da segunda alternativa visando testar se a forma como as informações são apresentadas modificaria a resposta dos indivíduos. A última questão introduz o desenvolvimento de um projeto milionário ao qual o respondente estaria envolvido. Mesmo sendo uma ação promissora, o projeto já com um grande montante dispendido foi ultrapassado por um concorrente antes de sua completa estruturação e exposição. O efeito dos custos afundados destaca que tendemos a concluir algo já começado mesmo sabendo que não recuperaremos o que foi gasto (CUNHA *et al.*,

2015). Sendo assim, a questão objetivou mostrar se os alunos sofreriam ao viés ao decidir pela conclusão ou não do projeto.

Primeiramente, foram trabalhados os dados para que permitissem uma análise geral de toda a amostra. Após os primeiros resultados compilados, analisou-se os dados segregando a amostra pelas variáveis: gênero, idade e grau de instrução.

A variável gênero foi composta por 68 respondentes do sexo masculino e 72 do sexo feminino. Logo, é possível notar um número equilibrado em relação as 140 respostas obtidas com cada gênero representando, aproximadamente, 50% do total da amostra.

Observou-se como se o comportamento do gênero masculino para cada um dos vieses estudados sendo o mesmo processo utilizado para o gênero feminino. Também é feito um comparativo entre eles visando entender similaridades, divergências, qual apresenta maior ou menor influência dos atalhos mentais, dentre outros aspectos.

Na variável idade, a amostra foi dividida em três grupos: respondentes dos 17 anos aos 29 anos, respondentes dos 30 aos 39 anos e os que tem acima dos 40 anos. Contudo, este último grupo não teve um quantitativo de questionários respondidos que fosse significativo estatisticamente para as análises, tendo apenas 15 respostas, logo, ele foi retirado da amostra ao se analisar a variável idade.

O intuito desta variável foi investigar como agem os vieses cognitivos no ser humano ao longo dos anos de idade. Assim, pode se testar, por exemplo, se os mais novos teriam uma menor sensibilidade aos vieses que os mais velhos ou se o fator idade não impede a ação do viés como demonstra Sweis *et al.* (2018) que a ocorrência do efeito *sunk cost* não foi extinto com a evolução da raça humana.

Sobre o grau de instrução, tal como na variável de idade, também houve uma separação em 3 grupos: alunos do 1º ao 3º período, alunos do 4º ao 6º período e alunos do 7º ao 10º período. Esta análise permite identificar se o nível de conhecimento das pessoas poderia contribuir para uma diminuição na influência dos vieses.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta sessão foi realizada a análise dos resultados. A análise foi dividida em duas etapas, primeiramente analisou-se a amostra como um todo e a influência dos vieses cognitivos na amostra total, posteriormente analisou-se a amostra segregada pelo gênero, idade e grau de instrução.

4.1 Amostra

A primeira forma de análise utilizada na pesquisa retrata, com uma visão geral da amostra, qual é o comportamento dos indivíduos diante das situações propensas aos vieses e se há ou não a incidência de um ou mais dos vieses estudados durante o processo decisório destes. A amostra teve um total de 140 respondentes, sendo destes 77 no primeiro tipo de questionário (tipo I) e 63 no questionário espelho (tipo II) conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1*Distribuição das respostas: Amostra total*

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,6234	0,3766	5,15E-06
	Tipo 2	0,2381	0,7619	
Questão 2	Tipo 1	0,4805	0,5195	0,3213
	Tipo 2	0,3968	0,6032	
Questão 3	Tipo 1	0,5974	0,4026	0,0230
	Tipo 2	0,7778	0,2222	
Questão 4	Tipo 1	0,6753	0,3247	0,7598
	Tipo 2	0,6508	0,3492	

A questão 1 mostra que houve a influência do viés cognitivo da aversão a perda na amostra total da presente pesquisa. No questionário tipo I, quando apresentado uma situação de ganho para os respondentes, 62,34% optaram pela alternativa A, na qual apresentava um ganho certo. Já no questionário tipo II, quando apresentado uma situação de perda para os respondentes 76,19% dos respondentes optaram pela alternativa B, onde o risco se fez presente. Pode-se dizer que as proporções são diferentes ao nível de significância de 1%. O resultado demonstra que o efeito certeza e a aversão a perda se fez presente nas decisões. Segundo a Teoria dos Prospectos, os humanos tendem a serem avessos ao risco em situações positivas e estarem propensos a ele no campo das perdas (Macedo Júnior, 2003). O resultado corrobora com o trabalho de Quintanilha e Macedo (2014) que testaram se os respondentes optariam por um projeto com maior probabilidade de ocorrência, embora este tenha uma lucratividade menor. O mesmo pôde ser visto em Oliveira e Krauter (2015) e, mais recentemente, na pesquisa de Paula, Foppa e Dellazari (2019). Como resultado, tal como o desta pesquisa, o maior montante de respostas foi para escolha com altas chances de acontecer podendo confirmar o efeito certeza.

A questão 2 e a questão 4 não apresentaram diferenças estatisticamente significantes, ou seja, para a análise da amostra total, não se observou a influência dos vieses da contabilidade mental e nem dos *sunk costs*. Não se pode rejeitar a hipótese nula do teste de diferença de proporção ao nível de confiança de 95%.

Por fim, a questão 3 apresentou a influência do efeito *framing* na tomada de decisão dos respondentes deste trabalho. No questionário tipo I, quando apresentado a alternativa de risco sem o percentual de chance de perda, 59,74% dos respondentes optaram pela alternativa que apresentava lucro certo e 40,26% dos respondentes optaram pela alternativa que apresentava risco. No momento que é inserido a informação de risco de perda na alternativa B do questionário tipo II, observa-se uma proporção de 77,78% dos respondentes optando pela alternativa A, na qual apresentava lucro certo, e 22,22% dos respondentes optam pela alternativa B que apresentava risco. Uma mesma informação, quando apresentada de maneiras distintas, pode acarretar escolhas diferentes (Kahneman; Tversky, 1984).

Esse é o efeito *framing* ou enquadramento. A questão formulada trazia duas alternativas: a certeza de um lucro na letra A contra a chance de um lucro maior com 80% de probabilidade de ocorrer. Em ambos os questionários a pergunta era a mesma, contudo, no segundo a alternativa B com uma sutil diferença ressaltando que são 80% de chances de um lucro maior, no entanto, também tem 20% de chances de não ganhar nada. Embora em ambas as situações haja essa possibilidade de perda, os voluntários evitaram mais esta opção no questionário tipo II. Tal resultado foi significativo ao nível de 5%. Tais resultados vão ao encontro dos achados de Barreto, Macedo e Alves (201), base para a questão construída na presente pesquisa. Após a

informação adicional de que poderia não haver ganho, houve uma evasão dos indivíduos que migraram para a alternativa com garantia de embolsar a quantia mesmo sendo menor que a primeira.

4.2 Gênero

A primeira variável tratada é a de gênero (masculino e feminino) avaliada neste subcapítulo. Nos dados tabulados, constavam: 68 respondentes do gênero masculino e 72 respondentes do gênero feminino. Os resultados encontrados encontram-se nas tabelas 2 e tabela 3 a seguir.

Tabela 2

Distribuição das repostas por gênero: Masculino

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,5581	0,4419	0,01085
	Tipo 2	0,2400	0,7600	
Questão 2	Tipo 1	0,4884	0,5116	0,7000
	Tipo 2	0,4400	0,5600	
Questão 3	Tipo 1	0,6279	0,3721	0,2616
	Tipo 2	0,7600	0,2400	
Questão 4	Tipo 1	0,7442	0,2558	0,5695
	Tipo 2	0,6800	0,3200	

Tabela 3

Distribuição das repostas por gênero: Feminino

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,7059	0,2941	6,67E-05
	Tipo 2	0,2368	0,7631	
Questão 2	Tipo 1	0,4705	0,5294	0,3800
	Tipo 2	0,3684	0,6316	
Questão 3	Tipo 1	0,5589	0,4412	0,0361
	Tipo 2	0,7895	0,2105	
Questão 4	Tipo 1	0,5882	0,4118	0,7064
	Tipo 2	0,6316	0,3684	

De acordo com a tabela 2 e tabela 3, ambos os gêneros sofreram influência do fenômeno nas respostas, contudo, as pessoas do gênero feminino mostraram-se mais conservadoras nas situações de ganho, ou seja, denotaram maior nível de aversão ao risco com 70,59% das escolhas na alternativa de ganho certo frente a 55,81% dos homens para a mesma alternativa. No que tange a aversão à perda, tanto o gênero masculino quanto o feminino apresentam comportamentos similares em torno de 76% de escolhas para a opção propensa ao risco de perda maior. Ou seja, pode-se afirmar que pessoas do gênero feminino são mais avessas ao risco em comparação a pessoas do gênero masculino. Tal resultado é estatisticamente significativo ao nível de confiança de 95%. Estes resultados seguem os achados por Kahneman e Tversky (1979) no trabalho original que já asseguravam que pessoas do gênero feminino sofrem mais a dor da possibilidade de perdas do que pessoas do gênero masculino. Barros e Felipe (2015), Ettore, Silva e Macedo (2017) tiveram também achados similares aos encontrados nesta pesquisa.

Na questão 2 do questionário aplicado na presente pesquisa, tanto pessoas do gênero feminino, quanto masculino, não houve influência estatisticamente significativa do viés cognitivo da contabilidade mental para tomada de decisão.

Ao se observar a questão 3, pessoas do gênero masculino não foram influenciados pelo viés cognitivo do efeito *framing* na tomada de decisão. Diferentemente das pessoas do gênero feminino que compuseram a amostra desta pesquisa. Pode-se observar que as pessoas do gênero feminino sofreram influência do viés cognitivo do efeito *framing*. Há um aumento significativo no volume de respostas para a alternativa A (sinal também do efeito certeza) quando, através do questionário tipo II, após acrescida a informação omitida anteriormente “20% de chances de lucrar nada” foi verificado um salto no percentual da escolha de ganho seguro de 55,89% para 78,95%. Tal diferença foi estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95%. Os resultados para essa questão acompanham os de Ettore, Silva e Macedo (2017): 75% das mulheres seguem um perfil mais conservador optando pela escolha mais segura no âmbito dos ganhos. Já Paula, Foppa e Dellazzari (2019) encontraram 74,2% do público feminino atraído para o ganho garantido.

Ao analisar a questão 4, pode se observar uma inclinação do público masculino para a alternativa A do questionário tipo I (apresenta os valores já despendidos) de 74,42% favorável a continuar no projeto enquanto no outro questionário (não mostra os valores) a maioria prefere por desistir do empreendimento. Para as mulheres, a situação se inverte e elas optam por desistir do projeto quanto observam os valores, mas optam por permanecer quando não sabem o valor gasto. Porém, os resultados para a variável gênero não se mostraram relevantes estatisticamente, não podendo ser rejeitada a hipótese nula para o referido viés.

4.3 Idade

Delimitou-se a amostra em 3 diferentes grupos de idade: dos 17 aos 29 anos – representando 100 dos respondentes; e, dos 30 aos 39, que compõem os 25 dos respondentes. Conforme informado na metodologia, optou-se pela retirada dos indivíduos que estão acima dos 40 anos de idade por não terem quantidade relevante para a análise. O intuito para essas divisões é observar se ao passar dos anos as pessoas se tornariam menos ou mais inclinadas a sofrerem influência dos vieses cognitivos. Os dados estão dispostos nas tabelas 4 e 5 apresentadas a seguir.

Tabela 4

Distribuição das respostas por idade: dos 17 aos 29 anos

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,6200	0,3800	5,07E-05
	Tipo 2	0,2200	0,7800	
Questão 2	Tipo 1	0,5400	0,4600	0,0704
	Tipo 2	0,3600	0,6400	
Questão 3	Tipo 1	0,5800	0,4200	0,0321
	Tipo 2	0,7800	0,2200	
Questão 4	Tipo 1	0,6600	0,3400	0,8339
	Tipo 2	0,6400	0,3600	

Tabela 5*Distribuição das respostas por idade: dos 30 aos 39 anos*

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,6190	0,3809	0,1729
	Tipo 2	0,2500	0,7500	
Questão 2	Tipo 1	0,4762	0,5238	0,4036
	Tipo 2	0,2500	0,7500	
Questão 3	Tipo 1	0,6190	0,3809	0,6170
	Tipo 2	0,7500	0,2500	
Questão 4	Tipo 1	0,7143	0,2857	0,8841
	Tipo 2	0,7500	0,2500	

Observa-se que, de acordo com a tabela 4, os indivíduos que se encontram nesta faixa etária são avessos ao risco para as opções direcionadas a ganhos e propensos ao risco nas opções de perdas. Tal resultado foi significativo ao nível de confiança de 99%. Além de estar em acordo com os resultados dos já referenciados Quintanilha e Macedo (2014), também é retratado no trabalho de Barros e Felipe (2015) que apresenta: 67% das escolhas onde oferecem ganho garantido e 33% na opção alternativa podendo ter ganho mais elevado – efeito certeza; 75% na opção de perda provável (mais alta) e 25% na que continha perda garantida – efeito reflexo.

Ainda sobre a questão 1, agora se tratando do segundo conjunto de faixa etária (tabela 5), por mais que se observe uma mudança de tendência de respostas para os indivíduos sendo avessos ao risco em situação de ganho e propensos ao risco em situação de perda, os resultados não foram estatisticamente significantes. Pode-se dizer que existe evidências, para os dados da presente pesquisa, que indivíduos mais novos estão mais propensos a sofrerem mais influência do viés cognitivo do efeito certeza e aversão a perda no processo de decisão.

Na questão 2 do questionário aplicado na presente pesquisa, para as duas faixas etárias testadas não houve influência estatisticamente significativa do viés cognitivo da contabilidade mental para tomada de decisão.

Os resultados da tabela 4 demonstram que a forma como a informação é apresentada interfere diretamente na escolha feita pelas pessoas. Quando a questão não apresentava a informação de perda na alternativa B, 58% dos respondentes da faixa etária de 17 a 29 anos optaram pela alternativa de lucro certo e 42% optaram pela alternativa de risco. No questionário tipo II, ao se apresentar a informação de perda na alternativa B, 78% dos respondentes optam pela alternativa de lucro certo e 22% optam pela alternativa de risco. Pode-se concluir, ao nível de significância de 5%, que houve influência do efeito *framing* na tomada de decisão para os respondentes pertencentes a esta faixa etária. Isso foi observado também nas pesquisas de Barreto, Macedo e Alves (2013) e de Ettore, Silva e Macedo (2017).

Por outro lado, pelos dados da tabela 5, embora também seja demonstrada essa tendência percentual – de 61,90% para 75%, o p-valor revela que não há relevância estatística que admita a rejeição da hipótese nula. Logo, não foi confirmada a presença do viés para esta faixa etária.

Quanto ao efeito dos custos afundados, os dados de ambas as faixas etárias evidenciam, tal como o disposto por Rodrigues Meireles *et al.* (2019), um comportamento mais homogêneo e sem muitas disparidades entre as respostas. Sendo assim, não há evidências estatísticas que justifiquem a presença deste viés no processo decisório nesta variável. O mesmo ocorre com aqueles que tem acima dos 30 anos.

4.4 Grau de instrução

Os dados para esta variável foram tratados de acordo com o período em os alunos das universidades se encontravam matriculados no momento da coleta. A presente variável foi estratificada da seguinte maneira: alunos do 1º ao 3º período da graduação; alunos do 4º ao 6º período da graduação; e alunos do 7º ao 10º período de graduação. Por meio desta análise, é possível analisar se o grau de instrução das pessoas influencia no impacto cognitivo trazido pelos vieses conforme tabelas 6, 7 e 8 apresentadas a seguir.

Tabela 6

Distribuição das respostas por período da graduação: 1º ao 3º período

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,6744	0,3256	3,56E-04
	Tipo 2	0,2647	0,7353	
Questão 2	Tipo 1	0,4186	0,5814	0,8425
	Tipo 2	0,4412	0,5588	
Questão 3	Tipo 1	0,6977	0,3023	0,5119
	Tipo 2	0,7647	0,2353	
Questão 4	Tipo 1	0,6512	0,3488	0,5715
	Tipo 2	0,5882	0,4118	

Tabela 7

Distribuição das respostas por período da graduação: 4º ao 6º período

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,6667	0,3333	0,0036
	Tipo 2	0,1538	0,8462	
Questão 2	Tipo 1	0,6190	0,3810	0,0275
	Tipo 2	0,2308	0,7692	
Questão 3	Tipo 1	0,5238	0,4762	0,1524
	Tipo 2	0,7692	0,2308	
Questão 4	Tipo 1	0,7619	0,2381	0,1759
	Tipo 2	0,5385	0,4615	

Tabela 8

Distribuição das respostas por período da graduação: 7º ao 10º período

		%A	%B	p-valor
Questão 1	Tipo 1	0,3846	0,6154	0,4358
	Tipo 2	0,2500	0,7500	
Questão 2	Tipo 1	0,4615	0,5385	0,8970
	Tipo 2	0,4375	0,5625	
Questão 3	Tipo 1	0,3846	0,6154	0,0182
	Tipo 2	0,8125	0,1875	
Questão 4	Tipo 1	0,6154	0,3846	0,1042
	Tipo 2	0,8750	0,1250	

Ao analisar a questão 1, pode-se observar a influência do viés cognitivo efeito certeza e aversão a perda na tomada de decisão, tanto para os respondentes de início de curso (1º ao 3º período), quanto para os respondentes de meio de curso (4º ao 5º

período). Tal relação é confirmada estatisticamente ao nível de significância 5%. Já os alunos que se encontram no final do curso (7º ao 10º período), pode-se observar um comportamento à aversão a perda e efeito certeza, porém tal relação não foi estatisticamente significativa. resultado que está em acordo com o artigo de Paula, Foppa e Dellarazzi (2019) que afirma que o aperfeiçoamento dos indivíduos ao longo do tempo de faculdade não altera sua percepção em relação ao risco.

Na questão 2, na qual avalia a influência do viés cognitivo da contabilidade mental na tomada de decisão, só foi identificada a influência de tal viés na tomada de decisão para os alunos do 4º ao 6º período. Quando o valor monetário é perdido, 61,90% dos respondentes deste estrato da amostra realizariam a compra de um novo ingresso, enquanto quando o ingresso propriamente dito é perdido 76,92% dos respondentes optariam por não comprar o ingresso novamente. Ou seja, pode-se confirmar a influência deste viés cognitivo, ao nível de significância de 5%, na tomada de decisão dos respondentes deste estrato da pesquisa. Isto corrobora com o estudo de Kich et. al (2018) que apresenta que mesmo em níveis um pouco mais elevados de educação financeira, o efeito contabilidade mental pode influenciar nas decisões.

Na questão 3, na qual trata do efeito *framing*, observa-se que não se pode rejeitar a hipótese nula na qual as proporções são diferentes tanto para os alunos de início de curso, quanto os da metade da graduação. Ou seja, não se pode dizer que existiu a influência deste viés cognitivo na tomada de decisão para ambos os respondentes destes estratos da pesquisa. Porém, para os alunos de final de curso, a influência deste viés cognitivo se fez presente na tomada de decisão. Pode-se afirmar isto ao nível de significância de 5%. Observa-se que no questionário tipo I, onde a opção de risco vem sem a informação das chances de perda, a maioria dos respondentes optaram pela escolha de risco (61,54%). Já no questionário tipo II, onde a opção de risco vem com a informação das chances de perda, 81,25% optaram pela opção de lucro certo. Logo, os respondentes pertencentes a este estrato da pesquisa sofreram influência do efeito *framing* para a tomada de decisão, corroborando com as conclusões de Barreto, Macedo e Alves (2013) e Ettore, Silva e Macedo (2017) no qual discutem que o maior nível de conhecimento não diminui a influência dos vieses cognitivos na tomada de decisão.

No que tange ao efeito *sunk cost*, em todos os períodos de graduação os alunos aparentam estar mais suscetíveis a continuar no projeto, mesmo tendo informações sobre a concorrência quando a escolha mais racional seria pela desistência (MEIRELES *et al.*, 2019). Ocorrendo o mesmo para ambos os tipos de questionário. Contudo, o valor p não permitiu que se aceitasse a hipótese alternativa, ou seja, conclui-se pela não presença do viés nesta variável.

Adicionalmente, conforme o trabalho dos autores referenciados anteriormente, no presente estudo também não foi possível afirmar que o aumento do grau de conhecimento diminui o comportamento das pessoas frente aos possíveis erros cognitivos.

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo analisar, através da aplicação de dois questionários espelhos, qual é a influência de vieses cognitivos na tomada de decisão dos alunos de graduação dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de universidades públicas e particulares. Além disso, foi testado o comportamento dos vieses no processo decisório dos respondentes mediante três variáveis: gênero – masculino e feminino; idade – divididos em três grupos: pessoas dos 17 aos 29 anos,

dos 30 aos 39 anos e pessoas acima dos 40 anos e grau de instrução - 1º ao 3º período, do 4º ao 6º período e do 7º ao 10º período. Para isto, a amostra contou com um total de 140 questionários respondidos que foram confrontados sob cada uma das estratificações citadas anteriormente.

A análise da amostra total mostra que os respondentes apresentam um comportamento, no geral, de evasão das escolhas que tenham possibilidade de perda quando envolvidos em situações positivas e, quando envolvidos em situações negativas, há uma tendência ao risco. Com isso, foi identificado tal como levanta a Teoria dos Prospectos, que os indivíduos são avessos ao risco para ganhos, mas propensos a ele para perdas. O efeito *framing* também esteve presente nas decisões da amostra, pois os respondentes estavam inclinados a arriscar um ganho elevado somente quando este não apresentava as chances de não haver ganho. Quando esta informação estava explícita, se optava pela escolha mais conservadora. Isso demonstra que a forma como uma situação é descrita, interfere no processo de tomada de decisão. Para os efeitos contabilidade mental e custos afundados não houve influência significativa.

Acerca da variável gênero, observou-se que embora ambos os gêneros demonstrem propensão ao risco, as mulheres se mostraram mais conservadoras que os homens. Com isso, elas tiveram maior influência dos vieses efeito certeza e efeito *framing*. Resultado que vai de encontro aos estudos Kahneman e Tversky (1979) que no trabalho original já garantia que o público feminino sente mais a dor da possibilidade de perdas que o público masculino. Barros e Felipe (2015), Ettore, Silva e Macedo (2017) tiveram também achados similares. Nos prospectos negativos, os resultados dos dois gêneros foram equilibrados. Os efeitos contabilidade mental e custos afundados não tiveram influência relevante nesta variável.

Para a estratificação das idades, apenas o primeiro grupo (dos mais novos) sofreu influência dos vieses efeito certeza e efeito reflexo, sendo avessos ao risco quando em situações positivas e propensos ao risco em situações de perdas. O mesmo ocorre com a contabilidade mental e o efeito *framing*, somente atingindo os que tem entre 17 e 29 anos de idade estando em acordo com Thaler (1985), Quintanilha e Macedo (2014) e no trabalho de Barros e Felipe (2015).

Analisando-se pelo grau de instrução dos respondentes, concebeu-se que, os alunos do 1º ao 6º semestre da graduação sofrem com a aversão à perda e com a aversão ao risco nas situações de ganho. Paula, Foppa e Dellarazzi (2019) determinam que o aperfeiçoamento dos indivíduos ao longo do tempo de faculdade não altera sua percepção em relação ao risco. Já a contabilidade mental, somente foi identificada para os alunos que estão na metade da graduação, o grupo do 4º ao 6º período. E embora, a inversão de prospectos da questão 1 não tenha impactado os mais avançados na universidade, o efeito *framing* pôde ser confirmado para este grupo que, atraído pela oportunidade de ter uma maior lucratividade, optava pela questão que continham um risco implícito (questionário tipo I), mas logo que essa informação era exposta (questionário tipo II) era clara a inversão das escolhas. Fato que confirma a tratativa de Kahneman e Tversky (1984): uma mesma informação, quando apresentada de maneiras distintas, pode acarretar escolhas distintas.

O efeito *sunk cost*, embora algumas vezes tenha se aproximado da ocorrência, não foi obtido resultado estatisticamente relevante para este viés em nenhuma das análises da pesquisa. Com isso, o resultado diverge dos encontrados por outros autores, tais como Arkes e Blumer (1985) e Rodrigues Meireles *et al.* (2019).

Quanto as limitações desta pesquisa, destaca-se que os resultados ficam restritos a amostra trabalhada não podendo estes ser generalizados para a população.

Outra limitação é que, por mais que parte da amostra tenha experiência profissional, o foco do estudo foi estudantes em si e não profissionais de mercado, ficando os resultados restritos à amostra da pesquisa.

Por fim, o presente trabalho atingiu seus objetivos de analisar qual é a influência de vieses cognitivos na tomada de decisão dos alunos de graduação dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de universidades públicas e particulares. Também se justifica a importância desta pesquisa para os profissionais da área de finanças e afins que, têm como atitude primordial o exercício das tomadas de decisões, tornam-se mais preparados para as possíveis influências advindas dos atalhos mentais.

Para futuros trabalhos, sugere-se dar continuidade a esta pesquisa, aumentando o tamanho da amostra e estabelecendo novas diretrizes de controle, aplicando em outras amostras tais como profissionais da área e testando novas variáveis.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, D; MILANEZ, D.Y. Finança comportamental e a hipótese dos mercados eficientes. **Revista Econômica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 41-72, Jan 2005.

ARIELY, D. **Previsivelmente Irracional**: As Forças Ocultas que influenciam as Nossas Decisões. 1. ed. Estrela Polar, São Paulo, SP, 2009.

ARKES, H. R.; BLUMER, C. The psychology of sunk cost. **Organizational Behavior and human decision processes**, Ohio, p. 124-140, 1985. DOI: [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(85\)90049-4](https://doi.org/10.1016/0749-5978(85)90049-4)

BARRETO, P. S.; MACEDO, M. A. S.; ALVES, F. J. S. A. Análise do comportamento decisório frente à influência dos efeitos certeza e framing no ambiente contábil. **Registro Contábil**, [S. l.], v. 4, n. 21, p. 39–55, 2013.

BARROS, T.; FELIPE, I. J. S. Teoria dos Prospectos: Evidências aplicadas em Finanças Comportamentais. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 75-95, out/dez 2015. DOI: <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2015V14N4ART2934>

CANTO, A. A. S.; TRETER, J.; CAVALLI, K.. Contabilidade Mental e Finanças Comportamentais: um estudo com colaboradores de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Cruz Alta/RS. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 139–162, 2017. DOI: 10.18361/2176-8366/rara.v9n3p139-162.

CARMO, L. C. **Finanças Comportamentais: uma análise das diferenças de comportamento entre investidores institucionais e individuais**. 2005. 91f. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)–Curso de pós-graduação em Administração de Empresas, Faculdade de Economia e Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, D. M.. Revisitando os clássicos da moderna teoria de finanças: uma análise. **Revista Brasileira de Administração Científica**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 16–41, 2017. DOI: 10.6008/spc2179-684x.2017.002.0002.

CUNHA, J. A. O. G; DIAS JÚNIOR, J. J. L. D.; CUNHA, L. M. R. V; MOURA, H. P.

Melhoria de Processos de Software sob a Perspectiva dos Vieses Cognitivos: Uma Análise de Múltiplos Casos. *In: XI Brazilian Symposium on Information System*, Goiânia, GO, p. 259–266, 2015. DOI: 10.5753/sbsi.2015.5825.

ETTORE, L. A. G.; SILVA, C. A. O.; MACEDO, M. A. S. Análise do Comportamento de Futuros Contadores frente a Ocorrência do Efeito Formulação/Framing e de seus Vieses: um estudo com foco na adoção das IFRS no Brasil. **ConTexto-Contabilidade em Texto**, Fortaleza, v. 17, n. 35, p. 1-17, 2017.

EYSENCK, M. W.; KEANE, M. **Manual de Psicologia Cognitiva**, 7ed., Artmed Editora, Porto Alegre, RS, 2017.

HEALTH, C. Escalation and De-escalation of Commitment in Response to Sunk Costs: The Role of Budgeting in Mental Accounting. **Center for Decision Research, University of Chicago**, Chicago, v. 62, n. 1, p. 38-54, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1006/obhd.1995.1029>

HEUER, R. J. **Psychology of Intelligence Analysis**. US: Central Intelligence Agency, 1999.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar**: Duas formas de pensar. Objetiva, 3ed., 2012. 624 p.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Choices, values and frames. **American Psychologist**, [S.l.], v. 39, n. 4, p. 341-350, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.39.4.341>

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, [S.l.], v. 185, n. 4157, 1974. DOI: 10.1126/science.185.4157.1124

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory an Analysis of Decision under Risk. **Econometrica**, [S.l.], v. 47, n. 2, p. 263-292, Mar 1979. DOI: https://doi.org/10.1142/9789814417358_0006

KICH, T. G. F.; LOPES, L. F. D.; ALMEIDA, D. M.; CORRÊA, J. S.; TAVARES, T. O. Análise da relação do nível de educação financeira com os vieses comportamentais para universitários brasileiros. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 53, 2018. DOI: 10.18316/desenv.v7i2.3760.

MACEDO JÚNIOR, J. S. **Teoria do Prospecto**: Uma investigação utilizando simulação de investimentos. Santa Catarina, 2003. Tese (Engenharia de produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARSCHNER, P. F.; CERETTA, P. S. Como o volume de negociação reage ao sentimento do investidor? **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 13, p. e163596, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.163596.

MEIRELES, J. P. R.; AZEVEDO, Y. G. P.; SCHWARZ, L. A. D.; GOMES, H. B. Efeito sunk cost no processo de tomada de decisão: uma análise com discentes de ciências contábeis e administração. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL** -, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 199–219, 2019. DOI: 10.21680/2176-9036.2019v11n2id15980.

OLIVEIRA, J. N.; MONTIBELER, E. E. Financas Comportamentais: Um Estudo Sobre a Aversao a Perda Na Tomada De Decisao. **Revista Eletrônica Estácio Papirus**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 147–162, 2017.

ORO, I. M.; KLANN, R. C. Avaliação Da Capacidade De Julgamento & Tomada De Decisão Baseado Nas Normas Internacionais De Contabilidade. **Revista**

Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 16, n. 47, p. 51–68, 2017. DOI: 10.16930/2237-7662/rccc.v16n47p51-68.

PAULA, L.; FOPPA, K. L.; DELLAZZARI, S. C. Finanças comportamentais: análise do comportamento humano sob perspectiva de risco. **Revista Catarinense de Economia**, Florianópolis, v. 3, p. 122–145, 2019. DOI: <https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v3.n1.53>

QUINTANILHA, T. M.; MACEDO, M. A. S. Análise do comportamento decisório sob a perspectiva das heurísticas de julgamento e da teoria dos prospectos: um estudo com discentes de graduação em ciências contábeis. **Revista de Informação Contábil**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 1-24, 2014. DOI: <https://doi.org/10.34629/ric.v7i3.1-24>

SILVA, R. F. M.; LAGIOIA, U. C. T.; MACIEL, C. V.; RODRIGUES, R. N. Finanças Comportamentais: um estudo comparativo utilizando a teoria dos prospectos com os alunos de graduação do curso de ciências contábeis. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 11, n. 33, p. 383-403, 2009. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v11i33.432>

SANTOS, J. O.; BARROS, C. A. S. O que determina a tomada de decisão financeira: Razão ou emoção. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 13, n. 38, p. 7-20, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v13i38.785>

SANTOS, R. R. MACEDO, M. A. S. Análise do Impacto da Ilusão Monetária sobre Alunos de Graduação de Ciências Contábeis. **Pensar Contábil**, v. 14, p. 32-40, 2012.

SEHN, Caroline Lieges. **O Efeito da Aprendizagem sobre a Ocorrência de Vieses Cognitivos na Tomada de Decisão sob Incerteza**. 2019. [S. l.], 2019.

SHILLER, Robert J.; ARIJÓN, Teresa. **Exuberância irracional**. Turner, 2003.

SILVA, S. E. S. P.; COSTA, S. T. F.; SILVA, C. R. A evolução da escrituração contábil à era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal: Desafios dos contadores no cenário atual. **Revista Saber Eletrônico On-line**, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 19–56, 2017.

SILVA, R. F. M.; LAGIOIA, U. C. T.; MACIEL, C. V.; RODRIGUES, R. N. Finanças comportamentais: Um estudo comparativo utilizando a teoria dos prospectos com os alunos de graduação do curso de ciências contábeis. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, [S. l.], v. 11, n. 33, p. 383–403, 2009. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v11i33.432>

SIMON, H. **Administrative Behavior**. 2. ed. New York, 1957.

SWEIS, B. M.; ABRAM, S. V.; SCHMIDT, B. J.; SEELAND, K. D.; MACDONALD III, A. W.; THOMAS, M. J.; REDISH, D. Sensitivity to "sunk costs" in mice, rats, and humans. **Science**, [S.l.], v. 361, n. 6398, p. 178-181, 2018. DOI: 10.1126/science.aar8644

THALER, R. H. Mental Accounting and Consumer Choice. **Marketing Science**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 199-214, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1287/mksc.4.3.199>

THALER, R. H. Mental Accounting Matters. **Journal of Behavioral Decision Making**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 547-559, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0771\(199909\)12:3<183::AID-BDM318>3.0.CO;2-F](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0771(199909)12:3<183::AID-BDM318>3.0.CO;2-F)

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases.

Science, [S. l.], v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974. DOI: 10.1126/science.185.4157.1124.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. The framing of decisions and the psychology of choice. **Science**, [S. l.], v. 211, p. 453-458, 1981.


VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **Theory of games and economic behavior**. Princeton university press, New Jersey 2ed. 1953.

ZANETTA, A. Influência de Aspectos da Racionalidade e da Personalidade Sobre a Ocorrência da Ilusão Contabilidade Mental. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 26, 2016. DOI: 10.20946/rad.v18i3.23971.

Uma análise da concessão do PRONAMPE para microempresa: Um estudo de Caso na Empresa Motor Bom em Belém-PA

Antônio Renato Bezerra Noronha

*Administrador, Contador e Mestre em Administração
Faculdade Estácio Ananindeua Shopping Metr pole Ananindeua - PA*

ORCID : 0000-0002-3762-8403

E-mail: renoronhab@yahoo.com.br

José Moraes Pereira Junior

Mestrando em Administra o - UNAMA

E-mail: josupereira.jr@gmail.com

Diana Cruz Rodrigues

Doutora em Administra o UNAMA

E-mail: diana.cruz@unama.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo demonstrar as contribui es e os limites do crédito como uma ferramenta na análise da Política monetária do Programa Nacional de Apoio  s Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) no fortalecimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Esta pesquisa se caracteriza por ser qualitativa e descritiva, pois foi aplicado um questionário semiestruturado aberto para identificar fatores que corroborassem na análise, além de descrever a perspectiva do empreendedor que obteve acesso ao crédito e como técnica de análise, optamos pela técnica de análise de conteúdo. Por fim, entendemos que a proposta da política pública PRONAMPE garante a perpetuidade e desenvolvimento das empresas que obt m acesso ao crédito. Os resultados encontrados corroboram a perspectiva dessa perpetuidade uma vez que seus benefícios e burocracias relacionados ao crédito disponibilizado pela política pública monetária pesquisada.

Palavras-Chave: Política Pública. PRONAMPE. Crédito. Micro e Pequenas Empresas. Empreendedorismo.

ABSTRACT

This article aims to expose the contributions and limits of credit as a tool in the analysis of the PRONAMPE monetary policy in the strengthening and development of micro and small companies. This research is characterized by being qualitative and descriptive, as an open semi-structured questionnaire was applied to identify factors that corroborated the analysis, in addition to describing the perspective of the entrepreneur who obtained access to credit and as an analysis technique, we opted for the content analysis technique. Finally, we understand that the proposed public policy PRONAMPE guarantees the perpetuity and development of companies that obtain access to credit. The results found corroborate the perspective of this perpetuity since its benefits and bureaucracy related to the credit made available by the researched public monetary policy.

Keywords: Public Policy. PRONAMPE. Credit. Micro and Small Enterprises. Entrepreneurship.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil está entre os dez países com mais empreendedores do mundo. De acordo com os pesquisadores do *Global Entrepreneurship Monitor - GEM* (2019) esses números estão aumentando nos últimos anos, principalmente devido à escassez de empregos formais, além dos efeitos da pandemia no mundo dos negócios o que acelerou esse empreendedorismo. O principal movimento do empreendedorismo no Brasil é o por necessidade. Sobre a intenção empreendedora, pode-se observar diversos estudos (BARBOSA et al., 2020; FROTA; BEZERRA; MARTINS, 2022) sobre identificar fatores e motivações que afetam a intenção empreendedora e o impacto de empreender.

O cenário econômico é dividido entre instabilidades, burocracias, dúvidas, incertezas e ausência de emprego formal, o que leva a população brasileira a buscar novas oportunidades de geração de renda. Há oportunidades de se empreender em determinados locais, ação que é incentivada por diversas ou por uma necessidade pessoal e, é a partir dessas necessidades que surge a possibilidade, a ideia e a descoberta de inúmeras oportunidades de negócios que podem ser desenvolvidas por um empreendedor local ou de outra região (LAM; HARKER, 2015; CACCIOTTI; HAYTON, 2015).

Entretanto, Pinheiro e Neto (2019) apontam que diversas micro e pequenas empresas fecham seus negócios precocemente, interrompendo as suas atividades e/ou descontinuando o sonho de ser empreendedores formais e informais. De acordo com os autores, dentre as principais dificuldades encontradas nas micro e pequenas empresas, é a escassez de recursos e a má gestão os principais fatores que, limitam as relações comerciais com fornecedores, agentes bancários e parceiros de negócios, impossibilitando o financiamento das atividades de curto, médio e longo prazo.

Em complemento, Silva, Barros e Gonçalves (2019) relatam que os principais motivos de elevados índices de mortalidade é frequentemente tema de pesquisas, que em sua maioria mostram resultados ligados a gestão, a falta de planejamento que ocorre de forma pouco estruturada, sinalizando que os empresários desenvolvem as atividades de forma empírica sem, contudo, definir objetivos e metas de ação de curto e longo prazos.

As instituições financeiras são criteriosas e burocráticas no fornecimento de recursos financeiros como o microcrédito, empréstimos e financiamentos e por conta disso, milhares de micro e pequenas empresa estão descontinuando o volume de ações e até encerrando as suas atividades formais e informais. O mercado de serviços financeiros, crédito e empréstimos é mundialmente desenvolvido e, há diversas formas de se oportunizar essas ferramentas a empreendedores de micro e pequenas empresas.

O auge desse desenvolvimento se deu em 2008, porém no Brasil sua expressividade é insuficiente, pois, ao invés de facilitar, expandir e criar formas que facilite o acesso ao crédito, as instituições estão burocratizando ao acesso a essa ferramenta. As maiores dificuldades encontradas são: exigência de inadimplência junto a instituições financeiras, cobranças abusivas de taxas de juros – a exemplo, existem cobranças de quase cinquenta por cento no empréstimo, que são reconhecidas como uma das mais altas do mundo; além disso, fazem várias exigências pessoais e empresariais (como regularização empresarial) e burocracias contratuais para conceder o acesso ao crédito. Esses fatores são vistos como inibidores ao empreendedorismo e expostos pelos empreendedores, fato é que desacelera o crescimento e o desenvolvimento do país, além de criar fortes barreiras

à obtenção de crédito por parte das empresas brasileiras, principalmente as de Micro e Pequenas Empresas (MPE) (ASSAF NETO, 2018).

Segundo o estudo realizado pelo Banco Central (2018) sobre a concessão de crédito no mercado brasileiro, ao analisar a evolução do saldo da carteira de crédito e relacioná-lo às novas concessões por porte das empresas, observou-se que houve um aumento no número de concessões e no volume de recursos destinados às grandes empresas, sendo de 3,4% em relação a 2017, enquanto para as MPEs foi de 2,7%. Em 2019, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2019), não houve mudanças significativas nesses percentuais.

No Brasil o governo instituiu uma política monetária através da Lei nº 14.161 de 02 de junho de 2020. O PRONAMPE - Programa Nacional de apoio às Microempresas e empresas de Pequeno Porte - é um programa governamental voltado para o desenvolvimento de pequenos negócios. É uma linha de crédito para empréstimo e financiamento, ou seja, um apoio ao empreendedorismo em todo o território nacional e de combate ao encerramento precoce de micro e pequenos empreendedores.

Assim, considerando os aspectos da política monetária, se faz necessário, conhecer e avaliar as perspectivas dessa linha de crédito na visão de micro e pequenas empresas, a fim de conhecer e fortalecer o debate na região sobre empreendedorismo e política pública. Sob essa perspectiva, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: A Política monetária PRONAMPE contribui para o fortalecimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas?

Este estudo visa contribuir na análise da concessão de crédito por meio de uma política monetária para a sociedade empresarial, propiciando um debate local e regional para valorizar e fortalecer o trabalho de inúmeros empreendedores e dessa forma, contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do empreendedorismo na região de Belém, da sociedade, e grupos empresariais que possam a vir se beneficiar na utilizam dessa ferramenta.

Ademais, os resultados dessa pesquisa, poderão também orientar outros empreendedores, a fim de alcançar resultados mais satisfatórios em seus empreendimentos, visando a sua perpetuidade, permanência competitiva e efetividade na gestão dos negócios, assim como, o poder público avaliando os reflexos e resultados na sociedade. Futuras pesquisas podem garantir e avaliar esses resultados em um espectro mais amplo, de cunho nacional ou em outras regiões do país.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empreendedorismo no Brasil

Os empreendedores brasileiros apresentam inúmeras capacidades, são pessoas corajosas, fortes, persistentes e positivas que, em sua maioria, demonstram essas habilidades em vendas e capacidade de negociação, ou seja, possuindo recursos através do seu próprio negócio, realizam sonhos e objetivos pessoais e profissionais (BRAUM; NASSIF, 2018). O termo empreendedor significa transformar uma realidade na qual se está inserido, trabalhando no seu próprio empreendimento e buscar sucesso nele (FIA BUSINESS SCHOOL. 2019).

Ao analisar o comportamento do empreendedor, Dornelas (2008) relaciona que eles possuem a capacidade de enxergar as oportunidades, ser criativo, inovar, assim, contribuindo na circulação de renda, na qualidade de vida através de seus produtos e serviços. De maneira mais ampla, a pré-disposição é um fator que o empreendedor (indivíduo) tem ou possui através de suas características, habilidades, de cultura e

valores que possibilite ele de identificar problemas e oportunidades de investir recursos e competências na criação de um negócio ou projeto (MENDES, 2017; FIA BUSINESS SCHOOL, 2019).

Segundo o GEM (2018), o empreendedor brasileiro, contemporâneo corresponde em torno de 53,5 milhões de pessoas que estão envolvidas na criação de um empreendimento, consolidando novo negócio ou realizando esforços para manter um empreendimento já estabelecido. Esses milhares de empreendedores que compõe diversos negócios, cerca de aproximadamente 24% são empreendedores iniciais. Esse número pode vir a aumentar em virtude da recessão do mercado nos últimos anos. Em contrapartida, o número de empreendedores existentes vem diminuindo em virtude das burocratizações à regularização, devido as inadimplências, endividamento e falta de direcionamento ou conhecimento sobre o ramo.

Diante do volume de empreendedores no país, surge a necessidade de conhecer as características e a figura do empreendedor. Cabe ressaltar que, na concepção de Filardi, Barros e Fischmann (2014), o empreendedor não possui estereótipo de gestão definido. Existem características que contribuem na identificação e na aprendizagem de cada um deles: liderança, conhecimento, empoderamento, determinação, inovação e habilidade de adaptação.

No Brasil, os empreendedores por necessidade são a grande maioria no país e tornaram donos dos seus próprios negócios por oportunismo, capacidades individuais e ausência do emprego formal e de renda. Segundo a revista GEM (2019) a maioria dos empreendedores que optaram por esse movimento de empreender foi com objetivo de “ganhar a vida porque os empregos são escassos”. Ainda, segundo a pesquisa feita no Brasil e nos países subdesenvolvidos, registraram o maior número de empreendedores que se manifestam pela necessidade, uma vez que ofertam poucas vagas de empregos, possuem baixa escolaridade e não demandam de cursos profissionalizantes aos que querem se tornar empreendedor.

Diante dessa perspectiva, o empreendedor é aquele que identifica oportunidades de negócios, sendo essa característica comum entre os diversos empreendedores, seguido de um espírito inovador que assume riscos e costuma ter visão de crescimento e otimismo para enfrentar o mercado, adequando-se às mudanças quando necessárias e utilizando tecnologias para captar clientes e negócios (MENDES, 2017).

No Brasil, as pequenas e médias empresas são principalmente de estrutura familiar. Ter um membro da família como sócio ou funcionário é a realidade entre a maioria das empresas desse segmento. Segundo a pesquisa do Sebrae (2017), 59% das MPE's brasileiras podem ser consideradas familiares, ou seja, têm um sócio ou funcionário que são da própria família.

2.2 Política Pública: O PRONAMPE

Na Administração existem muitas definições de política pública. Segundo Mead (1995) a define como o campo que analisa o governo e as suas ações na sociedade. Para Lynn (1980) é um programa de efeitos que o governo produz para a sociedade, ainda segundo o autor pode ser política específica para um determinada grupo. Peters (1986) é a soma das atividades do governo que modifica a vida dos cidadãos.

Para Souza (2006) outras definições sintetizam a política pública como a solução de problemas para a sociedade como uma política social, onde o governo analisa, planeja e executa as ações com o objetivo de cooperar e solucionar problemas crônicos da sociedade. Segundo Howlett e Ramesh (2003), ao analisarem a formulação das políticas públicas, afirmam que a natureza dos projetos, dependem

da extensão dos problemas, alguns podem ser pontuais, outros envolvem mudanças substantivas na sociedade, alguns requerem um conjunto de mudanças significativas, os quais demandam mais do que soluções específicas.

No que tange a implementação da política pública é baseada em etapas. Primeiramente, é definido a agenda, definindo temas e metas para serem alcançadas, assuntos do qual o estado pode priorizar não (SOUZA, 2003; CAPELLA, 2006). A segunda fase, é considerada o momento que é realizado a formulação, planejamento, os cidadãos envolvidos e através dessas informações é realizado um levantamento social, econômico com os atores envolvidos (SOUZA, 2003). A terceira fase é o momento prático, em que os planos e projetos são realidades na execução e com isso, as mudanças propostas sendo cumpridas com o planejamento (HILL, VARONE, 2016). Por último, o momento de avaliação do cumprimento da execução, mensurando os resultados da política pública, compreendendo os instrumentos de resultado e de efeitos alcançados, envolvidos na avaliação

O processo de análise de uma política pública é sobretudo, uma avaliação do modelo proposto pelo estado para um público específico. Conforme demonstra D'Ascenzi e Lima, (2016).

É possível definir as políticas públicas a partir da ambição por transformar uma realidade social percebida como inadequada pelo(s) agente(s) que as empreendem. Tratar-se-ia, então, em sua generalidade, de objetivo extremamente ambicioso: a mudança social gerenciada [...].”

Segundo o processo de avaliação de uma política pública, pode ser analisado segundo o desenvolvimento, porque esse assunto surge como um tema central, surgindo em diferentes debates públicos sempre vinculado às necessidades, demandas e desejos do cotidiano dos cidadãos, podendo influenciar positivamente no bem-estar, felicidades e mudança de estilo de vida, esse processo está relacionado como uma mudança social, casa setor da política tem seu objeto de estudo: Ciência, educação, saúde, moradia, políticas de recursos monetário e entre outros (LOTTA, 2019). Como bem definiram Garcia (2001) e Rua (2004), monitoramento constitui um processo sistemático e contínuo de acompanhamento de uma política, programa ou projeto, baseado em um conjunto restrito, mas significativo de informações, que permite uma rápida avaliação situacional e uma identificação de fragilidades na execução, com o objetivo de subsidiar a intervenção oportuna e a correção tempestiva para atingimento de seus resultados e impactos.

Para Januzzi (2013) existem alguns tipos de avaliação de política pública e com base no seu referencial teórico, dentre as principais destaca-se a avaliação de resultados e de impactos. É o processo de avaliação que aborda o cumprimento dos objetivos, desenhos e de elementos sociais, no tempo e no território, avaliando a capacidade de inovação e de mudanças substanciais. Ainda segundo Januzzi (2013) o sistema de avaliação através do monitoramento de um programa, política ou projeto, baseado no conjunto de informações avaliar e identificar as fragilidades da execução de um projeto, possibilitando a correção ou até a intervenção. O monitoramento é avaliação de processos analíticos articulados.

O PRONAMPE é um programa governamental voltado para o desenvolvimento de pequenos negócios instituído pela Lei nº 14.161 de 02 de junho de 2020. É uma linha de crédito cujo objetivo é o financiamento e apoio ao empreendedorismo em todo o território nacional. É uma linha de crédito para capital de giro, investimento, provisão de folha de pagamento, aquisição de estoque e para investimentos em modo geral. O

valor é depositado na conta da empresa e pode ser usado a qualquer momento, mas não pode ser usado para distribuir lucros ou dividendos aos sócios (SEBRAE, 2020).

Nesse empréstimo, os recursos vêm do governo federal e através de uma análise de instituição financeira responsável repassa o valor para o empreendedor e pela assinatura do contrato de financiamento, que executará com os recursos disponíveis. As condições são, taxa de juros máximos ou iguais à SELIC mais 1,25% ao ano, prazo de pagamento de 36 meses e carência de oito meses.

De acordo com Oliveira (2020), medidas anunciadas pelo governo federal e pelo banco central não foram eficazes, pois as linhas de crédito e as taxas de juros muito elevadas e sucessivamente a taxa SELIC acabou aumentando, isso porque as instituições bancárias estão preocupadas com o aumento da inadimplência e devido à instabilidade das tenções econômicas no cenário nacional e internacional. Segundo Souza (2021) o PRONAMPE é uma política monetária que precisa ser ajustada para atender melhor todos os públicos. A política tem que ser eficaz, a pequena permeabilidade dos recursos para microempreendedores é uma realidade, as instituições financeiras usam da burocracia e de análises para dificultar a concessão de crédito.

2.3 O crédito bancário como ferramenta para o crescimento de micro e pequenas empresas

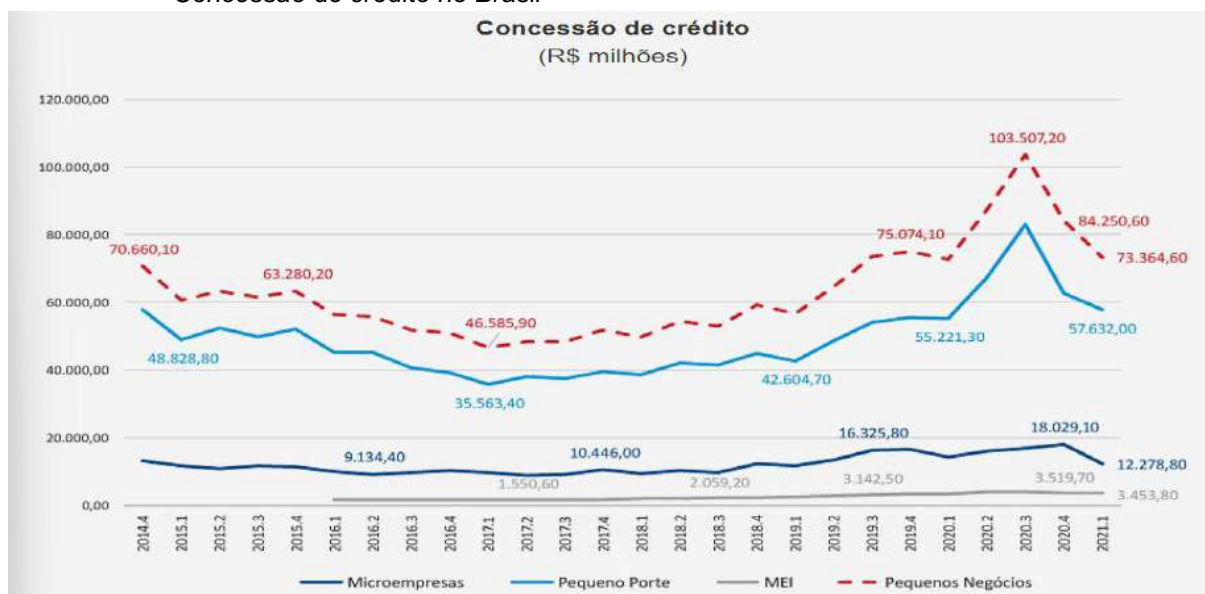
Para Schumpeter (1961), o crédito é um indutor do surgimento de novos empreendimentos, estabelecendo relação direta entre si. Quanto maior a oferta de crédito, maior será o escoamento de recursos, e tal combinação é marcada por uma transferência parcial do poder. Por meio do crédito, os empreendedores vêm destinando parte do recurso para a realização de investimentos e ampliação do estoque, proporcionando condições para fomentar o crescimento dos seus empreendimentos e o fortalecimento das atividades econômicas, que, por sua vez, ampliam o leque de negócios, clientes, fornecedores, produtos e serviços produzidos (DANTAS, 2012).

No contexto corporativo, crédito diz respeito à concessão de recursos financeiros, visando investimentos (FRANÇA, 2017). Na concepção por Boff (2021), o crédito bancário na figura do PRONAMPE é fundamental para o desenvolvimento, contribuindo para a economia dinâmica, o aumento e o crescimento de micro e pequenas empresas, possibilitando aumento de negócios e tornando o crédito como um financiamento da atividade econômica.

Segundo a pesquisa do Sebrae (2021) o crédito ainda é limitado no país e quando se trata para micro e pequenas empresas esse percentual ainda é mais preocupante. Ainda segundo com os dados da pesquisa as micro e pequenas empresas são as que tem menos chances de terem acesso a algum tipo de crédito bancário. E segundo o Sebrae (2019) o alerta é que parte dos recursos tomados por micro e pequenas empresas são utilizados para pagamentos de dívidas ou utilização para fins pessoais, deixando de utilizar para o fim específico do negócio.

A seguir, temos um gráfico 1 da concessão de crédito no Brasil, os dados são do Banco Central, sua elaboração partiu da parceria da Universidade da Califórnia São Francisco (UCSF) e Sebrae Nacional (FGV- IBRE, 2021).

Gráfico 1
Concessão de crédito no Brasil



Nota. Fonte: Desenvolvido por Giovanni Beviláqua com informações do Banco Central do Brasil. Elaboração: UCSF – Sebrae NA.

O que podemos observar é que há um crescimento nos anos de 2018.2 a 2020.3 no volume de recurso disponibilizado para as microempresas, empresas de pequeno porte, MEI e pequenos negócios. É importante ressaltar que no ano de 2021, auge da Covid-19, o governo federal implementou algumas ferramentas que pudessem dar suporte a essas empresas, como as Medida provisória (MP) nº 936, de 1º de abril de 2020 e nº 1.045, de 27 de abril de 2021, que possibilitava a redução da jornada de trabalho com duração de 90 dias em 25%, 50% e ou 70% às empresas, além da suspensão do contrato de trabalho com a garantia de pagamentos de salários em até 120 dias, respectivamente. É possível notar que a diminuição no volume de recurso disponível se deu pelo auge do pico pandêmico que se deu nos anos de 2020 a 2021 e, mesmo com as adversidades da Covid-19, ainda assim, houve manutenção, apoio e assistência aos setores mais atingidos.

A seguir, temos a tabela 1, com as informações de concessão de crédito para pequenos negócios por segmento concedente. Uma elaboração do Sebrae Nacional com os dados de 2019 e 2020, disponibilizados em junho de 2021 (FGV- IBRE, 2021).

Tabela 1
Volume de recursos disponibilizados por segmento concedente no Brasil
(mei, microempresas e empresas de pequeno porte) – valores em R\$

Segmento Concedente	2019	%	2020	%
Agência de Fomento	9.370.490.203	3,35	12.815.236.682	3,57
Banco Múltiplo e Comercial	189.957.623.140	67,98	227.657.315.224	63,34
Bancos Federais	33.062.137.448	11,83	57.639.016.588	16,04
Cooperativa de Crédito	41.329.652.244	14,79	54.325.340.993	15,12
Sociedade de Crédito Direto	1.195.001	0	6.148.272	0
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	4.868.956.657	1,74	4.771.892.829	1,33
Outros	834.530.240	0,3	2.178.462.636	0,61
Total	279.424.584.934	100	359.393.413.225	100

Nota. Fonte: Desenvolvido por Giovanni Beviláqua com informações do Banco Central do Brasil. Elaboração: UCSF – Sebrae NA.

Em acordo com a tabela 1, percebe-se que houve um aumento no volume de recurso disponibilizados por segmento concedente, ou seja, por intermédio das agências de fomento, bancos federais, múltiplos e comerciais; cooperativas de crédito, sociedade de crédito direto, de financiamento e investimento, além de outras instituições concederam recursos para perpetuar o funcionamento das microempresas, empresas de pequeno porte e MEI. Incentivando que esses empreendedores pudessem continuar acreditando, assim, garantindo emprego, renda, qualidade de vida e beneficiando a economia nos anos de 2019 e 2020.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, obteve-se essa abordagem para entender a política monetária PRONAMPE como uma ferramenta que fomenta o fortalecimento e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Além, desse percurso, contribuir com a investigação de forma subjetiva com aplicações conceituais e com as experiências do entrevistado acerca do fenômeno investigativo. Para Flick (2008), a pesquisa qualitativa permite conhecer o mundo, sobretudo por entender, descrever e até explicar os fenômenos da sociedade.

A presente pesquisa objetiva-se em analisar a política monetária PRONAMPE como ferramenta que promove o crescimento de micro e pequenas empresas, para isso, esse estudo delimitou-se em uma empresa do ramo automotivo, localizada na cidade de Belém-PA.

A pesquisa é descritiva, pois os fatos são analisados sem manipulação, a fim de descrever a visão do gestor e proprietário da empresa sobre o problema investigativo. No que se refere aos procedimentos, caracteriza-se como um estudo de caso.

Nesta pesquisa, utilizou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada aberta, compondo 10 questões abertas, mas não se limitando apenas a elas. A entrevista foi direcionada ao gestor proprietário da referida empresa; Motor bom, a fim de identificar a sua experiência e compreensão com relação ao acesso de crédito por meio de uma política pública - PRONAMPE. A entrevista teve duração aproximada de 30 minutos, realizada no estabelecimento comercial da empresa.

Ainda segundo Yin (2015), essa técnica de coleta de dados proporciona a interação entre entrevistado e pesquisador e, também contribui para o resultado dos fenômenos investigativos, pois, através das respostas o pesquisador pode perceber as experiências, contribuições, e fatores importante que corrobore na construção do objeto investigado.

No tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977). Tal técnica se define como um conjunto de procedimentos de análise que visa alcançar, por meio de procedimentos sistemáticos, o conteúdo das mensagens, permitindo a inferência das informações que envolvem a comunicação, objetivando, com isto, identificar o que está sendo dito sobre determinado tema (VERGARA, 2008). Por fim a entrevista, foi transcrita em word e analisada em categorias, a primeira buscou analisar a forma que este empreendedor utilizou o recurso e a segunda, buscou observar seu entendimento sobre a política pública PRONAMPE, com o objetivo de correlacioná-las ao referencial teórico desse estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da entrevista realizada com o diretor e proprietário da empresa Motor bom observou-se, alguns aspectos que ainda carecem de melhoria na política monetária do PRONAMPE. Dentre os principais elementos destacam-se a burocracia e a limitação de recurso disponível por parte da instituição financeira em conceder o crédito. Essa realidade está de acordo com a pesquisa de Assaf Neto (2018) que afirma sobre a existência de inúmeras dificuldades dos microempreendedores em tomar recurso, principalmente pelo processo rigoroso das instituições financeiras. Conforme destaca-se por meio da fala do entrevistado:

É muito fácil o governo fazer propaganda e dizer que tem dinheiro pra microempreendedor e na hora ser dificultoso a liberação do dinheiro. A primeira vez que tentei não consegui, me disseram que já tinha acabado e só consegui na segunda vez, tive que trazer todos os documentos novamente e fazer cadastro pra tentar” (gestor proprietário, 2022).

A partir da entrevista realizada para realização da pesquisa, constatou-se que ainda existem alguns pontos importantes a serem implementados através do PRONAMPE. A falta de visibilidade e divulgação é um fator que limita a circulação de recursos entre micro e pequenos empreendedores além disso, de acordo com o relato da experiência do empresário, o mesmo, gostou e aprovou esse tipo de projeto que fomenta o crescimento de micro e pequenas empresas. Essa realidade está de acordo com o processo de análise das políticas públicas implementadas por Hill, Varone (2016) que relata que toda política pública é uma relação social que precisa ser analisada e ajustada, de acordo com a experiências vivenciadas e precisam ser reanalisadas, quando não atendem de forma eficiente. Conforme destaca-se por meio da fala do entrevistado:

A minha experiência com esse tipo de programa foi a primeira vez, nunca tinha tentado antes e nem sabia que tinha esse tipo de projeto, eu vim saber porque o gerente do banco me ligou e gostei que o governo pode ajudar nós” (gestor proprietário, 2022).

Olha, eu nem tinha mais confiança de alcançar esse crédito, porque da primeira vez não consegui, então eu já estava sem confiança, me perguntando assim: Será que o governo vai da dinheiro pra pobre? Né” (gestor proprietário, 2022).

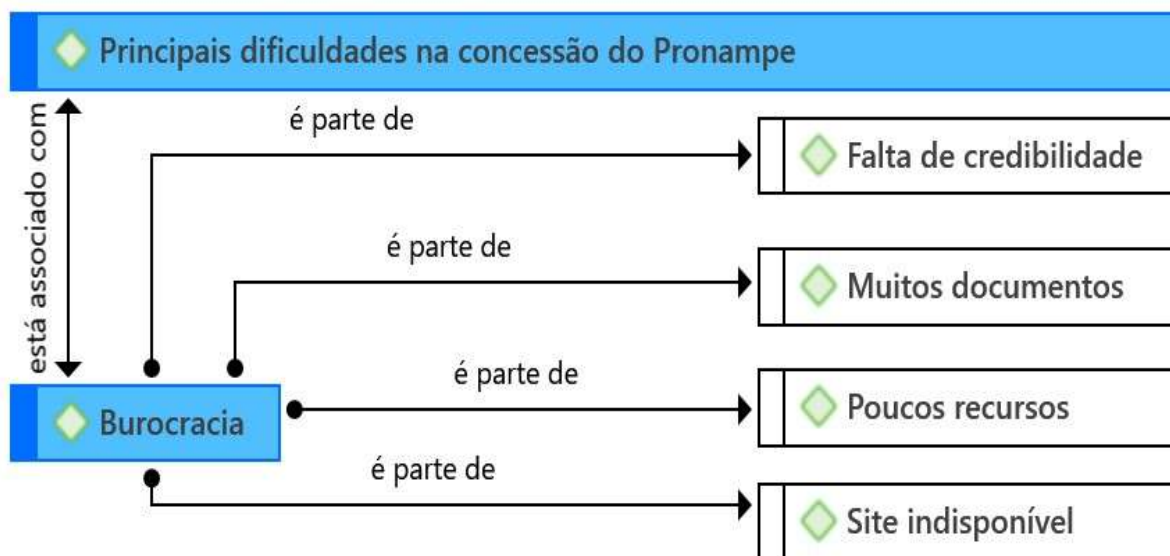
Ainda de acordo com a entrevista, constatou-se que o PRONAMPE ainda é um recurso limitado, pois é um projeto sazonal e não está em funcionamento ao longo do ano. O governo libera, de acordo com a política monetária expansionista que pode ocorrer em algum determinado momento do ano. Conforme destaca-se por meio da fala do entrevistado:

A primeira vez eu não consegui, porque já tinha acabado. Eu consegui agora 15 mil reais não dá pra fazer tudo. De toda forma, o dinheirinho é sempre bem-vindo” (gestor proprietário, 2022).

O fluxograma 1 apresenta as principais dificuldades na concessão de crédito do PRONAMPE nesse estudo.

Fluxograma 1

Principais dificuldades na concessão do PRONAMPE



Ainda de acordo com as principais dificuldades na concessão de crédito, observou-se que para o processo de obtenção do crédito, é necessário apresentar documentos pessoais e da empresa, assim como, demonstrar capacidade de pagamento e todos os demais documentos, conforme exigido por lei. Além da documentação identificada como o processo delongado, o site do governo e da instituição apresenta lentidão, ou seja, existe apenas um único link a nível nacional para atender pessoas interessadas em tomar o recurso.

Foram muitos documentos que entregamos e fora que é um processo que a gente não tem como acompanhar, retorno. O site é muito lento, tem de ficar tentando” (gestor proprietário, 2022).

Ainda sobre a pesquisa de campo realizada, constatou-se alguns benefícios em tomar crédito pela ferramenta PRONAMPE. A política de monetária expansionista de crédito instituído para apoiar micro e pequenos empreendedores, de fato, vem fomentando o crescimento e a continuidade dos negócios, principalmente consolidando novas oportunidades de aumentar estoque e com o recurso próprio, consegue criar um relacionamento de melhores preços e demandas com os fornecedores. Essa realidade está de acordo com a pesquisa realizada por Boff (2021) que afirma a importância do crédito para gerar riquezas e crescimentos. Essa realidade encontra-se em destaque por meio da fala do entrevistado:

A minha experiência é ótima, eu consegui pegar o dinheiro, empregar, fiz investimentos e hoje, vendo muito mais, comprei mais mercadorias, ajetei meu ponto, tenho mais clientes e consegui comprar mercadoria melhor de preço agora do que antes, porque tu sabe né o cara que tem dinheiro na mão, consegue fazer negócio” (gestor proprietário, 2022).

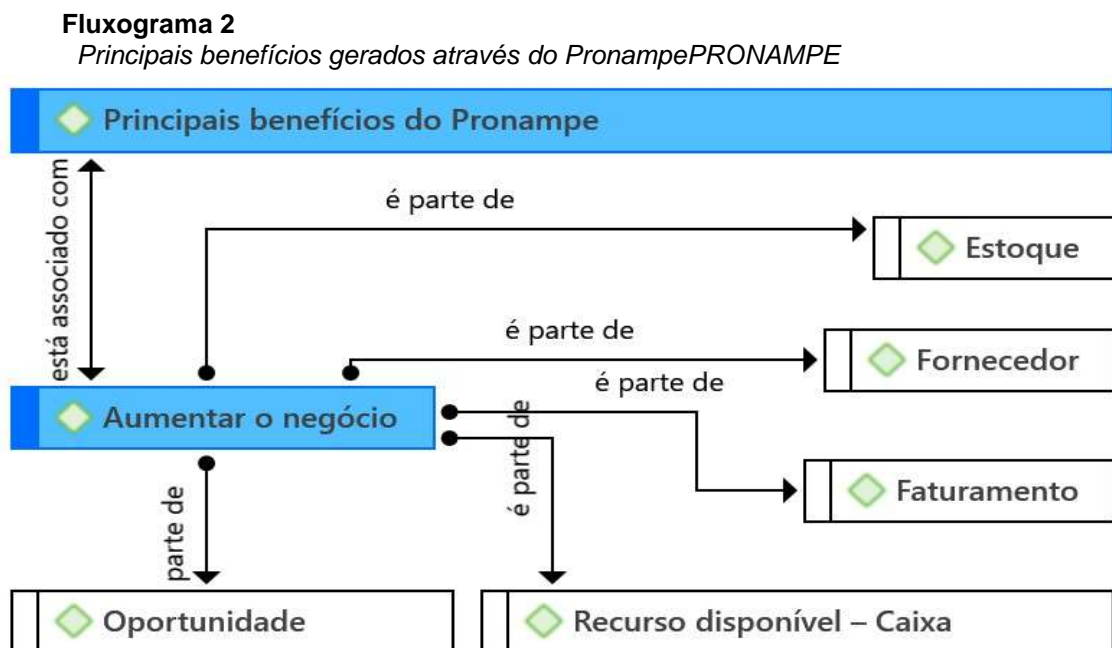
Eu me sinto muito melhor hoje, né? Tenho mais dinheiro, consegui comprar meu carro, ajetei minha casa e isso só foi possível porque consegui investir e ter mais mercadorias” (gestor proprietário, 2022).

Ao longo da entrevista realizada, constatou-se alguns pontos principais do benefício do crédito PRONAMPE, dentre eles, segundo o entrevistado é a oportunidade concedida que através de recursos disponíveis no caixa, possibilita novos investimentos e que por sua vez, aumentaram a venda, o faturamento e a vida social do empreendedor. Essa relação da política pública como uma mudança social está de acordo com a pesquisa de Jannuzzi (2013) que enfatiza que as mudanças públicas devem atender os cidadãos com mudanças conjunturais econômicas e sociais, melhorando, aproximando e aprimorando a qualidade de vida das pessoas envolvidas. Essa relação está de acordo com a fala dos entrevistados, conforme abaixo:

Hoje, sou mais feliz, porque tenho a minha realização profissional e consigo da uma vida melhor pra minha família através do meu trabalho e por ter tido acesso ao PRONAMPE” (gestor proprietário, 2022).

Eu vendo muito mais hoje, faturó 70% mais que antigamente e com isso aumentei e ampliei meu negócio e compro, vendo, faço negócio, né? Ajudou muito sim” (gestor proprietário, 2022).

De acordo com a entrevista realizada, realizou-se o fluxograma 2 que apresenta de forma sintetizada os principais efeitos gerados pelo PRONAMPE:



Há uma série de qualidades e características são apresentadas acima, logo, de forma mais clara pontuamos alguns que empreendedor deve possuir para que seu empreendimento seja notório e eficiente, ao ponto de garantir benefícios futuros e bem-estar (BAGGIO *et al.*, 2014). Desta forma identifica-se abaixo algumas dessas qualidades e características do empreendedor brasileiro.

1. Otimismo, que é a crença, acreditar que seu negócio irá dar certo;
2. Autoconfiança, semelhante ao otimismo, é a capacidade do indivíduo de acreditar em si mesmo, em seus conhecimentos, talentos e opiniões;
3. Coragem de aceitar correr riscos, é preciso saber lidar com possíveis perdas e entender que como qualquer negócio este corre riscos;

4. Desejo de protagonismo, é a capacidade de reinventar-se e ter desejo do reconhecimento, tomar as próprias decisões da sua vida e ser pleno;

5. Resiliência e perseverança, é sem dúvidas as capacidades mais desafiadoras, não desistir facilmente e sempre que possível superar desafios e ir até o fim em busca dos objetivos.

Segundo Baggio et al, (2014) existe também uma serie de capacidades que o empreendedor deva possuir ou ao menos entender, estes são:

1. Fazer e entender de fluxo de caixa;

2. Formular planejamento financeiro e de marketing para seus produtos e/ou serviços;

3. Fazer gestão de estoque e principalmente de pessoas (pessoas capacitadas gera desenvolvimento do negócio);

4. Estruturar ou definir uma política de benefício/bonificação e buscar sempre capacitação complementar como, cursos.

É possível perceber que a partir do acesso ao crédito PRONAMPE este empreendedor obteve melhores condições de vida, tanto relacionado ao seu empreendimento quanto relacionado a sua vida pessoal. Este fato claramente entra em conformidade com o objetivo desse artigo, onde, através da ferramenta PRONAMPE podemos perceber o fortalecimento e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, e em especial a Motor Bom.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados dessa pesquisa, entendemos que o crédito disponibilizado pela política pública PRONAMPE apresenta potencialidades significativas de fomento a perpetuidade e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Essas potencialidades são evidentes nos trechos expostos no artigo, portanto é de se considerar que a implementação desta política econômica causa reflexos positivos no dia a dia de organizações e na vida pessoal de seus usuários.

Por tanto, concluímos que apesar das limitações apresentadas serem burocráticas ao ponto de vista analítico, estas por sua vez, poderão ser ajustadas ao longo do curso de implementação da política pública monetária. No âmbito do alcance de seus benefícios, entendemos que os exemplos relacionados nesta obra não representam a sua totalidade. Uma vez que este trabalho objetivou expor a realidade de acesso ao crédito PRONAMPE de um empreendedor.

Um dos fatores que são levados em consideração para que haja objetividade e eficiência no processo de concessão deste recurso é a centralização do acesso ao crédito por parte dos agentes do banco, pois, a partir da expertise destes agentes em buscar características empreendedoras em seus clientes, acabam corroborando para o desenvolvimento do empreendimento destes. Também é importante considerar que essa centralidade pode apresentar um aspecto de conveniência em se conceder o recurso uma vez que esses empreendedores são solicitados a disponibilizar seu interesse no crédito.

Para futuras pesquisas, ao analisar o PRONAMPE, sugere-se que sejam aumentado o escopo de investigação, logo, é possível também expandir esta análise a um número maior de amostra, ou seja, mais empreendedores, e até uma pesquisa regional pode ser elaborada sobre o impacto dessa ferramenta no desenvolvimento regional, social e econômico.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. *Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- BEVILÁQUA, G. “**Volta do Pronampe e diversificação de operadores pode garantir estabilidade na oferta de crédito a pequenos negócios**”. 2021. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/volta-do-pronampe-e-diversificacao-de-operadores-pode-garantir>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- BOFF, K, C. **Desafios na gestão de capital de giro das micro e pequenas empresas no atual cenário da pandemia da covid-19**. 2021.
- CACCIOTTI, G.; HAYTON, J. C. Medo e empreendedorismo: Uma revisão e agenda de pesquisa. *International Journal of Management Reviews*, v. 17, n. 2, pág. 165-190, 2015.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, p. 87-124, 2007.
- D’ASCENZI, L.; LIMA, L. L. Pós-modernidade e gestão estratégica: implicações para as políticas públicas. **NAU Social**, v. 7, n. 13, 2016.
- DANTAS, D. W. M. O IMPACTO DO MICROCRÉDITO NA EXPANSÃO DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS: análise do Programa Amazônia Florescer, na cidade de Ananindeua.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- BRAUM, L. M. S.; NASSIF, V. M. J. Estrutura intelectual da produção científica sobre propensão ao empreendedorismo: Uma análise à luz das citações. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 3, pág. 422-468, 2018.
- EMPREENDEADORISMO: o que é, vantagens e como se tornar um empreendedor. 2021. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/empreendedorismo/>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- FILARDI, F.; BARROS, F. D.; FISCHMANN, A. A. Do homo empreendedor ao empreendedor contemporâneo: evolução das características empreendedoras de 1848 a 2014. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 13, n. 3, p. 123-140, 2014.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed Editora, 2008.
- FRANÇA, A. L. C. *et al.* Disponibilidade de crédito e desenvolvimento regional. 2017.
- FROTA, L. A. A.; BEZERRA, S. Q.; MARTINS, T. A.P. Intenção Empreendedora de Estudantes de Gestão Brasileiros e a Possível Crise Econômica Causada Pela Pandemia de Covid-19. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 8, n. 2, p. 77-95, 2022.
- GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da Ação Governamental**. Textos para discussão, Brasília, n. 776: IPEA, 2001.
- GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **GEM (2019-2020). Empreendedorismo no Brasil – GLOBAL REPORT**. 2019. Disponível em:

<https://datasebrae.com.br/wpcontent/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em: 09.08.22.

INICIATIVA Empreendedora: o que é, vantagens e como desenvolver. 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/iniciativa-empreendedora/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

HILL, M. J.; VARONE, F. **The public policy process**. 7th ed. London: Routledge, 2016.

HOWLETT, M. Policy instruments, policy styles and policy implementations, national approaches to theories of instrument choice. **Policy Studies Journal**, v. 19, n. 2, p. 1-21, 1991.

JANNUZZI, P. M. Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 5, p. 4-27, 2013.

LAM, W.; HARKER, M. J. Marketing and entrepreneurship: An integrated view from the entrepreneur's perspective. **International Small Business Journal**, v. 33, n. 3, p. 321-348, 2015.

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, p. 11-38, 2019.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENDES, F. S. S. **Desafios do empreendedor brasileiro**. 2017. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Cuiabá, 2017.

MONTEIRO, Solange. Me dá um dinheiro aí?. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 76, n. 07, p. 37-45, 2022.

OLIVEIRA, C. S. A COVID-19 e o impacto econômico nas micro e pequenas empresas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 10, pp. 39-56. junho de 2020. ISSN: 2448-0959.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PINHEIRO, J. F. D.; NETO, M. N. F. Fatores que contribuem para mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 11107-11122, 2019.

RUA, M.G. A avaliação no ciclo da gestão pública. Apostila do curso de Especialização em políticas públicas da Educação com Ênfase em monitoramento e Avaliação – MPA. ENAP. MIMEO, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 1961

SEBRAE. **Em cinco anos, número de pequenos negócios crescerá 43%**. 2017. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/em-cinco-anos-numero-depequenos-negocios->

crescera43,608b10f0fc10f510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 09 Ago. 2022.

SILVA, A. R. P. E; BARROS, Z. A. C.; GONÇALVES, T. J. DE C. MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UM RESGATE DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS. **Revista Paraense de Contabilidade - RPC** , v. 4, n. 1, p. 40-58, 21 fev. 2022.

SOUZA, A. G. O IMPACTO DA PANDEMIA NA CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2021.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

VERGARA S.C. **Método de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, Robert K. **Qualitative research from start to finish**. Guilford publications, 2015.


Nível de Conformidade e Convergência Contábil Perante a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): uma análise do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Maria Elza da Silveira Barros Galliza de Lima

Centro Universitário Internacional
R. da Aurora, 885 - Boa Vista, Recife - PE, 50050-910
E-mail: mebarros@tce.pe.gov.br

Beatriz da Silva Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina
R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900

ORCID : 0000-0002-8591-2433
E-mail: beatriz.silva.p@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a evolução do nível de atendimento aos normativos contábeis informadas nas prestações de contas dos 184 municípios de Pernambuco, a partir de três levantamentos bienais elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, por meio do índice denominado ICCPE (Índice de Convergência e Consistência Contábil), que estabelece um *ranking* dos municípios estruturando-os em cinco níveis de atendimento às normas contábeis. Dos três levantamentos, observa-se uma crescente melhoria nas notas de convergência, destacando-se, do comparativo dos ICCPE de 2021 e de 2019, que houve uma redução de 71% para os municípios enquadrados nos níveis Crítico ou Insuficiente; certa constância de 59% dos municípios no nível Moderado, além do crescimento de mais de 22% dos municípios enquadrados no nível aceitável. Diante dessa experiência exitosa, sugere-se que outros Tribunais de Contas apliquem este modelo de levantamento, como forma de contribuir para um adequado monitoramento, no tocante ao atendimento das normas contábeis das unidades jurisdicionadas, propiciando maior eficiência e transparência na gestão pública. Sugere-se, ainda, que o Conselho de Contabilidade seja cientificado desses levantamentos, de forma que possam acompanhar e cobrar melhorias na atuação dos contadores responsáveis pela elaboração das prestações de contas com notas de ICCPE classificadas nos níveis Insuficiente e Crítico.

Palavras-Chave: Contabilidade. Consistência. Convergência. ICCPE. Tribunal de Contas de Pernambuco.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the evolution of the level of compliance with the accounting regulations reported in the rendering of accounts of the 184 municipalities of Pernambuco, based on three biennial surveys prepared by the Court of Auditors of the State of Pernambuco, through the index called ICCPE (Index of Convergence and Accounting Consistency), which establishes a ranking of municipalities, structuring them into five levels of compliance with accounting standards. Of the three surveys, there is a growing improvement in the convergence scores, highlighting, from the comparison of the 2021 and 2019 ICCPE, that there was a 71% reduction for municipalities classified as Critical or Insufficient; certain constancy of 59% of the municipalities in the Moderate level, in addition to the growth of more than 22% of the municipalities classified in the acceptable level. In view of this successful experience, it is suggested that other Courts of Accounts apply this survey model, as a way of contributing to adequate monitoring, regarding compliance with the accounting

standards of the jurisdictional units, providing greater efficiency and transparency in public management. It is also suggested that the Accounting Council be made aware of these surveys, so that they can monitor and demand improvements in the performance of the accountants responsible for preparing the rendering of accounts with ICCPE grades classified as Insufficient and Critical.

Keywords: Accounting. Consistency. Convergence. ICCPE. Court of Auditors of Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal é considerada como um dos mais importantes normativos da administração pública, porque se traduziu como um marco na evolução do direito financeiro no Brasil, considerando que, a partir de sua edição, o país passou a experimentar um novo regime de administração dos recursos públicos, denominado Gestão Fiscal Responsável e Transparente, que está assentado em quatro pilares: planejamento, transparência, controle das contas públicas e responsabilização. Pertinente às exigências que a LRF remete à contabilidade pública, destacam-se os arts. 50 e 51, que tratam da escrituração e consolidação das contas.

Já a contabilidade, especificamente, a Contabilidade Pública, fornece para o administrador público as informações necessárias e atualizadas para a tomada de decisões e correto cumprimento da legislação. Segundo Bezerra Filho (2021, p. 02) a contabilidade Pública (CASP) “é o ramo da ciência contábil que adota, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, deve controlar os fenômenos relacionados com orçamento público, custos e controles de atos potenciais que possam impactar o patrimônio no futuro e outros controles financeiros, legais e/ou gerenciais, necessários ao bom desempenho da gestão pública, transparência e controle da sociedade.”

Em virtude do disciplinamento contido nos arts. 50 e 51 da LRF, em 2008, foram publicadas as primeiras normas elaboradas com base no padrão internacional, com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública (NBCASP) com a publicação da Portaria MF nº 184/2008, do Decreto nº 6.976/2009 e do Manual de Contabilidade Pública (MCASP). Importante frisar que este último estabeleceu o novo plano de contas a ser aplicado nas contabilidades de todos os órgãos da administração pública brasileira, coligando, também, aperfeiçoamento dos atuais demonstrativos contábeis, previstos na Lei Federal nº 4.320/1964, e inserindo outros, tais como: a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

Neste contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Como está a evolu o do nível de atendimento e conformidade às normas e procedimentos contábeis por parte dos municípios pernambucanos? Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o progresso do nível de convergência e consistência das normas contábeis dos municípios pernambucanos, nas presta es de contas dos prefeitos, frente ao disciplinamento contido no art. 12, parágrafo único da Portaria - STN 634/2013 c/c os arts. 50 e 51 da LRF, a partir de três levantamentos elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco que realiza, bienalmente, um diagnóstico por meio do  ndice de Convergência e Consistência Contábil - ICCPE, elaborado para acompanhar e verificar o grau de implementa o pelos municípios pernambucanos, referente às exigências normativas estabelecidas pela Secretaria do

Tesouro Nacional, no tocante à adoção no padrão recomendado pelo Manual de Contabilidade Pública (MCASP), que dispõe sobre o Plano de Contas (PCASP).

Justifica-se o estudo por possibilitar, conhecer e avaliar, por meio do ICCPE, como está o processo de cumprimento da legislação da contabilidade pública pelas prefeituras pernambucanas, bem como, verificar as ações implementadas pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, como órgão fiscalizador da LRF e dos normativos contábeis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Elaborou-se este referencial teórico com a finalidade de trazer conceitos e definições importantes para o desenvolvimento do trabalho, referente à Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), às Normas Brasileiras aplicadas ao Setor Público (NBCASP), ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

A contabilidade pública brasileira passa por um momento de renovação estrutural efetiva e de indispensáveis atualizações daí decorrentes. O foco no patrimônio público, a transparência das informações como indutor de controles e a necessidade de consonância às normas internacionais da *International Federation of Accountants* (IFAC) constituem os vetores centrais desse desafio. (BEZERRA FILHO, 2021).

Um marco considerável para a história da Contabilidade Pública no Brasil foi a criação da Lei nº 4.320/1964, que surgiu num contexto de reorganização e reforma da administração pública, dispendo no artigo 85 que os serviços de contabilidade são organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Importante frisar a mudança do enfoque contábil que, a princípio essencialmente orçamentário, volta-se agora para uma contabilidade pública patrimonial, com a adoção obrigatória do regime de competência para receitas e despesas públicas.

Sendo assim, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é o ramo da Ciência Contábil que tem como finalidade principal a manutenção e controle do patrimônio público, com regras e princípios utilizadas pelas entidades de Direito Público. Além disso, acompanha a execução do orçamento, a arrecadação de receitas e execução das despesas e controla tudo àquilo que está relacionado com o Orçamento Público.

Outro fator que impactou a CASP foi a exigência de consolidação nacional das contas públicas trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), competência exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esse processo teve início em 2007 com a origem do Comitê Gestor da Convergência - CGC, com a finalidade de traçar um plano de ação e implantar o processo de consonância das normas brasileiras às normas internacionais nas áreas de auditoria, contabilidade pública e assuntos regulatórios. Esse Grupo Técnico teve a missão inicial de traduzir e validar as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS), produzir e discutir esboços para implantação das normas internacionais no país.

Posteriormente, o governo federal publicou a Portaria MF nº 184/2008, referente às orientações a serem observadas pelos entes públicos nas diversas esferas, em relação a procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das

demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

Por sua vez, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apresentou as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) elaboradas em conformidade com as IPSAS. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 2009 publicou o Decreto nº 6976/2009, para aplicação a partir de 2010, dispondo sobre o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que na Parte IV estabeleceu o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), que deve ser utilizado na contabilidade de todos os órgãos da administração pública brasileira.

2.2 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP)

Conforme dito anteriormente, a contabilidade vem passando por significativas mudanças com o objetivo de torná-la mais compreensível e confiável, e aprimorando a homogeneização das informações divulgadas.

Para Prieto e Martins (2015) a primeira medida para o início do processo de convergência no setor público brasileiro, surgiu com a publicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 184/08, que estabeleceu diretrizes para a consonância da Contabilidade Pública Brasileira às normas emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC), denominadas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

Assim, os estudos para o processo de consonância e harmonização contábil tiveram seu início, tendo em 2008 começado a surgir as primeiras normas brasileiras de contabilidade (NBC) para o setor público, após a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução CFC nº 1.055/2005.

Como órgão regulador das práticas contábeis no Brasil e membro do IFAC, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu as NBCASP, alinhadas com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – IPSAS. Posteriormente, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional, vem publicando e aperfeiçoando as normas brasileiras de contabilidade técnicas do setor público (NBC TSP ou NBCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Com as NBCASP, muda-se o foco da Contabilidade Pública, do orçamento para o Patrimônio, buscando atender os princípios e normas contábeis voltados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais, contribuindo para o processo de convergência às normas internacionais, respeitada a base legal nacional. (STN, 2012).

2.3 Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)

Com base no modelo conceitual internacionalmente estabelecido, em cumprimento à Portaria MF 184/2008 e ao Decreto nº 6976/2009, e seguindo as diretrizes estabelecidas de desenvolvimento conceitual e convergências às normas internacionais, em 2011, a STN editou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), regulamentando procedimentos contábeis que perpassam por execução do orçamento público, mensuração, registros específicos e controle do patrimônio, plano de contas padronizado e demonstrações contábeis convergidas com os padrões internacionais (IPSAS), consoante a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.

A estrutura do MCASP contém as seguintes partes: Parte Geral; Parte I- Procedimentos contábeis orçamentários (PCO); Parte II- Procedimentos contábeis patrimoniais (PCP); Parte III- Procedimentos contábeis Específicos; Parte IV- Plano

de Contas Aplicado ao setor público (PCASP) e Parte V- Demonstrações contábeis aplicadas ao Setor Público (DCASP).

A parte geral faz uma breve contextualização das transformações que a ciência contábil no país vem passando rumo à consonância aos padrões internacionais. Trata dos aspectos orçamentários, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público, e destaca a importância de se compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público de maneira a não se realizar interpretações equivocadas a respeito das informações contábeis.

A parte I trata dos procedimentos contábeis orçamentários reunindo conceitos, regras e procedimentos relativos aos atos e fatos orçamentários e seu relacionamento com a contabilidade e tem como objetivo a harmonização, no que se refere à receita e à despesa orçamentária, suas classificações, destinações e registros, de modo que permita evidenciar e consolidar as contas públicas nacionais, possibilitando a toda a sociedade, de modo a possibilitar o exercício da cidadania no processo de fiscalização da arrecadação das receitas e da execução das despesas, bem como o efetivo controle social sobre as contas dos Governos federal, estadual, distrital e municipal.

A parte II aborda os procedimentos contábeis patrimoniais visando à harmonização no que se refere às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, suas classificações, destinações e registros, para permitir a evidenciação e a consolidação das contas públicas nacionais, de modo a possibilitar o exercício da cidadania no controle dos elementos e das variações do patrimônio dos governos federal, estadual, distrital e municipal.

A parte III versa sobre os procedimentos contábeis específicos que não estão descritos nos demais manuais, visando à padronização dos conceitos e procedimentos contábeis relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), às Parcerias Público-Privadas (PPP), às Operações de Crédito, ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), à Dívida Ativa, aos Precatórios em Regime Especial e aos Consórcios Públicos.

A parte IV do PCASP dispõe sobre a necessidade de melhor evidenciação dos fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público. O PCASP é um instrumento que contribui com a modernização da contabilidade pública, estabelecendo conceitos básicos, possibilitando a aplicação dos princípios e normas contábeis em sua plenitude, além de permitir o levantamento de informações para otimização da tomada de decisões por parte dos usuários. O alcance e a utilização do PCASP são obrigatórios para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e, empresas estatais dependentes. A utilização do PCASP é facultativa para as demais entidades.

A parte V trata das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e as exigidas na Lei Complementar nº 101/2000, que são: Balanço Patrimonial (BP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2.4 A lei de Responsabilidade Fiscal

No ano 2000 foi regulamentada a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, considerada como um dos pilares da transparência dos gastos públicos, estabelecendo a essencialidade da ação planejada com a finalidade de consecução das metas fiscais. Ou seja, a LRF é um instrumento que se encontra em consonância com os novos paradigmas da administração pública, caracterizada pela implementação de funções mais gerenciais, bem como a introdução da participação popular no processo de acompanhamento e fiscalização das contas públicas. As mudanças produzidas pela LRF contribuíram para que os entes públicos incentivassem o movimento para saneamento das contas públicas e se preocupassem com uma reestruturação mais profunda na capacidade de prestação dos serviços públicos e na promoção do bem-estar social (BORGES, 2012).

Assim, percebe-se um estreito relacionamento entre a Contabilidade Pública e a LRF, considerando que as informações contábeis acerca do patrimônio público têm a finalidade de atender aos interesses dos usuários, e, conseqüentemente, contribuir para a evidenciação das informações sobre a gestão pública, verifica-se (LIMA; SANTANA; GUEDES, 2009).

Para o presente estudo, reveste-se de maior importância o disposto nos arts. 50 e 51 da LRF, que tratam da escrituração e consolidação das contas, trazendo a obrigatoriedade dos governos da Federação em elaborar e enviar ao órgão central de contabilidade do governo federal (STN) as demonstrações contábeis para fins de consolidação, havendo, inclusive, sanções legais no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos na LRF, a exemplo do impedimento de que o ente da Federação receba transferências voluntárias ou contrate operações de crédito (convênios).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: pela forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados. No tocante à forma de abordagem esta pesquisa é classificada como qualitativa, não apresentando seus resultados através de números especificamente, pois de acordo com Bogdan e Biklen (2003), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Quanto aos objetivos da pesquisa, ela caracteriza-se pelo método descritivo, uma vez que se preocupa em descrever o quanto o levantamento realizado pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, por meio do ICCPE, o índice tornou-se importante para aumentar o processo de implementação das normas contábeis, bem como para a melhoria da consistência das informações para os 184 municípios pernambucanos.

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa pode ser caracterizada como um Estudo de Caso (YIN, 2001).

O objeto da pesquisa decorreu da análise do resultado dos três levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas denominado ICCPE, que para constatação do grau de implementação das exigências normativas, levantou-se quesitos de cumprimento, pelos municípios pernambucanos, referente às demonstrações contábeis estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, no tocante à adoção no padrão recomendado pelo Manual de Contabilidade Pública (MCASP), que dispõe sobre o Plano de Contas (PCASP). Por sua vez, para análise da consistência das informações

contábeis, foram elaborados itens de comprovação, confrontando as informações apresentadas nas prestações de contas enviadas eletronicamente ao sistema e-TCE com os elementos armazenados no sistema SICONFI, bem como, comparando-se os saldos dos balanços registrados nas PC's com os valores aprovados na LOA anual. No exercício de 2017, foram definidos 08 quesitos de avaliação, desdobrados em 75 itens de verificação. Os critérios de avaliação foram organizados em dois grupos, conforme demonstrado na tabela 1, a seguir:

Tabela 1

Cálculo do Índice de Convergência e Consistência dos Municípios Pernambucanos para o exercício de 2017

Critérios de Avaliação		Itens	Peso item	Pontuação Máxima	Participação Percentual por Quesito
Quesitos de Convergência		34		96	38,35%
1	Balanço Orçamentário	6	1,5	18	6,77%
2	Balanço Financeiro	3	1,5	9	3,38%
3	Balanço Patrimonial	9	1,5	27	10,15%
4	Demonstração das Variações Patrimoniais	5	1,5	15	5,64%
5	Demonstração do Fluxo de Caixa	3	1,5	9	3,38%
6	Notas Explicativas e Aspectos Gerais	7	1,5	21	7,89%
8	Outros Demonstrativos Contábeis	1	1,5	3	1,13%
Quesitos de Consistência		30		164	61,65%
7	Consistência entre as informações prestadas na PC eletrônica x SICONFI	8	2	32	12,03%
08	Consistências dos Saldos dos Balanços	22	3	66	49,61%
TOTAL		64		266	100%

Nota. Retirado do endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2017/>

Para os levantamentos realizados nos exercícios de 2019 e 2021, foram acrescidos mais 26 itens de avaliação, sendo 13 correspondente à Convergência e 13 relativos à Consistência, totalizando-se 90 questões de verificação, que podem ser visualizados, com maiores detalhes, na planilha anexada no Apêndice I deste estudo.

A tabela 2 apresenta a consolidação do resultado da análise das Demonstrações Contábeis elaborada pela TCE/PE, ressaltando-se que o Nível de Convergência Total (NCT) é a soma da pontuação estipulada para cada quesito analisado, enquanto o nível de convergência alcançada (NCA) é a soma da pontuação média obtida pelo município em cada quesito analisado. Importa registrar que os quesitos de consistências/qualidade das informações contábeis apresentam maior peso nas notas, ou seja, 62,40% da nota total, enquanto os quesitos de convergência representam 37,60%, demonstrando que o Tribunal de Contas vem adotando providências para garantir a qualidade das informações informadas nas prestações de contas, de modo a possibilitar a análise e julgamento das contas, baseada em dados que espelhem a realidade dos recursos públicos, por parte dos gestores.

Tabela 2

Cálculo do Índice de Convergência e Consistência dos Municípios Pernambucanos

Critérios de Avaliação		Itens	Peso item	Pontuação Máxima	Participação Percentual por Quesito
Quesitos de Convergência		47		141	37,60%
1	Balanço Orçamentário	7	1,5	21	5,60%
2	Balanço Financeiro	6	1,5	18	4,80%
3	Balanço Patrimonial	9	1,5	27	7,20%
4	Demonstração das Variações Patrimoniais	5	1,5	15	4,00%
5	Demonstração do Fluxo de Caixa	3	1,5	9	2,40%
6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	2	1,5	6	1,60%
7	Notas Explicativas e Aspectos Gerais	9	1,5	27	7,20%
8	Outros Demonstrativos Contábeis	6	1,5	18	4,80%
Quesitos de Consistência		43		234	62,40%
9	Consistência entre as informações prestadas na PC eletrônica x SICONFI	12	2	48	12,80%
10	Consistências dos Saldos dos Balanços	25	3	150	40%
11	Consistência entre as informações prestadas na PC eletrônica anterior x informações prestadas na PC eletrônica atual (Peso 3)	6	3	36	9,60%
TOTAL		90			100%

Nota. Retirado do endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2019/>

Para o cálculo da nota do Índice de cada município, definiu-se uma pontuação a ser atribuída a cada critério de avaliação, conforme a sua importância relativa, salientando-se que a avaliação é feita de forma estática, pois se considera, para critério de pontuação, a informação apresentada pela prefeitura nos demonstrativos contábeis enviados eletronicamente ao sistema e-TCE e ao sistema Siconfi, bem como as informações constantes na Lei Orçamentária do exercício analisado. A partir do levantamento do ICCPE, elabora-se um *ranking*, onde os municípios recebem notas que podem variar num percentual que vai de zero a 100%, estruturado em 05 níveis de convergência e consistência contábil, conforme exposto na tabela 3:

Tabela 3

Estruturação dos Níveis de Convergência e Consistência Contábil

Nível do ICCPE	Intervalo do ICCPE
Desejado	=100%
Aceitável	>=90% e <100%
Moderado	>=70% e <90%
Insuficiente	>=50% e <70
Crítico	<50%

Nota. Retirado do endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2021/>

Com a formatação disposta acima, o Tribunal de Contas prepara, bianualmente, o cotejamento dos dados contábeis dispostos nas 184 Prestações de Contas dos jurisdicionados municipais, no tocante ao atendimento das regras de contabilidade preconizadas no art. 12, parágrafo único da Portaria – STN 634/2013 c/c o art. 51 da LRF por parte dos municípios pernambucanos.

Após a elaboração do levantamento do ICCPE, o Tribunal de Contas disponibiliza no seu endereço eletrônico (<https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/indice-de-convergencia-e-consistencia-dos-municipios-de-pernambuco-iccpe>) os resultados, demonstrando os itens com maior dificuldade de atendimento, com vistas a possibilitar a adoção de práticas e mecanismos capazes de identificar os responsáveis pelo levantamento dos dados contábeis, para que os gestores possam exigir melhorias na elaboração de seus demonstrativos de forma a atender o grau exigido pelas normas contábeis e pela LRF.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Da análise dos dados resultantes dos quatro levantamentos do ICCPE, realizados nas prestações de contas dos 184 municípios pernambucanos, exercícios de 2017, 2019 e 2021, elaborou-se a tabela 4, com o objetivo de uma melhor visualização e apresentação dos resultados:

Tabela 4

Análise dos resultados dos 03 levantamentos do ICCPE 2017, 2019 e 2021

Exerc. ICCPE	Resultados do levantamento do ICCPE
2017¹	- 55,5% classificam-se no nível Insuficiente e Crítico; - nenhum município pernambucano atingiu o nível aceitável ou desejado e; - 44,6% (75) encontram-se no nível Moderado.
2019²	- 10,32% (19) dos municípios atingiram o nível de ICCPE “Aceitável”; - aumento de 18,47% de municípios no nível moderado, passando de 75 em 2017 para 109 em 2019 e; - elevação de notas no ICCPE de 106 municípios (57,6%);
2021³	- redução de 71% do número de municípios classificados nos níveis “crítico” e “insuficiente”, a) no ICCPE/2019 existiam 03 municípios enquadrados no nível crítico que foi reduzido para 02 no ICCPE 2021; b) redução de municípios enquadrados no nível de ICCPE insuficiente, posto que em 2019 eram 51, melhorando para apenas 14 municípios no ICCPE 2021. - aumento do número de mais de 22% dos municípios classificados no nível “aceitável”, passando de 19 (10,3%) em 2019, para 60 (32,6%) em 2021 e; - melhoria de 88% dos municípios em suas notas.

Importa registrar que houve um primeiro levantamento, realizado pelo Tribunal de Contas em 2016, com objetivo pedagógico, no segundo levantamento (2017), além da finalidade já citada, foram instauradas Auditorias Especiais para todos os municípios que obtiveram o nível crítico da avaliação. No terceiro levantamento (2019), com o amadurecimento do ICCPE, o TCE deliberou pela formalização de

¹ <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2017/>

² <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2019/>

³ <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2021/>

processos de Gestão Fiscal para todos os municípios que alcançaram os níveis crítico (03 municípios) e insuficiente (53 municípios), ou seja, todos aqueles municípios que obtiveram notas inferiores a 70%.

Da leitura do inteiro teor das deliberações emitidas nos processos de Gestão Fiscal formalizados em 2019, verifica-se que, quando a nota alcançada no ICCPE ficou enquadrada no nível crítico, como no caso de Amaraji (TC nº 20100637-6); Bodocó (TC nº 20100642-0) e Ouricuri (TC nº 20100603-0); a gestão fiscal foi julgada irregular com aplicação de multa, com base no art. 73, inciso III, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Pernambuco, o qual considerou como “ato praticado com grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial...”.

Por sua vez, quando o município foi classificado no nível insuficiente, a gestão fiscal foi julgada irregular, mas sem aplicação de multas, a exemplo dos municípios de Feira Nova (TC nº 20100622-4); Iati (TC nº 20100587-6); Moreno (TC nº 20100596-7); Gameleira (TC nº 20100619-4), entre outros.

Por fim, observa-se que em ambos (nível crítico e insuficiente) há registros nos votos de determinações aos gestores, para que seja promovido o adequado registro contábil e emissão dos demonstrativos contábeis com a devida tempestividade e fidedignidade, observando preceitos do ordenamento jurídico, inclusive as normas e padrões contábeis que regulamentam as disposições legais sobre a contabilidade pública (NBCASP, PCASP, DCASP, MCASP e as Resoluções TCE-PE nºs 20/2015 e 27/2017).

No exercício de 2021, o Tribunal de Contas editou a Resolução TC nº 128/2021, atualizada norma TC nº 168/2022, dispendo sobre o Índice de Convergência Contábil dos Municípios de Pernambuco – ICCPE, sendo regulamentados os procedimentos de análise do ICCPE, dispendo que, após finalizada a fiscalização, será dado ciência do resultado ao responsável pelo Município (no caso, prefeito ou prefeita), concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar, quanto a eventuais divergências e inconsistências encontradas. Findo esse prazo, a unidade de auditoria procederá à sua análise e à reavaliação do índice apurado, encaminhando-se aos respectivos relatores o resultado final do ICCPE e, providenciando-se a publicação no Diário Eletrônico do TCE na sua página na internet.

Faz-se mister registrar que, segundo o art. 7º da citada norma, os encaminhamentos do resultado do levantamento serão os seguintes: a) nos casos em que os municípios forem enquadrados no nível aceitável; os gestores municipais serão informados sobre as inconsistências e/ou divergências observadas, b) no caso do enquadramento no nível moderado; os gestores serão informadas da situação por meio de Alertas de Responsabilização e; c) no caso das cidades classificadas em situação crítica ou insuficiente; serão formalizados Processos de Gestão Fiscal. Assim, em 2021, o TCE formalizou 16 processos de Gestão Fiscal para os casos de insuficiência (14 municípios) ou situação crítica (02 municípios), estando tais processos no Tribunal de Contas em fase de julgamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a evolução dos três levantamentos bienais realizados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, que realiza um diagnóstico, denominado ICCPE, com o objetivo de aferir o nível de convergência e consistência das normas contábeis dos 184 municípios pernambucanos em suas

prestações de contas, frente ao disciplinamento disposto no art. 12, parágrafo único da Portaria – STN 634/2013, c/c os arts. 50 e 51 da LRF.

No presente estudo foi empregada a pesquisa qualitativa e não se observou limitações quanto à veracidade e precisão das informações coletadas, posto que se utilizou os demonstrativos apresentados nas prestações de contas dos jurisdicionados, além de que o objeto analisado não apresenta subjetividade em decorrência da interpretação dos analistas do Tribunal de Contas de Pernambuco, que elaboraram os levantamentos do ICCPE, baseado no nível de atendimento às normas e padrões contábeis estabelecidos no MPCASP.

Da análise dos três levantamentos do ICC/PE realizados em 2017, 2019 e 2021, foi possível observar crescentes melhorias no tocante ao processo de consonância e conformidade desses municípios aos padrões contábeis exigidos. Do comparativo dos ICCPE de 2021 e 2019, observa-se que houve uma redução de 71% para os municípios enquadrados nos níveis Crítico ou Insuficiente, certa constância nos municípios com nota de nível Moderado, em 2019 era de 109 (59,2%), passou para 108 em 2021, além do crescimento do nível aceitável, passando de 19 (10,3%), para 60 municípios (32,6%). Por sua vez, nenhum município alcançou o nível Desejado (nível de ICCPE de 100%) nos três levantamentos realizados.

Vale anotar que, quando os municípios são classificados nos níveis crítico ou insuficiente, o TCE/PE determinou a formalização de processos de Gestão Fiscal, julgando irregular com determinações e sem aplicação de multa para aqueles que se enquadram no nível insuficiente. Para os classificados no nível Crítico, ocorre o julgamento pela irregularidade da Gestão Fiscal com determinações e aplicação de multa ao prefeito, devido ao entendimento de que houve a prática de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

Diante da proficiente atuação do TCE/PE, no exercício do seu papel de órgão de controle externo, exigindo que os municípios pernambucanos se adequem aos normativos contábeis e à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi possível perceber relevante evolução no processo de atendimento aos normativos contábeis, bem como na implementação de práticas que promovam maior fidedignidade das informações disponibilizadas pelos prefeitos pernambucanos municipais em suas prestações de contas.

Como sugestão de pesquisas futuras, recomenda-se a outros Tribunais de Contas do país a realização de estudos e levantamentos, para verificar e promover o processo de consistência e convergência das informações contábeis às normas e padrões exigidos, relativos aos seus jurisdicionados. Sugere-se também que o Conselho de Contabilidade Estadual seja cientificado desses levantamentos, de forma que possam acompanhar e cobrar melhorias na atuação dos contadores responsáveis pela apresentação das prestações de contas dos municípios que tiveram notas no ICCPE enquadradas no nível Crítico e Insuficiente.

REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem objetiva e didática** – 3.ed. – São Paulo: Atlas, 2021

BORGES, T. B. **Utilização da informação gerencial no setor público: perspectiva diante das novas normas de contabilidade do setor público.** 2012.

274 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003

BRASIL. **Lei nº 4320/64, de 17 de março de 1964**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade**. Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil. 2008. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2020/08/CCASP_Orientacoes_Estrategicas_Contabilidade.pdf

BRASIL, **Decreto nº 6976, de 07 de outubro de 2009**. Disponível em: [Decreto nº 6976 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2009/006976.htm)

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução CFC nº 1.437/13. Disponível em: <https://docplayer.com.br/22361493-Resolucao-cfc-n-o-1-437-13.html>

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução CFC nº 1.111.07. Disponível em: [RES_1111.pdf \(cfc.org.br\)](https://www.cfc.org.br/portal/contabilidade/resolucao/resolucao-1111-07.pdf)

LIMA, D. V. DE; SANTANA, C. M.; GUEDES, M. A. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 2, p. 15–23, 2009.

BRASIL. **Ministério da Fazenda**. Portaria nº. 184, de 25 de agosto de 2008. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=24439>

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto nº 6.976, de 07 de Outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6976.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.976%2C%20DE%207,%C2%A7%203o%20do%20art.

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional**. (2012). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 5. Ed. - Brasília.

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional**. (2011). *Portaria nº 753, de 12 de Julho de 2012*. Altera a Portaria nº 437/2011, e a Portaria nº 828/2011. Disponível em https://www.marica.rj.gov.br/downloads/transparencia/portaria_stn_753.pdf

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional**. (2013). PORTARIA Nº 634, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013 Disponível em <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=24439>

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional**. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 5. Ed. - Brasília, 2012. PERNAMBUCO. Tribunal de Contas do Estado. Resolução TC nº 19/2014. Disponível em www2.tce.pe.gov.br/internet.old/.../2014/2878-resolucao-t-c-n-19-2014

PRIETO, M. F, & Martins, V.F. (2015). Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Pública no Brasil: Uma Análise nos Demonstrativos da União no Triênio 2010 a 2012. **RAGC**, 3(5), 01-22.

TCE-PE (2016). **Índice de consistência e Convergência Contábil dos Municípios de Pernambuco**. Disponível em < <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2016/>>

TCE-PE (2017). **Índice de consistência e Convergência Contábil dos Municípios de Pernambuco**. Disponível em < <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2017/>>

TCE-PE (2019). **Índice de consistência e Convergência Contábil dos Municípios de Pernambuco**. Disponível em < <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2019/>>

TCE-PE (2021). **Índice de consistência e Convergência Contábil dos Municípios de Pernambuco**. Disponível em < <https://www.tce.pe.gov.br/iccpe2021/>>

TCE-PE. RESOLUÇÃO TC Nº 128, DE 31 DE MARÇO DE 2021. *Disponível em:* <https://atosoficiais.com.br/tcepe/resolucao-n-128-2021-dispoe-sobre-o-indice-de-convergencia-contabil-dos-municipios-de-pernambuco-iccpe?origin=instituicao&q=128/2021>


TCE-PE. RESOLUÇÃO TC Nº 168, DE 30 DE MARÇO DE 2022.. *Disponível em:* <https://atosoficiais.com.br/tcepe/resolucao-n-168-2022-altera-os-incisos-iii-e-iv-do-2o-do-artigo-4o-da-da-resolucao-tc-no-128-de-31-de-marco-de-2021-que-dispoe-sobre-o-indice-de-convergencia-contabil-dos-municipios-de-pernambuco-iccpe?origin=instituicao>

YIN, R. . **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Análise e aplicação dos pronunciamentos US GAAP SFAS 109, SFAS 141, ASC 740 e ASC 805: um estudo de caso no Brasil

Alexsandro Toaldo


Universidade Presbiteriana Mackenzie

ORCID : 0000-0003-3132-9020

E-mail: a.toaldo@yahoo.com.br

Octavio Ribeiro de Mendonça Neto


Universidade Presbiteriana Mackenzie

ORCID : 0000-0002-6123-6733

E-mail: octavio.mendonca@mackenzie.br

José Carlos Tiomatsu Oyadomari


Universidade Presbiteriana Mackenzie

ORCID : 0000-0003-3059-3102

E-mail: oyadomari@mackenzie.br

Marcos Reinaldo Severino Peters

Universidade Presbiteriana Mackenzie

ORCID : 0000-0002-0917-2955

E-mail: marcosrspeters@gmail.com

RESUMO

Este estudo investiga como os pronunciamentos do US-GAAP relacionados a combinações de negócios e imposto de renda diferido mudaram substancialmente ao longo do tempo. O estudo de caso foi realizado a partir de dados coletados por meio da observação direta da equipe de controladoria local envolvida no processo de combinação de negócios. Os resultados nos casos de (a) combinação de negócios e (b) imposto de renda diferido, conclui-se, respectivamente: (a) para US-GAAP é utilizado o método de aquisição contábil e (b) demonstra que tanto SFAS 109 quanto ASC 740, continua a orientar, de forma genérica e inadequada, o procedimento de reconhecimento contábil relativo ao imposto de renda diferido em caso específico de combinação de negócios. A pesquisa contribui tanto para a prática quanto para a acadêmica. Apesar de amplamente utilizados, as combinações de negócios e o imposto de renda diferido não são objeto de pesquisas profundas e continuadas. Finalmente, este trabalho não analisa o efeito das combinações de negócios e impostos diferidos para fins de IFRS.

Palavras-Chave: Combinações de negócios. Imposto de renda diferido. US-GAAP. Codificação padrão contábil (ASC). Contabilidade internacional.

ABSTRACT

This study investigates how US-GAAP pronouncements related to business combinations and deferred income taxes have changed substantially over time. The case study was carried out based on data collected through direct observation of the local controllership team involved in the business combination process. The results in the cases of (a) business combination and (b) deferred income tax, it is concluded, respectively: (a) for US-GAAP the accounting acquisition method is used and (b) demonstrates that both SFAS 109 and ASC 740 continues to guide, in a generic and

inappropriate manner, the accounting recognition procedure related to deferred income tax in a specific case of business combination. Research contributes to both practice and academia. Despite being widely used, business combinations and deferred income tax are not the subject of deep and continuous research. Finally, this paper does not analyzes the effect of business combinations and deferred taxes for IFRS purposes.

Keywords: Business combinations. Deferred income tax. US-GAAP. Standard accounting codification (ASC). International accounting.

1. INTRODUÇÃO

Em um processo de combinação de negócios, aplica-se o princípio da avaliação: uma empresa deve ser adquirida se gerar valor presente líquido positivo para os acionistas da empresa compradora. No entanto, como é muito difícil determinar o valor presente líquido de um candidato a aquisição e, como consequência, as fusões e aquisições tornam-se um tópico interessante (Ross, Westerfield & Jordan, 2013).

A literatura define Combinação de Negócios de acordo com a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1

Definições de combinação de negócios

Lei 6.404/76	Considera-se controlada a sociedade em que a sociedade principal, diretamente ou através de outras filiais, tenha direitos de sócio que lhe assegurem, de forma permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores (art. 243- §dois). Incorporação - operação pela qual uma das sociedades majoritárias é incorporada por outra, que as sucede em todos os direitos e obrigações (art. 227). * Fusão - operação pela qual duas ou mais sociedades se unem para formar uma nova sociedade, que as sucederá em todos os direitos e obrigações (art. 228).
CPC 15 (CPC, 2011)	Combinação de negócios é uma operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação. Neste Pronunciamento, o termo abrange também as fusões ocorridas entre partes independentes (incluindo aquelas conhecidas como fusões verdadeiras ou fusões entre iguais).
APB 16 (APB, 1970)	A combinação de negócios ocorre quando uma corporação em mais uma empresa, incorporada ou não, é reunida em uma entidade contábil. Uma única entidade registra as atividades de empresas independentes e anteriormente separadas.

No Brasil, a Lei 6.404/76 não utiliza o termo combinação de negócios, mas trata separadamente dos instrumentos que o compõem. Porém, com a edição da Lei 11.638/2007, e a Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC, através do Pronunciamento Contábil nº 15, ou CPC 15 (Comissão de Pronunciamentos Contábeis, 2011) - aborda o tema de forma detalhada.

Quanto à aquisição do controle acionário, ela ocorre quando o comprador adquire mais da metade das ações com direito a voto (Davies, 2017).

Internacionalmente, o processo de avaliação de operações de combinação de negócios é consolidado em dois métodos: o método de comunhão de interesses (*pooling of interest*) e o método de aquisição contábil (*purchase method*). No US-GAAP, o método de comunhão de interesses era o método de compra contábil para combinações de negócios, e era exigido em certas circunstâncias, de acordo com o APB (*Accounting Principles Board*) 16 (Accounting Principles Board, 1970), mas o SFAS 141 (FASB, 2001) não permite mais seu uso. Por outro lado, no método de compra contábil, todas as combinações de negócios devem ser contabilizadas de acordo com o SFAS 141 (FASB, 2001). Nesse método, os ativos adquiridos e as obrigações assumidas são registrados

pelos seus valores justos e a diferença entre esses valores pagos é registrado como ágio (Ayers, Lefanowicz, & Robinson, 2000).

Este artigo visa revelar os aspectos do US-GAAP, nos casos de Combinação de Negócios e verificar o impacto do imposto de renda diferido nas demonstrações financeiras, sob o ponto de vista das práticas do US-GAAP, decorrentes de um processo de combinação de negócios, baseado em dados reais.

Por se tratar de um assunto de extrema complexidade, várias questões ainda são levantadas por profissionais e estudiosos da cadeira de Contabilidade Internacional. O tema principal deste artigo é procurar reconhecer o impacto do imposto de renda diferido, resultante de um processo de combinação de negócio, mostrando sua correta contabilização nas demonstrações financeiras do ponto de vista das práticas contábeis norte-americanas. Partindo-se do tema proposto, encontra-se a questão-problema desta pesquisa:

Em um processo de combinação de negócio, qual é o correto tratamento contábil do imposto de renda diferido?

- nas Demonstrações do Resultado do Exercício, sendo consumido e aproveitado imediatamente o seu benefício fiscal?
- sendo consumido, porém tratado como parte da composição do custo ou formação do preço da compra “*allocation purchaseprice*”?

Este artigo se justifica com base na observação de três fatos principais. O lançamento dos *American Depositary Receipts* (ADRs), como forma de negociação de títulos estrangeiros no mercado norte-americano; a combinação de negócios, como forma de as empresas se manterem competitivas no mercado; e o efeito do imposto de renda diferido, gerado pela operação de combinação de negócios e seu correto reconhecimento nas demonstrações financeiras, sob o ponto de vista das práticas contábeis norte-americanas.

ADRs são instrumentos de negociação em dólares norte-americanos, emitidos nos Estados Unidos, por um banco depositário, representando a propriedade de títulos estrangeiros, geralmente conhecidos como ações ordinárias subjacentes. Os ADRs permitem que investidores americanos adquiram e negociem títulos estrangeiros, em dólares americanos, sem se preocupar com prazos de liquidação diferentes e com os problemas normalmente associados aos mercados estrangeiros. Eles também fornecem às empresas estrangeiras acesso ao mercado de capitais norte-americano, ou seja, acesso à maior base de investidores domésticos do mundo (Roevekamp, 2019).

O segundo fato é a combinação de negócios, como forma das empresas se manterem competitivas no mercado, ou ainda, para algumas empresas, por conta de sua estratégia de negócios.

Os Estados Unidos, país onde essas operações atingiram US\$ 1,8 bilhão em 2019 e US\$ 1,1 bilhão em 2020 (potencialmente relacionadas ao cenário global de pandemia), portanto essas combinações lideram o ímpeto global de fusões e aquisições, reunindo diversas histórias de multinacionais que avançam em tamanho e posicionamento de mercado, por conta de sucessivas transações dessa natureza. A onda de fusões que assola o mundo tende a continuar forte no Brasil, que registrou 1.037 fusões e aquisições em 2019 e 1.153 em 2018, onde não diferente, o ano de 2020 foi afetado pelo cenário mundial de pandemia.

Mesmo somado a esse importante avanço, ainda são poucos os trabalhos publicados sobre os aspectos internacionais da contabilidade que envolvem o processo de Combinações de Negócios.

O trabalho realizado por El Hajj e Lisboa (2001) teve como objetivo revelar os aspectos significativos dos investimentos permanentes em controladas, bem como seus

principais métodos de avaliação, por meio de uma abordagem comparativa que considera os padrões americanos (US-GAAP), internacional (IFRS) e brasileiro, (CPC) no caso de Combinações de Negócios. Este trabalho revelou aspectos significativos do tratamento contábil e formas de combinação de empresas, de acordo com as normas internacionais e brasileiras de contabilidade. No entanto, os aspectos contábeis relacionados a investimentos temporários e investimentos com controle compartilhado (*Joint Ventures*) não foram abordados.

A terceira, mais específica, o fato justifica-se pela necessidade de demonstração impulsionada pelo problema de organização, para identificar o efeito do imposto de renda diferido, gerado pela operação de combinação de negócios e seu correto reconhecimento nas demonstrações financeiras sob o ponto de vista da US-GAAP em um estudo de caso aplicado em uma subsidiária norte-americana estabelecida no Brasil.

2. REVISÃO DA LITERATURA

No US-GAAP, uma combinação de negócios ocorre quando duas ou mais empresas se unem para formar uma única entidade (Gray & Torres, 2019).

As operações de Combinação de Negócios caracterizam-se pela obtenção do controle de uma empresa investidora sobre a(s) investida(s). A definição dessas operações e controladas é baseada no percentual de participação em ações ou quotas com direito a voto, não incluindo ações preferenciais sem direito a voto (Gray & Torres, 2019). Segundo os autores, a Combinação de Negócios é a união de entidades empresariais, que se apresenta como uma alternativa de expansão ou desenvolvimento e que muitas vezes oferece vantagens para todas as entidades combinadas, bem como para seus proprietários.

De acordo com o conceito US-GAAP, refletido no parágrafo 1º da ABP 16, uma combinação de negócios ocorre nas seguintes circunstâncias: uma operação de combinação de negócios ocorre quando uma empresa, uma vez incorporada ou não, tem seus negócios combinados em uma única pessoa jurídica. Essa nova pessoa jurídica criada assumirá todas as atividades exercidas por aquela empresa antes da separação, desta vez como empresa independente.

A partir das definições apresentadas, este artigo adota a expressão 'Combinação de Negócios' como uma operação econômica em que uma empresa obtém o controle da outra, ou quando duas empresas, sob controles diferentes, se associam (união de empresas) para formar uma terceira, independentemente de a formação legal de como o controle é obtido e a forma resultante da empresa remanescente (Gray & Torres, 2019).

2.1.1. **Métodos de reconhecimento contábil:**

a) **Antes da emissão do SFAS 141**

O primeiro pronunciamento americano que tratou de combinação de negócios foi o APB 16 (APB, 1970; Nathan & Dunne, 1991; Nathan, 1988). A principal diferença entre o parecer do APB e o pronunciamento da SFAS 141 (FASB, 2001; Anantharaman, 2015; Johnson, Lopez & Sorensen, 2020; Kwon & Wang, 2020; Mintchik, 2009) está relacionada à abordagem utilizada na contabilização de combinações de negócios, que anteriormente eram contabilizadas por dois métodos: comunhão de interesses (*pooling of interest*) e o método de compra (*purchase method*). A lógica do método de compra é simples: é a aquisição de uma empresa pela outra (Dorata, 2009; Davis, 1990; Dunne, 1990; Mintchik, 2009; Nurnberg, Stickney & Weil, 1975). Tanto o APB 16 (APB, 1970) quanto o SFAS 141 (FASB, 2001) não são mais utilizados, sendo substituídos pelo ASC 805 (FASB, 2021i).

2.1.2. **Pronunciamento Contábil ASC 805**

Em julho de 2009, o FASB introduziu a *Accounting Standards Codification* (ASC). O ASC substituiu a maioria dos padrões US-GAAP anteriores e tornou não oficial toda a literatura não incluída na Codificação. A ASC 805 (FASB, 2021i), que trata de Combinações de Negócios, tornou-se a diretriz definitiva sobre combinações de negócios. Ele combina o conteúdo dos regulamentos SFAS 141 (FASB, 2001), EITF (*Emerging Issues Task-Force*), SEC (*Securities and Exchange Commission*) e outras diretrizes oficiais sobre combinações de negócios. A ASC 805 tornou-se efetiva para combinações de negócios com datas de aquisição durante os períodos de relatórios financeiros iniciados em ou após 15 de dezembro de 2008 (FASB, 2021i; Gray & Torres, 2019).

A ASC 805 introduz o termo “método de aquisição contábil” (ou “método de aquisição”), que se refere à abordagem usada para contabilizar uma combinação de negócios (FASB, 2021i; Gray & Torres, 2019). Este termo foi concebido para ser mais amplo do que o termo anterior, “método de compra”, e para se alinhar com a definição revisada de combinação de negócios, que inclui qualquer transação ou evento em que um comprador obtém o controle de um negócio, não apenas uma transação em qual uma empresa é comprada.

A premissa subjacente do ASC 805 (FASB, 2021i) é que quando uma entidade obtém o controle de um negócio, ela se torna responsável por todos os seus ativos e passivos e, portanto, deve reconhecer os ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores justos na data de aquisição. Consequentemente, o reconhecimento e a mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos devem ser os mesmos, independentemente de o adquirente obter 100% ou menos do controle acionário de um negócio.

Consistente com essa premissa, o ASC 805 possui dois princípios fundamentais, conhecidos como “princípio de reconhecimento” e “princípio de medição”. De acordo com o princípio de reconhecimento, uma adquirente deve “reconhecer, separadamente do ágio, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação não controladora na adquirida”. De acordo com o princípio da mensuração, a adquirente deve então mensurar “os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação não controladora na adquirida pelos seus valores justos na data de aquisição” (FASB, 2021i).

O objetivo do princípio é fornecer orientação que um adquirente pode aplicar quando o ASC 805 não fornece reconhecimento específico ou orientação de mensuração para um ativo ou passivo específico (FASB, 2021i).

2.1.3. **Processo de Alocação Contábil (Push-Down Accounting)**

Um posicionamento importante é encontrado no estudo de Harris (2015), sobre a forma de reconhecimento contábil referente à Contabilidade *Push-Down*. O autor destaca que a APB 16 (APB, 1970) não comentou em que base a empresa adquirida deve manter seus registros, levantando os seguintes questionamentos:

- a empresa deve manter seus registros como se nada tivesse acontecido?
- ou deve ajustar seus ativos e passivos e reconhecer ágio (se houver), para equalizar os valores determinados, que a controladora utiliza em suas demonstrações financeiras?

Segundo o autor, o AICPA (Instituto de Contabilidade dos Contadores Públicos Certificados), como Força-Tarefa, reviu o assunto e recomendou que a contabilidade *push-down* seja aceita quando houver uma 'mudança substancial na gestão', ou seja, quando houver é uma alteração de 90% ou mais da composição acionária sob o controle da controladora.

Nesse método, as investidas reconhecem, em suas demonstrações financeiras, os efeitos das operações realizadas pela investidora. Um exemplo disso surge da necessidade de as investidas ajustarem a avaliação de seus ativos e passivos quando, em uma Combinação de Negócios, o valor pago por esses itens patrimoniais é diferente do valor contábil (Harris, 2015).

A aplicação da Contabilidade *Push-Down* influencia as demonstrações financeiras da investida, e indica a predominância do valor de mercado, que constitui a nova base de avaliação. O Balanço apresenta os ativos e passivos ao valor de mercado e o respectivo 'ajuste de avaliação'. Na apuração do resultado da investida, os efeitos nos itens patrimoniais devem ser reconhecidos no momento da realização, uma vez que os elementos patrimoniais serão baixados ou depreciados com base no valor de mercado (Harris, 2015).

Em novembro de 2014, o FASB emitiu o ASU (*Accounting Standards Updates Issue*) 2014-17 (FASB, 2014; Oestricheer & Beasley, 2020). As atualizações apresentadas na ASU 2014-17 foram documentadas nas subseções de "*Pushdown Accounting*" no pronunciamento ASC 805-50 (FASB, 2021j), agora fornecendo às entidades públicas e não públicas orientação oficial sobre a aplicação da contabilidade *pushdown*.

3. IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO

3.1 US-GAAP (APB 11, SFAS 96, SFAS 109 e ASC 740)

a) Um breve histórico sobre o tema Imposto de Renda

A Tabela 2 apresenta um breve histórico sobre o tema Imposto de Renda:

Tabela 2

Histórico sobre o tema Imposto de Renda

Ano	Assunto	Autor (s)
1942	O CAP (Comitê de Procedimentos Contábeis) emitiu o APB (Conselho de Princípios Contábeis) nº 18, que recomendou a alocação do imposto de renda entre os períodos no que diz respeito a descontos não amortizáveis e resgate de prêmios quando os limites foram reembolsados.	(Camfferman & Detzen, 2018)
1943	O CAP emitiu o ARB (Boletim de Pesquisa Contábil) nº 23, que mencionou a noção de 'diferenças temporárias', e concluiu que o imposto de renda é uma despesa que deve ser alocada apenas como despesa, exceto aquelas alocações que não necessariamente sejam recorrentes diferença temporária.	(Blaylock, Shevlin, & Wilson, 2012)
1945	A SEC emitiu o ASR (Estudos de Pesquisa Contábil), que questionou a conclusão do ARB 23. A reação da SEC foi a emissão do ARB 43, que continua favorável à alocação entre períodos de imposto de renda.	(Feinschreiber, 1969)
1954	O <i>Internal Revenue Service</i> (IRS) permitiu o uso do método de depreciação acelerada, o que resultou na geração de diferenças temporárias recorrentes para muitas empresas.	(Feinschreiber, 1969)
1967	A APB emitiu o parecer nº 11, que optou pelo método de alocação do imposto de renda diferido. Na verdade, isso deu força ao debate.	(Holtzman & Nagel, 2011)
1981	Em 1981, a Lei de Recuperação Econômica reduziu o período de depreciação para fins fiscais de muitos ativos. O procedimento, conhecido como sistema de recuperação acelerada de custos (ACRS), tornou as diferenças temporárias mais evidentes.	(Holtzman & Nagel, 2011)
1982	O FASB realizou um estudo sobre o problema de alocação de tributos entre períodos, que resultou na publicação do Pronunciamento nº 96 em 1987. Entretanto, este vigorou até 1992, com a implementação do Pronunciamento nº 109 em 1992.	(Holtzman & Nagel, 2011)
1992	O FASB emitiu o SFAS 109 - Contabilização do Imposto de Renda, que substituiu o Parecer nº 11 e o SFAS nº 96 - Contabilização do Imposto de Renda, de dezembro de 1987, ambos também substituídos pelo ASC 805.	(Holtzman & Nagel, 2011)

b) **SFAS 109**

Em fevereiro de 1992, o FASB emitiu o pronunciamento nº 109 (FASB, 1992) - Contabilização do Imposto de Renda, que substituiu o Parecer nº 11 (APB, 1966) e o pronunciamento nº 96 (FASB, 1987) - Contabilização do Imposto de Renda, de dezembro de 1987 (Holtzman & Nagel, 2011).

O SFAS 109 (FASB, 1992) trata basicamente das normas de reconhecimento contábil do imposto de renda que vêm sendo aplicadas há mais de duas décadas. Com mais de 20 pareceres técnicos da EITF diferentes, algumas dessas complexidades inerentes ao Parecer nº 11 (APB, 1966) ou mesmo ao parecer nº 96 (FASB, 1987) foram eliminadas. Por outro lado, trouxeram outras novas complexidades, conforme demonstrativo emitido em 1992 pelo FASB (Holtzman & Nagel, 2011).

c) **Objetivos Básicos e Princípios**

Em geral, quando um imposto é baseado em receita, a maioria dos itens que entram no lucro contábil antes dos impostos e fazem parte da base de cálculo do lucro tributável no mesmo ano e vice-versa. Alguns eventos, entretanto, são reconhecidos para fins contábeis e fiscais em exercícios diferentes. Com o tempo, à medida que essas diferenças são revertidas, elas acabam se compensando. Os efeitos fiscais dessas diferenças, denominados impostos diferidos, devem ser contabilizados nos períodos intermediários. Ambos os pronunciamentos SFAS 109 (FASB, 1992) e ASC 740-10-10-1 (FASB, 2021e) identificam dois objetivos da contabilidade do imposto de renda (Carmichael, 202; Flood, 2021; Miller, Miller, & Tolin, 2016):

- reconhecer o valor dos impostos a pagar ou reembolsar no exercício corrente.
- reconhecer passivos e ativos fiscais diferidos para as consequências fiscais futuras de eventos que tenham sido reconhecidos nas demonstrações financeiras ou declarações fiscais de uma entidade.

d) **Método Básico**

O FASB optou pelo chamado método de alocação de ativos/passivos fiscais entre períodos com base na ideia de que ele se ajusta melhor à estrutura conceitual e que as informações mais úteis e compreensíveis são produzidas (Hendriksen, 1999).

O método do passivo é baseado no conceito de incremento - ou seja, um passivo de imposto de renda diferido representa um aumento nos impostos a pagar ou uma diminuição nos impostos a compensar.

Por outro lado, um imposto de renda ativo representa uma diminuição nos impostos a pagar ou um aumento nos impostos a compensar em exercícios futuros, por exemplo, o resultado de diferenças temporárias e resultados acumulados existentes no final do ano corrente (Carmichael, 2020; Flood, 2021; Miller *et al.*, 2016).

O método do passivo, à luz do SFAS 109 (FASB, 1992) e ASC 740 (FASB, 2021a), é focado no balanço patrimonial. A aplicação do método da responsabilidade, em cada situação, envolve a acumulação das diferenças temporárias e dos resultados acumulados existentes à data do balanço, devendo ser aplicada a percentagem da taxa em vigor. O resultado líquido gerado pela variação dos valores dos ativos ou passivos fiscais diferidos representa os valores das despesas ou receitas com imposto de renda diferido do exercício corrente. A despesa ou receita de imposto de renda diferido do exercício corrente inclui os efeitos de alterações na legislação tributária vigente ou alterações no percentual de honorários ou ainda alterações nas provisões para redução de saldos ou Provisão de Valorização (*Valluation Allowance*) (Edwards, 2018).

O cálculo do imposto de renda diferido é apresentado na Tabela 3 abaixo, pelo

método do passivo:

Tabela 3

Imposto de Renda Diferido - Método de Cálculo do Passivo

	Saldo Final do Imposto de Renda Diferido
Menos	Saldo Inicial de Imposto de Renda Diferido
Igual	Despesa ou Receita de Imposto de Renda Diferido
Mais	Imposto de Renda a pagar
Igual	Despesa ou Receita de Imposto de Renda Diferido registrada

Nota. Fonte: Adaptado de PwC (2020).

e) **Reconhecimento e Mensuração**

Os parágrafos 16 do SFAS 109 (FASB, 1992) e ASC 740-10-10 (FASB, 2021d) referem-se à Provisão para Avaliação (*Valuation Allowance*) e afirmam que, para atingir os objetivos declarados, as empresas devem calcular impostos diferidos para contabilizar as consequências fiscais futuras esperadas de eventos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ou declarações fiscais (Carmichael, 2020; Flood, 2021; Miller *et al.*, 2016).

O modelo básico de reconhecimento e mensuração dos impostos diferidos consiste em uma abordagem de cinco etapas que atinge três objetivos principais: (1) identificação de todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais a compensar e créditos tributários a compensar; (2) mensuração de diferenças temporárias usando a taxa de imposto aplicável; e (3) avaliação da necessidade de provisão para provisão para desvalorização.

Os saldos de impostos diferidos ativos e passivos e a correspondente despesa de imposto diferido reconhecidos nas demonstrações financeiras são determinados para cada componente de pagamento de impostos em cada jurisdição.

3.2 Efeitos fiscais sobre Diferenças de Base de acordo com SFAS 109 e ASC 805

Os parágrafos 30 do SFAS 109 e ASC 805-740 (FASB, 1992; FASB, 2021k; Carmichael, 2020; Gray & Torres, 2019; Miller *et al.*, 2016; Flood, 2021) exigem o reconhecimento de ativos ou passivos fiscais diferidos sobre diferenças que tenham impactos fiscais entre os valores apurados em um processo de alocação do preço pago na data de compra (*Purchase Price Allocation*) e as bases fiscais de ativos e passivos adquiridos e assumidos em um negócio processo de combinação (exceto a parte do ágio decorrente do APB 23).

3.3 Alocações de Diferenças no Preço Pago na Data da Compra

Em uma combinação de negócios, que é a base para fins fiscais, o preço de compra é determinado pelos ativos adquiridos e pelos passivos assumidos, impactando não apenas nos livros fiscais, mas também nos relatórios financeiros para reporte. No entanto, os valores determinados para um ativo ou passivo específico podem diferir para fins de relatórios financeiros e bases fiscais.

Ambos SFAS 109 e ASC 740 (FASB, 1992; FASB, 2021a; Carmichael, 2020; Miller *et al.*, 2016; Flood, 2021) exigem que o imposto de renda diferido ativo ou passivo seja reconhecido sobre as diferenças temporárias. Por exemplo, o ágio que foi contabilizado para fins de relatórios financeiros pode ser alocado como outros ativos.

3.4 ASC 740 - Contabilização de Imposto de Renda

Objetivamente, as demonstrações financeiras devem refletir os impactos dos impostos correntes e diferidos de todos os eventos que tenham sido reconhecidos nas

demonstrações financeiras ou nas declarações fiscais (com as únicas exceções identificadas no pronunciamento ASC 740, item 10-25-3 (FASB, 2021h; Carmichael, 2020; Miller *et al.*, 2016; Flood, 2021) que trata de “outras diferenças de bases de cálculo”). Além disso, para atingir esse objetivo, o SFAS 109, §6 e 7 (FASB, 1992) e o ASC 740-10 (FASB, 2021c) orientam o processo de reconhecimento dos impostos nas demonstrações financeiras.

Quanto aos conceitos, fundamentos, princípios básicos e apresentação, não foram constatadas alterações no pronunciamento contábil ASC 740 (FASB, 2021a), desde a promulgação das normas APB 11 (APB, 1966), SFAS 96 (FASB, 1987) e SFAS 109 (FASB, 1992).

3.5 ***Crítica ao Método Básico do FASB***

Conforme declarado, o método do passivo (articulado no parágrafo 87 do SFAS 109) é baseado no conceito de incremento - ou seja, um passivo de imposto de renda diferido representa um aumento nos impostos a pagar ou uma redução nos impostos a compensar (FASB, 1992).

No entanto, com a implementação do padrão ASC 740, dois princípios contábeis de imposto de renda são identificados (FASB, 2021a; Carmichael, 2020; Miller *et al.*, 2016; Flood, 2021):

- reconhecer a estimativa de impostos a pagar ou reembolsáveis nas declarações fiscais do ano corrente como um passivo ou ativo fiscal; e
- reconhecer o impacto de futuras diferenças fiscais sobre ativos e passivos de acordo com o ASC 740-05-5 (FASB, 2021b).

O primeiro princípio refere-se aos tributos devidos/a receber do fisco onde, até o pagamento/recebimento pela empresa, registra um passivo ou ativo.

O segundo princípio estabelece os impostos diferidos se houver diferença entre o lucro tributável e o lucro antes de impostos, quando a diferença foi gerada no momento do reconhecimento da receita, deduções ou despesas entre contabilidade fiscal e financeira.

Essas diferenças são temporárias porque se espera que sejam revertidas no futuro. De acordo com o ASC 740-10-20 (FASB, 2021f; Carmichael, 2020; Miller *et al.*, 2016; Flood, 2021), as diferenças devem ser devidas a ações passadas que serão eliminadas, aumentando ou reduzindo impostos futuros.

Entretanto, uma crítica ao modelo básico estabelecido pelo FASB, por meio do método do passivo, encontra-se no trabalho de Acheampong, Valencia e Volkan (2013), quando os autores discutem e afirmam que as alocações de despesas entre períodos contábeis não são confiáveis.

Segundo os autores, e com base na ASC 740 (FASB, 2021a), o método ativo/passivo registra os impostos/deduções (impostos diferidos) não realizados como realizáveis e os aloca em períodos futuros (Acheampong, Valencia & Volkan, 2013). No entanto, esses impostos e deduções não realizados (impostos diferidos) são essencialmente um elemento da redistribuição de riqueza criada pelas autoridades fiscais e não devem ser alocados em períodos futuros, conforme exigido pelo ASC 740.

Essa abordagem é falha por quatro razões pelas quais os impostos diferidos não atendem à definição de despesa (Acheampong, Valencia & Volkan, 2013):

1. os impostos são um elemento de redistribuição de riqueza, não de geração de receita.
2. Impostos/deduções futuros não realizados não criam passivos/ativos porque as receitas fiscais futuras são incertas.
3. A teoria e as normas contábeis proíbem a antecipação de receitas futuras.
4. SFAC (Declaração do Conceito de Contabilidade Financeira), nº 6, parágrafo 81,

deixa claro que os impostos correntes são despesas; mas a demonstração não inclui a parte diferida da provisão de imposto corrente, pois não se enquadra na definição de despesa (FASB, 1990; Acheampong, Valencia & Volkan, 2013).

3.6 Combinações de Negócios de acordo com o ASC 740

De acordo com o ASC 740-10-25-20 (FASB, 2021g; Carmichael, 2020; Miller *et al.*, 2016; Flood, 2021) uma premissa inerente à demonstração da posição financeira de uma entidade preparada de acordo com o US-GAAP é que os valores reportados de ativos e passivos serão recuperados e liquidados, respectivamente.

Com base neste pressuposto, uma diferença entre a base fiscal de um ativo ou passivo e o seu valor reportado na demonstração da posição financeira resultará em valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, quando os valores reportados dos ativos forem recuperados e os valores reportados dos passivos são liquidados.

As combinações de negócios muitas vezes dão origem a uma variedade de questões complexas para a contabilização do imposto de renda de acordo com o ASC 740.

De acordo com o ASC 805 (FASB, 2021i), Combinação de Negócios, os ativos e passivos adquiridos são contabilizados pelo valor justo. No entanto, o reconhecimento e a mensuração dos impostos diferidos decorrentes de ativos adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são contabilizados de acordo com o ASC 740 (FASB, 2021a), o adquirente também deve contabilizar os potenciais efeitos fiscais de diferenças temporárias, compensações e incertezas fiscais. rendimentos de uma adquirida que existam à data de aquisição ou que surjam devido à aquisição.

Os autores, Carmichael (2020), Miller *et al.* (2016) e Flood (2021), propõe a estrutura para seguir o processo que normalmente seria concluído na análise das implicações fiscais de uma combinação de negócios.

4. METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada na pesquisa, Yin (2013) classifica os métodos científicos em quatro tipos: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. O método indutivo consiste basicamente em observar fenômenos, descobrir uma possível relação entre tais fenômenos e, então, buscar uma generalização para tal relação. O método dedutivo parte de generalizações aceitas ou premissas cientificamente verdadeiras e, por meio de argumentos condicionantes, busca evidenciar relações de causa e efeito para explicar ou validar a ocorrência de fatos ou características comuns. O método hipotético-dedutivo é uma evolução do método dedutivo, e consiste em formular, primeiramente, um problema e uma conjectura, que serão testados por observação e experimentação. O método dialético, por outro lado, usa a argumentação e a análise das contradições para validar ou invalidar as teorias científicas.

Ainda, segundo a classificação dos autores, a pesquisa dos modelos disponíveis e sua aplicabilidade à avaliação do objeto foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa de aplicação do método hipotético-dedutivo a um estudo de caso.

A técnica utilizada nesta pesquisa foi a bibliográfica, também encontrada em (Yin, 2013), em que o objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive, com palestras seguidas de debates, que tenham sido transcritos de alguma forma, publicados ou gravados.

Dentro da metodologia de pesquisa e a partir da observação dos objetivos deste trabalho, a primeira etapa realizada foi a coleta de dados, por meio de consultas a obras literárias e materiais específicos, publicados em periódicos, direta ou indiretamente ligados ao assunto. Em segundo lugar, foram analisadas detalhadamente as normas, pronunciamentos, opiniões e literatura adicional descritos pelo FASB – *Finacial*

Accounting Standard Board norte-americano.

Quanto à parte de apoio, é utilizado um exemplo prático real de uma subsidiária norte-americana estabelecida no Brasil.

As conclusões deste trabalho são realizadas através do método descritivo que, segundo El Hajj e Lisboa (2001) visa descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos.

5. CASO REAL E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Um caso real de uma organização norte-americana, com representações em diferentes regiões do mundo, que adquiriu, em nível global, outro grupo norte-americano, entre os períodos de X0 a X4. Dada a sua grandeza e peculiaridade, o exemplo em questão refere-se a uma subsidiária da referida empresa, localizada no Brasil. Esta controlada registrou alguns dos impactos do processo de combinação de negócios em sua contabilidade na prestação de contas. Seguindo o objetivo do artigo, com o auxílio de um exemplo prático, foram identificados os impactos decorrentes do processo de combinação de negócios desta subsidiária brasileira e sua correta contabilização nas demonstrações financeiras.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada pesquisa bibliográfica e empírica. Para a realização da pesquisa empírica, foi utilizado o método de estudo de caso. Não obstante, para o desenvolvimento do estudo de caso, foi utilizado o método de investigação exploratória com base em dados fornecidos pela empresa interveniente, recolhidos através da observação direta da equipe de controladoria local do grupo que esteve diretamente envolvida no processo de combinação de negócios.

Conforme mencionado anteriormente, no US-GAAP, uma operação de combinação de negócios pode ser reconhecida contabilmente, usando o método de compra contábil e o processo de contabilidade *push-down*.

De acordo com Davis (1990), Dorata (2009), El Hajj e Lisboa (2001), Mintchik (2009) e Nurnberg, Stickney e Weil (1975), o método de compra requer a determinação do valor justo de cada ativo identificável - tangível e intangível - e o passivo da empresa adquirida, na data da combinação.

Neste estudo de caso, foi analisado o efeito do processo de combinação de negócios de uma subsidiária existente no Brasil, do total de inúmeras subsidiárias separadas em diferentes regiões do mundo.

Dada a sua magnitude, o método de compra foi adotado diretamente pela matriz estabelecida nos Estados Unidos. Ou seja, os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram mensurados a valor justo, exceto os itens que compõem o ativo permanente do investidor.

Para os itens que compõem o ativo permanente do investidor, a organização societária contratou uma empresa de nível global que realizou um trabalho de avaliação de todas as subsidiárias existentes, identificando os valores de custo, valor contábil e valor de mercado de cada ativo permanente na data da transação adquirido. No entanto, o resultado deste trabalho foi tratado como uma exceção. O reconhecimento contábil entre as diferenças entre os valores registrados contabilmente pelo valor contábil e os valores apurados no momento da compra pelo valor justo de mercado não foram registrados nos livros societários, mas, nos livros contábeis locais de cada subsidiária existente. Essa exceção é chamada de Contabilidade *Push-down*, que foi discutida anteriormente (Harris, 2015).

Recapitulando, neste método, as investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras os efeitos das operações que foram realizadas pela investidora. Um exemplo é

a necessidade de os investidores ajustarem a avaliação de seus ativos e passivos quando, em um processo de combinação de negócios, o valor pago por esses itens patrimoniais for diferente de seu valor contábil. No caso real em questão, uma subsidiária norte-americana, sediada no Brasil, passou por um processo de combinação de negócios entre os anos X0 a X4, que seguindo as diretrizes US-GAAP que tratam da combinação, teve todos os seus ativos permanentes reavaliados em a data dessa aquisição. De acordo com o pronunciamento, é exigido que, em um processo de combinação de negócios, todos os custos de seu ativo permanente sejam reavaliados a valor justo de mercado.

No exemplo específico, para definição dos valores do ativo permanente, conforme mencionado anteriormente, foi contratada uma empresa terceirizada para realizar os trabalhos globalmente em todas as filiais existentes, identificando os valores do seu ativo permanente, na data da operação de compra. A Tabela 4 abaixo apresenta um resumo dos ativos que foram registrados contabilmente nas entidades adquiridas, bem como os mesmos ativos reavaliados a valor justo de mercado naquele período.

Tabela 4

Resumo Global de Ativos Permanentes reavaliados em 30/07/X4

Em milhares de dólar norte-americanos (000)				
	<i>Valor Contábil (NBV)</i>	<i>Valor de Mercado (FMV)</i>	<i>% do Total</i>	<i>Diferença</i>
América do Norte				
Estados Unidos	9.286,5	9.561,3	54%	274,7
Canadá	2.991,6	2.279,3	13%	(712,3)
Europa				
Alemanha	830,8	268,1	2%	(562,7)
Países Baixos	930,1	418,4	2%	(511,7)
Inglaterra	3.950,8	3.246,4	18%	(704,4)
Asia				
Singapura	2.069,4	899,7	5%	(1.169,8)
China	1.023,5	643,5	4%	(380,0)
América do Sul				
Brasil	1.384,2	338,3	2%	(1.046,0)
Argentina	2,6	0	0%	(2,6)
Total	22.469,6	17.654,9	100%	(4.814,7)

Uma vez determinados os valores do ativo permanente em nível global, foi realizado um trabalho posterior, que separou o total do ativo permanente de cada região por unidade fabril ou pessoa jurídica. O objetivo foi demonstrar a composição de seus custos, bem como a determinação da diferença entre os valores apurados na contabilidade e os valores justos de mercado, na data da transação realizada. Como trabalhamos aqui com um único exemplo, a região da América do Sul, mais especificamente o Brasil, será nosso objeto de análise. A Tabela 5 abaixo mostra a composição dos custos e as diferenças destacadas por pessoa jurídica.

Tabela 5

Resumo do Ativo Permanente do Brasil por empresa em 30/07/X4

Em milhares de dólar norte-americanos (000)						
Valor Contábil (custo de aquisição)						
Subsidiária		Valor Contábil (NBV)	Custo de Reposição	Livros ajustados	Valor de Mercado FMV	Diferença FMV - NBV
Empresa A	7.964,0	788,5	727,3	416,5	338,3	(450,4)
Empresa B	722,5	548,7	728,4	123,8	0	(548,7)
Empresa C	53,9	44,1	59,6	49,7	0	(44,1)
Empresa D	19,0	2,9	19,9	3,3	0	(2,9)
Total - Brasil	8.759,4	1.384,2	1.535,2	593,3	338,3	(1.046,1)

Os valores do ativo permanente foram avaliados pelo valor justo de mercado, sendo que a vida útil de cada bem reflete as estratégias futuras dos negócios da empresa. Na Tabela 5, pode-se observar que os valores justos apurados são materialmente diferentes dos valores apurados nos livros contábeis. Os ativos que não tinham vida útil determinada, que não faziam parte das estratégias da empresa, ou mesmo que foram separados.

O objetivo do processo de contabilidade *push-down* é “refletir o efeito da economia em um processo de compra e alocar o preço total dessa compra para cada item de ativos e passivos conforme exigidos pelo US-GAAP e as diretrizes fiscais contábeis para cada país, bem como sua legislação tributária” (Harris, 2015). Dessa forma, as diferenças apuradas entre os valores dos ativos permanentes registrados contabilmente (valor contábil) e os resultados desses mesmos ativos, porém reavaliados pelo valor justo de mercado, devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme Tabela 6:

Tabela 6

Ajuste a ser feito na contabilidade (em US-GAAP) devido a diferenças no NBV (valor contábil) e FMV (valor de mercado)

Em milhares de dólar norte americanos (000)			
Ativo Permanente	NBV	FMV	"Diferença FMV - NBV"
Terrenos	110,7	27,1	(83,7)
Edifícios	346,0	84,6	(261,5)
Equipamentos	415,2	101,5	(313,8)
Móveis e utensílios	276,8	67,7	(209,2)
Veículos	152,3	37,2	(115,0)
Construção em andamento	83,0	20,3	(62,8)
Total - Brasil	1.384,2	338,3	(1.046,0)

A aplicação da contabilidade *push-down* exige que os reconhecimentos contábeis sejam realizados nos livros da subsidiária adquirida. Utilizando a Tabela 6, acima, a diferença entre FMV e NBV, no valor de \$(1.046,0), seria registrada nos livros contábeis da seguinte forma, conforme Tabela 7:

Tabela 7Lançamentos contábeis de ajuste gerados pela contabilidade *push-down*

Total - Brasil		
Em milhares de dólar norte americanos (000)		
Débito	Adjuste de contabilidade <i>Push-down</i>	\$1.046,0
Crédito	Terrenos	83,7
Crédito	Edifícios	261,5
Crédito	Equipamentos	313,8

Crédito	Móveis e utensílios	209,2
Crédito	Veículos	115,0
Crédito	Construção em andamento	62,8

Dessa forma, o ativo permanente da controlada adquirida é ajustado e avaliado a valor de mercado (FMV), que foi exatamente o valor pago pelo comprador. O lançamento a débito realizado como 'ajustes contábeis de *push-down*', é uma reserva de reavaliação, no entanto, de uma transação comercial efetiva. Para divulgação das demonstrações financeiras, deve fazer parte dos saldos patrimoniais da controlada adquirida conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8

Posição do Ativo Permanente após o reconhecimento do Ajuste de contabilidade

Push-down

Em milhares de dólar norte-americanos (000)			
Ativo Permanente	NBV	Adjuste de <i>Push-down</i>	FMV
Terrenos	110,7	(83,7)	27,1
Edifícios	346,0	(261,5)	84,6
Equipamentos	415,2	(313,8)	101,5
Móveis e utensílios	276,8	(209,2)	67,7
Veículos	152,3	(115,0)	37,2
Construção em andamento	83,0	(62,8)	20,3
Total - Brasil	1.384,2	(1.046,0)	338,3

É importante observar que esses ajustes *push-down* são aplicados apenas para fins de US-GAAP. Os valores correspondentes ao mesmo ativo permanente, para fins de Princípios Contábeis Brasileiros (tanto tributário quanto societário), não sofreram alteração.

Com esta demonstração, e uma vez ajustado o ativo permanente nos livros da controlada, apenas em dólares, devem ser analisados os efeitos tributários que foram gerados entre as diferenças de bases (*Brazilian GAAP versus US-GAAP*). Ou seja, na data da compra, os saldos de valor justo, expressos em dólares norte-americanos e existentes na data da compra, são substancialmente diferentes dos mesmos dólares correspondentes ao valor contábil, para fins de contabilidade societária e fiscal brasileira.

A Tabela 9 apresenta:

- os valores do ativo permanente, em dólares norte-americanos, correspondentes ao valor justo de mercado, após o US-GAAP registrado na controlada, na data da transação e
- as diferenças nos livros fiscais e contábeis, que servirão de base para o reconhecimento dos impostos diferidos ativos ou passivos nas demonstrações financeiras.

Tabela 9

Composição do ativo permanente (BR-GAAP e US-GAAP) em 30/07/X4

Em milhares de dólar norte americanos (000)			
Ativo Permanente	BR-GAAP	US-GAAP	Difference FMV - NBV
Terrenos	110,7	27,1	(83,7)
Edifícios	346,0	84,6	(261,5)
Equipamentos	415,2	101,5	(313,8)
Móveis e utensílios	276,8	67,7	(209,2)
Veículos	152,3	37,2	(115,0)

Construção em andamento	83,0	20,3	(62,8)
Total - Brasil	1.384,2	338,3	(1.046,0)

Com base nos dados da Tabela 9, acima, os pronunciamentos contábeis SFAS 109 (FASB, 1992), ASC 740 (Imposto de Renda) (FASB, 2021a), SFAS 141 (FASB, 2001) e ASC 805 (Combinação de Negócios) (FASB, 2021i) exigem o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo ou passivo, sobre diferenças que tenham impactos fiscais entre os valores apurados em Processo de Alocação de Preços na data da compra e as bases fiscais de ativos e passivos adquiridos e assumidos em processo de combinação de negócios. É o que se analisa na Tabela 10 abaixo:

Tabela 10

Imposto de renda diferido ativo ou passivo gerado a partir de diferenças na base de um processo de combinação de negócios

Em milhares de dolar norte americanos (000)	
	\$
Saldos Ativo Permanente - BR-GAAP	1.384,2
Novo saldo Ativo Permanente - US-GAAP	338,3
Diferenças entre (BR-GAAP vs US-GAAP)	1.046,0
Aliquota do Imposto de Renda	30,0%
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	313,8

Os pronunciamentos são elucidativos para aquelas empresas que passaram ou ainda passarão por um processo de combinação de negócios. Por outro lado, não fornece orientação sobre o reconhecimento contábil de impostos diferidos ativos ou passivos, gerados a partir de diferenças na base de um processo de combinação de negócios.

De fato, não se encontra nas normas, livros ou mesmo artigos que tratam especificamente do reconhecimento contábil para serem utilizados no tratamento dos referidos pronunciamentos do FASB.

Por outro lado, em material técnico elaborado, a empresa de consultoria e auditoria PwC (2020), comentam que foram levantadas questões sobre o reconhecimento imediato na demonstração do resultado dos benefícios fiscais relacionados aos custos incorridos em um processo de combinação de negócios sendo reconhecidos como despesas dedutíveis para fins fiscais, mas fazendo parte da composição do custo do processo de compra para o fins das Demonstrações Financeiras e relatórios.

É entendimento desta empresa de auditoria e consultoria que os benefícios fiscais relacionados com os custos de aquisição ou imputação do preço de aquisição devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras como uma componente da aquisição (exemplo; incluído no preço de aquisição efetuado) ao invés de ter seu reconhecimento no resultado (P&L) (PwC, 2020).

Com base nessa premissa, o correto reconhecimento do imposto de renda diferido, decorrente de um processo de combinação de negócios, está demonstrado na Tabela 11 a seguir:

Tabela 11

Lançamento do imposto diferido ativo decorrente de processo de Combinação de Negócios

Em milhares de dólar norte-americanos (000)		
\$		
Débito	Imposto de Renda Diferido Ativo	313,8
Crédito	Ajuste de contabilidade de <i>Push-down</i> (conta pertencente ao balanço patrimonial)	313,8

Este caso real foi utilizado para ilustrar os impactos de um processo de combinação

de negócios, bem como os impactos dos impostos diferidos ativos e passivos, de acordo com os pronunciamentos contábeis SFAS 109 (FASB, 1992) e ASC 740 (FASB, 2021a) e seu correto reconhecimento contábil nas demonstrações financeiras. Também serviu para demonstrar que uma má aplicação da contabilidade *push-down* pode ter implicações futuras nas demonstrações financeiras, seja na controladora ou na subsidiária adquirida.

El Hajj e Lisboa (2001) mostram um caso equivocadamente na aplicação da contabilidade *push-down*, exemplificando o que ocorreu com a 'Cia Vale do Rio Doce' no Brasil, no 1º semestre de 1997, em que o governo federal, acionista controlador da empresa, vendeu parte das ações aos empregados, por valor inferior ao valor de mercado. Os autores comentam que esse diferencial negativo teve que ser reconhecido pela controladora, pois erroneamente considerou que havia uma forma de remuneração para seus funcionários. Os pesquisadores finalizam dizendo que esse evento, porém, foi reconhecido como item extraordinário, com aprovação da SEC norte americana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O processo de combinação de negócios, em um mercado globalizado, tornou-se há algum tempo uma estratégia fundamental para aquelas empresas que desejam garantir sua sustentabilidade para o futuro.

Segundo a revista Exame, o mercado de fusões e aquisições foi agitado em 2019 (Salomão, 2019). Operações de consolidação criaram gigantes empresas de beleza e shopping centers, como a fusão de Avon e Natura e a fusão de Aliansce e Sonae Sierra Brasil. Em 2019, os negócios envolvendo fusões e aquisições de empresas ultrapassaram o recorde acima de US\$ 3,0 trilhões registrados. Foram 1.231 operações concluídas, o maior número desde 1999, início da série histórica do levantamento feito pela empresa de auditoria e consultoria KPMG. Porém, aliado a esta marca histórica, os desafios permanecem.

Na parte introdutória deste artigo, dois objetivos específicos foram colocados:

1. Objetivo teórico: revelar aspectos do US-GAAP, no caso de Combinação de Negócios e

2. Objetivo Prático: verificar o impacto do imposto de renda diferido nas demonstrações financeiras, sob a ótica do US-GAAP, decorrente de um processo de combinação de empresas, com base em dados reais.

Não excluindo seu valor preditivo, afirmou-se também que a abordagem comparativa dos US-GAAP e das normas brasileira e internacional, nos casos de combinação de negócios, não era um objetivo, pois essas abordagens demandariam estudos mais específicos.

Quanto ao objetivo teórico, as diversas normas contábeis, pareceres e pareceres técnicos referentes ao processo de combinação de negócios foram exaustivamente discutidos em detalhes.

Nesse sentido, concluiu-se que existe apenas um método de avaliação de combinações de negócios: o método de aquisição contábil.

No método de aquisição contábil, todas as combinações de negócios devem ser contabilizadas de acordo com o pronunciamento FAS 141 (FASB, 2001) e ASC 805 (FASB, 2021i). Nesse método, os ativos adquiridos e os passivos assumidos são registrados pelos seus valores justos de mercado, sendo a diferença entre esses valores registrado nas demonstrações financeiras como ágio.

A principal constatação é que existem várias restrições nas bibliografias disponíveis para uma correta compreensão das práticas aplicadas naquele país.

Quanto ao objetivo prático, constatou-se que a organização societária contratou

uma empresa de nível global, que realizou um trabalho de avaliação de todas as filiais existentes, identificando os valores de custo/ valor contábil e os valores de mercado de cada ativo permanente na data de compra realizada. No entanto, o resultado deste trabalho foi tratado como uma exceção denominada *push-down accounting*.

Na mesma linha de raciocínio, porém, no Brasil, quando a reavaliação ocorrer em sociedades investidas, controladas, coligadas ou equiparadas, o investidor reconhecerá em seu patrimônio, pelo método da equivalência patrimonial, os efeitos líquidos gerados em seu investimento. O investidor reconhecerá os efeitos da reavaliação da investida, na conta representativa desse investimento, registrando pelo valor reavaliado, proporcional ao investimento, em contrapartida à conta específica, denominada reserva de reavaliação em controladas e coligadas, no patrimônio líquido. Este processo é chamado de Reserva de Reavaliação Reflexa.

Conclui-se que a exemplo da contabilidade *push-down* utilizada, a empresa segue os modelos e metodologia apresentados nos Pronunciamentos da SFAS 109 (FASB, 1992) e ASC 740 - Contabilização do Imposto de Renda (FASB, 2021a)- e são explicativos suficientes para uma correta aplicação e divulgação nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento contábil entre as diferenças entre os valores registrados contabilmente pelo valor contábil e os valores apurados no momento da compra pelo valor justo de mercado, observa-se que os mesmos não foram registrados na contabilidade da controladora, mas sim, nos livros contábeis de cada subsidiária existente.

No entanto, a restrição mais pronunciada observada é que ambos os Pronunciamentos FASB SFAS 109 (FASB, 1992) e ASC 740 (FASB, 2021a) não são claros quanto à direção que deve ser tomada quanto ao reconhecimento contábil de imposto de renda diferido ativo ou passivo, gerado em um processo de combinação de negócios.

De fato, há uma omissão regulatória por parte do FASB quanto ao procedimento de contabilização desses tributos gerados em um caso específico de combinação de negócios de uma empresa, tornando-se inapropriado em uma situação específica.

Como resultado deste trabalho, espera-se que outras normas, como auditorias, materiais de apoio técnico ou mesmo estudos de caso sejam elaboradas e divulgadas, contribuindo para que eventos não sejam registrados de forma inadequada nos registros contábeis das empresas, como é o caso 'Cia Vale do Rio Doce' no Brasil, em 1997.

Por fim, embora a abordagem comparativa de normas e práticas contábeis não faça parte do objetivo deste artigo, vale ressaltar que o Brasil já utiliza as normas IFRS desde 2007. No entanto, a lacuna de padronização entre US-GAAP e IFRS está longe da equalização.

Portanto, espera-se que, independentemente do momento em que essa padronização ocorra, uma vez que as empresas possam incorporar mais esse avanço, que ele venha de forma estruturada e consistente, para que assuntos complexos, amplamente discutidos, como combinação de negócios, diferidos e imposto de renda, bem como os ajustes para equalização às normas ou procedimentos contábeis, apresentem informações de fácil compreensão e interpretação para o usuário das Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

Accounting Principles Board. (1966). APB Opinion No. 11: Accounting for Leases.

Accounting Principles Board. (1970). Accounting for Convertible Debt and Debt Issued with Stock Purchase Warrants. Accounting Principles Board Opinion No. 16.

Acheampong, D., Valencia, A., & Volkan, A. (2013). Industry specific impact of simplifying deferred taxes. *Journal of Finance and Accountancy*,13(1).

- Anantharaman, D. (2015). Understanding the evolution of SFAS 141 and 142: An analysis of comment letters. *Research in Accounting Regulation*, 27(2), 99-110. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2015.09.001>
- Ayers, B. C., Lefanowicz, C. E., & Robinson, J. R. (2000). The financial statement effects of eliminating the pooling-of-interests method of acquisition accounting. *Accounting Horizons*, 14(1), 1-19. <https://doi.org/10.2308/acch.2000.14.1.1>
- Blaylock, B., Shevlin, T., & Wilson, R. J. (2012). Tax avoidance, large positive temporary book-tax differences, and earnings persistence. *The Accounting Review*, 87(1), 91-120. <https://doi.org/10.2308/accr-10158>
- Camfferman, K., & Detzen, D. (2018). "Forging accounting principles" in France, Germany, Japan, and China: A comparative review. *Accounting History*, 23(4), 448-486. <https://doi.org/10.1177/1032373218763945>
- Carmichael, B. (2020). FASB ASC 740-20. In *Accounting for Deferred Income Taxes*. <https://doi.org/10.1002/9781119724636.ch6>
- Comissão de Pronunciamentos Contábeis (2011). CPC 15 - Combinação de Negócios.
- Davies, P. L. (2017). Control Shifts via Share Acquisition Contracts with Shareholders. *Oxford Legal Studies Research Paper No. 7/2017*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2873764>
- Davis, M. L. (1990). Differential Market Reaction to Pooling and Purchase Methods. *Accounting Review*, 65(3), 696-709.
- Dorata, N. T. (2009). History repeats itself: The acquisition method and nonrecurring charges. *Accounting Forum*, 33(1), 11-26. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2008.07.004>
- Dunne, K. M. (1990). An empirical analysis of management's choice of accounting treatment for business combinations. *Journal of Accounting and Public Policy*, 9(2), 111-133. [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(90\)90014-Q](https://doi.org/10.1016/0278-4254(90)90014-Q)
- Edwards, A. (2018). The deferred tax asset valuation allowance and firm creditworthiness. *Journal of the American Taxation Association*, 40(1), 57-80. <https://doi.org/10.2308/atax-51846>
- El Hajj, Z. S., & Lisboa, L. P. (2001). Business combinations e consolidação das demonstrações contábeis: uma abordagem comparativa entre os pronunciamentos e normas dos US-GAAP, IASC e Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 12(27). <https://doi.org/10.1590/s1519-70772001000300003>
- Feinschreiber, R. (1969). Accelerated depreciation: A proposed new method. *Journal of Accounting Research*, 7(1), 17-21. <https://doi.org/10.2307/2490263>
- Financial Accounting Standards Board. (1987). SFAS No. 96: Accounting for Income Taxes.
- Financial Accounting Standards Board. (1990). Statement of Financial Accounting Concepts No. 6: Elements of Financial Statements. <https://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobnocache=true&blobwhere=1175820925509&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>
- Financial Accounting Standards Board. (1992). Statement of Financial Accounting Standards No. 109: Accounting for Income Taxes.
- Financial Accounting Standards Board. (2001). Financial Accounting Standard No. 141: Business Combinations. <https://www.fasb.org/fulldetails?fasbautonumber=141>

Financial Accounting Standards Board. (2014). Accounting Standards Update No. 2014-17: Revenue Recognition - Topic 605: Transfer of Control of Nonfinancial Assets and Topic 606: Revenue from Contracts with Customers (Topic 853).

Financial Accounting Standards Board. (2021a). ASC 740: Income Taxes. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/imageRoot/02/65565902.pdf>

Financial Accounting Standards Board. (2021b). ASC 740-05-5: Recognition of Uncertain Tax Benefits. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2127150>

Financial Accounting Standards Board. (2021c). ASC 740-10: Income Taxes. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2208940>

Financial Accounting Standards Board. (2021d). ASC 740-10-10: Overall. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2127150>

Financial Accounting Standards Board. (2021e). ASC 740-10-10-1: Objective. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2127150>

Financial Accounting Standards Board. (2021f). ASC 740-10-20: Recognition. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2127143>

Financial Accounting Standards Board. (2021g). ASC 740-10-25-20: Recognition. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2127147>

Financial Accounting Standards Board. (2021h). ASC 740-10-25-3: Recognition. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2127128>

Financial Accounting Standards Board. (2021i). ASC 805: Business Combinations. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/imageRoot/02/65565902.pdf>

Financial Accounting Standards Board. (2021j). ASC 805-50: Business Combinations - Contingent Liabilities. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/topic&trid=2308959>

Financial Accounting Standards Board. (2021k). ASC 805-740: Income Taxes - Business Combinations. In Accounting Standards Codification. <https://asc.fasb.org/subtopic&trid=2308974>

Flood, J. M. (2021). ASC 740 INCOME TAXES. In Wiley GAAP 2021: Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles. <https://doi.org/10.1002/9781119736202.ch46>

Gray, D., & Torres, R. (2019). Accounting for Business Combinations (Topic 805). *World Journal of Business and Management*, 5(2). <https://doi.org/10.5296/wjbm.v5i2.15031>

Harris, P. (2015). Push-down Accounting: A Comprehensive Case Study. *Journal of Business Case Studies (JBACS)*, 11(1), 23–28. <https://doi.org/10.19030/jbcs.v11i1.9049>

Hendriksen, Eldon S. (1999). *Accounting Theory* (Eldon S. Hendriksen, Ed.; 5th Edition). McGraw-Hill Education.

Holtzman, Y., & Nagel, P. (2011). Understanding the basics of SFAS 109. *Journal of Management Development*, 30(1), 106-111. <https://doi.org/10.1108/02621711111098406>


Johnson, P. M., Lopez, T. J., & Sorensen, T. L. (2020). Did SFAS 141/142 improve the market's understanding of net assets, goodwill, or other intangible assets? *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 56, 891–915. <https://doi.org/10.1007/s11156-020-00912-x>

- Kwon, S. H., & Wang, G. (2020). The change in the value relevance of accounting information after mergers and acquisitions: evidence from the adoption of SFAS 141(R). *Accounting and Finance*, 60(3), 2717-2757. <https://doi.org/10.1111/acfi.12411>
- Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm
- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (1976). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm
- Miller, T., Miller, L., & Tolin, J. (2016). Provision for income tax expense ASC 740: A teaching note. *Journal of Accounting Education*, 35, 102-126. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2015.11.007>
- Mintchik, N. (2009). The impact of SFAS No. 141 on earnings predictability of merging firms: Evidence from the initial year of implementation. *Research in Accounting Regulation*, 21(2), 89-99. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2009.06.005>
- Nathan, K. (1988). Do firms pay to pool?: Some empirical evidence. *Journal of Accounting and Public Policy*, 7(3), 185-200. [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(88\)90009-9](https://doi.org/10.1016/0278-4254(88)90009-9)
- Nathan, K., & Dunne, K. M. (1991). The purchase-pooling choice: Some explanatory variables. *Journal of Accounting and Public Policy*, 10(4), 309-323. [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(91\)90004-4](https://doi.org/10.1016/0278-4254(91)90004-4)
- Nurnberg, H., Stickney, C. P., & Weil, R. L. (1975). Combining Stockholders' Equity Accounts Under Pooling of Interests Method. *The Accounting Review*, 50(1), 179-183. <https://www.jstor.org/stable/244683>
- Oestriecher, K., & Beasley, M. (2020). FASB Accounting Standards Updates – Broad Issues. In *Annual Update for Accountants and Auditors: 2020*. John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781119784661.ch1>
- PwC (2020). Income taxes, partially updated May 2020.
- Roevekamp, I. (2019). US monetary policy and the pricing of American Depositary Receipts. *Finance Research Letters*, 29 (June 2019), 418-424 <https://doi.org/10.1016/j.frl.2019.01.006>
- Ross, S. A., Westerfield, R. W., & Jordan, B. D. (2013). *Fundamentals of Corporate Finance*. The McGraw-Hill Companies, Inc.
- Salomão, Karin. Formação de gigantes: 12 fusões e aquisições de 2019. Exame – Negócios. Publicado em 27 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/formacao-de-gigantes-12-fusoes-e-aquisicoes-de-2019/>
- Yin, R. K. (2013). Introduction to Case Study research. *International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)* 3(2), February 2009, 42-53

Mensuração a Valor Justo em Tempos de Crise: Uma Análise das Companhias Aéreas Brasileiras no Período da Pandemia da COVID-19

Isabela de Araujo Bernardo dos Santos


Mestranda em Ciências Contábeis
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ORCID : 0000-0002-3818-332X

E-mail: isabelaaraujo389@gmail.com

Chiara Raiol Paula

Mestranda em Ciências Contábeis
Universidade Federal do Rio Grande do Norte


ORCID : 0000-0002-2502-0222

E-mail: chiarapaula@hotmail.com

Anailson Marcio Gomes

Doutor em Ciências Contábeis UnB/UFPA/UFRN
Mestre em Administração UFPB

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ORCID : 0000-0003-4055-4422

E-mail: anailson82@gmail.com

RESUMO

A pandemia da COVID-19 ocasionou uma crise econômica de grande impacto no setor aéreo, devido às medidas de combate à propagação do coronavírus. Este artigo tem como objetivo analisar a qualidade da informação contábil durante a pandemia da COVID-19, no que se refere ao nível de hierarquia da mensuração a valor justo, das empresas do setor aéreo no período de 2019 (pré-pandemia) a 2020 (pandemia). Os dados foram coletados por meio das notas explicativas das demonstrações contábeis. Em momentos de crise financeira, existe uma expectativa de mudança no nível de hierarquia do valor justo. Como principais resultados, tem-se que, surpreendentemente, no período de pandemia da COVID-19 não houve aumento da mensuração a valor justo no nível 3 da hierarquia. Além disso, apesar de a Gol Linhas Aéreas ter apresentado uma perda na qualidade da informação, não se pode associá-la à ocorrência da pandemia da COVID-19.

Palavras-Chave: Pandemia. COVID-19. Valor justo.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic caused a major economic crisis in the airline industry due to measures to combat the spread of the coronavirus. This article aims to analyze the quality of accounting information during the COVID-19 pandemic, specifically regarding the level of fair value measurement hierarchy of airline companies from 2019 (pre-pandemic) to 2020 (pandemic). Data were collected through the explanatory notes of financial statements. During financial crises, there is an expectation of changes in the level of fair value hierarchy. The main results showed that, surprisingly, during the COVID-19 pandemic, there was no increase in fair value measurement at level 3 of the hierarchy. Although Gol Linhas Aéreas had a loss in information quality, it cannot be associated with the occurrence of the COVID-19 pandemic.

Keywords: Pandemic. COVID-19. Fair Value.

1. INTRODUÇÃO

O período pandêmico que surgiu em decorrência da propagação do vírus Sars-CoV-2, ocasionou várias consequências na economia mundial. Segundo informações da Organização Mundial de Saúde (OMS), o evento é caracterizado como uma pandemia pelo alcance da doença em grande distribuição territorial, dado o registro de surtos de COVID-19 em vários países (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2021). Dito isto, na tentativa de impedir o aumento de infecções pelo vírus através da transmissão local, o Ministério da Saúde, publicou a portaria n.º 356/2020, estabelecendo medidas de contenção, com recomendação de isolamento social e diminuição de circulação de pessoas. Em contrapartida, atividades de vários setores foram suspensas, mediante um cenário de uma devastadora queda de oferta e demanda nos mercados. Entre as empresas que conseguiram permanecer em funcionamento, mais da metade informaram que sofreram efeito negativo, principalmente a indústria (produção), construção civil e o comércio (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

No ambiente brasileiro, de maneira mais abrangente pode-se afirmar que todas as atividades econômicas sofreram efeitos da pandemia da COVID-19, entretanto, alguns setores foram mais impactados. Utilizando como parâmetro o Produto Interno Bruto (PIB), tem-se que as quedas mais abruptas e significativas foram identificadas no setor de serviços, considerando que essas atividades passaram por diversas restrições e até impedidas de funcionar, devido a imposições de medidas sanitárias para conter a propagação da doença. Inclusive os segmentos de lazer e turismo foram os mais prejudicados, visto apresentarem a necessidade de atendimento físico e da circulação de pessoas (G1, 2020).

Partindo do pressuposto de que o setor de turismo compõe diversas atividades relevantes para a economia, tais como: acomodação, agências de viagem, transporte, locadoras de veículos, alimentação, cultura e recreação. Torna-se importante enfatizar que para que o indivíduo possa desfrutar dessas diversas opções, deve-se considerar que em primeiro lugar ele consiga se deslocar de um lugar para outro. Assim, o acesso, principalmente, ao transporte aéreo é considerado como uma atividade essencial, pois, proporciona a mobilidade de diversos turistas e empregados pelo país (Associação Brasileira das Empresas Aéreas [ABEAR], 2020).

Especificamente o setor aéreo, no ano de 2020, apresentou uma drástica queda de resultado em cerca de 51% em comparação ao mesmo período de 2019, incluindo as receitas obtidas em território doméstico e internacional. Além disso, identificou-se que as empresas desse ramo de atividade apresentaram maior participação nas receitas com carga, ao contrário de períodos antes da pandemia, que a parte mais expressiva se referia as receitas com passageiros (Agência Nacional de Aviação Civil [ANAC] 2021).

De modo a melhorar o entendimento dos efeitos ocasionados pela crise sanitária na produção e no resultado das companhias, os usuários das demonstrações contábeis necessitam de mais detalhes, de modo que compreendam fidedignamente a real situação da empresa, sobretudo, os impactos da pandemia da COVID-19. Desse modo, espera-se que no processo de elaboração das informações contábeis, seus operadores, tenham a preocupação de divulgar as atuais e potenciais consequências sofridas nas operações, assim como os riscos e incertezas associadas ao evento, e suas implicações nos julgamentos, estimativas, escolhas e políticas contábeis (PWC, 2020).

As normas contábeis determinam os princípios, regramento e orientações acerca do reconhecimento, mensuração e divulgação dos atos e fatos contábeis

(Figlioli, Lemes & Lima, 2017). Nos últimos quarenta anos, o valor justo tem sido cada vez mais mencionado nas normas contábeis do International Accounting Standards Board (IASB) e Financial Accounting Standard Board (FASB). E conseqüentemente, existe uma discussão importante sobre a relevância e confiabilidade do valor justo como base de mensuração (Zamora-Ramírez & Morales-Díaz, 2018). O valor justo está relacionado mais as exigências na circunstância das quais, um definido preço é acordado, do que ao contexto monetário em si. Em outras palavras, pode-se assumir que o valor justo está próximo à ordenação de um preço, mas não é uma precificação em sua totalidade (Freire, Cavalcante & Silva Filho, 2017). O processo de convergência ao padrão internacional de contabilidade por meio das International Financial Reporting Standards (IFRS), sugere diretrizes de representações contábeis com menos conservadorismo, justamente através da inserção de uma nova regra de mensuração (Santos, Gonçalves & Santos, 2017).

Na contabilidade, mensuração é atribuir valor monetário relevante a itens ou fenômenos agregados a uma empresa, gerados de maneira a autorizar o agrupamento ou a dissolução, quando necessária em eventos específicos (Hendriksen & Van Breda, 1999). Assim, as mensurações ao valor justo, ao considerar o reconhecimento propício de ganhos e perdas econômicas, ocasionam em um menor nível de conservadorismo, conseguindo alcançar um menor nível de reconhecimento assimétrico de perdas em detrimento aos lucros, dando condições de entender, que apesar de existir o otimismo dos administradores sobre ganhos futuros e na formação de errôneas expectativas, o conservadorismo demasiado ocasiona prejuízos diretos a característica qualitativa fundamental de representação fidedigna dos números contábeis (Batista & Paulo, 2020; Santos et al., 2017).

Dentro desse cenário, uma avaliação sob a perspectiva do mercado está sensível à influência de vieses, e de modo mais evidente em mercados com baixa liquidez. Nestes mercados, são aplicadas técnicas de projeção de valor através dos fluxos de caixa estimados, sendo capazes de ocasionar um significativo acréscimo na discricionariedade dos administradores das organizações nesse procedimento de estimação (Figlioli et al., 2017).

A mensuração a valor justo está sujeita ao julgamento tanto por parte do contador quanto pelos gestores (Monico, Silva, Arruda & Lima, 2020). Dito isto, partindo do pressuposto que este tipo de mensuração está baseado em um valor de saída, pode-se dizer que se trata de um tipo de avaliação que mais se aproxima ao valor de mercado. Todavia, muitas das vezes acontece que há ausência de mercado ativo, informações subjetivas e problemas com os modelos e métricas utilizados nas estimações, considerando a perspectiva de que nem todos os ativos e passivos estão sendo negociados em mercados líquidos e estruturados. Assim sendo, têm sido bastante questionado se o aspecto de confiabilidade, neutralidade e representação fidedigna estão sendo ameaçados diante de situações que são utilizadas informações não observáveis principalmente no nível 3 da hierarquia do valor justo, que podem estar carregados de vieses e subjetividade (Sayed & Salotti, 2014).

Considerando que em períodos de crise a volatilidade da mensuração a valor justo é acentuada, faz-se necessário estudar se a qualidade da informação contábil é afetada. Diante disso, assume-se a seguinte questão de pesquisa: No período da pandemia da COVID-19, obteve-se aumento no número de mensurações a valor justo classificadas no nível 3 da hierarquia nas companhias aéreas brasileiras?

Deste modo, essa pesquisa tem como objetivo analisar a qualidade da informação contábil durante a pandemia da COVID-19, quando se trata do nível de hierarquia da mensuração a valor justo, das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras

S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., considerando o enfoque teórico e normativo do CPC 46 (2012) — Mensuração do Valor Justo, no período de 2019 (pré-pandemia) a 2020 (pandemia). E contribui para o avanço da temática do valor justo, colaborando para a literatura que analisa esse tipo de mensuração com os períodos de crise, assim como, a pesquisa servirá como referência para pesquisas futuras que pretendem ampliar a discussão da temática investigada.

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira: nessa seção apresenta-se a introdução e o problema de pesquisa. Na segunda seção realizou-se uma revisão de literatura sobre a mensuração a valor justo, a pandemia da COVID-19 e a teoria da mensuração, bem como, são evidenciados alguns estudos anteriores relacionados ao tema explorado. Na terceira seção, têm-se os aspectos metodológicos. Na quarta seção tem-se a apresentação e análise dos resultados. Por fim, a quinta seção apresenta os achados e as considerações finais da pesquisa, incluindo sugestão para estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mensuração a valor justo

O abundante debate sobre mensuração a valor justo foi impulsionado com o estrondo da crise financeira que desestabilizou o mundo no ano de 2008. Nesse período os bancos sofriam com perdas bilionárias, assim como, outras instituições precisaram reconhecer títulos negociáveis a valor de mercado que possuíam associação com as conhecidas hipotecas *subprimes*, que em decorrência desse reconhecimento a valor justo tiveram suas cotações despencadas, chegando a próximo de zero (Lustosa, 2017). Nesse sentido, como o cenário encontrava-se bastante turbulento, houve muito questionamento sobre esse tipo de mensuração em tempos de instabilidade, chegando até ao ponto, de existirem alguns que acusaram o valor justo como o causador da crise de 2008.

O valor justo, é considerado um padrão de mensuração dos ativos e passivos nos documentos financeiros com emissão do FASB em aproximadamente trinta pronunciamentos tratando o *fair value* como base de mensuração (Mendes, Niyama & Silva, 2018). O valor justo possui uma representação orientada para uma realidade de mercado, ou seja, apresenta um valor econômico, nos quais os valores atribuídos para os respectivos ativos e passivos são determinados em uma perspectiva dos participantes do mercado (Barker & Schulte, 2017).

O Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) 157 — Fair Value Measurements, surpreendeu dando permissão em casos em que não houver mercado existente para determinado ativo, utilizando técnicas de avaliação para encontrar o valor justo do item. Em contrapartida, o fato ocasionou diversas reclassificações de ativos implicando em reversões de perdas que outrora tinham sido reconhecidas e, além disso, ocorreram efeitos no preço das ações no mercado financeiro (Mendes et al., 2018).

A partir da convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais, alterações significativas aconteceram, inclusive em relação à mensuração de ativos e passivos (Serafim et al., 2020). No ambiente brasileiro, o valor justo foi adicionado às normas brasileiras de contabilidade através da NBC TG 02 (Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis), norma aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2008 (Lerner, Machado, Vendruscolo & Victor,

2020). Assim sendo, essa nova base de mensuração entra na contabilidade do Brasil como relevante instrumento de avaliação de elementos patrimoniais, em substituição ao custo histórico, que antes da promulgação da Lei n.º 11 638/07, era considerada a principal base de avaliação (Grillo, Lachini, Baioco, Reina & Sarlo Neto, 2016).

Várias pessoas consideram que o valor justo, por demonstrar maior transparência e informações mais pertinentes, reflete mais apropriadamente a posição financeira das entidades e, por outro lado, outros criticam esse tipo de mensuração por ser complexa, subjetiva, propensa a manipulação por parte dos gestores, e conseqüentemente, considera-se que pode possuir um baixo nível de relevância e confiança (Serafim et al., 2020; Lerner et al., 2020; Mendes et al., 2018). Além disso, outra crítica da mensuração a valor justo é que ela insere a volatilidade na contabilidade (Bastos, Holtz & Santos, 2021).

As mensurações a valor justo, por levar em consideração o reconhecimento tempestivo de perdas econômicas e de ganhos, envolve pouco grau de conservadorismo e reduz a probabilidade de reconhecimento de perdas assimétricas em detrimento dos lucros, sendo essa redução mais do que o dobro quando os bancos conjuntamente reconhecem o risco de crédito (Fontes, Panaretou & Peasnell, 2018), possibilitando induzir que, embora exista o otimismo dos administradores direcionado a ganhos futuros e na sucessão de expectativas ilusórias, o conservadorismo demasiado causa danos diretos a característica qualitativa fundamental de representação fidedigna da informação contábil (Batista & Paulo, 2020).

Ao realizar uma mensuração a valor justo deve-se seguir uma hierarquia que consiste em três níveis: Nível 1 — utiliza dados observáveis de cotações em mercado para ativos ou passivos idênticos. Nível 2 — É utilizado dados observáveis de cotações em mercado para ativos ou passivos semelhantes. Nível 3 — utiliza dados não observáveis, e através de alguns inputs são estimados os valores justos para determinados ativos ou passivos. Diante dessas observações, entende-se que as mensurações do Nível 3 estão sujeitas a mais risco de erro de estimativa e manipulação gerencial, em detrimento dos Níveis 1 e 2 (Lin, Lin, Fornaro & Huang, 2017).

Existem pesquisadores que constataram que as empresas com mais ativos e passivos mensurados ao nível 3 da hierarquia do valor justo, são mais propensas a reconhecerem ganhos não realizados para atender ou superar as metas de previsões dos analistas. Além disso, há evidências de que empresas com níveis mais baixos de governança corporativa divulgam mais passivos de valor justo de nível 3. Essas tendências sugerem que os gestores possuem a capacidade de manipular a divulgação da mensuração do valor justo para gerenciar os lucros reportados (Hsu & Lin, 2016).

Assim sendo, as opiniões sobre o uso do valor justo são bastante pulverizadas entre defensores, críticos e neutros. E por ainda não existir um consenso, o tema torna-se relevante e deve estar perpetuamente sendo discutido no ambiente de pesquisa em contabilidade, principalmente, apresentando os custos e benefícios para sua utilização como base de mensuração (Bastos et al., 2021).

2.2 Pandemia da COVID-19

A COVID-19 se propagou muito rapidamente, principalmente pelo fato de ser desconhecida as estratégias de controle da enfermidade, não tendo ainda as autoridades de saúde estabelecido o tratamento adequado. Diante desse cenário, estimava-se a probabilidade de ocorrência de um colapso no sistema de saúde. Desse

modo, necessitou-se que os municípios, principalmente os mais populosos estivessem em constante cautela, devido à grande circulação de pessoas, porquanto mais suscetíveis à doença. Contudo, dentro de um ambiente carregado de riscos e incertezas, apenas se sabia que o mundo a partir de então não seria mais o mesmo (Silva & Muniz, 2020).

Diante desse cenário, o Ministério da Saúde, publicou a portaria n.º 356/2020, que impõe medidas para contenção da propagação do vírus (isolamento social, quarentena), com o propósito de reduzir a transmissão comunitária do vírus Sars-CoV-2, e evitar que o sistema de saúde sofresse com superlotações. Com essa decisão, houve consequências para a economia, de modo que a produção e vendas de diversos produtos e serviços foram interrompidas, ocasionando efeitos negativos em torno de 70% das empresas que permaneceram ativas (IBGE, 2020).

Dito isto, para facilitar a compreensão, o Ministério da Economia (2020a), fez uma classificação relacionando a pandemia da COVID-19 e as consequências na economia, conforme Tabela 1:

Tabela 1

Classificação dos períodos de sucessão da pandemia da COVID-19 na economia brasileira

	Período	Descrição
1º período – Pré-pandemia	Fevereiro – março 2020	Primeiros impactos recebidos pela economia;
2º período - Pandemia	Abril – julho 2020	Mercado por impactos secundários, crise sobre o emprego, a renda e empresas; e
3º período – Pós-pandemia	Agosto 2020 – 2021	Abrandamento ou fim das medidas sanitárias de contenção e retomada econômica.

Fonte: Ministério da Economia (2020a).

De acordo com a Tabela 1, os primeiros impactos sofridos estavam associados ao mercado internacional, referindo-se aos efeitos ocasionados na economia da China e nas exportações entre países. Além disso, começaram os indícios de piora da situação na Europa, incluindo as negociações com termos de troca, *commodities*, queda das ações etc. (Ministério da Economia, 2020a). Entretanto, no âmbito brasileiro, as providências tomadas para conter a proliferação da COVID-19 começaram a impactar a economia nacional devido à suspensão das atividades comerciais e demais cadeias de produção, o que também resultou na diminuição de confiança por parte de empresários e consumidores, adiando investimentos e reduzindo o consumo de bens e serviços (Ministério da Economia, 2020b).

De abril a julho de 2020, o mercado sofreu impactos secundários as medidas tomadas no primeiro período da pandemia, tais como problemas relacionados ao emprego, a renda e a vitalidade das empresas (Ministério da Economia, 2020c). Na tentativa de minimizar as consequências da pandemia para a economia, o estado lançou mão de um plano emergencial que tinha como objetivo prover recursos financeiros para pessoas físicas e jurídicas, além de intervir no mercado de câmbio para conter a desvalorização do real frente ao dólar (Jesus, Costa, & Amaral, 2020; Ministério da Economia, 2020c).

Os elevados números da COVID-19 no início de 2020 seguidos por uma estabilidade expressiva nos números no meio do ano, e um novo aumento no número

de infectados no final de 2020 (Ministério da Saúde, 2020), fizeram com que esses picos de incidência da doença fossem popularmente chamados como “ondas” (CNN Brasil, 2020). Entretanto, o que aconteceu é que as medidas em um momento eram mais restritivas e em outros eram mais flexíveis, o que fez com que os casos de COVID-19 diminuíssem e aumentassem, respectivamente (Mendes, 2020). Ou seja, trata-se de um único evento com altos e baixos, influenciado pelas medidas de contenção do vírus (OPAS, 2021; BBC News, 2020; Mendes, 2020).

Devido todas as consequências oriundas da pandemia da COVID-19, a economia brasileira sofreu retração em 2020 quando comparada a 2019 (Ministério da Economia, 2020a). Entretanto, no final de 2020 a economia nacional já apresentava sinais de recuperação econômica, e em 2021, a atividade comercial foi favorecida devido às campanhas de vacinação em massa da população, da retomada das parcerias internacionais (Estados Unidos e China), bem como pela expansão do mercado de crédito e do aumento dos empregos (Ministério da Economia, 2020b).

2.3 Teoria da mensuração

É responsabilidade da contabilidade o registro, a mensuração e a evidenciação. Todo o desenvolvimento está relacionado com a elaboração do produto final da contabilidade, em outras palavras, todo o processo culmina para a entrega de informação. Desse modo, é relevante entender que existe a expectativa que a informação fornecida pela contabilidade apresente utilidade para os usuários interessados na entidade (Freire et al., 2017).

A Teoria da Mensuração apresenta-se como um campo da matemática aplicada, sendo útil nos procedimentos de mensuração e análise de dados. Nesse sentido, seu objeto de estudo é a amplitude e a abundância. O conhecimento desses itens, se dá através da prática da própria mensuração, solicitando que sejam realizadas comparações. Além disso, determina-se uma unidade padrão de medida para que o processo de mensuração ocorra em sua excelência (Niyama, 2014).

As características físicas e econômicas dos ativos não são inalteráveis ao decorrer do tempo, inclusive existe a possibilidade de um ativo ser mensurado de diferentes maneiras e sob diversos objetivos. Assim sendo, entende-se que os aspectos do ativo e suas individualidades são determinantes na escolha da base de mensuração, mas de modo vinculado aos objetivos de mensuração (objetivos sintáticos, semânticos e pragmáticos), que são incentivados pela esfera econômica, competitiva, tecnológica, empresarial etc. (Corrêa, Almeida & Gammarano, 2018).

Em resumo, a mensuração contábil é realizada a partir de valores monetários, respeitando que a fase essencial é a determinação de uma base conceitual de mensuração, no qual não é um trabalho descomplicado tendo em vista uma diversidade de critérios contábeis que podem ser utilizados, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido etc. (Corrêa et al., 2018).

Os ativos dispõem de várias particularidades, dito isto, a mensuração e a divulgação de mais de uma característica pode ser significativa para os usuários das demonstrações contábeis. Destarte, a conceituação de avaliação pode ser complementar, assim como podem substituir uns aos outros. Assim como, o custo histórico, dependendo da situação, pode ser um significativo substituto do custo corrente. O custo corrente, pode substituir o valor presente dos fluxos de caixa futuros (Hendriksen & Van Breda, 1999).

Muitos são os aspectos a serem avaliados na procura pelo método de mensuração adequado para os ativos (Pires, Ribeiro, Niyama & Matias-Pereira, 2017;

Corrêa et al., 2018) e a opção de bases inapropriadas pode atrapalhar a qualidade da informação reportada, que perde sua utilidade e relevância. Por isso, antes de as bases serem determinadas, é preciso estabelecer as características dos objetos de mensuração e as características qualitativas que se procura alcançar (Pires et al., 2017).

Dentro dessa discussão, deve ser considerado que as características físicas e econômicas dos ativos não são permanentes e podem ser alteradas ao longo de sua vida útil, como, por exemplo, um ativo mantido para uso na entidade pode ser classificado como mantido para venda em momento oportuno e, através de um conjunto de objetivos sintáticos, semânticos e pragmáticos que são impulsionados pelo ambiente econômico, competitivo, tecnológico, organizacional, etc., no qual um único ativo pode sofrer mais de um tipo de mensuração em diferentes formas e objetivos (Corrêa et al., 2018).

Portanto, até os dias de hoje a contabilidade vive uma discussão muito forte em relação às bases de mensuração por meio do custo histórico x valor justo. Primeiramente, tem-se que o custo é uma medida às vezes insignificante para o que o usuário da informação contábil espera, todavia, é um método de avaliação objetivo e verificável. Por outro lado, o valor torna-se mais significativo para o usuário, entretanto é criticado por ser subjetivo e praticamente impossível de ser verificado. Sobretudo, diante dessa situação o contador precisa julgar se é melhor manter a objetividade ou optar por uma base de mensuração mais relevante para o usuário, porém, subjetiva (Melo, Lucena, Niyama & Mól, 2012).

2.4 Estudos anteriores

Lustosa (2017) mediu o grau de aderência das definições de mensuração direta e indiretamente incluídas no SFAS 157 em detrimento dos conceitos conservadores da contabilidade econômica. Como resultados, observou que os significados de mensuração atribuídos na SFAS 157 são errôneos ou insuficientes indicando que a nomenclatura “valor justo” aparenta ser inapropriada.

Mendes et al (2018) ao estudarem o entendimento dos auditores sobre a mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros mais robustos classificados no nível 3 da hierarquia em instituições financeiras. Observaram que é fundamental o melhoramento das técnicas de estimativas contábeis para os itens avaliados a valor justo de instituições financeiras, assim como, existe a necessidade de aperfeiçoar cada vez mais os controles internos já existentes nas entidades. Além disso, foi destacado a importância em se obter normas mais compreensíveis e diretas.

Figueira e Ambrozini (2019) analisaram o reconhecimento de instrumentos financeiros avaliados a valor justo no resultado e a volatilidade dos lucros contábeis. A partir da análise dos resultados, foi observado que o efeito sobre o lucro líquido dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos financeiros tende há um direcionamento a suavização, incluindo empresas não-financeiras e bancos. Para os dois tipos houve o mesmo efeito, e desse modo, não foi observado acréscimo na volatilidade como é bastante defendido pelos críticos do valor justo. Além disso, esse resultado pode representar uma tendência para que se tenha um efeito positivo na avaliação dessas empresas pelo mercado e por credores, partindo do pressuposto de que eles são aversos ao risco, e optam por constância nos lucros ao decorrer do tempo.

Ali, Kareem e Barrak (2020) tiveram como objetivo pesquisar o efeito da taxa de câmbio na mensuração a valor justo dos ativos. A partir dessa investigação ficou

evidente o efeito da revisão da taxa de câmbio na manutenção do valor justo dos ativos, em geral à luz da crise da COVID-19. Dentre os principais achados, os autores identificaram que nesse cenário de crise no ambiente iraquiano, existe a necessidade de o Banco Central usar políticas monetárias mais eficazes, diversificar as fontes de renda da economia iraquiana e estimular o desenvolvimento de todos os setores econômicos, políticas financeiras que incentivem os investimentos e ter um plano de gestão de crises.

Rodríguez, Bolívar e Reyes (2021) investigaram a relação entre efeitos da pandemia da COVID-19 e a volatilidade. Em complemento, ainda foi analisado se existiam possíveis associações entre as medidas de mitigação e contenção adotadas pelos governos e a volatilidade. Os resultados apontaram que existem evidências de que existe uma relação estatística significativa entre as medidas de contenção, mitigação e volatilidade. Por outro lado, não foram encontradas evidências suficientes para comprovar a existência de uma relação positiva entre os efeitos da pandemia da COVID-19 e a volatilidade.

Dontoh, Elayan, Ronen & Ronen (2021) ao investigarem os efeitos das reduções nos preços do mercado oriundos da mensuração a valor justo, descobriram que as empresas que baixaram ativos em decorrência das regras do valor justo, experimentaram retornos de ações negativos anormais significativos. Além disso, as consequências diretas e indiretas das reduções originadas da insolvência proporcionada pela crise nos mercados de ativos financeiros e nos mercados de títulos foram além do esperado, tendo assim, uma cadeia de consequências adversas da crise devido à mensuração a valor justo.

Contudo, conforme as pesquisas mencionadas, entende-se que a temática de mensuração a valor justo é discutida entre os pesquisadores nacionais e internacionais. Necessitando, ainda, ser intensificada com relação ao contexto das crises financeiras, principalmente a despeito da pandemia da COVID-19, que ainda tem ocasionado efeitos econômicos mundialmente. Dito isto, observa-se que existe uma carência social e da comunidade científica em entender se esse contexto produz efeitos na qualidade da informação contábil.

3. METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, que possui um direcionamento mais interpretativo, preconizando que o mundo e a sociedade precisam ser analisados sob a visão daqueles que presenciaram o fenômeno. Conseqüentemente, o objeto de pesquisa é socialmente construído, tornando-se um instrumento imprescindível para estudar os processos vivenciados e os abrangentes acontecimentos de interação da sociedade (Gil, 2019). Além disso, a pesquisa possui caráter documental, que, segundo Gil (2019), consiste em dados contidos em registros cursivos, geralmente sob controle de órgãos governamentais.

Como material de pesquisa foram usadas as notas explicativas das demonstrações contábeis anuais de empresas do setor aéreo, durante os períodos de 2019 (pré-pandemia) e 2020 (pandemia), disponibilizadas no sítio web das companhias, com uma população de 35 empresas aéreas do Brasil, e uma amostra de 3 empresas — Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A., além da Latam Airlines Group S. A., escolhidas por sua expressiva atuação no mercado brasileiro, no período de 2013 a 2018.

A princípio foi realizada uma análise e observância dos dados contidos nas Notas Explicativas dessas companhias sobre a mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, com o propósito de constatar o nível de hierarquia do valor justo desses itens.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Ano 2019

Em 2019, o setor aéreo brasileiro transportou um total de 104,4 milhões de passageiros pagos, o setor tinha experimentado um sutil crescimento quando comparado a 2018 (Ministério da Infraestrutura, 2020a). Tendo sido marcado pela interrupção das atividades aéreas da empresa Avianca Brasil (Rodas, 2020). Entretanto, a fatia do mercado que competia a referida empresa foi assimilada pelas três maiores companhias aéreas brasileiras: Latam Airlines Brasil, Gol Linhas Aéreas e Azul Linhas Aéreas (ABEAR, 2020). Em conjunto, as três organizações respondem por 99,6% do mercado nacional (Ministério da Infraestrutura, 2020a; ABEAR, 2020).

No mercado doméstico, em 2019, a Gol Linhas Aéreas foi a empresa com maior representatividade, seguida pela Latam Airlines Brasil e pela Azul Linhas Aéreas. Quanto ao mercado internacional, a companhia com maior expressividade foi a Latam Airlines Brasil, com 65,5% de participação, seguida pela Azul Linhas Aéreas com 22,5% e Gol Linhas Aéreas, com 12% (Ministério da Infraestrutura, 2020b).

A Azul Linhas Aéreas Brasileiras, é a companhia aérea que mais se expandiu no Brasil desde o início de suas atividades em dezembro de 2008, possuindo atualmente a maior malha aérea do país, oferecendo mais de 100 destinos de viagens. E que também opera voos internacionais para os Estados Unidos, Portugal, Buenos Aires, Punta Del Leste, Montevideu e Caiena. Diante dessa situação mencionada, a companhia é considerada como a terceira maior companhia de aviação civil do Brasil. A empresa destaca que possui o objetivo de impulsionar o tráfego aéreo de maneira que estimule a economia doméstica, oferecendo preços baixos com alta qualidade dos serviços prestados.

Ao analisar as notas explicativas das demonstrações contábeis anuais da Azul Linhas Aéreas Brasileiras em 2019, constata-se que os instrumentos financeiros mensurados a valor justo estavam classificados nos níveis 2 e 3 da hierarquia, e a empresa não possuía nenhum item classificado no nível 1. Isso significa que a companhia utilizava informações observáveis e dados não observáveis na valoração desses ativos e passivos financeiros.

A Gol Linhas Aéreas está no mercado de aviação desde 2001, e atualmente encontra-se dentro do grupo de companhias que mais cresce nesse setor, em termos mundiais. Possui como propósito estar em primeiro lugar na escolha do consumidor seja para viajar, trabalhar ou investir. Oferecendo valores acessíveis aos seus usuários, sem deixar de servi-los com segurança e inteligência. A companhia possui cerca de 13,3% de participação no mercado internacional e 38,8% no mercado nacional, possui uma frota de 133 aeronaves e uma média de 715 voos diários.

Nas notas explicativas da Gol Linhas Aéreas das demonstrações anuais de 2019, a companhia apresentava 50% de instrumentos financeiros mensurados a valor justo no nível 1 da hierarquia e 50% de instrumentos financeiros mensurados a valor justo no nível 2 da hierarquia. E nenhum item classificado no nível 3. Ou seja, a empresa estava avaliando seus ativos e passivos financeiros no período pré-

pandemia com preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data de mensuração e informações observáveis.

A Latam Airlines Brasil é o principal grupo do setor de aviação da América Latina, atuando no Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A empresa é conhecida por suas práticas sustentáveis baseadas em critérios econômicos, sociais e ambientais. E possui ações negociadas na Bolsa de Valores de Santiago e nos Estados Unidos.

Com relação à avaliação dos ativos e passivos financeiros da Latam Airlines Brasil evidenciados nas notas explicativas das demonstrações contábeis de 2019. A companhia classifica seus instrumentos financeiros da seguinte maneira: 1 — Instrumentos de Cobertura (incluindo contratos de instrumentos derivativos de taxa de juros, contratos de derivativos de combustíveis; e contratos de derivativos de moeda); e 2 — Investimentos Financeiros (incluindo investimentos em fundos mútuos de curto prazo e fundos de investimento privado). Em 31 de dezembro de 2019, apresentavam ativos e passivos financeiros mensurados nos níveis 1 e 2 da hierarquia do valor justo, utilizando preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data de mensuração e informações observáveis.

4.2 Ano 2020

No primeiro trimestre de 2020, devido às medidas de restrição de mobilidade social para conter o avanço da pandemia, bem como pela desvalorização da moeda brasileira, o transporte aéreo, representado pelas três principais empresas brasileiras do setor — Azul Linhas Aéreas, Gol Linhas Aéreas e Latam Airlines Brasil — registrou o maior prejuízo líquido, desde 2015 (Ministério da Infraestrutura, 2020b).

Diante da redução da atividade aérea a composição das receitas e custos das empresas aéreas substancialmente foram modificadas, visto que a venda de bilhetes aéreos sofreu redução de 34,5% e, o serviço de transporte de carga e mala sofreu diminuição de 33,3% em comparação a 2019 (Ministério da Infraestrutura, 2020c).

Com o objetivo de se manter no mercado, a Azul Linhas Aéreas fez um remanejamento de suas operações, reduzindo a quantidade de voos e recalculando rotas. Optando por voos que fossem capazes de gerar receita suficiente para cobrir seus custos variáveis, que representavam naquele momento 60% do total dos custos operacionais da companhia (Azul, 2020). No segundo e terceiro trimestre de 2020, a companhia executou um plano de retomada, objetivando gerar economia de caixa e capital de giro (Azul, 2020).

Em relação à mensuração a valor justo dos ativos e passivos financeiros da companhia neste período de pandemia, tem-se que até o 2.º trimestre de 2020, a mesma apresentava seus itens mensurados ao nível 2 e 3 da hierarquia do valor justo, todavia, a partir do 3.º trimestre a Azul Linhas Aéreas Brasileiras passou a apresentar a avaliação nos níveis 1 e 2 da hierarquia, ou seja, não apresentava mais nenhum item mensurado ao nível 3. Isso significa que houve melhora na qualidade da informação contábil, pelo fato de a empresa ter migrado do nível 3 para o nível 2, deixando de utilizar dados não observáveis no processo de mensuração.

No início de 2020, quando a pandemia da COVID-19 foi declarada, a Gol Linhas Aéreas tinha o intuito de conter os custos em toda a companhia através da eliminação de itens não essenciais, assim ela descontinuou temporariamente quase todos os voos, adiou pagamentos de arrendamentos e entregas de novas aeronaves, abdicou de investimentos, negociou prazos com fornecedores e diminuiu consideravelmente despesas com pessoal. Com isso, a empresa obteve uma expressiva melhora na

margem do fluxo de caixa nos primeiros três meses de 2020. O equivalente à receita esperada até o final do ano (Gol, 2020).

No período de pandemia, a Gol Linhas Aéreas com relação à mensuração a valor justo de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2020 a companhia apresentou uma queda na mensuração a valor justo no nível 01 de hierarquia passando a apresentar 37,5% dos instrumentos financeiros, e conseqüentemente, houve um acréscimo na mensuração a valor justo no nível 02 de hierarquia passando a apresentar 62,5% dos instrumentos financeiros. E nenhum item apresentado no nível 03 da hierarquia. Diante desses dados, pode-se afirmar que houve perda na qualidade da informação contábil da companhia durante o ano de 2020, justamente porque deve-se priorizar em avaliação o máximo de itens ao nível 1, a partir de preços cotados, já que o CPC 46 — Mensuração do Valor Justo, destaca que se deve seguir a hierarquia. Dentro desse cenário de crise econômica e sanitária, esperava-se que outras informações se tornassem mais relevantes, ocasionando até a mudança de nível de hierarquia de valor justo.

Em 2020, a Latam Airlines Brasil precisou reformular suas operações de modo a sobressair da crise marcada pela abrupta redução na receita com passageiros em razão da pandemia da COVID-19, passou a ter como atividade principal o transporte de cargas, aumento as receitas com esse segmento em 12,8% em comparação ao período anterior. Em resumo, apesar da companhia adotar estratégias para mitigar os efeitos do período, obteve uma redução na receita líquida em aproximadamente 54% tomando como referência o ano anterior (Latam, 2021).

Nas notas explicativas das demonstrações anuais do ano de 2020 da Latam Airlines Brasil, observou-se que o nível da hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros da companhia se manteve, continuando a mesma, no período de pandemia a avaliar seus instrumentos financeiros nos níveis 1 e 2 da hierarquia. Essa manutenção dos níveis de hierarquia, é algo bastante positivo para a entidade porque significa que mesmo passando por um momento de crise como o da pandemia da COVID-19, a empresa conseguiu manter a qualidade da informação contábil relacionada a mensuração a valor justo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar se no período da pandemia da COVID-19 houve uma perda na qualidade da informação contábil, de três empresas do setor aéreo brasileiro – Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., quando se trata do nível de hierarquia da mensuração a valor justo. Para isso, buscou-se analisar as notas explicativas das demonstrações contábeis disponibilizadas pelas companhias, especificamente as que tratavam sobre mensuração a valor justo de instrumentos financeiros, para fazer a comparação entre o período pré-pandemia (2019) e pandemia (2020).

Os principais resultados indicam que: (i) não houve aumento na mensuração a valor justo no nível 3 da hierarquia no período de pandemia da COVID-19; (ii) houve melhora na qualidade da informação contábil da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; (iii) em 2020, na Gol Linhas Aéreas houve perda na qualidade da informação contábil da companhia; (iv) a Latam Airlines Brasil conservou a mesmo nível de hierarquia (1 e 2) nos períodos pré-pandemia e pandemia.

Diferentemente do esperado, pelo fato de que em um período de crise econômica e sanitária que afetou o mundo acreditava-se que quando se trata de mensuração a valor justo, os dados não observáveis ganhariam mais importância,

ocasionando uma tendência a mudanças do nível 2 para o nível 3 da hierarquia. Entretanto, como pode-se observar com as companhias aéreas brasileiras isso não aconteceu. Esses resultados, vão de encontro com os estudos anteriormente realizados de Figueira e Ambrozini (2019), não compartilhando a ideia dos críticos ao valor justo que afirmam que esse tipo de mensuração é praticamente desastroso e prejudicial à qualidade da informação contábil em tempos de crise. E corrobora com Rodríguez et al (2021), quando também não há evidências necessárias para afirmar ou não se a pandemia da COVID-19 causa impacto direto na volatilidade.

Como implicações práticas, o artigo contribui para o avanço da pesquisa na área de contabilidade societária, especificamente ao estudo da mensuração a valor justo sob as mais diversas perspectivas. Ademais, é perceptível que as empresas procuram manter um nível constante de qualidade da informação contábil, não utilizando a subjetividade do valor justo para benefício próprio. Dito isto, o estudo colaborou, também, no entendimento da mensuração a valor justo em tempos de crise, no qual o mesmo é bastante defendido por alguns e criticado por outros simultaneamente. A pesquisa limitou-se à análise das notas explicativas de apenas três companhias, não sendo possível examinar um maior quantitativo de empresas, até mesmo porque a maioria das empresas do setor aéreo não disponibiliza seus demonstrativos publicamente. E como sugestão de pesquisa, é relevante que o estudo seja aplicado a outros setores da economia.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. (2021). *Anuário do transporte aéreo: sumário executivo - 2020*. Recuperado de <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-do-transporte-aereo>

Ali, M. H., Kareem, H. B., & Barrak, J. I. (2020). Uses of the revised exchange rate to maintain fair value of assets under COVID. 19 crisis. *Industrial Engineering & Management Systems*, 19(4), 932-948.

Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR. (2020). *Panorama 2019 - O Setor Aéreo em Dados e Análises*. Recuperado de <https://www.abear.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Panorama2019.pdf>

Azul. (2020). *Relação com investidores*. Recuperado de <https://ri.voeazul.com.br/>

Barker, R., & Schulte, S. (2017). Representing the market perspective: Fair value measurement for non-financial assets. *Accounting, Organizations and Society*, 56, 55-67.

Bastos, E. V. P., Holtz, L., & Santos, O. M. (2021). Mensuração a valor justo e seus impactos nos honorários de auditoria: evidências no mercado brasileiro. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 13(2), 80-99.

Batista, F. F., & Paulo, E. (2020). Conservadorismo e mensuração das propriedades para investimento no setor de exploração de imóveis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(2), 1-19.

CNN Brasil. (20 de Julho de 2020). Segunda onda de pandemia atinge mercados: como proteger os investimentos? (A. Jankavski, Editor) Fonte: CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/segunda-onda-de-pandemia-atinge-mercados-como-protger-os-investimentos/>

Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC). (2012). Pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do valor justo.

http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2014.pdf

Corrêa, A. R., Jr., Almeida, J. S., & Gammarano, I. L. P. (2018). Reflexões sobre a teoria da mensuração e suas aplicações matemáticas e contábeis. *Contribuciones a la Economía*.

Dontoh, A., Elayan, F. A., Ronen, J., & Ronen, T. (2021). Unfair “Fair Value” in illiquid markets: Information spillover effects in times of crisis. *Management Science*, 67(8), 5163-5193.

Figlioli, B., Lemes, S., & Lima, F. G. (2017). IFRS, sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, 326-343.

Figueira, L. M., & Ambrozini, M. A. (2019). Impacto do reconhecimento de instrumentos financeiros mensurados a valor justo sobre a volatilidade do resultado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(38), 57-86.

Fontes, J. C., Panaretou, A., & Peasnell, K. V. (2018). The impact of fair value measurement for bank assets on information asymmetry and the moderating effect of own credit risk gains and losses. *The Accounting Review*, 93(6), 127-147.

Freire, A. P. F., Cavalcante, P. R. D. N., & Silva Filho, P. A. M. D. (2017). Heritage asset: uma proposta de mensuração com base em critérios encontrados na teoria econômica. *Pensar Contábil*, 19(68).

Fundação Getúlio Vargas (FGV). (2020). Confiança Empresarial recua em abril de 2020 e registra o menor nível da série histórica. Fonte:

<https://portal.fgv.br/noticias/confianca-empresarial-recua-abril-2020-e-registra-menor-nivel-serie-historica>

Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 7º ed. Grupo Gen.

Globo - G1. (2020). *Tombo recorde do PIB: veja setores mais e menos afetados na pandemia*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/01/tombo-recorde-do-pib-veja-setores-mais-e-menos-afetados-na-pandemia.ghtml>

Gol. (sd). *Demonstrações financeiras. Central de resultados*. Recuperado de https://ri.voegol.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=53858

Grillo, F. F., Lachini, T. C., Baioco, V. G., Reina, D., & Sarlo Neto, A. (2016). Value Relevance: Análise dos efeitos da avaliação a valor justo. *ConTexto*, 16(32).

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Hsu, P. H., & Lin, Y. R. (2016). Fair value accounting and Earnings Management. *Eurasian Journal of Business and Management*, 4(2), 41-54.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). O IBGE apoiando o combate à COVID-19. Indicadores de empresas. Fonte:

<https://COVID19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>

Jesus, J. S., Costa, N. N., & Amaral, A. M. P. (2020). Uma análise do impacto do Coronavírus na economia mundial e brasileira. *Negócios Em Projeção*, 11(1), pp. 200-204. Fonte:

<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/1606>

Latam. (2021). *Relação com investidores*. Recuperado de <http://www.latamairlinesgroup.net/pt-pt/results-center>

Lerner, A. F., Machado, V. N., Vendruscolo, M. I., & Victor, F. G. (2020). Valor justo das commodities agrícolas como determinante do lucro líquido das companhias abertas brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(3), 122-147.

Lin, Y. H., Lin, S., Fornaro, J. M., & Huang, H. W. S. (2017). Fair value measurement and accounting restatements. *Advances in accounting*, 38, 30-45.

Lustosa, P. R. B. (2017). A (in?) justiça do valor justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(1), 5-21.

Melo, C. L. L. D., Lucena, E. R. F. D. C. V., Niyama, J. K., & Mól, A. L. R. (2012). Mensuração a valor justo: um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 4(1), 138-155.

Mendes, E. V. (2020). O lado oculto de uma pandemia: a terceira onda da COVID-19 ou o paciente invisível. Conselho Nacional de Secretárias da saúde (CONASS). Fonte: <https://www.conass.org.br/biblioteca/o-lado-oculto-de-uma-pandemia-a-terceira-onda-da-COVID-19-ou-o-paciente-invisivel/>

Mendes, P. C. D. M., Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2018). A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos Financeiros a Valor Justo nas Instituições Financeiras. *BBR. Brazilian Business Review*, 15, 363-381.

Ministério da Economia. (2020a). Nota informativa: uma Análise da Crise gerada pela COVID-19 e a Reação de Política Econômica. Nota técnica. Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-uma-ana-lise-da-cri-se-gerada-pela-COVID19.pdf/view>

Ministério da Economia. (2020b). Boletim Macro Fiscal da SPE: maio de 2020. Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/2020/boletim-macrofiscal-maio-2020-v12.pdf/view>

Ministério da Economia. (2020a). Nota informativa: uma Análise da Crise gerada pela COVID-19 e a Reação de Política Econômica. Nota técnica. Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-uma-ana-lise-da-cri-se-gerada-pela-COVID19.pdf/view>

Ministério da Economia. (2020b). Boletim Macro Fiscal da SPE: maio de 2020. Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/2020/boletim-macrofiscal-maio-2020-v12.pdf/view>

Ministério da Economia. (2020c). Nota informativa: Medidas de Combate aos Efeitos Econômicos da COVID-19. Nota técnica. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-informativa-medidas-fiscais-coronavirus-final-17_04.pdf/view

Ministério da Infraestrutura. (2020a). Empresas aéreas brasileiras transportam 104,4 milhões de passageiros em 2019. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Recuperado de <https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2020/empresas-aereas-brasileiras-transportam-104-4-milhoes-de-passageiros-em-2019>

- Ministério da Infraestrutura. (2020b). Azul, Gol e LATAM registram prejuízo de 9,7 bilhões no 1º trimestre do ano. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Recuperado de <https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2020/azul-gol-e-latam-registram-prejuizo-de-9-7-bilhoes-no-1o-trimestre-do-ano>
- Ministério da Infraestrutura. (2020c). Dados do 2º tri revelam impacto de mais de 6 bilhões nas aéreas brasileiras. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Recuperado de <https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2020/dados-do-2o-tri-revelam-impacto-de-mais-de-6-bilhoes-nas-aereas-brasileiras>
- Ministério da Saúde. (2020). Boletim epidemiológico especial doença pelo coronavírus COVID-19 nº 38. Semana Epidemiológica 44 (25 a 31/10) de 2020. Secretaria de Vigilância em Saúde. Fonte: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/novembro/13/boletim_epidemiologico_COVID_38_final_compress ed.pdf/
- Monico, A. S., Silva, D. C., Arruda, A. G. S., & Lima, E. M. (2020). Analysis of compliance level of biological assets in public companies. *Custos e Agronegocio On Line*, 16(1), 222-249.
- Niyama, J. K. (Org.) (2014). *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2021). Histórico da pandemia de COVID-19. Fonte: <https://www.paho.org/pt/COVID19/historico-da-pandemia-COVID-19>
- Pires, C. B., Ribeiro, D. C., Niyama, J. K., & Matias Pereira, J. (2017). Heritage Assets: desafios para a sua mensuração. *Universitas: Gestão e TI*, 7(1).
- PWC. (2020). COVID – 19: Relatórios financeiros e divulgações. Fonte: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/consultoria-negocios/2020/COVID-19/COVID-19-informacoes-financeiras.html>
- Rodas, S. (2020). Por não poder cumprir plano de recuperação, Avianca tem falência decretada. *Consultório Jurídico - Conjur*. Recuperado de <https://www.conjur.com.br/2020-jul-14/nao-poder-recuperar-avianca-falencia-decretada>
- Rodríguez, T. G., Bolívar, H. R., & Reyes, A. Z. (2021). Volatilidad y COVID-19: evidencia empírica internacional. *Revista Mexicana de Economía y Finanzas Nueva Época REMEF*, 16(3), 605.
- Santos, L. A. F., Gonçalves, D. E. S., & Santos, R. O. (2017). Uma análise do Conservadorismo após a implantação das IFRS: um estudo em empresas listadas na BMF&Bovespa. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 9(1).
- Sayed, S., & Salotti, B. M. (2014). O uso do valor justo e suas relações com os valores de Mercado das instituições financeiras. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(3), 15-37.
- Serafim, A. O., Sousa, I. G. M., Lima, L. R., Cordeiro, S. L., Silva, F. F., Lima, J. N., & Silva, A. M. (2020). Valor justo como mecanismo de mensuração de ativos e passivos: A percepção dos contadores do estado de Pernambuco. *Brazilian Journal of Development*, 6(7).
- Silva, J. B. D., & Muniz, A. M. V. (2020). Pandemia do Coronavírus no Brasil: impactos no território cearense. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, (17). <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10501>


Zamora-Ramírez, C., & Morales-Díaz, J. (2018). The use of fair value measurement in financial reporting: A literature review. *Studies of Applied Economics*, 36(2), 489-514.

Rotatividade de Estoque: um Indicador para Gestão do Setor Supermercadista

Alan de Jesus Marinho Carvalho

Graduação em Engenharia de Produção
Universidade da Amazônia
E-mail: alancarvalho1993@gmail.com

Dinaldo do Nascimento Araujo

Doutor em Engenharia de produção
Universidade da Amazônia / PPAD
Universidade do Estado do Pará
ORCID : 0000-0002-0567-6937
E-mail: araujodinaldo@gmail.com

Tiago Magela Miranda de Araujo

Graduação em Engenharia de Produção
Universidade da Amazônia
E-mail: tiagommaraujo@gmail.com

Wesley de Souza Crisóstomo

Graduação em Engenharia de Produção
Universidade da Amazônia
E-mail: wesleycrisostomo3@gmail.com

RESUMO

A gestão de estoques de uma empresa comercial varejista é sem dúvida, um dos pontos valiosos nos quesitos de controle de custos e de desperdícios. Este artigo consiste em responder se um indicador de rotatividade de estoque pode amenizar os problemas de gestão de estoque de um determinado estabelecimento supermercadista varejista. A pesquisa foi elaborada com base teórica em ferramentas utilizadas pela administração de materiais dentro do segmento de supermercados varejistas e atacadistas, como a classificação ABC, ciclo PDCA e a metodologia 5S. Foi utilizado o método de estudo de caso em um supermercado na região metropolitana de Belém, no estoque de material de limpeza pesada, onde fez-se uso da técnica de entrevistas com o gerente e estoquistas. Foram feitas visitas, análise de relatórios e observação do espaço físico do estoque da empresa. Por fim, após dois meses implementadas as sugestões dos resultados da pesquisa e com base no indicador de rotatividade, foi possível obter uma nova curva ABC e melhoria na gestão do estoque, com relação a planilha de cronograma de pedidos, organização e limpeza. **Palavras-Chave:** Gestão de estoque. Rotatividade de Estoque. Curva ABC.

ABSTRACT

Inventory management for a retail commercial company is undoubtedly one of the valuable points in terms of cost and waste control. This article consists of answering whether a stock turnover indicator can alleviate the stock management problems of a certain retail supermarket. The research was elaborated with theoretical basis in tools used for the administration of materials within the segment of supermarkets retailers and wholesalers, such as the ABC classification, PDCA cycle and the 5S methodology. The case study method was used in a supermarket in the metropolitan region of Belém,

in the stock of heavy cleaning material, where the technique of interviews with the manager and stockists was used. Visits, analysis of reports and observation of the physical space of the company's stock were made. Finally, after two months of implementing the suggestions of the research results and based on the turnover indicator, it was possible to obtain a new ABC curve and improvement in stock management, in relation to the order schedule spreadsheet, organization and cleaning. **Keywords:** Inventory management. Inventory Turnover. ABC curve.

1. INTRODUÇÃO

Com a chegada de novos entrantes no mercado supermercadista na região metropolitana de Belém, como por exemplo, Assaí, Matheus e Atacadão, tem originado uma grande disputa de preços e de qualidade no setor, principalmente com os supermercadistas locais, que por décadas já se encontravam estabelecidos.

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS (2022), no ano de 2021 o setor supermercadista faturou 611,2 bilhões de reais, desse montante 67,8% ou 414,4 bilhões corresponderam dos 500 maiores estabelecimentos supermercadistas. E o estado do Pará com 1,8%, ocupa a 11ª posição em participação de faturamento no setor supermercadista, e apresenta oito estabelecimentos com a seguinte ordem de classificação de acordo com o Ranking da ABRAS 2022, em relação ao faturamento: (1) Líder comércio e indústria Ltda (17º lugar); (2) Formosa supermercados e magazine Ltda (48º lugar); (3) Casa Santa Ltda (203º lugar); (4) Supermercado Cidade Ltda (267º lugar); (5) Supermercado Biasi (277º lugar – novo); (6) Portugal comércio de produtos descartáveis Ltda (295º lugar); (7) Supermercado Du Bairro (341º lugar – novo) e (8) Gontijo & Gontijo Ltda – ME (1.182º lugar - novo).

O que revela que o estado do Pará é um dos mais importantes mercados de desenvolvimento econômico e sustentável da região norte do País a ser explorado no respectivo setor supermercadista.

De acordo com dados da Fecomercio (2022), ocorreu uma queda nas vendas do varejo no estado do Pará, de set/2021 para set/2020, -1,4%, no entanto, estimou-se que o PIB paraense, no ano de 2022, seja de 3,1%, um pouco superior ao avanço de 2,6% em 2021, face o aumento de produtividade no setor alimentício e agroindustrial. Partindo do pressuposto de competitividade mercadológica, acredita-se que uns dos principais departamentos de um supermercado que se deve dar atenção é o estoque. Pois é no estoque que está a maior quantidade de dinheiro investido para o bom funcionamento e necessidades dos clientes, e consequentemente um bom gerenciamento nessa área é essencial para a empresa ser eficiente.

Para Borges *et al* (2010), um bom gerenciamento de estoques ajuda na redução dos valores monetários envolvidos, de forma a mantê-los mais baixos possíveis, mas dentro dos níveis de segurança e dos volumes para o atendimento da demanda. O gerenciamento de estoque é a atividade de planejar e controlar acúmulos de recursos transformados, conforme eles se movem pelas cadeias de suprimentos, operações e processos (BETTS *et al*, 2008, p. 295).

O estoque pode ser o pulmão contra flutuações inesperadas no suprimento e na demanda, conhecido também como estoque de segurança, que podem compensar as incertezas no processo de suprimento de mercadorias para a empresa.

Segundo Slack *et al* (2002), não importa o que está sendo armazenado como estoque, ou onde ele está posicionado na operação, ele existirá porque existe uma diferença de ritmo ou de taxa entre fornecimento e demanda. Se o fornecimento de

qualquer item ocorresse exatamente quando fosse demandado, o item nunca necessitaria ser estocado. Quando a taxa de fornecimento excede a taxa de demanda, o estoque aumenta; quando a taxa de demanda excede a taxa de fornecimento, o estoque diminui. O ponto óbvio a ressaltar é que, se uma operação pode fazer esforços para equilibrar as taxas de fornecimentos e de demanda, provavelmente acontecerá uma redução em seus níveis de estoque.

Considerando os parágrafos anteriores, no setor supermercadista de varejo, acredita-se que a gestão dos estoques dos produtos é item primordial para equilibrar não só o número de pedidos, mas também na utilização de espaço, de ordem de arrumação, controle de validade dos produtos e de limpeza do local. Normalmente os estoques de supermercados estão lotados de produtos ocasionando perdas e quebras, e ocasionando custos desnecessários.

Nesse sentido, surge o problema de pesquisa: O indicador de rotatividade de estoque pode amenizar os problemas de gestão de estoque de um determinado estabelecimento supermercadista varejista?

Para auxiliar na obtenção da resposta ao problema proposto utilizou-se a metodologia de um estudo de caso em supermercado localizado na região metropolitana de Belém, que faz parte de um grande grupo local de varejo e que se encontra bem posicionado no Ranking da ABRAS.

O trabalho encontra-se estruturado com: uma introdução; fundamentação teórica, que apresenta os conceitos de gestão de estoque e explica sobre os cálculos da rotatividade de um estoque, conceitua a curva ABC, ciclo PDCA e a ferramenta 5S; do tópico da metodologia utilizada na pesquisa; o estudo de caso com a análise dos resultados e as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é composto de conceitos de estoque, detalhamento das porcentagens da curva ABC, explicação do ciclo PDCA e os conceitos do programa 5S.

2.1 Gestão de estoque

A gestão de estoque atualmente é um dos maiores desafios de qualquer empresa, pois está em otimizar a necessidade de estoque para atender a demanda do cliente e com baixo custo. De acordo com Slack *et al* (2002), o estoque é definido como acumulação de recursos materiais em um sistema de transformação. Algumas vezes estoque também é usado para descrever qualquer recurso armazenado. Não importa o que está sendo armazenado como estoque, ou onde ele está posicionado na operação, ele existirá porque existe uma diferença de ritmo ou de taxa entre fornecimento e demanda.”

Ainda conforme Slack *et al* (2002), a gestão de estoque originou-se na função de compras em empresas que compreenderam a importância de integrar o fluxo de materiais a suas funções de suporte, tanto por meio do negócio, como por meio do fornecimento aos clientes imediatos. Isso inclui a função de compras, de acompanhamento, gestão de armazenagem, planejamento e controle de produção e gestão de distribuição física.

O controle do inventário colabora para apuração da rotatividade do estoque que auxilia na gestão financeira do estoque. A rotatividade de estoque, por sua vez, é o número de vezes em que o estoque de determinado item é renovado em um período de tempo (FRANCISCHINI; GURGEL, 2000, p. 161).

Este índice é calculado conforme equação apresentada na Eq. (1).

$$\text{GIRO DE ESTOQUE} = \frac{\text{CONSUMO TOTAL NO PERÍODO}}{\text{ESTOQUE MÉDIO NO PERÍODO}} \quad (\text{Eq. 1})$$

ESTOQUE MÉDIO NO PERÍODO

Nota. Fonte: Martins e Alt (2000)

Todavia, para alcançar a rotatividade de estoque de um insumo é necessário levantar seu consumo total no período de tempo selecionado, como apresentada na Eq. (2):

$$\text{CONSUMO TOTAL} = \text{CONSUMO MENSAL} \times \text{PREÇO UNITÁRIO} \times \text{PERÍODO} \quad (\text{Eq. 2})$$

Nota. Fonte: Martins e Alt (2000)

Outro dado importante para o cálculo do giro de estoque é o número do estoque médio em um determinado período, apresentado na Eq. (3).

$$\text{ESTOQUE MÉDIO} = \frac{\text{ESTOQUE INICIAL} + \text{ESTOQUE FINAL}}{2} \quad (\text{Eq.3})$$

2

Nota. Fonte: Martins e Alt (2000)

2.2 Curva ABC

A Curva ABC ou 80-20, é baseada no teorema do economista Vilfredo Pareto, na Itália, no século XIX, num estudo sobre a renda e riqueza, ele observou que uma pequena parcela da população, 20%, que concentrava a maior parte da riqueza, enquanto 80%, era desprivilegiada de recursos (PINTO, 2002).

Trata-se de classificação estatística de materiais, baseada no princípio de Pareto, em que se considera a importância dos materiais, baseada nas quantidades utilizadas e no seu valor. Também pode ser utilizada para classificar clientes em relação aos seus volumes de compras ou em relação à lucratividade proporcionada; classificação de produtos da empresa pela lucratividade proporcionada etc. (PINTO, 2002).

Segundo Pinto (2002), numa organização, a curva ABC é muito utilizada para a administração de estoques, mas também é usada para a definição de políticas de vendas, para o estabelecimento de prioridades, para a programação de produção, etc. Para a administração de estoques, por exemplo, o administrador a usa como um parâmetro que informa sobre a necessidade de aquisição de itens - mercadorias ou matérias-primas - essenciais para o controle do estoque.

Na avaliação dos resultados da curva ABC, percebe-se o giro dos itens no estoque, o nível da lucratividade e o grau de representação no faturamento da organização. Os recursos financeiros investidos na aquisição do estoque poderão ser

definidos pela análise e aplicação correta dos dados fornecidos com a curva ABC. (PINTO, 2002, p. 142).

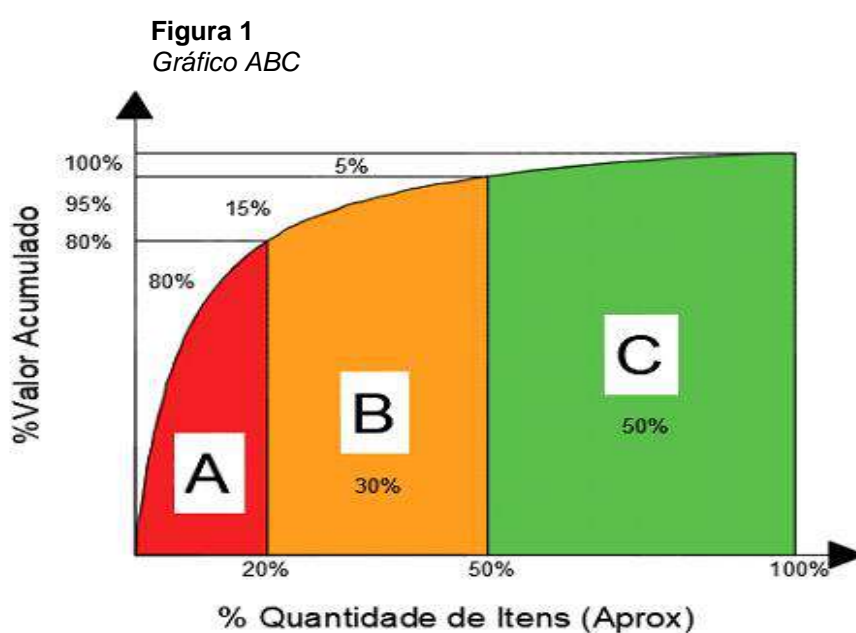
Curva ABC é ordenar os itens de estoque conforme sua importância relativa multiplicando-se o valor unitário de cada item por sua demanda (consumo) em um espaço de tempo predeterminado (normalmente um ano), obtendo-se um valor percentual sobre o total das despesas com estoque. Em seguida, ordenam-se os itens de forma decrescentes, para então reagrupá-los em três conjuntos, que serão denominados A, B e C, de acordo com a importância relativa de cada grupo (MOTA *et al.*, 2011).

Mota *et al* (2011), definem que não existe uma forma totalmente cheia de dizer qual é o percentual do total dos itens que pertencem à classe A, B ou C. Os itens de classe A são os mais significativos, podendo representar algo de 35% a 70% do valor movimentado dos estoques, os itens de classe B variam de 10 % a 45%, e os itens de classe C representam o restante.

Mota *et al* (2011), afirmam que a experiência demonstra que poucos itens, de 10% a 20% do total, são classificados como classe A, enquanto uma grande quantidade, em torno de 30% a 40% são classificados como classe B, 50% é classificado como classe C. A aplicação da curva ABC se torna eficaz na forma qualitativa de priorização dos itens de maior valor e demanda, mas deve ser utilizada em conjunto com a definição estratégica quantitativa com a definição da quantidade a ser mantida no estoque.

Entretanto, as porcentagens utilizadas em qualquer controle de estoque com relação à adoção da classificação ABC são aproximadas e não devem ser tidas como absolutas, pois podem variar de acordo com os produtos armazenados ou a critério da diretoria da organização. A uniformidade dos dados coletados para a montagem da classificação ABC é essencial para a obtenção de conclusões e ações que devem ser tomadas com base no resultado obtido por meio da classificação ABC (GONDIN, 2014).

A porcentagem de valor acumulado e quantidade de itens aproximados são descritas de acordo com a Figura 1.



Nota. Fonte: Slack et al (2002).

2.3 Ciclo PDCA

O ciclo PDCA foi idealizado na década de 20 por Walter A. Shewarth, e em 1950, passou a ser conhecido como o ciclo de Deming, em tributo ao “guru” da qualidade, William E. Deming, que publicou e aplicou o método. O PDCA é mais uma definição para os estudiosos do difícil processo de planejar (PALADINI, 2012).

Campos (1992) define o Método de Melhorias – ou Ciclo PDCA, como um método de gerenciamento de processos ou de sistemas. É o caminho para se atingirem as metas atribuídas aos produtos dos sistemas empresariais.

Segundo Paladini (2012), o Ciclo PDCA é uma ferramenta utilizada para a aplicação das ações de controle dos processos, tal como estabelecimento da diretriz de controle, planejamento da qualidade, manutenção de padrões e alteração da diretriz de controle, ou seja, realizar melhorias. Essas ações se dividem em quatro fases básicas que devem ser repetidas continuamente, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2
Ciclo PDCA



Segundo Marshall Junior *et al* (2006), as fases do ciclo PDCA se apresentam em quatro fases, que estão descritas a seguir.

Primeira fase – Planejamento (*Plan*), nessa fase é fundamental definir os objetivos e as metas que pretende alcançar. Para isso, as metas do planejamento estratégico precisam ser delineadas em outros planos que simulam as condições do cliente e padrão de produtos, serviços ou processos. Dessa forma, as metas serão só alcançadas por meio das metodologias que contemplam as práticas e os processos.

Segunda fase – Execução (*Do*), essa tem por objetivo a prática, por esta razão, é imprescindível oferecer treinamentos na perspectiva de viabilizar o cumprimento dos procedimentos aplicados na fase anterior. No decorrer desta fase precisam-se colher informações que serão aproveitadas na seguinte fase, exceto para aqueles

colaboradores que já vêm acompanhando o planejamento e o treinamento na organização.

Terceira fase – Verificação (*Check*), é feita a averiguação do que foi planejado mediante as metas estabelecidas e dos resultados alcançados. Sendo assim, o parecer deve ser fundamentado em acontecimentos e informações e não em sugestões ou percepções.

Quarta fase – Ação (*Action*), nessa última etapa, proporciona duas opções a ser seguida, a primeira baseia-se em diagnosticar qual é a causa raiz do problema bem como a finalidade de prevenir à reprodução dos resultados não esperados, caso, as metas planejadas anteriormente não forem atingidas. Já a segunda opção segue como modelo o esboço da primeira, mas com um diferencial se as metas estabelecidas foram alcançadas.

2.4 Ferramenta 5S

O programa 5S foi criado no Japão com o objetivo de auxiliar na reconstrução do país após a segunda Guerra Mundial. É uma ferramenta de gestão que auxilia na implantação da qualidade, otimizando o ambiente de trabalho e melhorando os processos das empresas.

O 5S pode ser implantado como um plano estratégico que, ao longo do tempo, passa a ser incorporado na rotina, contribuindo para a conquista da qualidade total (RIBEIRO, 2015).

Esse programa pode ser conhecido com outros nomes, porém 5S é o mais utilizado e vem das iniciais das cinco técnicas que o compõe: senso de utilização ou seleção; senso de padronização/conservação; senso de autodisciplina; senso de organização/ordenação e senso de limpeza.

3. METODOLOGIA

Como parte fundamental da pesquisa, a metodologia visa responder ao problema formulado e atingir os objetivos do estudo de forma eficaz, com o mínimo possível de interferência da subjetividade do pesquisador.

O presente estudo levou em consideração uma abordagem quantitativa descritiva.

Para Miguel *et al* (2012) na abordagem quantitativa, o pesquisador não interfere ou pouco interfere nas variáveis de pesquisa e são conhecidas (definidas) antes da realização do experimento. Para Gil (2002) a pesquisa pode ser classificada como descritiva quanto aos seus objetivos, tendo em vista que procura descrever características de um determinado fenômeno, bem como procura estabelecer relações entre variáveis.

O método adotado fora o estudo de caso. Isto porque a presente pesquisa se deu sobre um estabelecimento em pleno funcionamento com dados e informações reais coletados diretamente da empresa objeto de estudo e relacionado com dados coletados de outros estabelecimentos do grupo empresarial. No presente trabalho levou-se em consideração um estoque de material de limpeza de um determinado supermercado da região metropolitana de Belém.

Para efetivar o estudo de caso, utilizou-se como técnica ou ferramentas, a coleta de dados sobre o referido estoque e posteriormente fez-se a análise da curva ABC dos produtos.

Durante a primeira visita e observação do estoque (objeto de estudo), identificou-se que os produtos da seção de limpeza pesada eram os que mais estavam ocasionando problemas no estoque.

Em um segundo momento, no departamento de tecnologia de informação, apurou-se os estoques iniciais e finais de um determinado mês do exercício de 2019 dos produtos de limpeza pesada, os estoques médios e o tempo de reposição, para então calcular e analisar os resultados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho se deu em um supermercado varejista de um grupo local (que por motivo de sigilo e ética, será denominado de Supermercado/Grupo X) que foi criado no ano de 1975, com a matriz localizada na cidade de Belém e outros 19 estabelecimentos (filiais) em outros municípios no estado do Pará, totalizando 20 estabelecimentos supermercadistas.

Atualmente tem uma moderníssima Central de Distribuição, que foi projetada para concentrar todas as operações logísticas do Grupo X e pode abastecer até quarenta lojas, sejam elas supermercados, lojas de departamentos ou farmácias. No entanto, embora com uma moderna e atualizada central de distribuição, os estabelecimentos individualmente apresentam determinados problemas locais de estocagem, como o que foi identificado em um dos supermercados que serviu como objeto de estudo da presente pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com o gerente e estoquistas da loja estudada nos meses de junho a setembro de 2019, na busca dos processos da real situação do depósito da empresa. Foi notado no depósito um grande erro de pedido, pois estava com muitas mercadorias em excesso e congestionando os corredores prejudicando a saída e a entrada de produtos, a locomoção dos colaboradores e avariando uma certa quantidade de mercadorias, conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3

Acúmulo de caixas e paletes no corredor e pouca higienização



Nota. Fonte: Dados da pesquisa

4.1 Coleta de dados

Essa etapa foi realizada através de entrevistas não estruturadas com os chefes de seções do referido estabelecimento, com o intuito de compreender o mecanismo de funcionamento do controle de estoque. Perguntas do tipo: Quais os produtos no estoque, que tem maior e menor movimentação/rotatividade?; Quem são as pessoas/funcionários que movimentam os estoques (do supermercado ou do fornecedor)?, etc.

Em um momento posterior, tendo noção de como o estoque funcionava (pedido, chegada, armazenamento e reposição em gôndolas), partiu-se para o levantamento de relatórios sobre estoque no setor de Tecnologia de informação do supermercado, para que então pudesse ser levantados os produtos com alta rotatividade mensal, e para tanto utilizou-se a curva ABC e o Ciclo PDCA para estudar melhor os produtos que estavam com o estoque elevado.

4.2 Ciclo PDCA

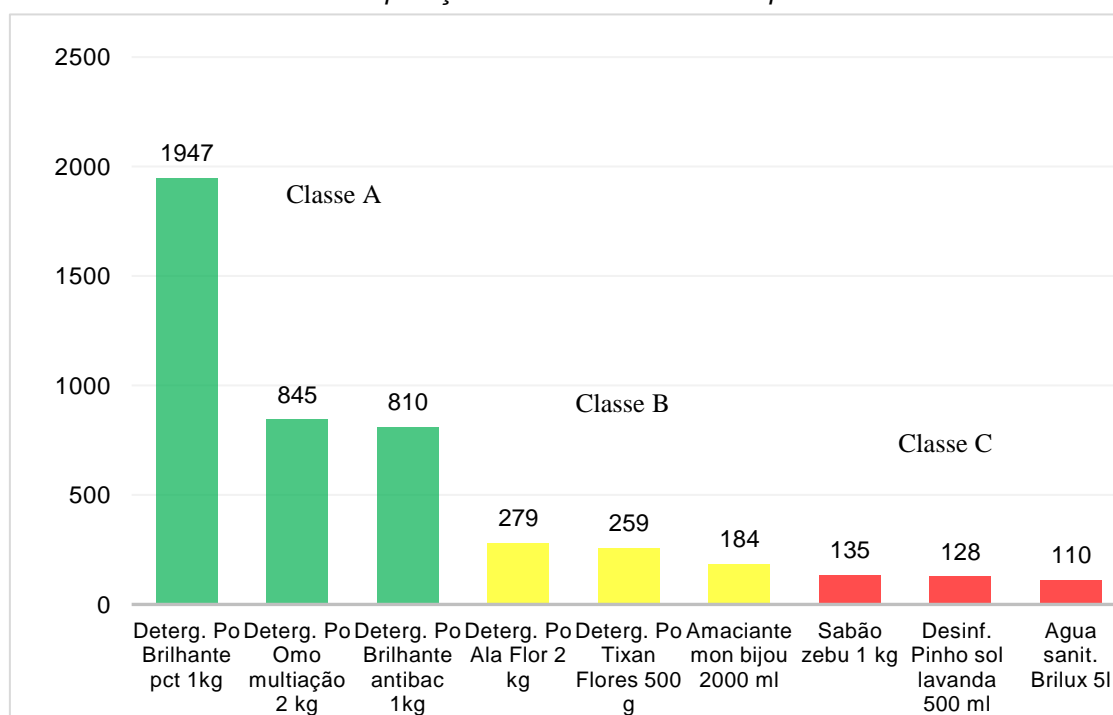
Durante o período de dois meses, realizou-se o PDCA, por meio de reuniões com o gerente e os estoquistas, com o intuito de analisar e projetar o que seria o ideal para o referido estabelecimento comercial.

4.2.1 P (*Plan*) – Planejar

Analisando a situação do estoque em julho/2019 com o gráfico de venda de produtos por quantidade (ver Figura 3), observa-se que os produtos: a) água sanitária brilux 5 litros estava com um baixo volume de estoque (produto de classificação C); e b) o detergente Pó Omo brilhante pacote de 1 kg o espaço disponível para o estoque estava lotado (produto de classificação A).

Após a identificação e classificação dos produtos mediante elaboração da curva ABC apresentada na Figura 4, fez-se os cálculos de rotatividade dos estoques dos respectivos materiais.

Figura 4
Curva ABC antes da aplicação da rotatividade de estoque



No Quadro 1, a média de rotatividade dos estoques dos produtos classe A é de 2,61, e entre os produtos a rotatividade são próximas. Porém o detergente Pó brilhante de 1 kg, apresenta uma rotatividade maior que os demais, pelo seu consumo ser elevado em comparação com os outros. Os produtos dessa classe possuem uma desconformidade com a realidade do depósito.

Quadro 1

Rotatividade dos produtos de classe A

Produtos	Consumo mensal (Quant.)	Estoque médio (Quant.)	Rotatividade
Detergente Pó Brilhante pct 1 kg	1947	585	3,33
Detergente Pó Omo 2kg	845	412	2,05
Detergente Pó Brilhante antibac. 2kg	810	330	2,45
Média			2,61

No Quadro 2, a média de rotatividade dos estoques dos produtos classe B é de 1,85 e apresentam uma média baixa de rotatividade e consumo, fato esse possível por raramente ficarem em oferta na loja. O giro dos produtos está em conformidade com o pedido realizado.

Quadro 2

Rotatividade dos produtos de classe B

Produtos	Consumo mensal (Quant.)	Estoque médio (Quant.)	Rotatividade
Detergente Pó Ala Flor 2kg	279	106	2,63
Detergente Pó Tixan 500 g	259	209	1,24
Amaciante mon bijou 2 L	184	110	1,67
Média			1,85

No Quadro 3, a média de rotatividade dos produtos de classe C é de 1,22, têm-se o produto água sanitária brilux 5 Litros com um estoque bem acima do consumo, isto é, possui um giro abaixo de 1, isso significa que alguns produtos podem estar perdidos ou vencidos no depósito.

Quadro 3

Rotatividade dos produtos de classe C

Produtos	Consumo mensal (Quant.)	Estoque médio (Quant.)	Rotatividade
Sabão zebu 1 kg	135	92	1,47
Desinfetante Pinho sol lavan. 500 ml	128	100	1,28
Água sanitária Brilux 5 L	110	122	0,9
Média			1,22

A análise das causas raiz é utilizada para a identificação principal do problema. No caso em questão, por meio da análise do gráfico ABC e com as visitas no espaço físico da empresa, observou-se que o estoquista estava fazendo pedidos elevados de produtos de classificação C, assim ocasionando um congestionamento de pallets carregados nos corredores do estoque, avariando produtos e a data limite de vencimento esgotada.

O produto em Pó Omo pct 1 kg, por mais que seja um produto de classificação A que é produto de prioridade na empresa, o estoquista estava fazendo altos pedidos sem levar em consideração a demanda e o espaço disponível.

4.2.2 D (Do) – Fazer

Para implantação de ações de melhorias, foi analisado a curva ABC dos produtos da seção de limpeza pesada e realizado os cálculos para rotatividade de estoque que é um indicador de gestão do setor de estoque da empresa.

O índice de rotatividade mostrou eficiência para a gestão do estoque, após a identificação dos problemas foi ajustada a planilha de pedidos de produtos, aliada com a implantação das ferramentas da qualidade, como 5S, melhorando as entradas de mercadorias, arrumação, limpeza e padronização.

A partir da análise da Figura 5, identificou-se que o estoquista tinha a terça e a quarta-feira para fazer o pedido de material de limpeza pesada (021) juntamente com outros produtos o que poderia exigir determinado esforço para gerenciar as quantidades necessárias face o sobrecarregamento de realizar pedidos.

Figura 5

Quadro de gerenciamento dos pedidos dos produtos

Dia do Pedido Loja	Dia de Gerar CPD	Dia de Faturar CD	Seções	Seções
2ª feira	2ª feira	3ª feira	001 – Bebidas alcoólicas 004 – Biscoitos 008 – Carnes/Peixes Enlatados 010 – Cereais 012 – Bomboniere 013 – Matinais 014 – Misturas e Produtos p/sobremesa	025 – Shampoo/cond./artigos p/ cabelo 030 – Frios 031 – Hortifrutigranjeiros 006 – Leites e Derivados 070 – Artigos para Bebê 096 – Padaria
3ª feira	3ª feira	4ª feira	002 – Água/Refrigerantes/Sucos 015 – Condimentos 017 – Produtos para Animais 019 – Produtos Étnicos 023 – Higiene Pessoal 033 – Laticínios 034 – Peixaria 038 – Carne Bovina Congelada 041 – Carne Suína 043 – Vísceras bovina 044 – Carne de Búfalo	016 – Dietéticos e produtos naturais 021 – Limpeza pesada 054 – Copa e Cozinha 081 – Utilidades Elétricas / Eletrônicas 082 – Utilidades p/ Cozinha /Banheiro 086 – Ferragens 088 – Pisos e revestimentos
4ª feira	4ª feira	5ª feira	009 – Doces 011 – Macarrão / Massas 020 – Bebidas importadas 027 – Perfumaria 055 – Utilidades Plásticas 060 – Armário	061 – Caça e pesca 064 – Cosméticos 006 – Leites e Derivados 021 – Limpeza Pesada 032 – Salgados 036 – Congelados Semi prontos
5ª feira	5ª feira	6ª feira	037 – Aves	021 – Limpeza pesada

SEMANAL

Após a identificação do problema, e sabendo que a seção de limpeza pesada é um produto estocado em um CD (centro de distribuição), sugeriu-se para a gerência do estabelecimento em estudo, que os pedidos dos produtos de material de limpeza pesada fossem feitos às quintas-feiras, uma vez que é o dia com o menor número de pedidos a serem realizados pelo estoquista.

4.2.3 C (Check) – Checar

Com a análise da curva ABC juntamente com os cálculos de rotatividade, obteve-se informações sobre o volume de vendas de mercadorias e fluxo dos pedidos, facilitando a gestão do estoque. Após a implementação da sugestão da seção anterior (4.2.2 - Do) estabeleceu-se protocolos para que todo processo fosse padronizado.

Assim como, o estoquista passou a se preocupar com a implementação dos conceitos dos 5S, principalmente com a organização e limpeza do estoque.

4.2.4 A (Action) – Agir

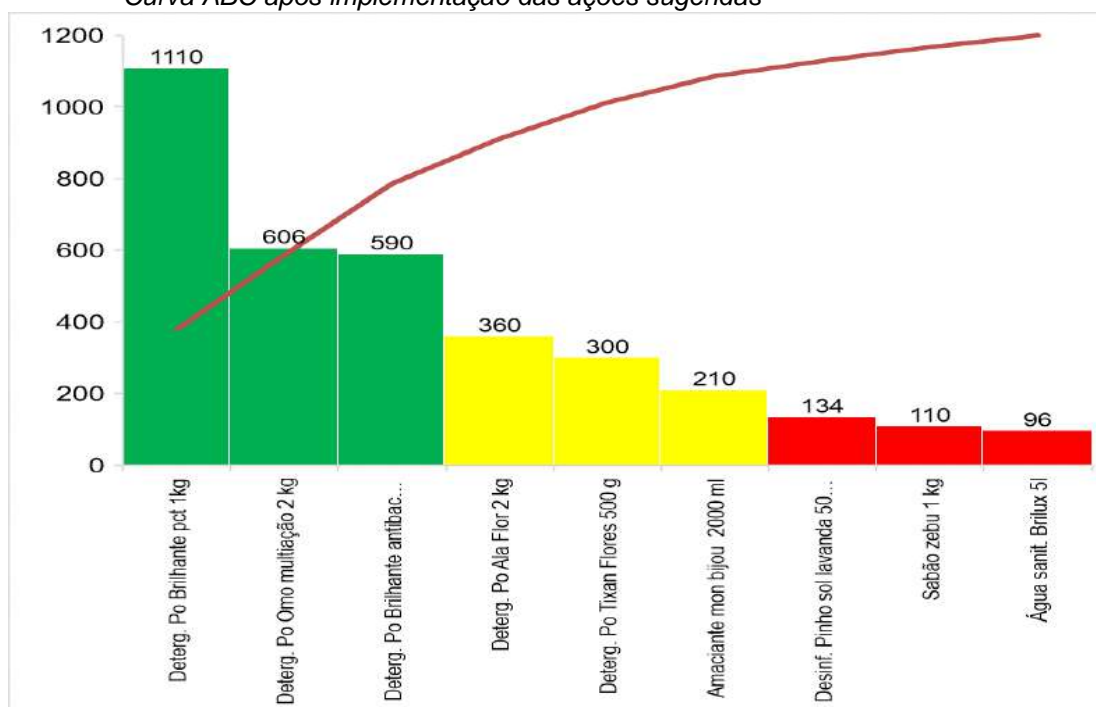
Para que o estabelecimento em estudo, continue aprimorando na gestão do estoque é necessário a qualificação do estoquista (colaborador), isto é, se faz necessário investimentos em treinamentos sobre logística, curva ABC, rotatividade de estoque e sistemas de qualidade.

Implantar os índices de rotatividades de cada produto é importante para a empresa se mostrar competitiva no setor supermercadista.

4.3 Resultados

Após dois meses de implementação das ações sugeridas pelos pesquisadores no setor de estoque do estabelecimento estudado, foi possível notar alguns resultados positivos, conforme seguem.

Figura 6
Curva ABC após implementação das ações sugeridas



Com a aplicação dos cálculos de rotatividade foi possível obter uma nova curva ABC (ver Figura 6), pois os níveis de produtos ficaram de acordo com as necessidades físicas do depósito e consumo dos clientes e variações de ofertas dos produtos e obtendo uma melhor fluidez do espaço físico.

Sabendo do giro de cada produto, se alcançou resultados satisfatórios com produtos em seus devidos lugares, sem excesso ou falta e evitando perdas, conforme demonstrado na Figura 7.

Figura 7

Produtos nos devidos lugares, sem excessos e corredores livres e limpos



Melhoramento da fluidez dos corredores para que o fluxo de entrada e saída de produtos seja mais eficaz e conseqüentemente melhorando a locomoção das empilhadeiras, do tráfego de pessoas e colaboradores, e acarretando uma melhora no processo de otimização da limpeza e organização do local de acordo com padrão de qualidade exigido no mercado, assim como é estabelecido na técnica 5S.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os últimos anos o mercado competitivo atacadista e varejista do segmento alimentício da região vem crescendo, devido a chegada de novas empresas gerando uma disputa de mercado, por isso a utilização de métodos que mantenham a empresa ativamente no mercado é extremamente importante. Sabendo disso, é necessário a otimização no estoque, padronizando os itens de acordo com sua classificação estabelecida e evitando futuro desperdícios, melhorando a fluidez e alcançando resultados planejados.

A utilização de métodos como a curva ABC é importante para as empresas, além de ser uma ferramenta fácil de aplicar e muito eficiente, gerando o indicador de rotatividade do estoque. Indicador esse que mostra os possíveis itens/produtos que possam estar de alguma forma gerando prejuízo para empresa, seja de espaço, tempo ou retorno.

No caso em questão, evidenciou-se que o estoque do produto da classe A - Sabão em pó Omo pct 1 kg, embora sendo um produto considerado prêmio, estava tendo pedidos além da necessidade, e conseqüentemente ocupando espaço em excesso e alocando recursos financeiros desnecessários. E o produto na classe C - água sanitária brilux 5 litros, também apresentava excesso de pedidos e com uma baixa rotatividade, podendo ocasionar perdas de material.

Após a implementação das técnicas de gestão, o estabelecimento conseguiu equilibrar os pedidos face o ajuste no cronograma dos pedidos, fazendo com que o pedido de material limpeza pesada passasse a ser realizado nas quintas-feiras, onde o funcionário responsável teria mais tempo para analisar o nível do estoque. Com o equilíbrio dos estoques, o depósito do supermercado, passou a ter mais organização, pallets na medida certa, corredores livre para circulação e limpeza e menos recursos financeiros empregados.

Por meio do estudo realizado, conclui-se a importância de uma boa gestão e um indicador de rotatividade do estoque, no fornecimento de elementos para medição do comportamento dos estoques por meio de comparação de índices anteriores, mantendo uma boa manutenção de acordo com o fluxo de materiais, e a importância das empresas se aperfeiçoarem na área de gestão de estoque adotando novos

métodos de demandas, onde as vendas vão seguir o ritmo das compra em sequenciamento ordenado e sendo uma grande oportunidade para redução de determinados custos da empresa.

Para futuras pesquisas, recomenda-se que as técnicas empregadas no presente estudo, possam ser reaplicadas em estabelecimentos comerciais de menor porte, uma vez que a maioria das organizações são micro e pequenas empresas e precisam de uma boa gestão de estoque como fator competitivo para a sustentabilidade do negócio.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. **Revista Superhiper - Conteúdo que transforma. Ranking Abras 2022**. Ano 48. N. 547. 45ª ed. Maio/2022. Disponível em: <https://superhiper.abras.com.br/pdf/280.pdf>. Acesso em: mar/2023.
- BETTS, A. et. al. **Gerenciamento de Operações e de Processos: Princípios e Práticas de Impacto Estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- BOLETIM DO COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS E PESQUISAS (PEIC, ICF e ICEC) CNC/FECOMÉRCIO-PA 2º Sem / 2019. Disponível em https://www.fecomercio-pa.com.br///upload/tinymce_files/FECOM%20PA%2020%20ndice%20de%20Confian%20Empres%20Com%20rcio.docx%20t.pdf. Acesso em: março/2023.
- BORGES C. T et al. **Implantação de um sistema para o controle de estoques em uma gráfica/editora de uma universidade**. Revista Eletrônica Produção & Engenharia, v. 3, n. 1, p. 236-247, Jul./Dez. 2010.
- CAMPOS, V.F. **TQC: Controle da Qualidade Total (no Estilo Japonês)**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992.
- FRANCISCHINI, P. G; GURGEL, F. A. **Administração de materiais e do patrimônio**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONDIM, L. R. **Análise da utilização da curva ABC na tomada de decisão em uma farmácia hospitalar no segmento oncológico**. Trabalho de conclusão do curso de Produção industrial. Botucatu: Fatec Botucatu. 2014.
- MARTINS, P. G; ALT, P. R. C. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- MOTA, C. R. Z. et al. **Estudo sobre a ferramenta curva ABC em uma empresa de distribuição**. Jundiaí. Convibra 2011. Disponível em: < http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3336.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- MARSHALL JUNIOR, Isnard et al. **Gestão da Qualidade**. Rio de Janeiro. FGV, 2006.
- MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick (Coord.) et al. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações**. ABEPRO. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PALADINI, Edson Pacheco. 3.ed. **Gestão da qualidade: Teoria e prática** – São Paulo: Atlas, 2012.

PINTO, C. V. **Organização e Gestão da Manutenção**. 2. ed. Lisboa: Edições Monitor, 2002.

RIBEIRO, Haroldo. **5S – Os 5 passos para uma implantação de sucesso**. São Caetano do Sul: PDCA Editora, 2015

SLACK, N et al. **Administração da Produção**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.